

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES IBERO-AMERICANAS

ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS

**FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE JAGUARÃO
(RS): POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO.**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS

**FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DA CIDADE DE JAGUARÃO (RS): POLÍTICAS PATRIMONIAIS
E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Tese apresentada como pré-requisito para a
obtenção do grau de Doutor em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

V726f Villas Bôas, Alexandre dos Santos

Formação e Consolidação do Patrimônio Cultural da cidade de Jaguarão (RS) : Políticas Patrimoniais e Desenvolvimento Urbano / Alexandre dos Santos Villas Bôas . – 2019.

277 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert.

1. Patrimônio Cultural. 2. História. 3. Desenvolvimento Urbano. 4. Jaguarão. I. Hilbert, Klaus Peter Kristian. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS

**FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DA CIDADE DE JAGUARÃO (RS): POLÍTICAS PATRIMONIAIS
E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Tese apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 22 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert

Membro: Prof. Dr. Charles Monteiro

Membro: Prof^a. Dr^a. Carmem Gessilda Burgert Schiavon

Membro: Prof^a. Dr^a. Raquel Rodrigues Lima

Membro: Prof. Dr. Alan Dutra Melo

Porto Alegre

2019

Dedico esta tese a minha mãe, que me indicou o caminho da disciplina, paixão pelos estudos e caráter, e a minha filha, razão de ser da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Klaus Peter Kristian Hilbert, sem o qual não seria possível a realização desta tese, com seu incentivo e olhar de pesquisador gabaritado.

A senhora Nilza Cardoso do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, pela assistência gentil às solicitações nem sempre fáceis de um pesquisador, agradeço também aos funcionários e estagiários das instituições de guarda de acervo histórico da cidade de Porto Alegre.

A colega Denise Ondina Marroni, pela inestimável colaboração para que esta tese tivesse seu passo inicial dado.

Aos amigos e familiares, especialmente a Noris Helena Caseira, a qual foi responsável para que este trabalho pudesse ser realizado, com seu incentivo e ajuda.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, lugar de excelência e ambiente impulsionador do conhecimento.

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sem a qual não poderia ter sido realizada esta tese.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a formação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, desde sua origem como fortificação militar e entreposto comercial até a consolidação como cidade de características ecléticas de arquitetura ao final do século XIX, enfocando a legislação municipal e as motivações ideológicas da elite econômica e política local responsável por moldar a construção do núcleo urbano, bem como a partir desta análise, realizar o estudo das causas que levaram o posterior desenvolvimento de um movimento de preservação patrimonial a partir da década de 1980 por acadêmicos de arquitetura que tinham como objetivo principal a preservação do centro urbano eclético e sua transformação em um centro turístico, o qual propiciaria o crescimento econômico do município, concepção esta que seria retomada com o processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Jaguarão pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2011, o qual foi analisado tendo como escopo de que forma o patrimônio cultural foi construído ao longo do tempo pela elite econômica e política da cidade, e como este será alçado a patrimônio nacional, assim como a política de preservação patrimonial efetuada pelo IPHAN no município, especialmente no que tange ao investimento de recursos financeiros para o restauro de alguns bens edificados e as formas de participação da comunidade neste processo, identificando como se articulou a política do IPHAN com a realidade local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. História. Desenvolvimento Urbano. Jaguarão.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is analyse the cultural heritage formation in Jaguarão city, a border region between Brazil and Uruguay, from the origin in military fortification and commercial warehouse until the city consolidation with eclectic arquitetura in the end of XIX. The foccus of this analyse is the municipal legislation and ideologies motivations of economic elite and local politics that rearranging the urban nucleus construction, such as from the analyze do accomplish the study of possible causes related with the development of the movent of asset pressenvation in the 80th decade by academic architecture, that the aim was preservation of eclectic urban nucleous and the transformation in tourist center, that propitiates the economic increase of municipality, conception that will be resumed with the asset write-off process of historical set and the landscape of Jaguarão city by IPHAN in 2011. This process was carried out with scope that cultural patrimony was built in the past for the economic elite of city it will being a national patrimony, for these reason the IPHAN rules of preservation in Jaguarão related to a financial support for restauration of some built heritage as well as the procedures to participation of comunity in the process , identify how the IPHAN policts works with the local reality.

Keys-word: Cultural Heritage. History. Urban Development. Jaguarão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização do município de Jaguarão.....	33
Figura 2 – Planta da Freguesia de Jaguarão de 1810 acrescidas das construções em 1815	35
Figura 3 – Localização das trincheiras e primeira zona de expansão a partir de 1845	43
Figura 4 – Planta de Jaguarão realizada por Philipe Sommer por volta de 1880	53
Figura 5 – Prédio da Intendência Municipal de Jaguarão	64
Figura 6 – Desfile militar na rua 27 de Janeiro no centro urbano de Jaguarão	68
Figura 7 – Planta da cidade de Jaguarão em 1911.....	69
Figura 8 – Periferia da cidade de Jaguarão início do século XX.....	71
Figura 9 – Igreja Matriz de Jaguarão.....	76
Figura 10- Presídio Municipal de Jaguarão início do século XX	77
Figura 11- Mercado Público de Jaguarão início do século XX	79
Figura 12- Enfermaria Militar de Jaguarão	80
Figura 13- Residência de Carlos Barboza Gonçalves	85
Figura 14- Clube Harmonia.....	86
Figura 15- Teatro Esperança	88
Figura 16- Residência de Zeferino Lopes de Moura	90
Figura 17- Residência de Manoel de Deus Dias	92
Figura 18- Clube Instrução e Recreio.....	92
Figura 19- Centro urbano de Jaguarão em 1940.....	96
Figura 20- Agência dos Correios em Jaguarão.....	99
Figura 21- Escola Joaquim Caetano da Silva.....	100
Figura 22- Antigo palacete de Henrique D’Ávila	104
Figura 23- Agência do Banco do Brasil em Jaguarão.....	105
Figura 24- Antigo Hotel Susini.....	108
Figura 25- Hotel Sinuelo.....	109
Figura 26- Residência na periferia de Jaguarão, meados dos anos 1970.....	111
Figura 27- Fluxo turístico entre o Uruguai e o Brasil.....	124
Figura 28- Programação da mostra artístico-cultural organizado pelo Projeto Jaguar.....	134
Figura 29- Convite para palestra sobre o Projeto Jaguar.....	135
Figura 30- Proposta de preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar.....	139
Figura 31- Projeto para revitalização das ruínas da Enfermaria Militar.....	146

Figura 32- Projeto de recuperação da Enfermaria Militar	150
Figura 33- Mapa de subdivisão do centro urbano de Jaguarão	159
Figura 34- Ficha de cadastro da Igreja Matriz de Jaguarão	160
Figura 35- Ficha de cadastro da Igreja Matriz, página 02.....	161
Figura 36- Zonas de Proteção Histórico Arquitetônica	170
Figura 37- Mapa do centro urbano de Jaguarão com as zonas de proteção	172
Figura 38- Organograma do PRIJ e suas ramificações.....	176
Figura 39- Planta urbana da cidade de Jaguarão e respectivas zonas de proteção.....	182
Figura 40- Projeto de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar e entorno.....	190
Figura 41- Planta urbana de Jaguarão e setores de tombamento.....	211
Figura 42- Ficha de cadastramento de imóvel do IPHAN	212
Figura 43- Áreas de poligonais de tombamento no centro urbano de Jaguarão	213
Figura 44- Projeto de restauro do Mercado Público e requalificação do entorno	227
Figura 45- Antiga Usina de Força de Jaguarão.....	228
Figura 46- Fachada do Mercado Público restaurado	233
Figura 47- Clube 24 de Agosto.....	237
Figura 48- Fachada restaurada do Teatro Esperança.....	241
Figura 49- Cartazes de divulgação de eventos no Teatro Esperança.....	244
Figura 50- Vista geral do projeto do CIP	245
Figura 51- Vista da grade construída no entorno do CIP	247
Figura 52- Moradias no entorno do CIP, no Bairro Cerro da Pólvora.....	248
Figura 53- Vista lateral de rua do entorno do CIP.....	250
Figura 54- Pavimentação de rua do entorno do CIP	251
Figura 55- Praça localizada no Bairro Cerro da Pólvora	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Funcionários da Intendência Municipal de Jaguarão para o ano 1899.....	61
Tabela 2 – Demonstrativo populacional de Jaguarão entre 1890 e 1950	72
Tabela 3 – População urbana e rural de Jaguarão	76
Tabela 4 - Renda interna de Jaguarão 1930-1980	95
Tabela 5 - Mudanças ocorridas nos códigos de posturas da cidade de Jaguarão	101
Tabela 6 - População urbana e rural de Jaguarão	110
Tabela 7- Participantes do Programa de Televisão Jaguarão: Recantos e Encantos, TVE, 1983	128

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	ORIGENS DA POLÍTICA PATRIMONIAL NO BRASIL	16
1.2	AUTORITARISMO E POLÍTICA PATRIMONIAL	20
1.3	POLÍTICA PATRIMONIAL E OS MUNICÍPIOS	25
1.4	PERCURSO DA PESQUISA	28
2	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE JAGUARÃO (1801-1980)	31
2.1	FORMAÇÃO DO CENTRO URBANO (1801-1889)	32
2.1.1	Conquista do território e ordenamento urbano	32
2.1.2	Elevação a Vila e organização administrativa	38
2.1.3	Final do século XIX: gênese do ecletismo	46
2.2	CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO URBANO (1889-1940)	55
2.2.1	Novos atores, velhos dilemas	55
2.2.2	Governo municipal e clientelismo	61
2.2.3	Urbanização: infraestrutura e economia	69
2.3	CONSTRUTORES DA CIDADE (1845-1940)	76
2.3.1	Construtores de obras públicas	76
2.3.2	Construtores de obras privadas	87
2.4	PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS (1940-1980)	98
2.4.1	Renovação arquitetônica	98
3	MOVIMENTOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE JAGUARÃO (1980-2007)	118
3.1	O PROJETO JAGUAR	119
3.1.1	Antecedentes e pressupostos	119
3.1.2	Concepção do Projeto Jaguar	125
3.1.3	Iniciativas do Projeto Jaguar	131
3.2	PROJETO JAGUAR E A UFPEL	148
3.2.1	Projeto da Enfermaria Militar	150
3.2.2	Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão	158
3.3	PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO INTEGRADA DE JAGUARÃO	169

3.3.1	Projeto e conjuntura no campo da preservação do patrimônio	169
3.3.2	Propostas técnicas do PRIJ	175
3.3.3	Consequências advindas do PRIJ	183
4	POLÍTICA PATRIMONIAL DO IPHAN NA CIDADE DE JAGUARÃO	192
4.1	PRINCÍPIO DA ATUAÇÃO DO IPHAN NA CIDADE DE JAGUARÃO	194
4.1.1	O caso das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão	195
4.1.2	Participação popular na proposta do Museu do Pampa	200
4.1.3	Concepção da política de tombamento do conjunto urbano	205
4.2.	TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO	212
4.2.1	Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão	213
4.2.2	Tombamento e política de preservação: PAC cidades históricas	221
4.3	COMUNIDADE E OBRAS DO PAC CIDADES HISTÓRICAS	232
4.3.1	Conflito no patrimônio: O restauro do Mercado Público Municipal	232
4.3.2	Um patrimônio fora da curva: O Clube 24 de Agosto	240
4.3.3	Outros projetos do PAC	245
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
	REFERÊNCIAS	269

1 INTRODUÇÃO

A presente tese se propôs a analisar as políticas patrimoniais efetuadas na cidade de Jaguarão, localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre o período da década de 1980 até atualidade, tendo como ápice destas políticas o tombamento do conjunto paisagístico e histórico do centro urbano efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2011. A maior parte deste patrimônio edificado se constitui de prédios de estilo eclético de arquitetura, construídos no final do século XIX pela elite política e econômica do município, a qual compartilhava de certo tipo de concepção de cidade que foi planejada tendo como objetivo demonstrar o poderio econômico e político da mesma, e também na tentativa de se igualar a outras cidades da região, como Rio Grande e Pelotas. No caso específico da cidade de Jaguarão, a descontinuidade de um desenvolvimento econômico que teve seu apogeu com a produção do charque em meados do século XIX, possibilitou a preservação do centro urbano, tese defendida por Martins (2001, p. 276):

Mais uma vez esta região peculiar, viu frustradas suas pretensões de um desenvolvimento prolongado e consistente. É verdade que apesar desta história de dificuldades e crises, um rico patrimônio urbano foi construído e, por não ter sofrido um processo de urbanização acelerada, foi preservado.

Embora esta constatação tenha sido feita pelo autor em relação ao desenvolvimento frustrado da cidade, o fato da constituição do patrimônio arquitetônico e sua preservação também pode ser atribuída a outros fatores, como será demonstrado ao longo da presente tese. Dentre eles, a posse dos principais imóveis construídos em estilo palacete do centro urbano terem permanecido com a elite econômica e política local, que mantiveram as características originais dos prédios como forma de preservar as tradições de uma classe de proprietários de terras e o modelo de cidade idealizado pelos seus antepassados. O simbolismo destes palacetes e sua influência na visão de cidade projetada na sociedade local é um elemento que ao longo do tempo foi sendo sedimentado no imaginário da população. Neste sentido aponta Pollak (1989, p. 1) com relação à construção da memória e sua relação com o patrimônio:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.

Logo, esta tese tem como um de seus objetivos demonstrar a relação entre a preservação dos prédios históricos da cidade de Jaguarão e o simbolismo expressado nos palacetes de estilo eclético construídos no século XIX pela elite econômica e política da cidade. Para atingir este objetivo, foi realizado o estudo da formação do centro urbano da cidade de Jaguarão, que teve seu planejamento iniciado através de uma planta desenhada por militares portugueses no início do século XIX, e que após sua organização administrativa como município em 1832 passou a contar com um conjunto de regras denominadas de Códigos de Posturas Municipais. Estas posturas eram elaboradas pela Câmara de Vereadores do município e versavam sobre os aspectos urbanísticos a serem observados pelos cidadãos ao construírem seus prédios, o alinhamento de ruas e outras disposições como o funcionamento do comércio e a sociabilidade no espaço público.

Através da análise deste conjunto de regras urbanísticas e de convivência no espaço público, ao longo da vigência dos Códigos de Posturas de 1851, 1876, 1898 e 1955, foi realizado um cotejamento destas normas com a ideologia compartilhada pela elite política e econômica da cidade de Jaguarão, ideologia esta que era expressada por meio de documentos como as atas da Câmara de Vereadores e ofícios enviados a capital do estado, assim como as opiniões expressas nos jornais que circulavam no município no período analisado. Este comparativo entre normas legais e ideias expressas em documentos serviu para estabelecer um determinado perfil da elite, que foi a responsável pela construção do centro urbano de Jaguarão, e além disto, segundo defende esta tese, elaborou a partir do patrimônio edificado um certo tipo de história da cidade que foi constantemente sendo sedimentado perante a comunidade e que acabou cristalizada através do tombamento do centro urbano pelo IPHAN. O estilo eclético de arquitetura, que compõe a maioria do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, e que foi declarado Patrimônio Nacional pelo IPHAN em 2011, não era visto como passível de preservação pelos modernistas do IPHAN até meados dos anos 1970, quando houve uma mudança gradual deste paradigma. Para eles, a arquitetura colonial representaria a verdadeira arquitetura nacional, como descreve Chuva (2009, p. 209):

A arquitetura colonial nomeava a nação e, segundo essa mesma concepção, teria havido uma ruptura da produção arquitetônica, em fins do século XIX e começo do XX, interrompendo a produção daquelas *obras de arte*. A partir daí as novas produções tornaram-se espúrias, porque importadas e não mais autenticamente nacionais – aquilo que não era identificado com a nação e não podia legitimamente nomeá-la.

Como se deu essa mudança de visão em relação ao patrimônio de estilo eclético e como isto influenciará no tombamento do centro histórico da cidade de Jaguarão será tratado

na presente tese, a partir dos movimentos de preservação do patrimônio edificado da cidade, especificamente o chamado Projeto Jaguar, que se desenvolveu na década de 1980. Este projeto foi parte de um contexto mais amplo de preservação patrimonial que vinha ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido por arquitetos no âmbito do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS) e Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da UNISINOS, UFRGS, UNIRITTER e UFPEL. Estes arquitetos, conjuntamente com seus alunos, começaram a desenvolver estudos sobre o patrimônio edificado de cidades do interior do RS, as quais tinham um maior número de exemplares de prédios de estilo eclético do final do século XIX, elencados por eles como significativos de serem preservados.

O Projeto Jaguar, derivado destas pesquisas, foi coordenado por dois alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIRITTER, que constituíram uma proposta para a preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão e sua utilização como vetor para o desenvolvimento turístico e consequente geração de renda. Esta proposta foi delineada com o objetivo de transformar a cidade de Jaguarão em um polo turístico na fronteira do Brasil com o Uruguai, aproveitando o centro urbano e seus palacetes de estilo eclético como base para um turismo histórico, segundo os conceitos contidos na documentação do projeto, que foram analisados nesta tese. A partir deste projeto, a cidade de Jaguarão se tornou o local privilegiado para a efetivação das pesquisas que objetivavam preservar o patrimônio de estilo eclético do interior do RS, confluindo para o município profissionais e acadêmicos de todo o estado. Um dos argumentos da presente tese é de que este movimento de preservação patrimonial iniciado em Jaguarão, o Projeto Jaguar, foi a base para o posterior tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade em 2011, além de ter influenciado para a inclusão desta temática da preservação patrimonial no planejamento urbano municipal.

Outra temática discutida consistirá sobre os efeitos do referido tombamento no município em relação ao planejamento urbano, tendo em vista que colocou sob a guarda do IPHAN aproximadamente seiscentos imóveis, que através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, obtiveram uma previsão de receber um aporte de cerca de 40 milhões de reais¹ para a restauração de prédios históricos, que foram selecionados de acordo com critérios estabelecidos pela administração municipal em conjunto com o IPHAN. A análise destes critérios e quais os agentes que os elaboraram serão cotejados com a

¹ Conforme noticiado no sítio eletrônico da Prefeitura de Jaguarão: “Onze projetos de Jaguarão na área do patrimônio foram selecionados no PAC 2 e estão na relação das ações que serão contempladas no PAC Cidades Históricas ao longo dos próximos três anos, com investimentos de R\$ 40,30 milhões. O anúncio foi feito na terça-feira (20) pela presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em São João del-Rei (MG)”. Disponível em: <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=3072>>. Acesso em 30/01/2017.

implantação das políticas de preservação do patrimônio e suas formas de apropriação pela comunidade, para que se possa compreender os impactos, positivos e negativos, e as formas de participação ativa da população na construção das políticas patrimoniais efetivadas pelo Estado brasileiro em uma determinada realidade. Uma das premissas desta tese é a de que as práticas de implantação da política patrimonial efetuadas pelo IPHAN na cidade de Jaguarão são eivadas de resquícios de um autoritarismo burocrático que teve sua gênese quando da criação do órgão na década de 1930. Cumpre então, determinar como se deu essa gênese dentro do cenário mais amplo de implantação das políticas de preservação patrimonial no Brasil.

1.1 ORIGENS DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

No âmbito da perspectiva das práticas políticas de preservação patrimonial, se torna basilar o entendimento de como se concebeu o processo de instauração da área de preservação do patrimônio histórico no Brasil, o qual desde a sua gênese esteve associado ao Estado e suas políticas de afirmação da nacionalidade, embora tenha havido a construção de uma narrativa orientada no sentido de demonstrar a vinculação dos movimentos de vanguarda artística iniciados na década de 1920 e a política de preservação do patrimônio, na tentativa de escamotear sua efetiva ligação com o Estado autoritário brasileiro dos anos 1930. Não obstante esse esforço intelectual, o fato foi que o interesse nacionalista de cunho autoritário norteou as medidas de preservação do patrimônio histórico, que foram concentradas no patrimônio edificado, mais tarde denominado patrimônio de “pedra e cal”, devido a sua vinculação com a arquitetura colonial brasileira e os materiais nela empregados.

Para realizar a tarefa de preservação deste patrimônio foi criado um arcabouço legal que embasou a atuação do poder público na iniciativa privada, já que a maioria dos prédios a serem preservados pertencia a essa esfera da sociedade, sendo que o direito brasileiro consagrava a primazia do direito da propriedade privada, o que em princípio obstaculizava estas medidas de proteção estatal. Estes atos impositivos, justificáveis por um conceito histórico de construção do nacionalismo levará a que o poder público preserve edificações, restaure e mesmo reconstrua o cenário das cidades que representassem um passado colonial idealizado, interferindo no planejamento urbano dos municípios. Neste intuito, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a chefia do intelectual modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro da estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES) foi o marco inicial da política de preservação patrimonial no Brasil.

Esta instituição ficou centrada no Decreto-Lei 25/1937, que regulamentou as formas de preservação do que se entendeu por patrimônio histórico e artístico nacional, caracterizando o embasamento jurídico da figura legal do tombamento, o qual colocaria o patrimônio edificado em uma espécie *sui generis* de propriedade privada com regulação estatal.

Até então, o legado das gerações passadas na forma de vestígios materiais não obtinha do Estado Brasileiro a proteção através de legislação específica, como já ocorria em países europeus desde o século XIX, quando da formação daqueles Estados Nacionais. No Brasil, algumas iniciativas isoladas, como a declaração pelo governo federal de elevar a cidade de Ouro Preto a categoria de Monumento Nacional efetivada no ano de 1933², entretanto, delegava ao estado de Minas Gerais as formas de implementar as medidas necessárias para sua preservação. Estas iniciativas anteriores ao estabelecimento do SPHAN são elencadas por Fonseca (2009, p. 96):

Também no Congresso Nacional, desde o início dos anos 20 vinham sendo apresentados projetos com o objetivo de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio. Em 1923, o deputado pernambucano Luís Cedro, em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima, e em 1930, o deputado baiano José Vanderlei de Araújo Pinho apresentaram ao Congresso propostas nesse sentido, mas nenhuma foi aprovada. Esses projetos, assim como o anteprojeto do jurista mineiro Jair Lins, elaborado em 1925, e em que Rodrigo M. F. De Andrade se baseou para elaborar o decreto-lei nº 25, de 30.11.1937, esbarravam nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela Constituição e pela legislação em vigor.

No que pese o valor destas iniciativas, somente a partir da criação da estrutura do SPHAN, através de seu aparelhamento burocrático, que foram estabelecidos procedimentos que visaram a definir a metodologia de como deveria ser preservado e a quem incumbiria essa tarefa de eleger o patrimônio de interesse nacional. Setores foram criados, como as Seções Estaduais, que tinham o papel de catalogar o patrimônio local e propor iniciativas de sua preservação ao órgão central, realizando o inventário dos bens edificados em todas as regiões do país. Esses inventários foram realizados pela base profissional que constituiu o SPHAN em seu início, a dos arquitetos, que através do órgão puderam tornar hegemônica a vertente modernista de arquitetura a qual eram filiados, e também sua concepção do que deveria ser preservado em termos de patrimônio no Brasil. A partir do arquiteto Lúcio Costa, a arquitetura modernista teceu uma rede pessoal e profissional que suplantaria as outras vertentes da arquitetura no período, e colocaria o modernismo como símbolo do progressismo técnico e científico que se tencionava aplicar na sociedade de uma forma mais ampla pelo Estado Brasileiro, como refere Chuva (2009, p. 112):

² Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933.

A tese modernista dos arquitetos do Sphan, dessa forma, encontrava-se em plena harmonia com a vertente universalista que se tornava hegemônica, configurando-se na sua perfeita tradução pelo viés arquitetônico. Engendrando uma leitura própria e particular do patrimônio arquitetônico colonial mineiro, este foi inserido na história da arte universal, dando substância e materialidade àquela centralidade mineira, articulada a partir de relações bastante diversas, conforme se procurou delinear.

Este viés modernista da arquitetura se englobava no movimento oriundo da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada na cidade de São Paulo, onde alguns de seus integrantes realizaram viagens de estudo do que entendiam ser as origens luso-brasileiras da arquitetura nacional, representadas nas antigas cidades coloniais mineiras, conforme aponta Chuva (2009, p. 102):

É, portanto, significativo que essa “redescoberta” do Brasil, na década de 1920, tenha partido de São Paulo, reconstituindo também a mística bandeirante. Trata-se de um certo Brasil, sob um certo olhar – dominado por uma intelectualidade de vanguarda paulistana. De lá, partiram as famosas “caravanas de revelação” ao interior do País – viagens em que esses intelectuais construíram uma nova memória das riquezas mineiras até então esquecidas. A eleição das cidades históricas mineiras, aliado ao espírito bandeirante reatualizado com tais viagens de descobertas, definiram em grande medida, a história que passaria a ser contada, inscrita e reconhecida em monumentos como “patrimônio nacional”.

O modernismo como corrente ideológica que buscava as origens do Brasil representada na arquitetura, permeou às relações do grupo que organizou o SPHAN, e estava condizente com a ideologia do Estado Novo instaurado em 1937, no que diz respeito a formação de um Estado Nacional unificado pela origem comum luso-brasileira, a qual seria formadora da sociedade brasileira. Este conceito de nacionalidade foi utilizado para a definição do que deveria ser preservado em termos de patrimônio histórico e justificasse sua manutenção pelo Estado como símbolo nacional, merecedor das garantias de não destruição. Embora no contexto internacional o modernismo na arquitetura rejeitasse o passado como elemento de partida para a nova arquitetura, no Brasil, o passado representado pela arquitetura colonial foi usado no contexto da afirmação da nacionalidade, sendo o elo de ligação entre a arquitetura colonial barroca e o modernismo contemporâneo, aliando tradição com progressismo. Tradição no sentido de identificar uma matriz da arquitetura luso-brasileira que fosse diferenciada de outros estilos de arquitetura usadas na Europa, que teria continuidade com o progressismo do modernismo na atualidade, deixando a arquitetura de outros estilos, como o eclético, por exemplo, em uma posição secundária, portanto sem necessidade de preservação.

Grande parte do que ficou estabelecido como norma interna do SPHAN a ser seguida, foi que deveria ser preservado o patrimônio edificado que estivesse ligado ao que era

entendido como a matriz da arquitetura brasileira, ou seja, a arquitetura colonial das cidades mineiras, como descreve Chuva (2009, p. 208):

O processo histórico decorrido nas Minas Gerais, que propiciou o surgimento do movimento de 1789, foi considerada a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o tombamento das cidades mineiras. Além disso, foi também extremamente valorizada a arquitetura jesuítica como representativa da ancestralidade da nação. De todo modo, a chamada “arquitetura tradicional”, então selecionada como representativa das origens da nação, reafirmava permanentemente as raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas como formadoras da nacionalidade.

Por outro lado, anteriormente a criação do SPHAN, com uma vertente mais voltada a cultura imaterial da sociedade brasileira, estava o estudioso Mário de Andrade, que realizava estudos antropológicos sobre a cultura brasileira, o qual foi incumbido, em 1936, pelo Ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, de apresentar um anteprojeto de lei a ser apresentado ao Congresso Nacional para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esta proposta que viria a ser conhecida como anteprojeto Mário de Andrade, tinha uma conotação mais voltada a valorização da cultura popular como patrimônio, ou seja, os saberes e fazeres da população brasileira sedimentados na tradição popular. Continha em suas propostas conceitos avançados do que deveria ser considerado como patrimônio, colocando em pé de igualdade o patrimônio edificado e aquele de natureza imaterial representado pela cultura popular, como descreve Sala (1990, p. 21):

A proposta de Mário de Andrade em seu anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era de âmbito bastante extenso, tentando preservar a totalidade de nossos bens culturais, inclusive hábitos, credences, cantos, lendas e superstições populares. Mário entendia que, “arte é uma palavra geral, que nesse seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos”.

Todavia, com o golpe de Estado de 1937, esse anteprojeto foi engavetado e em seu lugar surgiria o Decreto-Lei 25/1937 de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que centralizou a noção de patrimônio nos bens edificados como objeto da política de preservação estatal, o que vinha ao encontro dos setores autoritários do regime, aos quais não interessava democratizar a cultura popular com a patrimonialização de suas manifestações, conforme assevera Sala (1990, p. 25):

O Decreto-lei nº 25 não é fiel ao anteprojeto de Mário. Não escapou aos teóricos e articuladores do Estado Novo o perigo representado pela iniciativa paulista em seu sentido de democratização da cultura, principalmente uma cultura imaterial

representativa de etnias que tinham no Brasil o seu lugar geográfico e que atrapalhavam das mais diversas formas seu projeto nacionalista. Basta ver que nada foi feito em função do índio ou do negro, ou mesmo da cultura ligada ao sindicalismo anarquista dos operários italianos em São Paulo, até que essas questões fossem recentemente recolocadas. Como também não escapou a esses mesmos teóricos, conhecedores que eram das técnicas fascistas de propaganda, a função do bem cultural material, no duplo sentido de cooptar elites dominantes proprietárias ou de passado ligado a esses bens e de utilizar a função teatral da monumentalidade arquitetônica transformada em símbolo da pátria.

1.2 AUTORITARISMO E POLÍTICA PATRIMONIAL

Essa prática da identificação dos bens edificados como patrimônio nacional e a exclusão da cultura popular como tal, permitiu que a política patrimonial do SPHAN fosse implantada de forma autoritária³ pelos técnicos do órgão estatal, a quem incumbia a seleção dos bens a serem patrimonializados, sem qualquer interferência da população onde estavam localizados esses bens. Esse tipo de prática foi derivado do pensamento autoritário, ou uma ideologia do autoritarismo, a qual foi sendo sedimentado no Brasil a partir das críticas de intelectuais ao modelo da democracia liberal vigente na Primeira República.

Este modelo liberal, que segundo esses intelectuais não acompanhava mais as mudanças ocorridas na sociedade em contexto mundial, necessitava de um novo modelo de governo, representado pelo Estado Nacional autoritário que regularia as disputas classistas nos campos econômico e social. Uma característica desse pensamento autoritário é a necessidade da ação impositiva do Estado como dirigente da sociedade, organizador dos diversos interesses das classes formadoras da sociedade. Lamounier (1985, p. 356) caracteriza esse modelo como Ideologia de Estado:

Meu argumento, porém, é de que a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Não haveria nesta caracterização qualquer novidade – afinal ninguém desconhece a ênfase dessa época ao fortalecimento do poder público central – se não fosse pela afirmação de que se assistia então à constituição de um novo sistema ideológico dominante.

Esta Ideologia de Estado colocaria que o conflito de classes que surgiu após a Revolução Industrial foi acentuado com o liberalismo, o qual não teria conseguido realizar o equilíbrio entre a produção e a distribuição da riqueza gerada, ocasionando uma desordem que

³ Em seu estudo sobre as origens do IPHAN e sua relação com o Estado Novo Glaci Teresinha Braga da Silva, *A Materialização da Nação através do Patrimônio: o papel do SPHAN no Regime Estadonovista*, realiza um estudo sobre a estrutura burocrática do órgão e suas similaridades com o aparelho autoritário estado-novista. Na presente tese, se apresenta esta relação com um viés mais ligado a estrutura de pensamento de matriz autoritária, de alcance mais amplo.

acabaria fragmentando a sociedade. Segundo um dos principais teóricos desse pensamento no Brasil, Francisco Campos (1938, p. 43) assim seria conceituado o liberalismo:

Esse obsoleto sistema, tão desmoralizado pelo mau uso que lhe foi dado como inadequado ao quadro político e econômico do mundo, tinha que ser substituído por uma nova organização racional que permita dar rendimento às possibilidades nacionais e constituam um desenvolvimento harmonioso dos princípios que inspiraram a formação do País.

A nação brasileira, para esses intelectuais do autoritarismo, estava sufocada por conta da inadequação de ideologias europeias inseridas sem a devida contextualização na sociedade brasileira, ocasionando distorções que levariam a fragmentação dos vários estratos da população, que buscariam privilegiar seus próprios interesses em detrimento do conjunto social, ou seja, o Brasil ainda não havia conseguido desenvolver um pensamento autêntico que exprimisse a realidade nacional. O Estado Nacional então, se configuraria para os ideólogos autoritários, como a junção entre as classes formadoras da sociedade e a direção de uma elite intelectual que visaria ao estabelecimento do bem comum, entendido como a distribuição equânime da riqueza produzida de forma ordenada e sem conflitos de classe.

Para que o Brasil alcançasse essa condição, segundo esse pensamento, era indispensável que o cidadão brasileiro conhecesse sua identidade, sua vocação, sua ancestralidade em um passado que seria o formador dessa identidade e a partir desse conhecimento, aliar ao desenvolvimento econômico que levaria o Brasil ao rol das grandes nações. Este pensamento, que aliava tradição com modernidade, viria a ser aceito por alguns intelectuais modernistas que também procuravam definir o conceito de identidade nacional sob o prisma da cultura. Desde a Semana de Arte Moderna de 1922 que vários intelectuais desse movimento se constituíram em grupos que privilegiavam de alguma forma a questão da nacionalidade, como afirmado por Pécaut (1990, p. 27):

O Modernismo mostrou ainda que o plano cultural e o político são indissociáveis: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis. Raros foram os participantes da Semana de Arte Moderna que não se alinharam, logo depois, como militantes no terreno do nacionalismo: seja o nacionalismo conservador ou o nacionalismo progressista, nacionalismo patriótico ou nacionalismo esclarecido.

O SPHAN foi organizado em torno de alguns desses intelectuais oriundos do movimento modernista que se articularam na estrutura do Ministério da Educação e Saúde para a proteção do que eles entendiam como patrimônio nacional. A figura central nesse processo foi a do advogado e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual foi Diretor do SPHAN entre 1937 a 1969. Essa longa permanência, que oficialmente se deveria as

qualidades como gestor e aglutinador, também pode ser relacionada com o conceito de organicidade presente no autoritarismo, ou seja, o personalismo centrado na figura do chefe esclarecido e líder aglutinador, que guiaria os subordinados harmoniosamente para a consecução da finalidade a que se propunha. Isto era derivado do pensamento autoritário, em que o poder deveria ser exercido por um chefe que simbolizaria todas as virtudes e premissas necessárias para dirigir o Estado, aquele que compreenderia os desejos das massas e os atenderia desde que objetivassem ao interesse nacional. Este seria o César, figura carismática que dotada de qualidades excepcionais dirigiria os rumos da nação. Como refere Gomes (2005, p. 119):

Elites e massas finalmente reunidas numa comunicação *direta e afetiva*, sem intermediários. Desse fato advinha a capacidade incomparável de Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o *chefe-guia* e o *amigo-pai*, que vibrava no mesmo compasso de sua *família*. É bom ressaltar que uma das imagens mais frequentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção do Estado Nacional era o da formação de uma grande família (grifo do autor).

Este aspecto do Chefe da Nação deveria ser estendido à organização do Serviço Público, em que o chefe da repartição seria o condutor do serviço burocrático, sendo ele que deveria ser o centro das decisões. Neste sentido a organização do SPHAN em torno de um diretor que perduraria por décadas no seu comando, estava imbuída deste pensamento autoritário. A estrutura administrativa do SPHAN dependia em suas decisões fundamentalmente da figura do diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que era ao mesmo tempo gestor e articulador político dentro do regime do Estado Novo. Neste sentido, argumenta Silva (2010, p. 51):

A própria hierarquia do órgão, em que toda a estrutura estava submetida às decisões do seu presidente e à concordância do ministro Capanema, sem que houvesse autonomia dos estados baseava-se no mesmo princípio centralizador em que se estruturou o Estado Novo. É interessante perceber que, embora o SPHAN tentasse legitimar-se através do discurso da competência técnica de seus membros, com frequência solicitava a intervenção política do ministro Capanema, autoridade máxima do órgão.

Ou seja, o prestígio intelectual e moral, condições subjetivas e de autoafirmação, eram as condicionantes para que uma instituição pública obtivesse reconhecimento de suas ações perante a sociedade. Especialmente no caso do SPHAN, que lidava com um campo teórico como o do patrimônio histórico e artístico, isto era evidenciado como uma qualidade inata. Aliás, a definição do próprio termo, patrimônio histórico e cultural, suscitava uma série de subjetividades que em parte viriam a ser supridas pela ação prática dos gestores do SPHAN.

A materialização do patrimônio histórico e artístico era um ato intelectual, de conceituação histórica e arquitetônica, que determinava o bem privado ou público a ser valorizado como patrimônio nacional, revestido da legalidade de um ato normativo o Decreto-Lei 25/1937, adquirindo um valor simbólico perante o Estado e a sociedade. Esta concepção intelectual que dava início a esse processo estava alicerçada no papel que os próprios intelectuais se atribuíam dentro da sociedade, ou melhor, como formadores da sociedade. Pécaut (1990, p. 38) diz a esse respeito:

Por se tratar, principalmente de cultura, a iniciativa lhes cabia. Esta supunha que se recolhessem os fragmentos esparsos da cultura popular, para dela fazer a base de uma cultura brasileira. Isto vale para todos os domínios: tanto para a literatura, que deveria ecoar os diversos estilos e costumes, como também para as artes plásticas e a música.

As igrejas, os casarios mineiros, a arte jesuítica, segundo a concepção dos intelectuais do SPHAN eram patrimônio nacional pois estava ligado às raízes constituintes da nação brasileira. Sua preservação era determinante para que a sociedade atual não perdesse o vínculo com o passado comum, e ao mesmo tempo serviria de base para o fortalecimento da nacionalidade. O SPHAN possibilitou que fosse montada uma estrutura governamental que transformou um conceito teórico de patrimônio cultural em política estatal, através do instituto do tombamento⁴, inscrito no Decreto-Lei 25/1937. Esta norma legal possibilitou a intervenção dos intelectuais na propriedade privada, e na legitimação de uma memória histórica que através dos monumentos se perpetuaria na sociedade. Esta interposição não poderia ter sido realizada, com o alcance que obteve, sem a força do regime autoritário. Como observa Faria (1995 citado por CHUVA, 2009, p. 114):

Nesse sentido, a criação do Sphan foi parte integrante desse contexto. A institucionalização das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, portanto, deve ser compreendida não isoladamente, como obra de ilustres intelectuais, mas em relação a outras instituições igualmente criadas para exercer o controle centralizado sobre o espaço e as pessoas – um território e seus habitantes, integrantes de um Estado que se pretendia nacional –, todas elas marcadas pelo nacionalismo.

Na medida em que o esforço do regime era estabelecer uma unidade nacional, o SPHAN vinha a contribuir com a constituição de um patrimônio nacional que teve uma abrangência significativa na percepção da sociedade de uma determinada história que se queria consolidar, de matriz lusitana. Este patrimônio nacional formado de monumentos e

⁴ O tombamento é o ato administrativo que coloca determinado bem edificado, ou o conjunto deles, sob a tutela parcial do Estado, relativizando o direito de propriedade das pessoas físicas ou jurídicas. Seu alcance foi determinante para que o SPHAN se afirmasse como órgão de preservação do patrimônio no Brasil.

prédios, e em sua maioria localizados nos centros urbanos, serão resignificados pelo Estado e utilizados como instrumentos pedagógicos para consolidar o regime autoritário e sua visão nacionalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que os intelectuais colocavam sua concepção de patrimônio nacional, por meio do regime autoritário institucionalizavam e ampliavam essa percepção para a sociedade brasileira, através do tombamento e preservação destes monumentos, conforme descreve Chuva (2009, p. 143):

Conforme se buscou tratar anteriormente, as redes de relações tecidas entre agentes e agências de poder na constituição das ações de preservação cultural no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, foram de tal forma eficientes que legitimaram um determinado grupo no controle da agência do Estado criada para esse fim – o Sphan – e suas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional.

Se constata que o conceito de nacionalidade foi utilizado pelo pensamento autoritário para definir um dos aspectos do regime autoritário instalado com o golpe de Estado de 1937, e o mesmo conceito serviu para que muitos intelectuais modernistas pudessem se utilizar da força do Estado nacionalista e autoritário para sedimentar na sociedade brasileira o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional e vinculá-lo a estrutura altamente hierarquizada e técnica do SPHAN. A partir disto, foi realizada de forma paulatina uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, implementada nos municípios brasileiros que detivessem prédios e monumentos ligados ao passado colonial português e jesuítico, conforme os conceitos de história vinculados a formação do Brasil elaborados pelos intelectuais modernistas. Esta relação entre o SPHAN e os municípios na implantação da política de preservação patrimonial irá se constituir em uma *práxis* que constituirá um fluxo burocrático que se manterá ao longo do tempo na instituição, tendo considerável influência no planejamento urbano dos municípios que possuíam bens patrimoniais passíveis de proteção pelo SPHAN.

1.3 POLÍTICA PATRIMONIAL E OS MUNICÍPIOS

Com a interposição do Estado nas cidades consideradas passíveis de proteção para a preservação do patrimônio edificado, surgiram embates entre os municípios e o SPHAN, que a partir de então teria influência na construção das políticas de planejamento urbano municipais. Esta relação entre a preservação do patrimônio edificado e o planejamento urbano era tema de debate dos gestores do SPHAN, conforme palavras do seu Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, citado por Fonseca (2009, p. 119):

Rodrigo M. F. De Andrade reconhecia também os limites da atuação do Sphan, enquanto órgão federal, na tarefa de preservar – no sentido de proteger os bens culturais. Já em 1939 apontava para a importância do poder municipal na tarefa de preservação “pois ao município é que incumbe a realização de planos urbanísticos, o traçado e abertura de ruas e demais logradouros públicos, bem como a fixação e fiscalização da observância das normas e prescrições relativas às novas edificações, normas essas que podem ser gerais ou especiais para determinadas zonas urbanas”.

Entretanto, ainda que houvesse esta clareza do dirigente máximo do SPHAN quanto ao papel dos municípios e os limites da política de preservação federal, o fato era que a legislação que subsidiava as decisões a serem tomadas para a preservação do patrimônio edificado, não previa uma ação mais ativa do poder público local, restando ao município a adaptação de seu planejamento urbano as medidas do SPHAN, já que os prédios e monumentos se localizavam nos centros urbanos e o seu tombamento implicava a manutenção da paisagem do local, ou seja, se houvesse a intenção do poder público de realizar mudanças viárias em torno do bem protegido, por exemplo, teria de ter a anuência do SPHAN.

O tombamento, criado no Decreto-Lei 25/1937 para a proteção do patrimônio, se constituiu em um poder discricionário privativo do SPHAN e que deixava pouca margem para uma possível intervenção local das partes envolvidas no tombamento de determinado bem edificado. Ao final, com algumas raras exceções⁵, como a que posteriormente deu ao Presidente da República o direito de desfazer determinado tombamento, prevaleceria o que era considerado patrimônio nacional pelos técnicos do SPHAN, como fica evidenciado por Chuva (2009, p. 239):

Reafirmando as concepções sobre o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional, as quais o Sphan consagrava em sua prática seletiva e classificatória, o debate no Conselho Consultivo concentrou-se sobretudo em torno da valorização do aspecto artístico-arquitetônico, estando presente entre os conselheiros, tal intenção essa que revelava o desejo de que a arquitetura fosse intocável, tal qual uma obra de arte.

⁵ Segundo o Decreto-Lei 3866/1941: Artigo único: O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes a União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Em um destes casos de destombamento, o Presidente Eurico Gaspar Dutra em 1948 destombou a praça em frente a Igreja de São Pedro, localizada na cidade do Rio Grande/RS, para que fosse construída uma agência dos Correios e Telégrafos e outros edifícios em seu entorno.

O Decreto-Lei⁶ 25/1937 imposto pelo Presidente Getúlio Vargas, no âmbito de um governo ditatorial, continuou sendo utilizado ao longo da história do SPHAN, se mantendo até a atualidade como a principal medida administrativa para a preservação do patrimônio cultural no Brasil, mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira desde sua criação. Ao concentrar na esfera federal as decisões do que era patrimônio nacional e como deveria ser preservado, coube muito pouco aos municípios o poder de compartilhar estas prerrogativas das políticas patrimoniais. A aliança entre intelectuais, arquitetos e burocratas ligados às instâncias decisórias governamentais mais importantes do Estado Novo criou um sistema pouco suscetível a opiniões divergentes, no que fosse concernente a pensar que tipo de patrimônio deveria ser preservado e de que forma.

O reconhecimento de que o patrimônio nacional tem necessariamente de se relacionar com as políticas públicas municipais ainda é uma questão que não foi totalmente resolvida, haja vista que o *modus operandi* institucional não sofreu grandes reformas e a legislação básica continua sendo o Decreto-Lei 25/1937 e sua visão do que seja patrimônio. O fato é que no município estão localizados esses bens, portanto, o município se tornaria o gestor destes bens, como nos assevera Souza Filho (2011, p. 120):

Compreende peculiar interesse do Município e evidente interesse local o cuidar das coisas da cidade e é nela que estão concentrados os bens culturais, sejam federais, estaduais ou locais. Os bens móveis, as obras de arte, peças históricas, documentos e livros estão em regra acondicionados em museus espalhados pela cidade. Os imóveis com predominância dos conjuntos e prédios urbanos, mas também muitas vezes as paisagens notáveis e mesmo os sítios arqueológicos, paleontológicos ou ecológicos estão inseridos dentro das cidades, causando serviços e obrigações às autoridades municipais além da obrigação constitucional de protegê-los. A existência destes bens gera problemas de ordem urbanística, de trânsito, de ambientação, de visualização, de poluição, que devem ser resolvidos por normas municipais, exigindo que as autoridades locais contem com serviços especiais que, fruto de sua autonomia, devem auto organizar.

Esta relação entre os municípios e o IPHAN, na atualidade, será analisada na presente tese, através do estudo de caso da cidade de Jaguarão, a qual teve o conjunto histórico e paisagístico do centro urbano tombado pelo IPHAN no ano de 2011. De que forma foi realizado o tombamento e como se deram a implementação da política patrimonial no município será analisada, assim como as formas de participação da comunidade, haja vista o arcabouço legal contido na Constituição Federal (CF) de 1988 e demais legislações derivadas com a democratização da sociedade brasileira após a queda do regime militar que perdurou de

⁶ O chamado Decreto-Lei foi um instrumento legal criado para legislar sem a necessidade de um parlamento, por ato unilateral do Presidente da República. Atualmente, seu sucessor são as chamadas Medidas Provisórias, que apesar do alcance e duração serem menores, contém resquícios de autoritarismo.

1964 a 1985. A CF de 1988 consagrou aos municípios o direito de legislar em várias matérias que anteriormente eram privativas do governo federal, abrindo margem para uma maior autonomia em relação ao planejamento urbano. No campo da preservação patrimonial, regido por uma legislação oriunda de um regime ditatorial, embora, como se verá, com mudanças significativas em seu aparato teórico advindo do plano internacional por meio de organismos como a UNESCO, de que maneira se relacionou com o município de Jaguarão na administração da política patrimonial e a inserção da comunidade neste processo. A tese, aqui apresentada, partirá do pressuposto de que as práticas da política patrimonial do IPHAN ainda contém traços de autoritarismo derivados de sua gênese, e que embora tenham havido mudanças importantes no campo teórico e práticas democráticas que foram absorvidas pelo órgão ao longo de sua história, persistiram práticas eivadas de subordinação dos municípios a uma imposta autoridade do IPHAN, por força da legislação autoritária do Decreto-Lei 25/1937.

Para atingir esta hipótese, foi analisada a metodologia utilizada no tombamento histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão, ocorrido em 2011, tendo como objetivo verificar de que forma foi conduzido o processo pelo IPHAN e qual foi a relação com o município, no sentido de verificar os canais de interlocução, seja na instância do governo local assim como também a comunidade. Embora se reconheça que o processo de tombamento possui uma esfera eminentemente burocrática e técnica, é inegável que com o processo de democratização do campo teórico da preservação patrimonial e também de suas práticas a partir de organismos como a UNESCO e OEA, o Brasil aderiu a estes conceitos e pelo menos na esfera teórica enunciada em seus documentos, permitiu que este processo do tombamento adquirisse uma maior interação com a comunidade detentora dos bens patrimoniais.

Através da análise deste processo de tombamento e também da aplicação de recursos financeiros para a manutenção de alguns bens patrimoniais depois de sua efetivação, foi possível determinar as disposições da política patrimonial do IPHAN em uma cidade de uma região periférica do estado do Rio Grande do Sul, e suas implicações no planejamento urbano do município, os impactos na infraestrutura urbana, o tipo de patrimônio valorizado e suas formas de inclusão e exclusão no cotidiano da população, especificamente no que tange ao desenvolvimento humano através da utilização destes bens patrimoniais, conceito este emanado nos discursos oficiais como justificativa para eleger o centro urbano de Jaguarão como Patrimônio Nacional.

1.4 PERCURSO DA PESQUISA

Para a consecução dos objetivos desta tese, foi utilizada uma metodologia que contemplasse em primeiro lugar a compreensão de como se formou o patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, desde sua ocupação por tropas portuguesas no início do século XIX, até a consolidação de um centro urbano com a predominância de prédios de estilo eclético em meados da década de 1940. Para esta finalidade, foi realizada a pesquisa nos Códigos de Posturas Municipais da cidade de Jaguarão de 1851; 1876; 1898 e 1955, com a coleta de dados referente a normatização de prédios e ruas, assim como o regramento social de utilização do espaço público, com vistas a determinar ao longo do período o tipo de patrimônio que foi edificado, reconhecendo os agentes políticos e econômicos formuladores das concepções que nortearam a configuração espacial da cidade. Também se procurou delimitar os dispositivos que afetavam diretamente ao planejamento urbano de Jaguarão emanados dos órgãos decisórios de fora do município, como o estado do Rio Grande do Sul e Câmara da Assembleia Legislativa, no período imperial e republicano.

Ao longo da vigência destes Códigos de Posturas foi realizada a contextualização da legislação com a sociedade do município através da pesquisa em jornais da cidade de Jaguarão, desde o século XIX até a década de 1980, quando começou o movimento de preservação patrimonial efetuado por acadêmicos de arquitetura, delimitado como marco para a mudança das políticas de planejamento urbano do município de Jaguarão. Com a finalidade de contextualizar os códigos de posturas e suas disposições; o desenvolvimento urbano do município, índices e estatísticas que não estavam presentes nos relatórios oficiais; fatos representativos de cada período relativos a arquitetura de prédios e ruas; personalidades de políticos e da elite econômica do município, com a devida crítica destes dados com a bibliografia de apoio referendada na tese. Além disso, os índices e estatísticas sobre a cidade de Jaguarão como população, economia e renda foram pesquisados nos relatórios oficiais como os editados anualmente pelos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1848 e 1889; Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão entre 1846 a 1889; correspondência entre a Câmara de Vereadores de Jaguarão e Presidência da Província do Rio Grande do Sul entre 1846 a 1889; em sítios eletrônicos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Jaguarão da mesma cidade.

Ainda foi efetuada a pesquisa na documentação relativa as atividades do projeto de valorização do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão realizado na década de 1980,

denominado de Jaguar, e no projeto de extensão comunitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) de mesmo nome, executado entre os anos de 1980 a 1990, identificando o processo histórico das motivações de implantação dessas iniciativas, seu desenvolvimento e propostas para a preservação do patrimônio edificado de Jaguarão, contextualizado por notícias de jornal das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Jaguarão. Também foi realizada a transcrição de um documentário apresentado na Televisão Educativa do estado do Rio Grande do Sul sobre o Projeto Jaguar no ano de 1983, com o pressuposto de compreender as propostas dos idealizadores do projeto e da comunidade da cidade de Jaguarão representada no programa.

Do mesmo modo, foi realizada a análise da documentação do projeto de extensão da UFPEL que efetuou o levantamento fotográfico dos prédios considerados de interesse histórico e sua descrição arquitetônica que posteriormente foi usado como base para levantamento de mesma natureza levado a cabo pelo IPHAN, quando do tombamento histórico e paisagístico. Esses dados foram catalogados e inseridos na presente tese através de ordenação dos principais edifícios e identificação das mudanças efetuadas ao longo do período entre os anos 1980 a atualidade. Ainda foi efetuada a pesquisa na proposta resultante desse projeto de extensão da UFPEL, que foi o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ), no sentido de verificar suas propostas de preservação do patrimônio edificado de Jaguarão, quais delas se tornaram efetivas na legislação municipal e suas consequências na política patrimonial posterior.

Para a análise da política patrimonial do IPHAN foi analisado o processo de tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão, compreendo a metodologia utilizada para esse fim, sua justificativa e andamento dentro da estrutura administrativa e os agentes envolvidos, como a Prefeitura Municipal de Jaguarão e a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, assim como a articulação política em nível federal, sendo realizada pesquisa na documentação interna do município e da superintendência. Também nesse ensejo, para avaliar os investimentos do governo federal através do IPHAN, especificamente o aporte financeiro oriundo do PAC-cidades históricas, foram pesquisados o método de seleção dos bens imóveis que receberiam esse investimento para preservação predial, sendo utilizado para isso a documentação existente na prefeitura municipal. Ainda, dentro dessa perspectiva, foi avaliada a participação da comunidade nesse processo através do estudo de audiências públicas realizadas para a revitalização da Praça Alcides Marques, no centro urbano de Jaguarão, assim como a construção do Centro de Interpretação do Pampa, que teria como base as ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão e o restauro do Clube 24 de Agosto, clube que foi criado pela comunidade afro-brasileira pelo impedimento que havia de frequentar os clubes da cidade, verificando o aporte de

investimento neste patrimônio que estava a margem do patrimônio ligado a elite do município e realizando o comparativo com o investimento nos outros bens selecionados.

2 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE JAGUARÃO (1801-1980)

Neste capítulo será analisada a formação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, especificamente no que tange ao processo de desenvolvimento do centro urbano a partir da ocupação militar portuguesa efetuada em terras espanholas ainda dentro do período colonial, passando pela construção do centro urbano de estilo eclético do final do século XIX, até a sua consolidação em meados dos anos 1940 e as tentativas de reformulação do centro urbano ocorridas até 1980. Para isto, uma das bases para se compreender como foi configurado este centro urbano foram as determinações contidas nos Códigos de Posturas de Jaguarão, conjunto de regras destinadas ao ordenamento espacial e social da comunidade dentro de parâmetros idealizados pela elite política e econômica do município. Neste sentido, a legislação será cotejada com o estudo das motivações da elite política e econômica de Jaguarão, constituída por proprietários de terras, militares e políticos que comungavam entre si o desejo de que o centro urbano de Jaguarão fosse vinculado com centros urbanos mais desenvolvidos na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Este ideal de cidade será alavancado por momentos de crescimento econômico, principalmente pela criação de gado e seu derivado mais importante, o charque, e posteriormente a produção agrícola, sendo que nunca foi o suficiente para transformar a pretensão do grupo detentor do poder, que era de uma cidade com características urbanas e sociais semelhantes ao que ocorria em outras cidades mais desenvolvidas economicamente.

Portanto, este capítulo tem por objetivo demonstrar as causas do estabelecimento do centro urbano da cidade de Jaguarão, assim como às concepções dos legisladores e construtores que erigiram determinado estilo arquitetônico e de sociabilidade, que ao longo do tempo foi consolidado e difundido como sendo a história oficial do município e o que melhor representaria o nativo da comunidade. Esta representação da história da cidade e sua configuração espacial serão apropriadas pelos movimentos de preservação patrimonial surgidos no município a partir da década de 1980 e atingirá seu ápice com o tombamento do conjunto histórico e paisagístico do centro urbano pelo IPHAN em 2011, sendo de fundamental importância o reconhecimento das causas e motivações de como foi construído este patrimônio cultural para às análises posteriores das políticas do Governo Federal na cidade.

2.1 FORMAÇÃO DO CENTRO URBANO (1801-1889)

2.1.1 Conquista do território e ordenamento urbano

A invasão do território onde hoje está localizada a cidade de Jaguarão, teve como justificativa a guerra ocorrida entre Portugal e Espanha em 1801, de curta duração, que determinou o avanço português sobre possessões espanholas nas margens do Rio Jaguarão, onde estava localizada uma pequena guarda espanhola a qual foi expulsa para a outra margem por tropas oriundas da Vila do Rio Grande. Estas tropas traziam consigo comerciantes e familiares dos militares que foram constituindo um entreposto comercial que rapidamente adquiriu importância devido a sua localização, a partir de 1802. A mencionada invasão não se refere somente em relação aos espanhóis como também para com a população indígena presente antes dos europeus, como argumenta Pereira (2015, pág. 99):

A nação Minuano /Guenoa era senhora das terras da região do Rio Jaguarão e acabaram sendo dizimados pelas coroas portuguesa e espanhola, como também pelos Guaranis e outras facções indígenas rivais, como os Jaros e os Charruas. Com a prisão dos Minuanos e a distribuição dos sobreviventes (mulheres e crianças) após os massacres, foram muitas vezes comercializados como escravos. Imagina-se um número significativo de ações de extermínio sem relatos e registros da parte colonizadora.

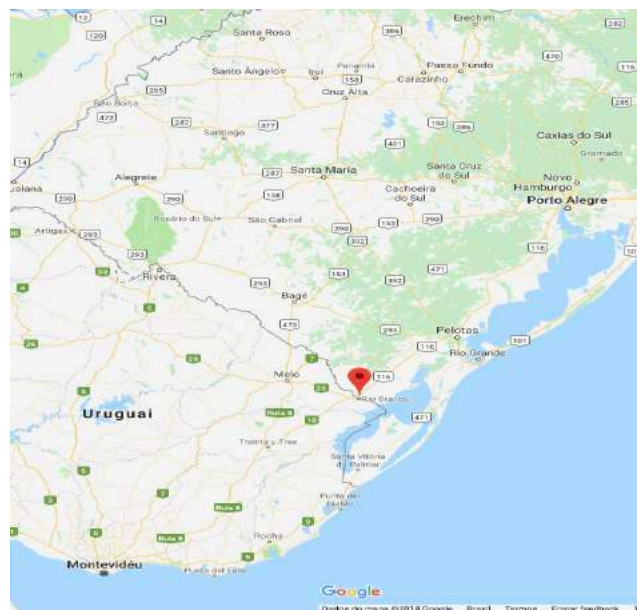
A importância estratégica do local para a consolidação da presença portuguesa na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era demonstrada pelas facilidades de acesso fluvial entre a Lagoa Mirim e o Porto do Rio Grande, caminho natural de escoamento do comércio com a Região Platina, assim como de controle militar de um território que naquele período começou a despontar como propício para o estabelecimento de propriedades para a criação do gado. O local escolhido para o acampamento militar que deu origem ao núcleo urbano inicial de Jaguarão era destacado por duas elevações conhecidas como cerros, denominados posteriormente de Cerro das Irmandades e Cerro da Pólvora. Descendo essas duas elevações encontrava-se uma suave planície que servia de escoadouro natural das águas em direção ao Rio Jaguarão, através de pequenos arroios que cortavam a paisagem, sendo o local ideal para o estabelecimento de um núcleo militar de defesa e posteriormente de organização de uma planta urbana para ser ocupado por uma população civil.

O Rio Jaguarão, o qual serviu de fronteira, inicialmente entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Espanhola, e posteriormente entre o Império do Brasil e a República do Uruguai, possuía uma comunicação com a Lagoa Mirim, extensa porção de água navegável que

adentrava os dois países, e que através do Canal São Gonçalo se ligava com a Lagoa dos Patos, vindo a passar no porto marítimo da cidade do Rio Grande, e acima, pela Lagoa dos Patos, culminando na cidade de Porto Alegre. A posição geográfica estratégica deste acampamento militar serviu não somente como meio de defesa contra as investidas espanholas na Província de São Pedro, como também de posto intermediador mercantil entre as duas regiões, o que beneficiou a região de Jaguarão com um desenvolvimento econômico rápido, atraindo uma população civil que progrediu em um meio militar, o qual era responsável pela administração do local.

Em 1812 a povoação foi elevada a condição de Freguesia, que era a primeira instância administrativa dos núcleos coloniais urbanos portugueses, passando a administração dos militares para o meio civil, denotando a importância que a região havia adquirido, apesar do pouco tempo de ocupação do território. Na figura 1 abaixo, se pode observar a localização da cidade de Jaguarão e sua posição estratégica entre as principais cidades do extremo sul da Região Platina, de intenso tráfico comercial e disputada militarmente.

Figura 1 – Mapa da localização do município de Jaguarão



Fonte: Google Maps (2018).

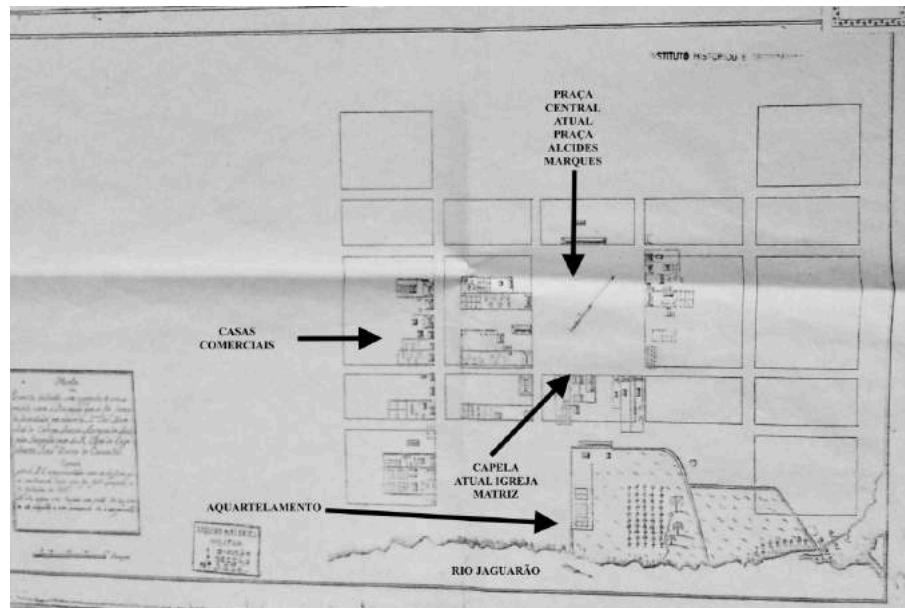
A respeito das características iniciais do acampamento militar e do povoado que se formou ao seu redor, é esclarecedor o relato de Dom José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro que tinha jurisdição sobre a Freguesia de Jaguarão, onde esteve no final do ano de 1815, conforme Souza Soares e Franco (2010, p. 14):

A tropa que aqui se acha pareceu-me em muito bom estado, e por três vezes, me tem dado salvas de artilharia, que não podem deixar de ter assustado os vizinhos castelhanos e o seu comandante Otorquez (N.O.: *Coronel Fernando Otorquez*), parente de Artigas, que anda pelas vizinhanças da Vila de Cerro Largo (N.O.: *atual cidade de Melo, na ROU*), na distância de vinte ou mais léguas. Não se tem aqui medo nenhum dos inimigos, por cuja razão vivem aqui refugiadas mais de sessenta pessoas homens e mulheres, militares, dois frades e um clérigo; e a povoação toda, fora os soldados, terá hoje 500 almas e umas trinta tendinhas de negócio de toda a espécie, mascates ou contrabandistas filhos de Portugal (grifo nosso).

O planejamento urbano da então Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão teve seu início através de uma planta mandada executar por ordem do Marechal Manoel Marques de Souza em 1810, sendo feita pelo Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros, João Vieira de Carvalho. Em outubro de 1815 essa mesma planta será copiada e acrescida das edificações que já haviam sido construídas neste período de cinco anos, denotando um incremento populacional e principalmente de desenvolvimento econômico alavancado pelo comércio de abastecimento das tropas locais, assim como do comércio e também do contrabando com o outro lado da fronteira. Embora houvesse a formação de propriedades com grandes extensões de terras no interior da região, o núcleo urbano concentrou desde cedo a maioria da população e as atividades de sociabilidade.

Na planta reproduzida a seguir na figura 2, se tem o projeto de arruamento para a povoação de Jaguarão, de autoria do Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho, com o acréscimo dos prédios existentes em 1815. Se pode notar algumas características que delinearão o aspecto urbano do município de Jaguarão ao longo de sua história: a) a presença militar representada pelo aquartelamento situado na parte inferior da planta, às margens do rio, onde se estabeleceram os primeiros militares; b) a praça central que concentrava as atividades sociais mais relevantes, e no seu entorno as construções mais valorizadas, como a igreja e as residências da elite econômica e política; c) nas ruas paralelas, imediatamente posterior ao quarteirão da praça, à esquerda, se localizavam os principais estabelecimentos comerciais que se estendiam até às margens do Rio Jaguarão. Denota-se o rápido desenvolvimento ocorrido em apenas cinco anos de ocupação do território, tendo em vista a construção das edificações, principalmente as comerciais.

Figura 2 – Planta da Freguesia de Jaguarão de 1810, acrescida das construções existentes em 1815



Fonte: Arquivo Militar de Lisboa, cópia arquivada no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (modificada pelo autor), 2017.

Esta concepção do ordenamento do centro urbano de Jaguarão, em um esquema de quarteirões e ruas ortogonais se devia a formação acadêmica dos engenheiros militares portugueses encarregados de confeccionar as plantas destes locais, nas quais procuravam atender às necessidades de defesa, e também de uma ocupação racional do terreno de acordo com os objetivos militares, ou seja, que houvesse um fácil deslocamento de tropas entre as ruas do núcleo urbano. O fato da Freguesia de Jaguarão contar com este tipo de planejamento urbano desde seu princípio caracterizou sua evolução posterior, e facilitou aos futuros legisladores o regramento das edificações, ruas e praças. Ainda a respeito deste planejamento inicial, Rhoden (2013, p. 105) esclarece:

Esses planos regulares, em quadrícula, mas nem sempre em xadrez, ou seja, nem sempre com as quadras formando quadrados ou retângulos com as mesmas dimensões, continuaram a ser adotados na primeira metade do século XIX, particularmente nas povoações da região da fronteira do Rio Grande do Sul, em função da presença constante dos engenheiros militares junto às tropas que guarneciam a linha fronteira meridional do Brasil, onde, segundo Pierre Deffontaines (s.d.,p.5), foram estabelecidas as únicas cidades nascidas diretamente de acampamentos militares.

Na historiografia sobre o tema dos traçados urbanos das cidades fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai há duas correntes de interpretação: a primeira mais tradicional, vincula a origem do traçado dessas cidades com a legislação espanhola, notadamente a Lei das Índias

de 1573 que regulava o traçado das cidades coloniais espanholas, aplicando um rígido sistema ortogonal na forma de um tabuleiro de xadrez (PAIVA; RIBEIRO NETO, 1946); na segunda linha de interpretação, argumenta-se que a Coroa Portuguesa vinha realizando uma mudança gradativa nos modelos dos traçados urbanos, principalmente após a organização da Academia Militar de Lisboa em 1720, que formava engenheiros militares que vieram atuar no Brasil, e aplicariam um modelo de traçado urbano reticular, mas não tão rígido como o modelo espanhol, adaptando a dimensão dos quarteirões de acordo com as características do terreno (RHODEN, 2013). Como a planta da Freguesia de Jaguarão foi elaborada por um destes engenheiros militares, provavelmente seguiu os parâmetros observados na Academia Militar de Lisboa e não a uma suposta influência espanhola, que se daria somente pelo fato deste núcleo urbano estar localizado em uma região de fronteira com a Coroa Espanhola.

No tocante a população, a Freguesia de Jaguarão era constituída por militares oriundos da primeira leva da conquista portuguesa, principalmente da Vila do Rio Grande, e que acabaram se fixando e constituindo família, tendo recebido da Coroa Portuguesa títulos de propriedade de terra onde estabeleceram fazendas para a criação de gado, originando os grandes latifúndios que caracterizou a região. Junto a esses militares vieram os comerciantes, geralmente da Vila do Rio Grande, a qual constituía um centro comercial importante devido ser o único porto marítimo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Alguns desses comerciantes também foram aquinhoados com propriedades de terras e iniciaram o estabelecimento de charqueadas, a exemplo do que ocorria no povoado de Pelotas, trazendo a mão-de-obra escrava para trabalhar nessas propriedades, o que formará um grande contingente de cativos na região. Como prova disto, a população cativa da Vila de Jaguarão em 1833 correspondia a 46,3% do total da população, chegando a 2.531 escravos (FRANCO, 2001). Esse contingente era utilizado para o trabalho nas fazendas de criação de gado e nas charqueadas, e no centro urbano eram utilizados para os mais variados serviços. Também formava o contingente populacional da Freguesia de Jaguarão estrangeiros oriundos da região espanhola do outro lado do Rio Jaguarão, alguns emigrados devido aos conflitos constantes na Região Platina, se estabelecendo como comerciantes, tendo importante papel no desenvolvimento econômico e na constituição de laços familiares com os brasileiros.

Os proprietários de terras, que desempenhavam as funções de fazendeiros e charqueadores, compuseram a elite econômica e controlavam a política local, sendo na maioria das vezes também parte do contingente militar, pois naquele período o exército regular era diminuto, tendo os grandes proprietários de terras a responsabilidade pela defesa do território, convocando seus agregados e escravos para os persistentes conflitos na região.

Estes proprietários-militares detinham o poder político e o exerciam para ordenar o funcionamento do centro urbano, onde tinham suas residências e exerciam as atividades sociais exigidas para a representação do seu prestígio junto a massa da população desprovida economicamente. Essa ligação entre a propriedade da terra, postos militares e política perpassou o desenvolvimento do centro urbano de Jaguarão, determinando a relação entre a construção da cidade e a ideologia dessa elite, condicionando às políticas de investimento dos recursos públicos na infraestrutura urbana, assim como as regras de convívio social entre a população. Entretanto, também houve conflitos para a formação dessa classe dirigente nos primórdios da povoação e que se estendeu, através de outros matizes, para outros períodos de sua história, como relatado por Franco (2007, p. 37):

Por afluência considerável de milicianos, ex-soldados, aventureiros e negociantes, desde cedo, provocou contendas pela posse de terras. *José de Almeida*, por exemplo, qualificando-se como “ex-soldado de dragões”, reclamou em 1803 contra o comandante da Guarda porque, tendo ele e seu sócio *Manoel Sant’Ana* se estabelecido num campo entre o Jaguarão e o arroio Juncal, “fazendo nele ranchos e curral, e metendo-lhes duas manadas de éguas e dois burros hechores e uns poucos cavalos mansos”, passados uns poucos dias mandou o comandante da Guarda violentamente demolir o arranchamento e as benfeitorias (grifo do autor).

Assim, a Freguesia de Jaguarão prosperou devido ao comércio constituído entre a região castelhana e as praças de comércio brasileiras, ficando em localização estratégica privilegiada. Desde cedo o espaço foi organizado de forma regular devido a presença militar que deu origem ao povoado, de acordo com as normas militares portuguesas, o que facilitava o futuro planejamento urbano que seria efetivado pelo grupo constituído de militares e proprietários de terras. Nesta perspectiva, a formação do núcleo urbano foi essencialmente influenciada pela tradição portuguesa, tanto no traçado de ruas como na posse da terra, sendo que a influência espanhola no povoado se deu pela fixação de alguns elementos refugiados dos conflitos da Região do Prata, mas que não foi o suficiente para mudar substancialmente a característica portuguesa do assentamento urbano. Por conta destes fatores, rapidamente o povoado de Jaguarão se tornou num dos principais centros urbanos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, motivando a elite local a seguir as tendências de planejamento urbano efetuadas nas Vilas de Pelotas e Rio Grande, apesar de ter menor disponibilidade de recursos econômicos em comparação com aqueles núcleos populacionais.

2.1.2 Elevação a Vila e organização administrativa

A elevação da Freguesia de Jaguarão a Vila se deu pelo Decreto Regencial de 6 de julho de 1832, que deu forma ao município que compreendia a região das atuais cidades de Jaguarão, Herval e Arroio Grande. Dentro do ordenamento legal da Constituição do Império Brasileiro de 1824, no seu Art.167, regulamentado por lei de 1º outubro de 1828⁷, cabia a câmara de vereadores, eleita pelos cidadãos⁸, a administração de todos os aspectos relacionados a vida cidadina, como arrecadação de impostos, poder de polícia administrativa, segurança pública, nomeação de funcionários, criação de taxas e urbanização, embora todas essas decisões devessem ser submetidas a aprovação do Conselho Provincial, mais tarde denominada de Assembleia Provincial, conforme esclarece Souza (2012, p. 235):

No primeiro artigo relativo às funções municipais, o Regimento de 1828 afirmava que as câmaras atuavam como corporações meramente administrativas, não podendo exercer jurisdição alguma contenciosa, o que implicava na anulação das atribuições judiciárias que vinha desempenhando desde o período colonial. Pautado pela proposta de centralização do poder, o Regimento subordinava as câmaras municipais aos presidentes de província, considerados como seus primeiros administradores, e aos Conselhos Gerais, substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais pelo Ato Adicional de 1834. Sem autorização dos mesmos, os vereadores não poderiam realizar obras de grande importância, nem tampouco criar, revogar ou alterar as posturas municipais, por exemplo.

A Câmara Municipal de Jaguarão foi instalada em 22 de maio de 1833, com sete vereadores eleitos e um secretário responsável pelos registros documentais da casa. O principal documento que registrava a atividade da câmara era o livro de atas, no qual continha o teor das discussões e proposições dos vereadores, petições dos cidadãos e resoluções. Ficava à disposição do público para consultas e servia também como registro do posicionamento político dos vereadores. Além desse livro de atas, a câmara possuía um livro de correspondências recebidas e expedidas, geralmente entre a Casa e a Presidência da

⁷ Art. 1º Às Câmaras das cidades se comporão de nove membros, e as das vilas de sete, e de um secretário. Art. 2º A eleição dos membros será feita de quatro em quatro anos, no dia 07 de setembro, em todas as paróquias dos respectivos termos das cidades, ou vilas, nos lugares, que as Câmaras designarem, e que, quinze dias antes, anunciarão por editais afixados nas portas principais das ditas paróquias.

⁸ Segundo a Constituição do Império do Brasil de 1824: Art. 91. Têm voto nas eleições primárias: I. Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos; II. Os estrangeiros naturalizados. Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais: I. Os menores de 25 anos, nos quais não compreendem os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis formados e Clérigos de Ordens Sacras. II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Ofícios públicos. III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guarda-Livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fábricas. IV. Os que não tiverem renda líquida anual de cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou Empregos.

Província, bem como a Assembleia Provincial. Às vezes, também podia enviar manifestações de autoridades locais e requerimentos de cidadãos aos órgãos executivos da Presidência da Província. Através destes documentos se pode ter uma ideia de como se desenrolava a administração municipal nos primeiros anos, onde a maior preocupação dos vereadores era dotar a Vila de um mínimo de regramento no que concerne ao convívio social e segurança pública, cabendo também aos vereadores formularem petições a Presidência da Província com base em relatórios efetuados sobre as necessidades locais.

Neste sentido, uma das primeiras petições efetuadas pela Câmara Municipal de Jaguarão a Presidência da Província, foi a requisição para a instalação de uma força policial composta de vinte homens, conforme ofício expedido em 19 de julho de 1833 ao Presidente da Província. Ressalta-se que as câmaras municipais deviam reportar-se a Assembleia Provincial, mas as petições eram encaminhadas ao Presidente da Província, que tomava as medidas executivas necessárias e posteriormente despachava um projeto de lei para ser ratificado pela Assembleia Provincial em forma de lei. Este sistema favorecia a uma dependência política ao Presidente da Província, sujeitando a câmara municipal a um apoio político ao Presidente em troca de recursos financeiros para a realização de suas necessidades com a infraestrutura na Vila.

Em outro ofício expedido a 3 de setembro de 1833, a Câmara de Jaguarão enumerava as principais necessidades para sua organização administrativa e infraestrutura: a) aluguel de uma casa para funcionamento das sessões da câmara; b) pagamento de um secretário para escrever as atas e organizar os livros da câmara; c) porteiro para a câmara; d) alimentação de presos indigentes; e) sustento e educação de órfãos pobres; f) material de expediente e vacina⁹ para os órfãos pobres ao encargo da câmara. Neste momento, o município de Jaguarão não contava com hospital, escola primária e nem presídio, tendo de deslocar os presos para o município de Pelotas, conforme informações do mesmo ofício. Ainda no mesmo ofício relatava a impropriedade do quartel do regimento militar estar localizado na praça principal e que suas instalações deveriam ser mais bem aproveitadas se fossem destinadas as aulas

⁹ A introdução da vacina antivariólica no Brasil remonta ao início do século XIX. Segundo Lycurgo de Castro Santos Filho (1991), em 1804, os comerciantes da Bahia sob o patrocínio de Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, Marquês de Barbacena, custearam a viagem de sete escravos à Europa para, inoculados com o pús vacínico, trazerem a vacina jennneriana para o Brasil. Já no ano seguinte, os capitães-mores de algumas províncias tornavam a vacina obrigatória. Após a chegada da Corte, a vacina antivariólica ganhou maior impulso, pois D. João, sensível em relação a varíola por ter perdido dois irmãos e um filho acometidos da doença, criou em 1811 a Junta Vacínica da Corte para implantar a vacinação no país. D. João subordinou a Junta Vacínica a Fisicatura, órgão de fiscalização do Reino, vinculando-a também a Intendência Geral de Polícia. Em 1831, a Junta Vacínica passava a chamar-se Junta Central de Vacinação (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/Fio Cruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

públicas e para a administração da justiça, construindo-se o quartel em outro lugar, citando também que a Igreja Matriz não tinha prédio próprio, funcionando em uma capela improvisada. Naquele momento o censo da população para a Vila de Jaguarão no ano de 1833, contabilizou 5.457 pessoas entre livres e escravos (FRANCO 2009), demonstrando um expressivo acréscimo em pouco mais de 30 anos quando da instalação do acampamento militar em 1802.

Enquanto a Vila de Jaguarão se organizava, a situação política na região que compreendia a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o vizinho país da República Oriental do Uruguai estava mergulhada em convulsão social, com a atuação violenta de proprietários de terras em ambos os lados da fronteira, os quais apoiavam as ambições de caudilhos que desejavam chegar ao poder no país vizinho, o que ocasionou um reflexo direto na economia e administração do município de Jaguarão, conforme relata Franco (2009, p. 16):

A primeira administração Municipal de Jaguarão pagou tributo a vários fatores negativos: a extrema radicalização da política da Província no início da década de trinta; a recente perda da Província Cisplatina, convertida em República Oriental do Uruguai em 1828; a guerra civil entre Lavalleja e Rivera, que teve fortes repercussões em toda a fronteira rio-grandense; finalmente a Revolução Farroupilha, que fez de Jaguarão um dos seus focos principais. A circunstância de ser Bento Gonçalves da Silva comandante do 4º Corpo de Cavalaria, com sede em Jaguarão, onde ele morava havia vários anos, assim como outros irmãos e parentes, concorreu para colocar a novel Vila no centro de conspirações e intrigas.

Essa situação vai se agravar com a deflagração da Revolução Farroupilha em 1835, na qual a classe agrária da Província se rebelou contra a administração provincial, e posteriormente causando a cisão de parte da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do Império Brasileiro. A Câmara de Jaguarão continuaria seus trabalhos enviando ofícios à Presidência da Província até 11 de janeiro de 1836, o que após, não houve mais registros de atividades da câmara, pelo fato de a mesma ter aderido ao movimento revolucionário na pessoa do Presidente da Casa, Manoel Gonçalves da Silva¹⁰. Somente após o término da Revolução Farroupilha em 1845, os registros foram retomados em documentos oficiais. Neste sentido, a ata de nº 1 de 17 de fevereiro de 1845, o secretário da câmara faz menção aos registros anteriores que estavam faltando no arquivo, os quais poderiam estar em poder da viúva de Manoel Gonçalves da Silva, mas nada foi encontrado pela dita viúva, conforme

¹⁰ Manoel Gonçalves da Silva foi vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de Jaguarão, era irmão de Bento Gonçalves da Silva e tomou parte ativa na Revolução Farroupilha. Segundo consta em relatos orais teria queimado os livros de registro de atas e correspondências da câmara na cidade uruguaia de Melo, para não comprometer aqueles que participaram da revolução.

relato da ata nº 2 de 18 de fevereiro (CÂMARA..., 1845).

Deste modo, a gestão do município realmente foi efetivada com o fim da guerra civil na província, havendo uma reorganização na administração municipal de Jaguarão com a retomada das atribuições da câmara na tarefa de legislar sobre o planejamento urbano, o que começou a se realizar com a elaboração do Código de Posturas Municipal. Essa lei, de imposição obrigatória aos municípios segundo o ordenamento imperial, continha disposições que tratavam de vários aspectos do convívio social, tais como: a) o alinhamento de ruas e edificações; b) higiene pública; c) taxas e multas por infrações; d) regular o comércio; e) localização de cemitérios; f) circulação de pessoas; g) regramento de funcionamento das diversões públicas. Através dessas disposições se pode inferir o planejamento urbano e a ideologia por trás de sua formulação, podendo ser realizada uma comparação com os outros códigos ao longo da história de Jaguarão, o que será feito na parte final deste capítulo.

Entretanto, apesar de ser uma lei essencial ao funcionamento da gestão do município, o processo entre a elaboração do Código de Posturas e sua efetiva aprovação pela Assembleia Provincial demandava um caminho burocrático, que deixava por anos o projeto de lei elaborado no município, parado nas comissões da Assembleia Provincial, a qual deveria realizar a análise de suas disposições e realizar eventuais modificações, o que causava sérios embaraços para a administração municipal que não podia aplicar suas disposições e, quando era finalmente aprovado, já estava defasado, demandando a adição de novos artigos pelas mudanças ocorridas no cotidiano da cidade, originando um novo processo. No caso de Jaguarão, o Código de Posturas que foi elaborado em 1845 e enviado a Assembleia Provincial em 10 de setembro de 1846, foi aprovado através da Lei nº 220 de 22 de novembro de 1851, já com alterações de 10 de outubro de 1848 e de 22 de julho de 1850, este código perdurou de 1851 até 1876.

O Conde de Caxias, comandante das forças imperiais na província, assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Sul em 1845, e iniciou uma série de obras de fortificação na fronteira com o Uruguai, com a finalidade de deter possíveis invasões, mas também como plataforma de lançamento de ataques aos países vizinhos. Na Vila de Jaguarão mandou construir uma trincheira de defesa no limite do núcleo urbano, e uma fortaleza em um dos cerros mais altos da cidade, que mais tarde ficou conhecido como Cerro da Pólvora¹¹. Para dirigir essas obras foi designado um engenheiro do exército, Tenente João Pedro de

¹¹ Essa elevação do terreno conhecida na região, como cerro, era localizada fora do núcleo urbano de Jaguarão, que por possuir uma visão abrangente da cidade e da fronteira, permitia ser um ponto estratégico de defesa. Em 1845 não existia denominação para essa área, somente após a construção do forte e de uma casa de pólvora é que ficou conhecido como Cerro da Pólvora.

Gusmão Vasconcellos que assumiu suas funções a partir de junho de 1845. Esse engenheiro ficou inicialmente subordinado ao Presidente da Província, sendo que a partir de 1847, com a organização de uma Repartição de Obras Públicas, os engenheiros militares obtiveram uma maior autonomia, com estrutura burocrática própria e um Diretor. Segundo Rhoden (2013, p. 87) as obras executadas nos municípios eram divididas em:

Locais, a cargo da câmara de vereadores, responsável por construir a casa da câmara, mercado e matadouro; provinciais, a cargo da presidência da província, responsável por construir igrejas, hospitais, pontes, escolas, teatros; e obras gerais, sob responsabilidade do governo geral do império, encarregado de construir quartéis e fortificações.

No caso de Jaguarão, que foi análogo a de outras cidades daquele período, a falta de profissionais levou em um primeiro momento a contratação pela câmara, dos engenheiros militares que foram designados para obras públicas pela Presidência da Província. Foi o caso do Tenente Engenheiro João Pedro de Gusmão Vasconcellos, conforme a manifestação contida na ata nº 85 de 10 de dezembro de 1846, onde constava o pagamento de uma gratificação devida ao mesmo pela confecção da planta da Vila de Jaguarão, a qual não foi concluída. Por outro lado, recebeu posse de título de um terreno na cidade, conforme consta na ata nº 46 de 07/02/1846, demonstrando a relação entre esses militares e a câmara, que cedia propriedade de terrenos na cidade de forma seletiva, prática iniciada desde a instalação do acampamento militar (CÂMARA..., 1846).

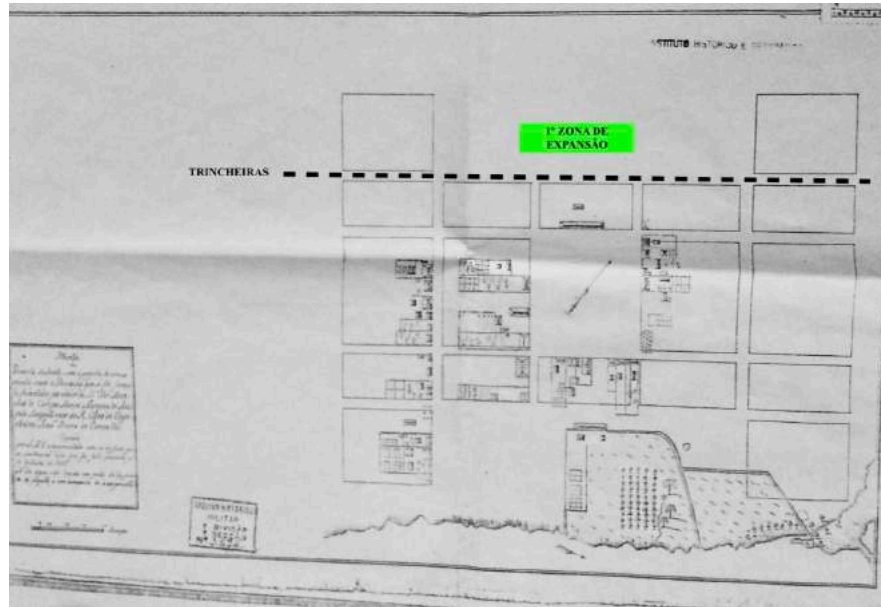
Naquele momento, como referido anteriormente, estavam sendo construídas as trincheiras no limite do núcleo urbano de Jaguarão, a dizer, da planta de 1810, mas suas imediações estavam sendo ocupadas por algumas edificações devido a primeira expansão que estava ocorrendo desde o início da década de 1840. Embora a Revolução Farroupilha fosse recente e houvesse o temor de uma invasão estrangeira, essas trincheiras acarretavam um problema para a ampliação da cidade, colidindo com as disposições militares, conforme a ata nº 19 de 09 de setembro de 1845:

Do Excelentíssimo Presidente da Província de dezessete de julho passado, ordenando a esta Câmara, prive a edificação de qualquer prédio, no lugar destinado para as trincheiras desta Vila, ou em suas proximidades sobre o que se resolveu pedir-se ao engenheiro encarregado deste Entrincheiramento, que marque a extensão privada os edifícios, e que se oficiasse ao fiscal para arbitrar, que se faça qualquer prédio na extensão marcada por dito engenheiro (CÂMARA..., 1845).

Na figura a seguir está a localização, em tracejado, das trincheiras mandada construir pelo Conde de Caxias, que apesar de ser uma fortificação militar estratégica para a defesa da

cidade, foi ocupada paulatinamente pela população para a construção de moradias, se constituindo na primeira zona de expansão do município de Jaguarão.

Figura 3 – Localização das trincheiras e primeira zona de expansão a partir de 1845



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (modificado pelo autor), 2017.

Portanto, a disposição militar não foi obedecida, conforme consta em várias atas da Câmara de Vereadores, inclusive ficando a região com o nome de Rua da Trincheira, conforme a ata nº 47 de 24 de março de 1846, comprovando a sua utilização como via pública. Tanto as trincheiras, como a fortificação projetadas em 1845 não chegaram a ser concluídas na sua totalidade, sendo que as trincheiras se transformaram em uma rua, enquanto a fortificação se limitou a construção de uma casa de pólvora e muros incompletos ao seu redor, logo abandonados e destruídos. Em 1847, o Capitão recém promovido, engenheiro João Pedro Gusmão de Vasconcellos Mariz, deixou a cidade de Jaguarão, por conseguinte a câmara ficou sem os serviços de um engenheiro contratado, ocasionando a dependência de eventuais visitas de profissionais da capital da Província, acarretando na demora para a concepção e execução dos projetos demandados pela cidade em pleno processo de desenvolvimento.

Assim, no alvorecer da década de 1850 a cidade de Jaguarão apresentava dificuldades no que concerne a melhoramentos em sua infraestrutura urbana, pouco diferindo, nestes termos, desde o estabelecimento do acampamento militar em 1802. A administração municipal se viu as voltas com a falta de recursos financeiros e também de engenheiros, ficando dependente das decisões da capital da província, Porto Alegre. A respeito das condições de vida na cidade neste período, é significativo o relato do mercenário contratado

pelo Governo Imperial para lutar na Guerra contra Oribe e Rosas, Carl Eduard Siber, quando de sua passagem por Jaguarão em 1851, transcrita por Souza Soares e Franco (2010, p. 28):

Jaguarão, já de si o empório do comércio da fronteira, estava então muito movimentado pelo afluxo de numerosas famílias de castelhanos refugiados e como ponto de partida das colunas brasileiras de invasão pela esquerda, e, mesmo presentemente, acha-se em crescente florescimento graças ao contrabando ali impudentemente praticado. O seu aspecto é, porém, o de todas as cidades sul-americanas, com as suas ruas direitas, cortadas geralmente em antigos retos por travessas, sem calçadas, alternadamente forradas de lameiros e de seixos rolados, com a sua casaria irregular, vastas praças, igrejas por acabar e outros edifícios públicos, portas de cidade são aqui um luxo tão desconhecido como o calçamento das ruas; por isso cavalos e cabras pastam amigavelmente juntos onde quer que brote um pouco de grama, e matilhas de cães perseguem ao desgraçado que sai de casa sem um bom rebenque.

Para se ter um conhecimento desta precariedade, é relevante o relatório da câmara em maio de 1856, que segundo Martins (2001) apontava as seguintes necessidades: a) um projeto e orçamento para um cais no porto; b) projeto e orçamento para um mercado; c) um projeto para o calçamento das ruas da cidade e orçamento para uma cadeia. Naquele período o quantitativo populacional, conforme relatório da Presidência da Província de 1860, a cidade de Jaguarão tinha 13.648 habitantes, Porto Alegre contava com 31.339; Pelotas com 13.743 e Rio Grande com 21.365, nesses dados já contidos escravos e libertos, ou seja, a cidade de Jaguarão estava entre as maiores cidades da província, mas não apresentava os investimentos necessários para acompanhar o crescimento populacional, assim como acontecia nas outras cidades.

Um dos pontos vitais para a economia da cidade no período era o aprofundamento do calado de navegação do Rio Jaguarão. O escoamento das mercadorias oriundas via terrestre do Uruguai, que poderiam ser encaminhadas via fluvial para a cidade do Rio Grande, encontravam um obstáculo na falta de melhoramentos na dragagem do rio, uma demanda que foi recorrente a partir da metade do século XIX através de solicitações da Câmara de Vereadores a Presidência da Província. Segundo relatório da Presidência da Província de 1867, havia um escoamento dos produtos das charqueadas localizadas no lado brasileiro e também uruguaio, apontando a importância dessa via navegável para a economia do município. Ainda a esse respeito, da falta de investimentos pela província, se manifestava a imprensa da cidade, através do jornal *Atalaia do Sul* de 27 de janeiro de 1871:

É lamentável no presente a navegação entre esta cidade e as de Pelotas e Rio Grande. Partem daqueles pontos ou seguem destes os vapores, e encaham permanecendo dias e até meses no lugar denominado –Sangradouro– e outros baixios, que entorpecem a marcha regular da navegação. O vapor-Rio-Grandense-

acha-se encalhado há 15 dias no –Sangradouro–. E o comércio e a população em geral sofrem enormes prejuízos em luta constante com estes óbices, que, entretanto, não são insuperáveis (JORNAL ATALAIA..., 27/01/1871).

Deste modo, ao iniciar a década de 1870, o município de Jaguarão havia se tornado um entreposto comercial de importância considerável, em localização privilegiada entre a capital do Uruguai, Montevideo, e a cidade portuária do Rio Grande, ambos portos vitais para a economia do extremo sul da América Latina. O planejamento urbano, até este período, se deu de forma pontual, no sentido de dotar a cidade com alguns prédios públicos que eram importantes na vida da população naquele momento, como a igreja, o presídio e o mercado, tendo o município se desenvolvido além das trincheiras, que seriam o limite do centro urbano desejado pelos militares. Desta forma, o planejamento urbano continuou neste período com o ritmo lento de construções de prédios públicos e melhoramentos na infraestrutura urbana, dependendo essencialmente dos recursos escassos proveniente do tesouro da província.

Embora o município tivesse naquele período uma importância considerável no quadro das cidades da província, a falta de uma maior representatividade política na capital levou a uma dificuldade de obter os recursos financeiros para cumprir com o cronograma de obras julgados necessários pela classe dirigente local para o desenvolvimento do município. Esta situação foi revertida no período posterior, com a inserção de uma nova classe política na cidade, a qual passou a frequentar os círculos do poder na província e na corte imperial, concorrendo para um incremento significativo dos recursos orçamentários destinados às obras de infraestrutura do centro urbano, assim como o enriquecimento da elite agrária com a indústria do charque, ora em ascensão na província do Rio Grande do Sul, permitindo um acúmulo de capital que foi usado em parte para a construção das residências dos grandes proprietários de terras, em um padrão arquitetônico que foi moldado de acordo com as experiências obtidas na permanência na Europa dos filhos dos latifundiários, para a realização de estudos.

Este panorama foi propício para o planejamento urbano que se desenvolveu a partir do final do século XIX no município de Jaguarão, consubstanciado em uma legislação municipal mais voltada ao detalhamento das ideias da nova elite política e econômica que tomou as rédeas do poder naquele período, o que levaria a construção de um centro urbano de características ecléticas nas fachadas de prédios e espaços públicos.

2.1.4 Final do século XIX: gênese do ecletismo

Na parte final deste subcapítulo sobre a formação do centro urbano da cidade de Jaguarão, foram analisadas as transformações ocorridas na configuração da arquitetura e infraestrutura do centro urbano, assim como uma mudança de paradigmas dos gestores municipais acerca de como deveria ser construída a cidade. Esse conceito de mudança de paradigma em relação ao ordenamento urbano foi defendido por Martins (2001), o qual colocou que o indicativo para essa mudança seria o Código de Posturas Municipais de 1871, que estabeleceu uma nova perspectiva do planejamento urbano diferentemente do código anterior. Também corroborou seus argumentos afirmando que houve um incremento econômico no início da década de 1870 conjugado com a ascensão do Partido Liberal na cidade, o qual estaria ligado a novas ideias sobre como deveria ser o planejamento urbano da cidade.

Em relação ao Código de Posturas datado por Martins em 1871, há um equívoco quanto a data da lei, pois o livro da Comissão de Posturas Municipais da Assembleia Provincial, arquivado no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, consta que as Posturas Municipais de Jaguarão foram apresentadas em 18 de fevereiro de 1876 sendo aprovadas pelos deputados provinciais. Isso evidencia que as regras ali contidas que tratavam sobre aspectos estilísticos das edificações levariam um tempo maior para que fossem efetivamente executadas na cidade naquele período. Sobre o argumento de haver a ligação do Partido Liberal com novas concepções de planejamento urbano na cidade, há que se considerar que a mudança de partidos no Brasil durante o Segundo Reinado, especialmente nas cidades do interior, não demandava uma mudança radical do planejamento urbano ou novas medidas administrativas e, sim, pequenas mudanças nessas esferas.

No caso específico da cidade de Jaguarão, as principais obras ocorridas na década de 1870 estavam dentro do ritmo verificado nos anos anteriores, com a construção isolada de prédios públicos. Isso é evidenciado pelo relatório enviado a Presidência da Província em 1871, onde a Câmara de Vereadores de Jaguarão enumera as principais necessidades do município: a) conclusão da Igreja Matriz; b) reforma do Mercado Público que havia sido recentemente construído, mas que foi entregue somente metade da planta projetada; c) construção de duas pontes de acesso a cidade, uma em Arroio Grande e a outra no Rio Telho; d) aumento da iluminação pública de 70 para 100 lâmpões e desobstrução do canal de acesso da Lagoa Mirim, denominado de Sangradouro (JORNAL ATALAIA..., 24/03/1871). Onze anos após o relatório enviado a Presidência da Província em 1860, as reivindicações não diferiam substancialmente das anteriores.

De fato, o que existia naquele período era uma visão compartilhada pelos grandes proprietários de terras e políticos, de que a cidade de Jaguarão estaria em pleno desenvolvimento econômico, e isto se refletiria em sua arquitetura acompanhando o modelo de outras cidades como Rio Grande e Pelotas, as quais possuíam uma economia dinâmica que produzia um excedente de capital aplicável em obras de infraestrutura. Contudo, havia um outro olhar sobre esta visão da elite local, advindo de políticos da capital da província, como comprova o debate ocorrido na Assembleia Provincial em maio de 1871, em virtude de um projeto de lei que suprimia o cargo de Engenheiro da Câmara de Vereadores de Jaguarão, e o substituía pelo cargo de Médico, o qual atenderia a população carente da cidade, necessidade identificada pelos deputados provinciais.

A oposição a esse projeto partiu do deputado Affonso Guimarães Júnior, representante de Jaguarão no parlamento provincial, o qual não reconhecia que a população carente do município estava desassistida, e que na verdade a prioridade seria outra, como as obras de infraestrutura no centro urbano, o alinhamento de ruas e calçadas, encargo esse executado pelo engenheiro contratado da câmara. Portanto, o mesmo cargo não poderia ser suprimido em favor do de um médico. Assim, se travou uma discussão entre a necessidade de atendimento médico da população carente versus o melhoramento da infraestrutura do centro urbano, conforme registrou a reportagem do jornal Atalaia do Sul:

O ilustre deputado Sr. Dr. Affonso Guimarães Júnior, não concordando com a supressão do cargo de engenheiro da Câmara Municipal desta cidade, o qual devia ser substituído por um médico de partido, segundo o parecer da comissão de câmaras, pugnou no recinto daquela assembleia pela conservação do engenheiro, mostrando a nenhuma conveniência do médico de partido (JORNAL ATALAIÁ..., 11/05/1871).

Naquele momento, o centro urbano de Jaguarão era ocupado pelas residências dos proprietários de terras e políticos, os quais orientavam o planejamento urbano para a melhoria da infraestrutura das ruas em torno de suas casas, assim, não seria interessante para esses proprietários que houvesse um redirecionamento dos recursos oriundos da província para as classes desfavorecidas economicamente. Para se contrapor ao projeto de lei que vinha nesse sentido, o representante eleito da cidade de Jaguarão no parlamento da província, que na realidade representava os interesses da classe latifundiária, se utilizou do argumento do desenvolvimento econômico da cidade e a expansão de construções para justificar a presença de um engenheiro contratado pelo poder público, conforme atesta reportagem do jornal Atalaia do Sul:

O Sr. Affonso Guimarães Junior, diz que lhe parece, que quando o legislador confeccionou a lei, julgou necessário o cargo. A comissão nem pelo menos substituiu o engenheiro por um arruador. Jaguarão está progredindo muito; somente depois da guerra, já se edificaram mais de 20 casas. Quem há de dar o alinhamento das ruas a altura das soleiras [...].

O Sr. Moura e Cunha: Não é necessário porque ainda há grandes extensões de ruas já alinhadas. (JORNAL ATALAIA..., 11/05/1871).

Assim, o deputado que representava os interesses da elite local apresentou a justificativa de que os médicos do município, profissionais liberais, exerciam funções humanitárias de assistência aos mais pobres, o que na realidade era uma forma de criar laços de clientela política com essa parcela da população. Mas, perante os colegas deputados, defendia as razões altruístas da atuação destes médicos, conforme prossegue na reportagem do jornal Atalaia do Sul:

O S. Affonso Guimarães, continuou dizendo que não compreende a necessidade de médico de partido para Jaguarão. Não lhe constou até hoje que haja médico que se tenha negado a ir ao chamado de um pobre.

O Sr. Ferraz D'Elly: Não é bastante.

O Sr. Affonso Guimarães Júnior, diz que não há médico que se negue e para provar vai ler um relatório de 1867 (lendo). O Sr. Affonso Guimarães Júnior continuando diz que quando em Jaguarão os médicos se prestam todos, é o cargo de médico de partido, uma verdadeira sinecura (apoiados). O médico de partido não tem outros deveres, para auto de corpos de delito não há necessidade deles, qualquer médico os pode fazer (JORNAL ATALAIA..., 11/05/1871).

Deste modo, o deputado Affonso Guimarães, representante de Jaguarão no parlamento, apresentou uma emenda ao projeto de lei que alterou o cargo de médico pelo de engenheiro da Câmara Municipal, e ainda acrescentou uma elevação no salário para o engenheiro. Portanto, este relato serve para exemplificar como pensava o grupo dirigente da cidade naquele período, que dava prioridade para a infraestrutura das ruas do centro urbano no qual estavam localizadas as residências de sua propriedade, o que expressou o pensamento que iria nortear as políticas de planejamento urbano do município durante grande parte de sua história, como ficou demonstrado no enunciado da emenda apresentada pelo deputado de Jaguarão ao projeto de lei que visava dotar o município de um serviço voltado a população carente, de acordo com o jornal Atalaia do Sul:

Emendas:

Suprima-se 1 médico de partido para os indigentes -500\$000- e acrescente-se em lugar conveniente gratificação ao engenheiro -800\$000-. Affonso Guimarães Júnior (JORNAL ATALAIA..., 11/05/1871).

Havia uma clara disposição da elite local de planejar a cidade de Jaguarão, no seu centro urbano, com centros urbanos mais estruturados como Rio Grande e Pelotas, especialmente no que concerne ao aspecto formal do estilo de arquitetura dos prédios, praças e ruas adjacentes. Nessa perspectiva, um dos instrumentos utilizados para executar a política de planejamento urbano era o Código de Posturas Municipal, elaborado pelos vereadores e promulgado em forma de lei pela Assembleia Provincial. Por meio de sua análise, se pode ter uma ideia do poder exercido pela Câmara Municipal no período imperial, a qual regulava os aspectos sociais da vida urbana, exercendo o poder de polícia administrativa e penal, impondo penas privativas de liberdade, criando taxas e impostos, dentre outros aspectos que investia o cargo de vereador de um prestígio político e social muito grande, razão essa pela qual eram disputados por aqueles que almejavam projeção entre a classe dirigente local. Esse poder de regular a vida social é claramente demonstrado através dos artigos a seguir, do Código de Posturas de 1876, do município de Jaguarão:

Art. 132 – Os fiscais promovem a execução das respectivas posturas cumulativamente com o procurador, e os guardas municipais são obrigados a obedecer-lhes a todas às vezes que sejam chamados para qualquer diligência; o guarda que recusar será multado em 8\$000 rs.

Art. 133 – Aos guardas municipais compete, além da disposição do artigo antecedente, rondar constantemente as praças e ruas da vila e povoações do termo, para observar as infrações das posturas e denunciá-las imediatamente aos fiscais e procurador.

Art. 134 – Os fiscais e procurador ficam autorizados a mandar por em custódia a sua ordem, até a satisfação da multa, os infratores de posturas que forem desconhecidos ou escravos, e manda-los soltar quando no artigo violado não haja pena de prisão (CÓDIGO DE POSTURAS...,1876).

Até mesmo o porte de armas era regulado por essas posturas, como se depreende do artigo 85 do mesmo código, restringindo esta prerrogativa para os indivíduos probos, ou seja, aqueles a quem a câmara assim decidia considerar, de forma subjetiva, “as autoridades policiais, concederão licença para trazerem as armas do artigo antecedente, a pessoas de reconhecida probidade” (CÓDIGO DE POSTURA..., 1876). Também era exercido um rigor na coerção aos escravos, impedindo-os de terem uma vida social em comum com os habitantes livres, ou mesmo de terem suas próprias manifestações religiosas e culturais, conforme fica expresso nos artigos 54 e 55:

Art. 54 – Os donos de botequim e casas de jogo não proibidos, não consentirão dentro delas escravos de qualquer sexo; sob pena de 4\$000 e o duplo na reincidência.

Art. 55 – São proibidas as casas denominadas zungus, e batuques; os donos ou chefes de tais casas serão punidos com a pena de oito dias de prisão e 30\$000 de

multa. Se a casa for alugada, o proprietário sofrerá uma multa pecuniária igual a metade da quantia por que alugar a sua casa a tais pessoas (CÓDIGO DE POSTURA, 1876).

Entre as disposições relativas ao ordenamento da arquitetura urbana, como alinhamento de ruas e a obrigação do proprietário de calçar a frente de seus imóveis são regras que já existiam desde o primeiro código de 1851¹² e que foram repetidas no Código de 1876, denotando que o tipo de configuração que a cidade adquiriu ao longo do tempo não diferiu radicalmente do período da primeira legislatura da câmara, ou seja, não houve um surto de desenvolvimento econômico que alavancou uma reforma radical do centro urbano, e sim, um desenvolvimento econômico lento e progressivo, que permitiu modificações em uma planta urbana concebida em 1810, que se refletiu principalmente em relação ao estilo arquitetônico das fachadas de casas particulares e edifícios públicos.

Neste momento, na década de 1870, a cidade ainda se circunscrevia a primeira expansão ocorrida a partir da década de 1840, além das antigas trincheiras, iniciando o processo de urbanização naquele local, que era obstado pela presença das mesmas, como foi relatado na Ata nº 884 de 15/03/1871, da Câmara de Vereadores das Jaguarão:

Por indicação do Sr. Vereador Francisco Gonçalves da Silva, a Câmara deliberou oficial ao Governo pedindo autorização para arrasar as trincheiras, visto que não só elas são incompletas, como desmoronadas em quase toda a sua extensão e porque impede a expansão da cidade e causa um grande prejuízo a navegação, sendo o rio entulhado pelas massas de areia que as chuvas arrastam para o rio, das sangas formadas pelas mesmas trincheiras[...]

Ainda dentro do processo de melhoria da infraestrutura, o porto da cidade recebeu a construção de uma rampa de desembarque para que os navios pudessem fazer a carga e descarga de mercadorias, obra que foi concluída em sua totalidade depois de alguns anos, devido a falta de recursos financeiros e de mão-de-obra, conforme atesta a ata nº 887 de 19/06/1871 da Câmara de Vereadores:

Quanto a obra da rampa para o serviço do porto desta cidade, foi informado que esta obra está em andamento lutando-se com muita dificuldade para se encontrar trabalhadores, pois que a grande afluência de obras de tijolo que há atualmente afugenta a concorrência das obras de pedra [...]

¹² Na ata nº 90 de 15/01/1847 havia a determinação de que “proprietários de casas, e terrenos despovoado, para que no prazo de um mês, aqueles calcem suas veredas, e estes tapem de muro com a altura da Lei pelo alinhamento das ruas os mencionados terrenos, enquanto nas posturas de 1876 no seu artigo 16 indicava que “Todos os proprietários são obrigados a calçar as testadas de seus prédios com lajes”.

Assim, a Câmara de Jaguarão procurava obter informações técnicas sobre modelos construtivos de pavimentação viária em outras cidades vizinhas, como Pelotas, para aplicação no planejamento urbano da cidade, conforme relatado na ata nº 894 de 06/07/1871 da Câmara de Vereadores:

Sendo lido o ofício que em data de 27 de junho próximo passado a Câmara Municipal de Pelotas dirigiu a esta, dando informações sobre os sistema de calçamento de que estava usando na Cidade de Pelotas, esta Câmara apreciando as vantagens que pode tirar para o progresso deste município com a luminosa informação dessa ilustre Câmara Municipal, deliberou-se agradecer ao seu ilustre Presidente e mais Membros, dando ao mesmo tempo um voto de louvor ao hábil funcionário municipal que confeccionou o parecer o Excelentíssimo Agrimensor geômetra, Gustavo Christiano Desourant.

A preferência dada pela Presidência da Província do Rio Grande do Sul de destinar investimentos em cidades como Rio Grande e Pelotas, dificultava que a Câmara de Jaguarão prosseguisse de forma célere as obras que eram demandadas pelo município na década de 1870. Na ata nº 905 de 23/01/1872, a Câmara de Vereadores reclamava a Presidência da Província uma verba que tinha sido aprovada em lei e destinada a cidade, mas que passados três anos não havia sido repassada:

Não podendo efetivar-se a obra do Sangradouro sem uma das Dragas da Província; e não podendo ser esta fornecida para essa obra já, tem esta Municipalidade outras obras de grande e urgente necessidade, que podem ser empreendidas com esse auxílio pecuniário de 40%, como sejam uma ponte sobre o rio Telho, o conserto de várias estradas, o porto desta cidade, o calçamento das suas ruas e praças: aplicação única que parece poder dar-se a esse auxílio em virtude da terminante disposição da citada Lei de 13 de Agosto de 1869, que o decretou.

Em outra decisão da capital da província, a economia e a população da cidade sofreram um revés com a emancipação da Freguesia de Arroio Grande através da Lei nº 843 de 24/03/1873, e logo depois da Freguesia do Herval pela Lei nº 1326 de 20/05/1881. Como estimativa desta perda populacional, pelo censo¹³ de 1890, o município de Arroio Grande tinha 3.844 habitantes e Herval com 6.462. Isto demonstra que o crescimento econômico na cidade tinha altos e baixos, de acordo com as consequências das decisões políticas da capital da província e oscilações na economia local.

Este quadro foi alterado a partir da década de 1880, com a ascensão de uma nova geração de políticos ligados ao republicanismo, com maior trânsito político na capital da província. As obras de remodelação do centro urbano, como a pavimentação e alargamento

¹³ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), de Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950, Porto Alegre, 1981.

das ruas no sistema MacAdam¹⁴, assim como a arborização através de árvores plantadas nas laterais das ruas, foram implementadas neste período, assim como a construção de edifícios, com uma atividade mais intensa, de acordo com os recursos financeiros advindos da indústria do charque.

A nova geração de políticos de Jaguarão que se identificavam com a ideologia republicana, foram eleitos para a Câmara Municipal de Jaguarão na década de 1880, seguindo a orientação filosófica e política calcada no positivismo de Augusto Comte e, em termos de planejamento urbano, nas transformações urbanas ocorridas em Paris efetuadas pelo Barão Haussman na década de 1850. Sobre Hausmann e sua política de planejamento urbano, relata Weimer (2004, p. 164):

Georges-Eugène Haussman foi prefeito do departamento do Sena entre 1853 e 1870, durante o reinado de Napoleão III, sendo responsável por uma ampla reforma urbana na cidade de Paris. Sua reforma visava a ligação de ruas de escoamento rápido para propiciar o rápido deslocamento de tropas para esmagar levantes populares. Mas o que foi enaltecido no período dessa reforma foi o aspecto sanitário que teria acabado com os focos de doenças que se acreditava serem ocasionados pelo tipo de construção medieval predominante, de ruas estreitas e casas de madeira.

Nesta perspectiva, foi realizada uma tentativa de criar um padrão construtivo no centro urbano de Jaguarão inspirado no estilo eclético de arquitetura, de inspiração europeia, principalmente nas residências da elite econômica e política, que mandou construir ou adaptar suas edificações para se alinhar com estas tendências. Primeiramente, com a “casa de porão alto, ainda de ‘frente da rua”, a qual representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas, e posteriormente com “o esquema da casa de porão alto, transferindo, porém, a entrada para a fachada lateral IDEM” (REIS FILHO, 1978, p.40-6). Essas construções e adaptações efetuadas pelos proprietários de palacetes de Jaguarão foram sendo acompanhadas, na medida do possível, pela camada média da população da cidade, composta de comerciantes e militares.

Este período caracterizou a segunda expansão do centro urbano de Jaguarão, realizada a partir da década de 1880, que foi a base para a consolidação do tipo de arquitetura eclética que prevaleceu nas residências e prédios oficiais do centro urbano. Contudo, em relação a infraestrutura de saneamento, as condições continuaram da forma mais precária possível, conforme se depreende das palavras do comerciante alemão Rudolf Canstatt, em sua

¹⁴ Sistema de pavimentação de ruas muito utilizado no final do século XIX em cidades do Brasil, desenvolvido pelo engenheiro escocês John Loudon Mac Adam. Consistia em assentar três camadas de pedras postas numa fundação com valetas laterais para escoamento da água da chuva. Ficou conhecido vulgarmente como macadame.

passagem por Jaguarão em 1877, relato reproduzido por Souza Soares e Franco (2010, p. 48):

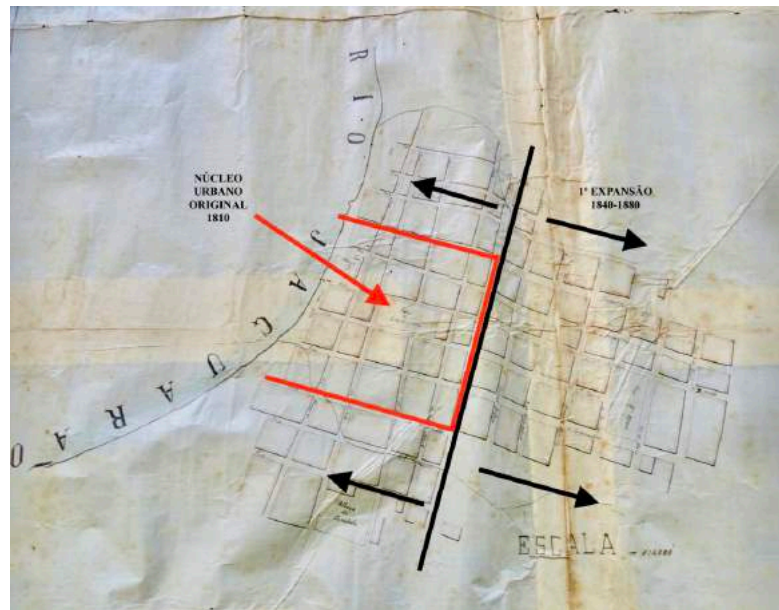
A respeito dos médicos deve-se salientar a situação da higiene de Jaguarão, que não é das melhores, dito de forma geral. Os fortes cheiros das águas estendem-se especialmente pela parte mais populosa da cidade. Grassa, portanto, uma disenteria crônica mais ou menos forte e uma febre específica com epidemias de tifo, doenças de pele, e uma grande quantidade de doenças infantis, que uma vez instaladas costumam permanecer por muito tempo ativas.

Isto denota, mais uma vez, que a importância dada pelos administradores municipais naquele período era com a aparência das fachadas dos prédios e ruas do centro urbano, deixando a periferia da cidade sem um ordenamento e melhorias que eram concentradas em um local privilegiado. Desta forma, os investimentos públicos se fixaram em uma área em que a elite possuía suas residências e prédios comerciais, causando uma assimetria no desenvolvimento das condições de vida para a maioria da população do município, a qual era dependente da economia de cunho agrário, sem condições de organização e consequente eleição de representantes no meio político dirigente da cidade.

Na figura a seguir, se apresenta o mapa elaborado pelo engenheiro Phillipe Sommer, da cidade de Jaguarão, datado por volta de 1880, onde se pode observar o núcleo urbano original em vermelho, contido na planta de 1810, e a zona de expansão em preto, do perímetro urbano a partir da década de 1840 até 1880. Essa zona de expansão se caracterizou pela construção de prédios residenciais em estilo eclético, com as ruas e quarteirões com maiores dimensões do que aquelas do núcleo original, tendo como modelo as ruas e quarteirões existentes na cidade de Pelotas, embora esta zona ainda apresentasse características rurais, como as áreas contíguas as moradias, utilizadas para as pequenas plantações de árvores frutíferas e hortifrutigranjeiros.

Esta expansão do núcleo urbano não foi acompanhada de uma melhoria nas condições sanitárias, exemplificada pela instalação de uma rede de água e esgoto, ficando a população dependente do fornecimento de água captada diretamente no rio e distribuída por carroças, e os dejetos sanitários das residências sendo retirados em cubos de madeira e despejados diretamente no rio. Algumas casas possuíam poços artesianos para o consumo de água, e em algumas ruas foram colocados poços públicos para uso do restante da população, o que de certa forma amenizava a situação de insalubridade. Somente a partir das primeiras décadas do século XX que a cidade de Jaguarão foi dotada de uma rede de água e esgoto, embora tenha atendido somente a área central, onde estavam localizadas as residências da elite.

Figura 4 – Planta de Jaguarão realizada por Phillippe Sommer, por volta de 1880



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (modificado pelo autor), 2017.

Portanto, houve uma tentativa de transformar o centro urbano da cidade de Jaguarão para acompanhar as inovações urbanas de outras cidades como Pelotas e Rio Grande, conjugando a tônica do desenvolvimento econômico com a aparência das fachadas de prédios e ruas ao estilo eclético de arquitetura, sem ter o esteio econômico e dinamismo urbano presentes naquelas cidades.

Aliado a isto, a precária infraestrutura básica de saneamento, que não condizia com uma das características deste tipo de planejamento urbano realizado naquelas cidades, ou seja, de melhorar às condições de insalubridade presentes nos centros urbanos no período anterior, causando uma assimetria que dominou a política e a gestão municipal da cidade de Jaguarão durante o final do século XIX até meados do XX, qual seja, de seguir o modelo de cidades mais desenvolvidas e com uma vida urbana mais intensa.

Todavia, o investimento de recursos financeiros advindo da economia local, juntamente com os recursos do tesouro da província foi insuficiente para suprir as demandas da classe dirigente local e suas ideias de planejamento urbano, frustrando as expectativas de transformar a cidade de Jaguarão em um centro urbano dinâmico e próspero, com uma vida social intensa, o que na realidade não condizia com a real situação econômica e política de uma cidade periférica, ocasionando a construção de um centro urbano com característica de fachadas de estilo eclético, mas eminentemente de feições rurais.

2.2 CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO URBANO (1889-1940)

2.2.1 Novos atores, velhos dilemas

Após o golpe militar do Marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, houve uma reorganização da classe dirigente da sociedade brasileira, anteriormente ligadas ao sistema monárquico parlamentarista, que repercutiu tardiamente na cidade de Jaguarão até então dominada pelo Partido Liberal desde a década de 1870. Por sua vez, a câmara municipal continuava, meses antes dos acontecimentos, envolvida em questões ligadas a infraestrutura de prédios e ruas, ao cotidiano do planejamento urbano, alheia ao que ocorria a nível nacional. Como exemplo disto, o assunto pautado na câmara era sobre o risco de desabamento da Igreja Matriz, que desde 1846 vinha sendo construída, mas que necessitava de reparos periódicos e fiscalização pelo engenheiro contratado da câmara, conforme sessão da câmara de vereadores de 09/01/1889. Em outra discussão, os vereadores emitiram uma resolução para publicação de edital de concorrência para o calçamento de algumas ruas da cidade, a começar pela avenida 27 de Janeiro, conforme ata nº 1556 de 15/01/1889:

Tendo esta câmara de efetuar o calçamento de diversas ruas da cidade pelo sistema MacAdam e, sendo indispensável para a perfeita execução de tais obras um cilindro de 6 toneladas, indico que, tendo em consideração o estado atual do câmbio se autorize o Sr. Procurador a fazer, o quanto antes, a encomenda de um nas condições indicadas pelo Sr. Dr. Engenheiro da câmara devendo a despesa ser feita por conta da verba calçamento (CÂMARA..., 1889).

Essa pavimentação das principais ruas do centro urbano de Jaguarão foi o início efetivo de obras em larga escala na cidade. Em sessão da câmara de 1º de julho de 1889, como consta na ata nº 1569, houve uma discussão em torno da forma como essa obra seria executada e na sessão seguinte, de 18 de julho de 1889, conforme consta na ata nº 1570, ficou resolvido que:

[...] e em lugar de cobrir o leito da rua com pedra [sic] o fará com cascalho do cerro, dando do MacAdam a espessura de 20 centímetros, feita a compressão pelo cilindro, que terá de ser fornecido pela câmara. A câmara pagará mais ao empreiteiro pela mão-de-obra das nove sarjetas e empadrado com a largura de 60 centímetros, correspondente a 4 travessas entre as ruas General Osório e 27 de janeiro e uma quadra da rua Aquidaban, pelo mesmo preço que foi calculado no orçamento do engenheiro cujo valor é 1:130\$ sendo fornecida a pedra pela câmara, a quem incumbe haver seu reembolso dos proprietários que corresponda (CÂMARA..., 1889).

A mudança de regime no país não acarretou rupturas no planejamento urbano da cidade de Jaguarão, onde o Partido Liberal vinha efetuando um programa de reformas no centro urbano do município, apesar dos poucos recursos financeiros disponíveis. A classe agrária permaneceu unida no que concerne a concepção de cidade a ser implementada pelo poder público. A troca de comando do governo municipal se deu de forma amistosa entre os membros anteriores da câmara de vereadores monárquica para os republicanos, como consta na ata nº 1 da nova câmara, datada de 16 de dezembro de 1889¹⁵, havendo a constituição de uma junta provisória formada pelo Coronel Thomas Affonso da Silva, Benjamin Guilherme dos Reis e Augusto César de Leivas, que assumiram os assentos de vereadores:

Em seguida o Sr. Presidente leu o relatório de entrega acompanhado de documentos. Depois convidou o Sr. Coronel Thomas Affonso por parecer-lhe mais idoso dos membros da comissão a vir ocupar a cadeira presidencial. Isto preenchido, o Sr. Coronel Thomas Affonso, nomeou o Sr. Vereador Augusto Leivas para acompanhar o Sr. Ex-presidente até a porta do edifício (CÂMARA..., 1889).

Desta forma houve a mudança de toda a administração municipal, que durante o Império Brasileiro era exercida pela câmara de vereadores, a quem cabia a função de elaboração do Código de Posturas, a taxaço e arrecadação de impostos, a gestão das obras de infraestrutura. No sistema republicano essas atribuições couberam ao órgão executivo, a Intendência Municipal, que administrou a cidade ora em diante, cabendo a câmara de vereadores a função fiscalizatória, principalmente por meio do orçamento municipal. Esta modificação na gestão administrativa do município fez com que as decisões que antes eram colegiadas, agora fossem concentradas nas mãos do Intendente Municipal, o qual promoveu a criação de vários cargos na estrutura do executivo municipal, preenchido pelos seus correligionários de partido.

A partir da adoção do sistema republicano de governo no país, houve a inserção de membros da elite local de Jaguarão nos círculos políticos da capital do Rio Grande do Sul, por conta das ligações existentes dentro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), como foi o caso do médico Carlos Barboza Gonçalves, alçado por Júlio de Castilhos, Presidente do estado e líder do PRR, a vice-Presidência do estado, e posteriormente sendo eleito Presidente do estado entre 1908 a 1913. Através dessa participação nos círculos diretivos da capital, a cidade de Jaguarão pôde almejar obras que permitiram se aproximar das reformas urbanas de outras cidades da metade sul do estado, como Rio Grande e Pelotas.

Como exemplo desta nova situação, estava a apresentação de um projeto de

¹⁵Ata nº 1 da Câmara de Vereadores de Jaguarão na República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

fornecimento de energia elétrica através de capital privado pela firma de Augusto César de Leivas e seu irmão o engenheiro civil Florisbello Leivas, conforme consta na ata nº 36 da Intendência Municipal de 20 de novembro de 1896:

[...] que é de grande utilidade para o município a execução dos serviços a que se propõe ao peticionário do privilégio; que melhoramentos de tal ordem são sempre de necessidade urgente para uma cidade populosa e progressiva como o é Jaguarão [...] (INTENDÊNCIA MUNICIPAL..., 1896).

Se observa que um dos sócios da firma que se propôs ser concessionária do serviço foi membro da junta municipal que tomou o poder no lugar da câmara imperial no município de Jaguarão, denotando a imiscuidade de aliar interesses privados com o poder público, que se tornou frequente com a ascensão do novo regime republicano, aumentando consideravelmente a máquina pública, a qual foi utilizada para atender os interesses partidários da classe política local, em concordância com a capital do estado.

Neste sentido, foi eleito em 1896 para Intendente Municipal de Jaguarão, o médico José Alboino de Figueiredo¹⁶ que através da normatização de leis e regulamentos, pretendeu captar receitas necessárias para o projeto de governo expressado pela nova classe dirigente. As novas fontes de receitas ficaram registradas no relatório do orçamento municipal de 1897, conforme a ata nº 37 de 21/11/1897 da Intendência Municipal: a) imposto de décima urbana sobre os prédios, isentos os próprios federais, estaduais e municipais, as igrejas, capelas e sociedades beneficentes de qualquer denominação; b) imposto de indústria e profissão sobre lojas comerciais, fábricas e oficinas; c) imposto sobre cangueiros¹⁷; d) imposto sobre donos de cães e animais de sela; e) aluguel de lojas no mercado municipal; f) imposto sobre gado abatido no matadouro municipal; g) imposto sobre gado abatido nas charqueadas; h) imposto sobre exportação de produtos; i) imposto sobre exportação de gado; j) pedágio sobre navios que chegam no porto; k) imposto sobre veículos de rodagem; l) imposto sobre aferição de balanças; m) imposto sobre licenças concedidas e emolumentos; n) laudêmio a ser pago por

¹⁶ José Alboino de Figueiredo - Nasceu em Crato a 27 de agosto de 1860, sendo seus pais o fazendeiro Tenente-Coronel José Antonio de Figueiredo e Dona Ignacia Maria de Figueiredo; irmão do Dr. Gustavo Horácio. Depois de haver exercido o cargo de secretário da Câmara Municipal de sua terra, seguiu para Bahia em cuja Faculdade se matriculou em 1881 e se doutorou a 4 de Julho de 1887 sendo suas teses aprovadas com distinção. Foi interno de Clínica Psiquiátrica. Sua dissertação inaugural versou sobre Segredo Profissional em Medicina. Em 1889 se transportou para a cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, onde entregou-se á vida de clinico e fez família consorciando-se com sua prima Dona Alcina de Figueiredo, filha do General Antonio Bernardo de Figueiredo. Escolhido Intendente Municipal, de Jaguarão em 1896 foi reeleito em 1900. Tendo-se mudado para Montevidéu ali exerceu a clínica. Faleceu em viagem de Polo Paes para Montevidéu, vítima de uma pneumonia em setembro de 1906, conforme Dicionário Biobibliográfico Cearense-Barão de Studart.

¹⁷ Denominação dada a trabalhadores envolvidos em serviços braçais que eram anteriormente exercidos por escravos.

transmissão de propriedade; o) taxa de sepultamento no cemitério municipal; p) imposto sobre presos no presídio municipal.

Pode-se ver que há uma taxação pormenorizada nos mais diversos setores e atividades exercidas no município, o que refletiu no aumento de arrecadação, conforme demonstrou os dados da receita municipal, que no ano de 1889 era de 37\$815.316 réis; a partir do início do funcionamento da Intendência Municipal em 1893 foi elevado para 57\$937.165; e durante a administração do Intendente José Alboíno de Figueiredo saltou para 94\$387.904 em 1896 e 142\$438.330 em 1897 (MARTINS, 2001).

O ápice da normatização da administração do Intendente José Alboíno de Figueiredo foi a promulgação do novo Código de Posturas Municipais, que entrou em vigor através da Lei nº 2 de 12 de abril de 1898, o qual se manteve por 57 anos em vigência. Estas posturas continham uma série de disposições, que nortearam o planejamento urbano e delimitaram o tipo de cidade que se estava almejando no período republicano, contendo as concepções que foram amadurecidas pela geração monarquista de políticos de Jaguarão, ou seja, um centro urbano de característica eclética, e que os republicanos deram continuidade, através de uma gestão fortemente centralizada e por meio de uma legislação autoritária, conforme se analisa a seguir.

As disposições do Código de Posturas de 1896 privilegiou questões como higiene pública, controle social e aspecto arquitetônico de construções, com detalhes que vieram a determinar o tipo de prédios que deveriam ser construídos e seu estilo arquitetônico. No capítulo II do Código de Posturas de 1898, denominado de Edificações, Regularidade e Aformoseamento, as construções deveriam ser precedidas por um plano de obras com os seguintes documentos, segundo Art. 12: a) planta de cada pavimento; b) planta da elevação das fachadas principais; c) cortes longitudinais e transversais do projeto, contendo o declive do terreno e obras necessárias ao escoamento das águas; d) plano completo das dependências da obra. Este regramento seria derivado das concepções sanitaristas contidas nos escritos de Augusto Comte e seguidas pelos republicanos no Rio Grande do Sul, conforme aponta Weimer (2004, p. 154):

Certamente por isso, baseando-se em conceitos da filosofia grega clássica, para ele, os problemas de saúde eram, basicamente, questões de engenharia de acordo com o princípio de que um ambiente saudável geraria as condições primordiais de uma vida saudável. Pelo lado oposto, ambientes pútridos gerariam “miasmas”, isto é, emanações doentias que contaminariam as pessoas. Estes princípios foram utilizados na estruturação dos códigos de posturas que passaram a normalizar as construções a partir da instauração da República, o que teve por consequência uma considerável melhoria na qualidade de vida das habitações e construções em geral.

Portanto, o Código de Posturas da cidade de Jaguarão relacionava a estética das edificações a um determinado estilo arquitetônico, vinculado ao ecletismo historicista de origem europeia, o qual foi adotado desde o final do século XIX em cidades como Rio Grande e Pelotas. Sobre o ecletismo, nos descreve Reis Filho (1978, p. 182):

O ecletismo foi um movimento estético surgido na França por volta de 1830, que visava uma conciliação de diversas correntes filosóficas e na arquitetura propunha uma harmonização dos estilos anteriormente utilizados nas edificações, como o neoclássico, o oriental e o neogótico que a partir do desenvolvimento das técnicas construtivas e materiais empregados significaria um sinônimo de desenvolvimento capitalista aliado a um refinamento estético burguês. No Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul terá “nítidas afinidades com o positivismo e com as correntes evolucionistas em geral”.

Algumas disposições do código de 1898 são reveladoras desta intenção de construção de uma cidade com características de estilo eclético, como o regramento dos elementos construtivos elencado no Art. 13, descrito a seguir: a) as medidas das portas que não podem ter menos de 2,64m de altura por 1,32 de largura; b) janelas com altura mínima de 1,76m por 1,32m de largura; c) os compartimentos devem ter no mínimo sete metros quadrados; d) corredores com mais de 20 metros devem ter a incisão de luz direta; e) nenhum edifício poderá ter beirada saliente de telhado; f) todos os prédios ficarão alinhados com a calçada e se forem recuados tem de ter 4m de recuo no mínimo; g) todas as casas devem ter compartimento reservado a latrina; h) não serão permitidos prédios de madeira; i) todas as obras serão fiscalizadas pela intendência durante sua execução; j) os terrenos baldios devem ser cercados por muros; l) as novas ruas terão 22m de largura; m) as frentes das casas devem ser revestidas de platibandas¹⁸.

Os proprietários de imóveis da cidade de Jaguarão foram obrigados a partir da vigência do Código de Posturas de 1898, a apresentarem os projetos construtivos a intendência, que passou a fiscalizar as novas construções. As edificações que até aquele momento vinham seguindo um padrão estético de acordo com o gosto dos moradores, muitas vezes adaptando o estilo colonial ao estilo neoclássico característico de meados do século XIX, tiveram de seguir a partir do novo código, rígidas regras de construção, homogeneizando o espaço arquitetônico no que se refere a estética das fachadas. Os proprietários que não obedecessem aos critérios de normatização relativas as construções dos edifícios, estavam sujeitos a sanções, como multas e até mesmo a pena de prisão, conforme o

¹⁸ Estrutura presente na parte superior dos edifícios destinada a esconder as tubulações para escoamento das águas do telhado.

Título II do Código de Posturas de 1898, denominado de Posturas Policiais:

Art. 30 – Edificar ou cercar dentro dos limites do domínio municipal sem licença da intendência. Pena – multa de 30.000 réis ou 3 dias de prisão;

Art. 39 – Impedir que os empregados municipais fiscalizem a execução da obra que estiver concluída. Pena – multa de 20.000 réis;

Art. 53 – Deixar de cumprir qualquer condição estabelecida neste código para as edificações. Pena – multa de 20.000 réis. (CÓDIGO DE POSTURAS..., 1896).

Além dessas disposições regulando a arquitetura da cidade, o Código de 1898 tratava de como deveria ser a vida social nesse ambiente urbano de prédios com fachadas ecléticas, de inspiração positivista, como consta nos seguintes artigos:

Art. 111 – É proibido vadiar pessoa alguma dentro do município, sendo recolhidos como vadios todos aqueles indivíduos que vivem às custas dos outros, sem profissão conhecida e com prejuízo dos habitantes.

O indivíduo nestas condições será obrigado a empregar-se em algum meio de vida lícito sob pena de 15 dias de prisão.

Art. 112 – Mendigar sem licença prévia da intendência.

Pena – Multa, digo, 30 dias de prisão. Os mendigos que tiverem licença da intendência carregarão sobre o peito direito uma chapa metálica numerada com as iniciais I.M.

Art. 113 – Não será permitido tirar esmolas ou promover subscrições a favor de enfermo, viúvas, órfãos e desamparados sem autorização da Intendência, incorrendo os infratores em multa de 10.000 réis ou 8 dias de prisão.

& único – Ficam isentas destas disposições as Irmandades e encarregados das festas religiosas ou cívicas, cumprindo-lhes fazer público por anúncio qual a importância arrecadada sob pena de 20.000 réis de multa. (CÓDIGO DE POSTURAS..., 1896).

Também era regulado o modo como as pessoas deviam se comportar nos lugares públicos, especialmente no que concerne aos trajes e vestimentas, formas de reuniões, tipo de manifestações em público como expressões de ideias, como comportar-se dentro dos templos, andar pela noite a rua sem prévia autorização, enfim, regradando de forma pormenorizada as atividades desenvolvidas dentro do espaço urbano, e coibindo de forma severa tudo aquilo que fosse considerado fora do conceito idealizado de urbanidade pela elite local, inclusive as manifestações contrárias de pensamento, conforme explicitado nos seguintes artigos:

Art. 120 – Proferir expressões injuriosas e indecentes e apresentar-se em público com gestos e ações indecorosas e ofensivas a moral e os bons costumes.

Art. 121 – Escrever pasquins e traçar palavras obscenas e figuras indecentes nas paredes, muros ou qualquer outro lugar público.

Foram promulgados 199 artigos deste Código, contra os 149 artigos do código anterior, explicitando sua maior abrangência na vida urbana da cidade de Jaguarão. Esse detalhamento excessivo, e principalmente da imposição de regras e costumes sociais, e da determinação do tipo

de construção que era permitido nas edificações, levou a concentração de um poder discricionário abusivo ao intendente municipal e ao grupo político que estava no poder, o qual era representado pelos grandes latifundiários e comerciantes do município, detentores da direção da cidade e do planejamento urbano desde o período imperial. Este sistema propiciou a criação de uma rede de laços políticos, tendo como escopo o clientelismo, onde o poder econômico e político cooptava os desfavorecidos economicamente e utilizava seu poder de voto para elegerem seus representantes.

2.2.2 Governo municipal e clientelismo

A estrutura administrativa de gestão do município de Jaguarão, durante o período imperial, era voltada as decisões coletivas dos vereadores eleitos pelos cidadãos livres e com certa renda inscritos na lista de votantes que era organizada a cada eleição. Esse colegiado dispunha de uma estrutura que não mudou muito ao longo do tempo, a qual ficava dependente da estrutura administrativa da Presidência da Província, que contava com profissionais formados nas poucas universidades existentes, que atendiam as demandas dos municípios em relação a confecção de projetos e outras demandas administrativas.

A cidade de Jaguarão contava com poucos funcionários durante o funcionamento da câmara no período imperial, para atender a demanda de serviços a que era obrigada a dar conta, optando pela contratação de empreiteiros para as obras de infraestrutura e de empresas que forneciam serviços como iluminação, limpeza e abastecimento de água. Dentre os cargos que foram permanentes neste período, destacam-se: a) Secretário da Câmara, responsável pela redação de documentos oficiais e da sua guarda; b) Procurador da Câmara, que tinha a responsabilidade de interpretar as demandas dos cidadãos de acordo com a lei e de subsidiar as decisões dos vereadores em questões como contratos com empresas e empreiteiros; c) Fiscais dos Distritos, que tinham a atribuição de fiscalizar as ações dos cidadãos de acordo com o Código de Posturas Municipal; d) cargos da força policial, que variaram muito ao longo do período, geralmente eram compostos de um Delegado e uma Guarda Municipal, a qual também ficava responsável pelo presídio municipal; e) Engenheiro da Câmara, responsável pelo planejamento, execução e fiscalização das obras dentro do município, sendo que este cargo era coadjuvado pelos engenheiros da província nas obras de maior vulto.

Com o advento da República houve a separação de atribuições no que concerne a gestão administrativa do município, ficando a Intendência Municipal com o Poder Executivo, centralizando todas as decisões administrativas anteriormente privativas da câmara e esta, transformada em órgão fiscalizador e de aprovação de leis que envolvessem matéria orçamentária.

A figura do Intendente Municipal passou a ser a única instância decisória administrativa e, por isso, adquiriu grande importância política dentro do esquema de sustentação da hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), conforme esclarece Bakos (1998, p. 215):

A primeira Constituição Republicana do estado – 1891 –, que teve Júlio de Castilhos como seu principal mentor, fornecia os meios técnicos necessários para o governo do estado controlar os municípios apesar de, em leitura menos avisada, ela parecesse assegurar a autonomia municipal. A primeira instância da lealdade política eram os próprios critérios de indicação do intendente; a segunda era a maneira como se fazia sua efetivação no poder – quando prestava compromisso formal de fidelidade para com o PRR e o seu líder mais expressivo, o presidente do estado, e quando recebia dele o apoio para seu exercício administrativo: chave do continuísmo.

A partir do aparelhamento da intendência municipal como órgão decisório da gestão cidadina, foram criados novos cargos que se adequassem as ideias de ordem e progresso concebidas pelo positivismo comteano e defendidas pelos republicanos rio-grandenses, notadamente as questões que envolvessem o sanitarismo e o planejamento urbano, premissas que segundo a doutrina positivista, eram essenciais para o desenvolvimento de uma cidade. A partir daí a máquina pública serviu para atender os interesses de uma classe política que realizaria a loteação de cargos de acordo com a fidelidade dos funcionários a sua causa, aumentando os gastos com pessoal, havendo a necessidade de uma maior arrecadação de impostos para sustentar esta estrutura.

A Lei Orgânica Municipal, conforme Ato nº 122 de 31/12/1898 da Intendência Municipal de Jaguarão, foi criada para regular as atribuições da Intendência e do Conselho Municipal, dando amplos poderes ao primeiro órgão para a criação de cargos e fixar suas respectivas remunerações. No município de Jaguarão houve um aumento considerável dos cargos e funções anteriormente existentes no período imperial. Estes cargos foram ocupados pelos correlegionários do partido político dominante, o que fica demonstrado por meio do relatório de fixação dos vencimentos dos cargos da intendência no ano de 1899, conforme apresentado na tabela a seguir, contida na Ata nº 122 de 31/12/1898 da Intendência Municipal de Jaguarão.

Tabela 1 – Funcionários da Intendência Municipal de Jaguarão para o ano 1899

PESSOAL	MENSAL	ANUAL
Intendente	420:000	5:040:000
Secretário do Município	350:000	4:200:000
1º Escrivário	160:000	1:920:000
2º Escrivário	150:000	1:800:000
3º Escrivário	120:000	1:440:000
Escrevente do Conselho	120:000	1:440:000
Porteiro e Contínuo	80:000	960:000
POLÍCIA MUNICIPAL		
Subintendente do 1º distrito	150:000	1:800:000
Subintendente do 2º distrito	100:000	1:200:000
Subintendente do 3º distrito	100:000	1:200:000
Escrevente da intendência do 1º distrito	100:000	1:200:000
Inspetor do matadouro	100:000	1:200:000
Inspetor do mercado	80:000	960:000
Inspetor da cadeia civil	60:000	720:000
Inspetor da seção urbana	80:000	960:000
Inspetor da seção rural	50:000	600:000
Comandante da guarda municipal	150:000	1:800:000
1º Sargento da guarda municipal	100:000	1:200:000
2º Sargento da guarda municipal	80:000	960:000
Cabo da guarda municipal	50:000	600:000
Soldado da guarda municipal	40:000	480:000
Corneteiro da guarda municipal	45:000	540:000
PAÇO DA CIDADE		
Administrador	100:000	1:200:000
1º Bilheteiro	60:000	720:000
2º Bilheteiro	50:000	600:000
Remador	50:000	600:000
LIMPEZA PÚBLICA		
Inspetor	80:000	960:000
Guarda do Material	70:000	840:000
Varredor	50:000	600:000
Encarregado da limpeza do matadouro	24:000	288:000
Encarregado da limpeza do mercado	12:500	150:000
JARDIM MUNICIPAL		
Jardineiro	60:000	720:000
CEMITERIO		
Coveiro e Zelador	50:000	600:000

Fonte: Livro de Atos da Intendência de Jaguarão.
Arquivo do IHGJ, (1899).

Essa estrutura administrativa tinha a disposição de privilegiar os cargos diretamente ligados as funções burocráticas, como o Intendente, que tinha a maior remuneração, sendo que em comparação, os antigos vereadores do período imperial não percebiam remuneração. Como apoio coercitivo a esta estrutura administrativa, foi criado um aparato policial e colocado a serviço da Intendência, responsável pela repressão estatal aos cidadãos que descumprissem a lei. A limpeza pública era agora efetuada por servidores do município, assim como a manutenção do mercado e matadouro municipal. Esses cargos advinham das convicções positivistas de funcionamento do governo como também serviu de instrumento de clientelismo, segundo argumenta Bakos (1998, p. 222):

Se por um lado, alguns eram realmente necessários em face das novas funções assumidas pela municipalização dos serviços essenciais, por outro, muitos dos novos funcionários eram chamados de *deputados da limpeza pública*, cognome oriundo da malícia popular, em sugestiva alusão ao fato de que tais funcionários recebiam *honoris causa* e não *pró-labore*, (grifo do autor).

Embora se refira a cidade de Porto Alegre, essa situação pode ser aplicada em menor escala na cidade de Jaguarão, que tinha uma economia muito mais modesta e, ainda assim absorveu uma enorme carga de impostos para a manutenção dos serviços prestados pela intendência, nem sempre condizentes com as reais necessidades da população. Cabe ressaltar também que na tabela dos cargos municipais não aparecia o cargo de engenheiro municipal, que reaparecerá nas próximas relações de cargos e vencimentos. A centralização dos serviços pela Intendência Municipal de Jaguarão era limitada pela real capacidade de financiamento, o que ocasionou a dependência de empreendedores privados que se dispusessem a realizar certos serviços básicos como iluminação e saneamento. A cidade ainda não contava, no início do século XX, com distribuição de água por rede encanada e de coleta de dejetos por meio de esgotos, que ainda eram conduzidos por carroças e jogados no Rio Jaguarão. Do mesmo rio era retirada a água em pipas e conduzidas aos moradores para o consumo, o que destoava da cartilha positivista de sanitarismo. Esse dilema, de ter uma cidade com prédios ecléticos de grande suntuosidade convivendo com uma infraestrutura de saneamento pouco diferente do que existia no início da construção da cidade, será a tônica do município durante esse período.

A prioridade de construir prédios com estilo arquitetônico eclético era uma forma, segundo a concepção dos republicanos, de demonstração de progresso civilizatório e de boa gestão do governo municipal. Nesse sentido, a reconstrução do edifício onde estava instalada a Intendência Municipal de Jaguarão, anteriormente construído em estilo colonial, seria uma forma de adaptar o prédio para as novas funções administrativas dos diversos setores criados, segundo o

modelo científico de gestão idealizado pelos republicanos, conforme a justificativa apresentada para sua execução, como relatado no Ato nº 200 de 15/12/1902, da Intendência Municipal:

Atendendo que se acha em estado de ruína iminente o Paço da Intendência Municipal, vetusto edifício que requer completas reformas para obter, solidez, capacidade e apropriações ao fim destinado. Que os trabalhos de reparação e reformas, além de ser urgentemente necessárias, demandam somas avultadas para aplicação das quais não está consignada em lei orçamentária a necessária autorização ao poder executivo (INTENDÊNCIA..., 1902).

Uma das funções que o prédio deveria ter era de demonstrar a população o simbolismo que representava o exercício do poder e a distância entre aqueles que constituíam as camadas populares e a elite dirigente. Também era a ocasião para a realização de atos laudatórios aos políticos que estavam na capital do estado, permitindo uma aproximação que poderia render dividendos políticos e eventualmente a destinação de recursos financeiros, como foi feito quando da inauguração do salão de recepções da Intendência, nomeado de Carlos Barboza Gonçalves, político oriundo da cidade que estava exercendo o cargo de Presidente do estado, segundo relato do Ato nº 317 de 1º/01/1913 da Intendência Municipal:

Art. 1º Fica denominado Salão Carlos Barboza, o salão da frente do edifício do prédio em que funciona o governo municipal de Jaguarão.
Art. 2º Fica determinado que a inauguração desse Salão seja por ocasião da visita do benemérito homem de Estado, o qual será hoje (INTENDÊNCIA..., 1913).

Nessas ocasiões era a oportunidade de reforçar os laços de clientelismo entre a classe dirigente local e seus representantes na capital, no caso o presidente do estado Carlos Barboza. Os partidários locais compareciam e expressavam sua afinidade com a cúpula dirigente do PRR, e futuramente poderia render algum cargo na administração municipal. Na ata que acompanhou o Ato nº 317 de denominação do Salão, fica assinalada essa disposição:

Essa cerimônia teve a maior importância que se possa imaginar, já pela concorrência de toda a sociedade prova [...]. Nos lugares de honra sentaram-se o Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves ao centro entre o Coronel Frederico Rache, presidente do Conselho Municipal e Coronel Gabriel Gonçalves da Silva, Intendente Municipal; de ambos os lados tomaram assento o Sr. Comandante Silvestre Mello [sic], Coronel enviado pelo Presidente da República Uruguiaia, Coronel Rafael Flores [...] (INTENDÊNCIA..., 1913).

Na figura a seguir, se observa o prédio da Intendência Municipal de Jaguarão com sua fachada de estilo eclético, tendo como características a grande porta de acesso, que por meio de uma escada levava ao hall de entrada, tendo a direita o Gabinete do Intendente e o Salão de

Reuniões Carlos Barboza e a esquerda se situava o salão de reuniões do Conselho Municipal. Ainda em sua fachada, se encontra a platibanda encimada por um frontão tendo no cume o brasão da República. A rua a sua frente está pavimentada com sistema macadame, assim como eram as demais no perímetro do núcleo urbano original, local dos principais prédios públicos e residências da elite. A suntuosidade do prédio contrasta com o prédio vizinho de arquitetura colonial, ainda sem platibanda. Com o passar do tempo, estas construções de estilo colonial foram adaptadas para o estilo eclético, com a construção de platibandas e modificação das aberturas das fachadas.

Figura 5 – Prédio da Intendência Municipal de Jaguarão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

O Intendente Municipal à época, Coronel Gabriel Gonçalves da Silva, era parente do Presidente do estado, o médico Carlos Barboza Gonçalves, ambos integrantes do PRR. Em uma correspondência entre os dois, datada de 27 de maio de 1911¹⁹, ficam muito claros os laços de clientelismo existente dentro da administração pública, para a indicação de partidários políticos para serem nomeados em cargos do governo municipal:

Diz ele que, certamente, voltando ao Rio Grande, já estará autorizado para esse aumento, enviando para cá, nossa terra, o número de vagas equitativas, incluindo eu, por essa ocasião, o nome do nosso bom companheiro Cardozinho. Não o faço já, isto é, não o nomeamos neste momento, pela falta absoluta de vagas, nesta seção (ARQUIVO IHGJ..., 1911).

Ainda em relação a distribuição de cargos públicos para os partidários do PRR,

¹⁹ Correspondência entre Gabriel Gonçalves da Silva, intendente municipal de Jaguarão, e Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do estado do Rio Grande do Sul. Fonte: IHGJ.

prossegue o Intendente Municipal de Jaguarão, Coronel Gabriel Gonçalves da Silva:

Com a morte do nosso inolvidável amigo Affonso se encontra vago o lugar de Subintendente. É esse um dos lugares políticos que mais necessidade há de procurarmos um funcionário que se amolde às necessidades políticas, submetendo todos os seus atos, sempre, a escrupulosa orientação dos chefes do partido; assim pensando, e mesmo por um sentimento de justiça, julgo que não errarei, apresentando o nome do nosso correligionário João Morteiro que nos tem servido com inteira lealdade, desde muito tempo. Para esse cargo, mais vejo a necessidade de bons sentimentos do que a habilitação que poderia ser notada, como falta, para esse amigo (ARQUIVO IHGJ..., 1911).

Fica bem claro que, para ser investido em cargo público não era necessário conhecimento técnico, o que em tese era apregoado pelos republicanos, mas lealdade partidária. A perpetuação do PRR na política rio-grandense se deveu muito a esses arranjos institucionais em uma aliança entre a elite local com a regional, e a distribuição de cargos como instrumento de fidelidade partidária. Elucidante dessa aliança entre membros da classe política de Jaguarão e da capital Porto Alegre é uma carta²⁰ do então Presidente do estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, para o Tenente-Coronel Manoel de Deus Dias, para que o mesmo comprasse no Uruguai grande quantidade de cavalos. Certamente essa solicitação se devia a proximidade da fronteira e aos contatos do coronel no país vizinho e suas facilidades de cruzar a fronteira de forma discreta, como mostra o conteúdo da correspondência:

Tenho resolvido confiar-vos a importante incumbência de fazer a aquisição no Estado Oriental, por conta do Governo da União, de bons cavalos, até o número de mil, ao preço mais razoável que puderdes encontrar. Efetuada a compra nas condições vantajosas que deixo muito recomendadas ao nosso zelo, deveis dar-me pronto aviso a fim de combinar-se o ponto por onde tenha de entrar a referida cavallhada. (ARQUIVO IHGJ..., 1893).

A administração pública na cidade de Jaguarão durante o início do século XX caracterizou-se pela concentração de poderes decisórios na figura do Intendente Municipal, que tinha a prerrogativa de criação e nomeação dos cargos públicos, que atendiam a crescente especialização dos setores da intendência como também ao clientelismo partidário. Isso se refletiu no planejamento urbano e na arquitetura adotada nos prédios públicos, que deveriam servir de demonstração do progresso econômico e social, alinhada a outros municípios como Rio Grande e Pelotas. Ainda que os serviços de infraestrutura básica não estivessem presentes, como o fornecimento de água potável encanada e energia elétrica, o objetivo era de

²⁰ Correspondência do Coronel Manoel de Deus Dias datada de 1º de abril de 1893.

apresentar uma cidade como tendo o aspecto de vida urbana intensa e grande desenvolvimento econômico.

Esse tipo de ideologia de urbanismo, que estava atrelada a ideologia positivista praticada no Rio Grande do Sul, especialmente na capital Porto Alegre, era contraditória nos círculos dos estancieiros que comandavam a política na fronteira oeste do estado, pois sendo eles parte de uma economia agrária, não haveria o interesse que houvesse um desenvolvimento da indústria, o que poderia ocasionar uma mudança no estilo tradicional de sociedade em que viviam. No caso de Jaguarão, a posição majoritária de latifundiários fará com que a preferência por uma economia agropastoril seja levada aos seus extremos, significando uma dependência econômica desse setor, não permitindo a formação de uma classe trabalhadora ativa na cidade, advinda de uma dinamização de sua economia. Esse fato transparece nas conclusões dos Apontamentos para uma Monografia sobre Jaguarão de 1912, apresentado por ocasião da Feira Estadual de Agricultura, conforme descrito a seguir:

Terminando estas apreciações sobre nosso desenvolvimento industrial, com o fim de mostrar um grau animador de progresso, encerraremos nossas afirmativas, com as seguintes verdades:

- a) O estado atual de Jaguarão é prospero, estando todos os seus setores em franca atividade;
- b) Jaguarão não deve ter a preocupação, atualmente, de novas cogitações industriais, porque desenvolvendo com orientação segura a pastoril, será muito mais conveniente melhorar esta, ampliando as fontes de riqueza que lhe são dependentes ou que a ela estão ligadas, dedicando-se com muito interesse a uma agricultura limitada para que, sem receio e com maiores proveitos, possa garantir o futuro da sua riqueza, a pecuária, com o plantio de todas as forragens, em larga escala;
- c) Transformando-se o fazendeiro criador em agricultor ou industrialista qualquer, dar-se-á a subdivisão de imóveis e de capital, ocasionando, portanto, uma antecipação em o nosso progresso, contrariamente as nossas condições particulares, podendo resultar um fracasso, nessa tentativa extemporânea. (INTENDÊNCIA..., 1912).

Essa elite que deveria seguir a doutrina positivista do progresso, calcada no desenvolvimento econômico e do planejamento urbano, inserida em uma cidade de intensa vida fabril e cultural, destoava do que existia na cidade em que viviam, a qual era dependente de uma economia agrária e sem industrialização. Além disso, o conservadorismo da classe rural não queria abandonar as velhas práticas de subordinação da população atreladas a economia das grandes estâncias em troca de um desenvolvimento econômico que poderia ser gerado pela industrialização, a qual provocaria uma mudança nas relações de trabalho entre os grandes proprietários rurais e os trabalhadores do campo, a qual teria consequências na política do município.

2.2.3 Urbanização: infraestrutura e economia

Segundo o censo populacional de 1900 a cidade de Jaguarão contava com 12.172 habitantes, ficando distante dos contingentes populacionais de outras cidades como Bagé com 28.956 habitantes; Rio Grande com 29.492 habitantes; Pelotas com 44.881 habitantes (FEE-RS, 1981). Em relação as atividades capitalistas, a cidade possuía dentre outros, os seguintes empreendimentos: açougues (5); armadores (2); bancas de advogado (7); agência de leilões (1); loterias (3); agência de vapores (1); alfaiatarias (7); armarinhos (2); agrimensores (3); barbearias (12); casas de câmbio (3); correio (4); colchoaria (1); curtume (1); chapelaria (1); dentistas (3); escritórios comerciais (2); fábrica de torrar e moer café (3); fábrica de carroças (2); fábrica de sabão e velas (3); ferrarias (4); funileiros (3); hotéis (2); lojas de joias (2); jornais (4); livraria (1); lojas de tecidos (21); marcenarias (4); consultório médico (5); marmorista (1); ourives (4); olarias (8); padarias (6); farmácias (4); sapatarias (11); tipografias (3) e charqueadas (2) (O INDICADOR..., 1901).

Os imóveis residenciais da elite erguidos em estilo eclético se localizavam junto a praça central e nas ruas adjacentes, compondo um conjunto com as casas mais modestas que procuravam acompanhar em suas fachadas a ostentação apresentada por aquelas. As ruas ainda que pavimentadas com o rudimentar sistema macadame, foram alargadas a partir da expansão ocorrida em finais do século XIX, embora somente as ruas do núcleo urbano original fossem pavimentadas, as demais eram de terra batida. Esse ritmo de vida urbana vinculado ao campo, se reproduzirá no interior das áreas contíguas as casas, que normalmente dividiam seu terreno com pequenas plantações de árvores frutíferas e hortigranjeiros. Embora em plena década de 1900, as casas seguiam um esquema característico da época colonial para suprir a alimentação familiar, o que segundo Reis Filho (1978, p.30) “as casas urbanas tentavam resolver em parte o problema, por meio de pomares, criação de aves e porcos ou do cultivo de mandioca e de um ou outro legume”. A crise de abastecimento de produtos agrícolas para consumo da população urbana na época colonial, ainda era aplicável ao município de Jaguarão, por conta de sua dependência da pecuária e ao não desenvolvimento de uma agricultura diversificada.

Pode-se ver na figura a seguir, do início do século XX, a rua principal da cidade, denominada de 27 de janeiro, com as residências da elite em estilo eclético circundando a praça principal chamada 13 de Maio, tendo residências vizinhas em um estilo eclético mais simplificado, pertencentes a classe média formada por militares e comerciantes, sendo que esta área era a mais privilegiada em termos de infraestrutura.

Figura 6 – Desfile militar na Rua 27 de janeiro, no centro urbano de Jaguarão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

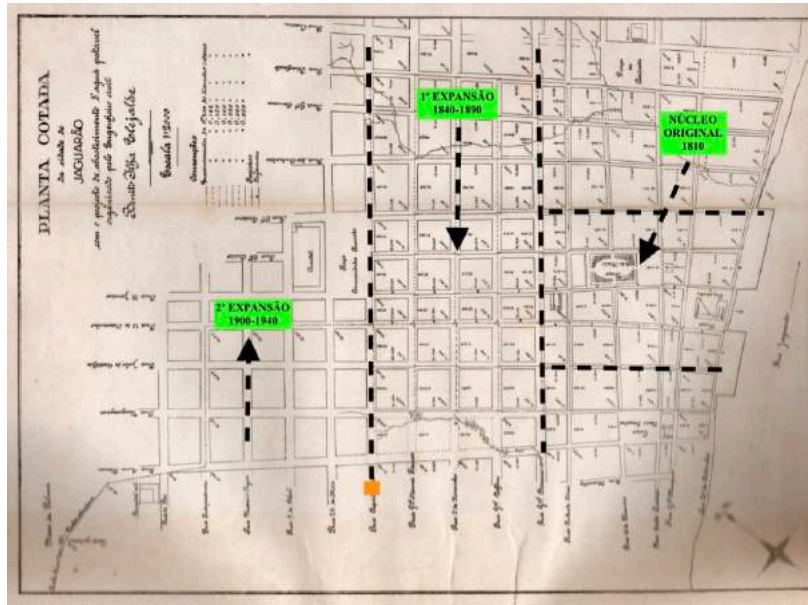
Ainda sobre as características da infraestrutura urbana, torna-se relevante o relato do engenheiro Benito Ilha Elejalde, contratado pela Intendência Municipal para elaborar um projeto de abastecimento de água potável e rede de esgoto, onde também fez um relatório sobre vários aspectos da cidade de Jaguarão em 1911:

As ruas principais são as perpendiculares ao rio, tem franca insolação axial e lateral permitindo que o sol banhe com os seus raios benéficos as fachadas dos edifícios durante mais de duas horas, pela manhã e a tarde. As ruas antigas têm a largura de 10 metros com passeios de 1,75 metros e as novas avenidas, onde se tentou uma arborização lateral, deixando-se um faixa central demasiado larga para o trânsito de veículos tem a largura de 20 metros com passeios de 2,25 metros. O calçamento é de pedra irregular assente sobre uma camada de areia de 0,15 metros de espessura. Os passeios das ruas com pavimento de lajes de grês não tem guias de granito, o que ocasiona a deterioração dos mesmos, pelas rodas dos veículos. Nas avenidas, seria de bom efeito diminuir a faixa central destinada aos veículos e alargar os passeios que poderiam ser dotados de tabuleiros gramados, o que se conseguirá facilmente depois que houver água para a irrigação (ELEJALDE..., 1911).

O mesmo engenheiro confeccionou a planta da cidade, como pode ser visto na figura abaixo, num período que a cidade havia expandido seu perímetro urbano pela segunda vez, seguindo em direção oposta ao Rio Jaguarão, chegando a abarcar os prédios que anteriormente eram mais afastados do centro urbano, como o quartel e a enfermaria militar do exército, constituindo a periferia da cidade naquele momento, com habitações mais simples e de características rurais. Foram mantidas as características do alinhamento de ruas e prédios da planta original de 1810, denotando um planejamento urbano que foi continuado ao longo do

tempo, permitindo uma organização do núcleo urbano com característica homogênea no que se refere ao padrão de ruas e prédios.

Figura 7 – Planta da cidade de Jaguarão em 1911



Fonte: Biblioteca Pública Rio-Grandense (2016).

Continuando o relatório do engenheiro civil Benito Ilha, o mesmo se refere ao estilo de arquitetura da cidade, caracterizando como de feições ecléticas e progressista, mas deixava claro que havia uma grande parte da cidade com uma arquitetura considerada por ele como antiga, ou seja, somente o núcleo original ao redor da praça teria o aspecto da arquitetura eclética, com os prédios de maior destaque como a Igreja Matriz e a sede dos clubes sociais, conforme citado no seu relatório:

A cidade é de arquitetura antiga na maior parte, entretanto o *hábito externo* que apresenta a edificação das ruas 15 de Novembro e 27 de Janeiro é de belo efeito, ostentando alterosos e magníficos edifícios. A praça principal está ajardinada e arborizada e é cercada de edifícios de arquitetura moderna como sejam os Clubes Jaguarenses e Harmonia, a Igreja Matriz, o do Ginásio e muitas casas particulares que dão a este logradouro público um aspecto de cidade florescente. (ELEJALDE..., 1911), (grifo do autor).

Finalizando seu relatório, o engenheiro Benito Ilha Elejalde escreveu um comentário sobre as condições sanitárias da cidade de Jaguarão, especificamente sobre a coleta de lixo e dejetos orgânicos, o que denotou que, apesar de todo o empenho em dotar a cidade com um aspecto de urbanidade eclética, ou seja, de um centro urbano com prédios de arquitetura imponente, o que realmente existia era uma arquitetura urbana de fachada, com melhoramentos

na infraestrutura urbana apenas onde estavam localizados os prédios residenciais da elite e os edifícios públicos da gestão municipal:

A cidade, em geral, impressiona bem ao visitante e se não fosse o lixo que é atirado aos quintais em grande parte, e a existência perniciososa das fossas fixas que, em Jaguarão, como em todas as cidades do Brasil, são uma ameaça a integridade física de seus habitantes, podia-se dizer que é uma cidade limpa. A remoção sistemática do lixo, e o seu tratamento imediato por meio de incineração simples, é uma necessidade em toda a cidade que deseja ser saneada. A população abastece-se de água de poços, de algibe, e do Jaguarão, vendida em pipas nas suas portas. O serviço de água em pipa, melhorou um pouco depois que a usina elétrica construiu um reservatório de ferro com a capacidade de 50 metros cúbicos onde deposita a água tirada do rio por meio de bombas. Não resta dúvida que a pipa, encostando-se na mangueira de couro do reservatório, enche-se de água mais limpa do se fosse com a carroça ao rio revolvendo a lama, e captando conjuntamente a urina e as fezes dos animais do veículo; mas nem por isso a água é melhor. (ELEJALDE..., 1911).

A região central do município onde se originou o núcleo urbano foi sendo paulatinamente loteado pela elite local; primeiramente pelos militares remanescentes do aquartelamento fundador da cidade, posteriormente pelos grandes pecuaristas e charqueadores, assim como, a classe dirigente política. Essa classe dirigente que dominava a gestão do município desde o período imperial, e que continuou na república, fez com que esse centro urbano onde estavam localizadas as edificações de grande porte, tanto públicas como privadas, fossem acompanhadas de aprimoramentos na infraestrutura, como a pavimentação das ruas e o embelezamento da praça central. No restante da cidade, ainda imperava as precárias condições de infraestrutura e higiene, com as edificações apresentando uma fachada tentando imitar o estilo das construções da estilo palacete, mas no seu interior, ainda constituída de uma rudimentar arquitetura, chamada por Oliveira e Seibt (2005, p.30) de “cachorro sentado”, “construção popular cuja característica principal consiste na cobertura em uma única água, cujo caimento é da frente do lote para os fundos”.

Na figura a seguir, se vislumbra residências com esse aspecto de arquitetura de fachada simples e infraestrutura precária, com as ruas não possuindo nenhum tipo de pavimentação, o que constituía a periferia da cidade onde a maioria da população residia. Ali, o poder público representado pelos políticos republicanos e progressistas, com seu ideal de cidade eclética europeia, estava ausente. Então, o patrimônio que se construiu e que depois foi valorizado, de residências suntuosas e prédios públicos imponentes, serviu aos interesses de representação simbólica de uma elite agrária, de ostentação de seu poder sobre o restante da população. Esse mesmo patrimônio que em parte foi preservado, e muito tempo depois, foi objeto das políticas de preservação do patrimônio, enquanto o patrimônio da periferia foi esquecido e não considerado

passível de valorização.

Figura 8 – Periferia da cidade de Jaguarão, início do século XX



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (2015).

A partir da década de 1920 ocorreu uma relativa estabilidade no que tange ao incremento populacional e no estilo construtivo da arquitetura, consolidando uma paisagem que se perdurou, com poucas mudanças, até o início da década de 1940, quando houve uma alteração nos padrões ideológicos da classe dominante, que acompanhou a política regional que estava voltada ao nacional desenvolvimentismo, com novos padrões construtivos de arquitetura que foram adotados. Na tabela a seguir se observa a evolução da população da cidade de Jaguarão no período de sessenta anos, justamente aquele período em que a arquitetura eclética foi implementada com mais vigor na cidade:

Tabela 2 – Demonstrativo populacional de Jaguarão entre 1890 e 1940

Ano	População
1890	10.984
1900	12.172
1920	14.000
1940	15.704

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1981).

Observa-se que num período de 10 anos, entre 1890 e 1900, a população de Jaguarão foi acrescida de 1.188 habitantes; no período de 20 anos, entre 1900 e 1920, o número de habitantes foi aumentado em 2.172 pessoas; no período de 20 anos, entre 1920 e 1940, houve um acréscimo de 1.704 pessoas. Dessa forma, há uma queda no crescimento demográfico a partir de 1920, denotando um aspecto que influenciou no planejamento urbano da cidade, qual seja, de não haver uma pressão populacional que causasse maior demanda por serviços urbanos ou demanda construtiva por moradias no centro urbano.

Outro indício desse período de estabilidade na estrutura urbana da cidade está na longa vigência do Código de Posturas criado em 1898, o qual foi substituído somente em 1955, quando a cidade efetuava uma mudança de paradigma do planejamento urbano, da arquitetura eclética para a arquitetura moderna. Embora muitas disposições desse código do final do século XIX tenham caído em desuso neste período, o fato é que não houve uma necessidade de sua atualização, por causa da pouca modificação nas condições de sociabilidade e utilização do espaço público. Ainda que tenha havido um incremento nas atividades ligadas a economia rural, com a implantação da lavoura de arroz e criação de ovinos, isso não foi suficiente para alterar a ambiência urbana, por conta de que o centro urbano era ocupado na sua região central pelas residências da elite, que mantiveram as características das fachadas de seus imóveis.

Os avanços que se fizeram sentir ao longo deste período, na infraestrutura urbana, continuaram a se darem em função de privilegiar o centro urbano, onde estavam localizadas as residências das famílias pertencentes a camada mais favorecida economicamente e dos prédios públicos de maior destaque. A dependência do setor agropastoril permaneceria ainda mais importante na economia da cidade, de acordo com os índices econômicos apresentados entre 1920 e 1940 no setor agropecuário de Jaguarão. Houve um aumento das propriedades agrícolas produtivas de 440 em 1920 para 536 em 1940; a produção de arroz que era zero em 1920, apareceu com uma produção de 2925 toneladas em 1940 e o número de ovinos cresceu de 172.348 em 1920 para 209.680 em 1940, acompanhada pela produção de lã (FEERS, 1981).

Com o rápido desenvolvimento fabril que se verificou no norte do estado do Rio Grande do Sul neste período, aliado ao desenvolvimento da agricultura intensiva em outras regiões, a cidade de Jaguarão perdeu paulatinamente seu papel de entreposto comercial entre o Uruguai e o Brasil, ficando restrita a produção primária para o mercado interno e concentrada nas mãos de poucos produtores rurais. Com isso, o protagonismo na política estadual também sofreu um revés, haja vista a diminuição do papel econômico da cidade no contexto estadual o que diminuiu a capacidade de captar investimentos públicos para serem aplicados em melhorias na infraestrutura

urbana da cidade.

O tipo de cidade projetada pela classe dirigente local, de característica de estilo eclético nas fachadas dos prédios, e que tentou se igualar com as mesmas condições apresentadas em outras cidades do Rio Grande do Sul, como Pelotas e Rio Grande, não foi exitosa. Aquelas cidades tiveram uma economia mais ligada a produção fabril, com ganhos de capital mais elevado, e conseqüentemente um incremento populacional que levou a uma expansão da estrutura urbana e novas soluções de planejamento.

No caso de Jaguarão, não foram às condições econômicas que levaram ao planejamento urbano como cidade eclética e positivista, mas o desejo da elite local de se igualar ao que ocorria em outros centros urbanos mais dinâmicos, sem que houvesse um lastro econômico que fosse suficiente para gerar um excedente de capital necessário para aplicar na infraestrutura urbana. Este ideal de urbanismo ficou representado nas fachadas das residências da elite e nos prédios públicos, construídos de acordo com o estilo eclético, sem, no entanto, conseguir o mesmo nível de sofisticação na implementação de melhores condições de salubridade para a população.

Durante o período em que a cidade teve um ganho de capital considerável com a indústria do charque, permitiu a construção dos palacetes residenciais de estilo eclético, que aliada ao planejamento urbano efetuado em uma planta organizada de forma retilínea, tenha sido importante para o estabelecimento de uma paisagem característica do centro urbano, ainda que de forma artificial, pois estava carente de uma sociabilidade e um ritmo mais intenso que era encontrado em outras cidades maiores.

A seguir foram descritos alguns dos principais membros deste grupo dirigente e os profissionais responsáveis pelo projeto de construção de uma cidade com características ecléticas, os quais criaram uma rede de interesses que mesclava o público com o privado. Esta rede será importante como forma de analisar as pessoas que estavam por trás da idealização do centro urbano, e suas ligações com a política do governo municipal e provincial, formando uma rede de relações entre proprietários de residências, políticos que articulavam o planejamento urbano, engenheiros responsáveis pelos projetos e construtores de obras públicas e privadas.

2.3 CONSTRUTORES DA CIDADE (1845-1940)

Neste subcapítulo será analisada a atuação dos agentes que participaram na construção do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão ligado a elite econômica e política, notadamente os políticos que efetuavam a política de planejamento urbano; os proprietários de residências, e por fim os responsáveis pelos projetos e execução das obras. O período focado foi entre 1845, quando do término da Revolução Farroupilha, em que efetivamente a Câmara Municipal administrou o município, passando pela reformulação do centro urbano no final do século XIX, de características ecléticas e pela sua manutenção enquanto tal até a década de 1940, quando houve a mudança de paradigma para uma arquitetura moderna.

2.3.1 Construtores de obras públicas

A construção de uma cidade como Jaguarão teve a participação de vários agentes que contribuíram para o estabelecimento de um certo padrão de arquitetura, em distintos períodos de tempo. No período inicial, ainda como freguesia, a situação das condições para as construções era precária, haja vista, que dependiam das decisões emanadas pelos comandantes militares e autoridades eclesiásticas, sem um regramento definido. O primeiro prédio público a ser erguido ainda que de forma provisória foi o templo católico, constituído de uma capela feita de paredes de barro e coberta de taipa. Somente a partir da elevação da Freguesia a categoria de Vila em 1832, que Jaguarão começou efetivamente o processo de erguimento de construções mais sólidas, principiando pelos prédios públicos.

A Câmara de Vereadores de Jaguarão eleita em 1832 e empossada em 1833, teve pouco tempo para dedicar-se aos projetos que dotassem o município dos edifícios essenciais para a gestão administrativa, e também aqueles que atendessem as demandas da população à época, como a igreja que servisse como matriz, escolas de instrução primária e o mercado público, por causa da Revolução Farroupilha iniciada em 1835.

Com o término da Revolução Farroupilha em 1845, novamente é reorganizada a câmara de vereadores, a qual retomou os projetos para a construção dos prédios públicos. Segundo Weimer (2006, p. 13), essas construções executadas no período imediatamente posterior ao final da guerra separatista, obedeciam a uma ordem de prioridades estabelecidas pela Presidência da Província, de acordo com a participação de cada cidade nos lados do conflito armado:

Ao fim da guerra, o programa básico consistia em abrir estradas e construir pontes. Obras civis e religiosas ficavam para um plano secundário o que não quer dizer que não fossem contempladas com verbas. E de que forma isso ocorreu? Primeiramente, foram reconstruídas as igrejas arruinadas e construídas novas para povoações que não as tinham. Depois, iniciou-se a construção de presídios – especialmente nos centros insurreccionais dos farrapos – e casas de câmara nas vilas leais ao governo central. Atendidas essas necessidades mais prementes, passaram a ser construídas obras que extrapolavam essas metas, como: hospitais, mercados e respectivos matadouros, de um ou outro teatro.

Nessa conjuntura, o primeiro prédio público de grande porte que teve sua construção iniciada no município de Jaguarão após a Revolução Farroupilha foi a Igreja Matriz do Divino espírito Santo em 1847, em substituição a capela anterior que foi erguida de forma precária., conforme descreve Soares (2011, p. 18):

A propósito, ainda da aquarela, no mesmo sítio onde hoje ergue-se a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, com frente para a então Praça Militar (depois Praça da Matriz, Praça da Independência, Praça 13 de Maio e, hoje, Praça Alcides Marques), à época um grande vazio, Debret pintou a primitiva Igreja de Jaguarão, que naquele local subsitiu até 1847, e a partir de então foi sendo paulatinamente demolida para ceder espaço a atual. Nota-se haver sido uma construção de duas águas, tendo, no alto de sua fachada, uma cruz, com certeza visível de todos os pontos da incipiente povoação.

Local de reunião do culto católico, religião oficial do Império Brasileiro, também era onde se festejava publicamente as datas e eventos oficiais. Como exemplo disso, se tem o relato que consta na ata nº 82 de 29 de outubro de 1846, onde a Câmara de Vereadores mandou celebrar um *Te Deum*²¹ em homenagem ao nascimento da filha da Imperatriz do Brasil:

Resolveu-se acusar o recebimento, e cumprir esta determinação, publicando-se por Editais, visto os membros da Câmara não terem os preparos devidos para comparecerem a fazer esta publicação em bando. Que se solenize este feliz acontecimento com um Te Deum na Igreja Matriz desta Vila, convocando para isso o Reverendo Vigário Themudo, convidando oficialmente a todas as autoridades do lugar para assistirem a ele, assim como todos os mais cidadãos. Que se ordene a iluminação por três dias, tendo princípio no dia trinta do corrente (CÂMARA..., 1846).

Para a construção da igreja foram solicitados recursos pela câmara a presidência da província, entretanto, devido a insuficiência de recursos do tesouro provincial, a comunidade era convidada a participar da construção através de doações financeiras e na compra de bilhetes de loteria, autorizados pela província para esta finalidade.

²¹ Celebração católica de exaltação a Deus utilizada para finalidades políticas durante o Segundo Reinado, sendo convocada a população pela câmara de vereadores através de editais.

Nestas doações, se dava a ocasião para membros da elite local demonstrarem seu poder econômico através da benemerência, que era usada também como prova de religiosidade, onde a Igreja Católica era beneficiada duplamente; com incentivos do tesouro público e com doações dos fiéis, ou seja, enormes somas de recursos financeiros que eram utilizados em único prédio de propriedade privada, ainda que de uso comum, deixando de ser utilizado em outras edificações públicas essenciais ao funcionamento da cidade, evidenciando o que era colocado como prioridade no planejamento urbano do período.

A construção da Igreja Matriz levou décadas até chegar a fachada e interior de forma definitiva, denotando as dificuldades que tal tipo de obra demandava em um município de poucos recursos como Jaguarão. A respeito da conclusão das obras da matriz, nos informa Soares (2011, p. 202):

No ano de 1875, em que, pode-se dizer, a Matriz teve suas obras praticamente concluídas, faltando apenas algumas construções móveis em seu interior, a Câmara Municipal, ao início de sua 16ª legislatura, no relatório anualmente enviado à Assembleia Provincial, fez nele constar que [...] *Assim, pois, a Câmara vos solicita para conclusão das obras de seu único templo católico, inclusive o altar-mor e soalho de madeira, uma subvenção de 12:000\$000, à custa dos cofres provinciais.*

Como exemplo da complexidade deste tipo de edificação, se tem a relação de trabalhadores e suas profissões, os quais foram contratados para as obras da matriz, e foram listados em uma prestação de contas apresentada pelo Cônego Vigário Joaquim Lopes Rodrigues, no jornal Atalaia do Sul, de 05 de agosto de 1875: a) Pedreiros e Estucador (03); b) Carpinteiros (02); Pintores (02); c) Torneiros, Lustradores e Entalhador (05); d) Funileiro e Ferreiros (05); e) Vidraceiros (02); f) Desdobrador de Madeiras (01).

Na figura a seguir, se apresenta a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão em seu aspecto atual, o qual teve poucas modificações depois da conclusão das obras na década de 1870. Sua fachada de estilo colonial acrescido de elementos ecléticos como as aberturas superiores com balaustrada, se constituiu de elementos sóbrios. O relógio instalado em suas torres data do ano de 1874, “[...] adquirido em Lisboa, mediante encomenda à empresa de Veríssimo Alves Pereira” (SOARES, 2011, p. 195). No entorno desta edificação foram erguidas as residências da elite econômica da cidade, compondo com a praça principal, localizada a sua frente, um local privilegiado no centro urbano, onde foram concentrados os maiores investimentos de recursos financeiros no melhoramento da infraestrutura, realizados pelo poder público.

Figura 09 – Igreja Matriz de Jaguarão



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Outra obra pública a ser executada no município após o término da Revolução Farroupilha foi o Presídio Municipal, o qual foi feita a planta em 1852 e orçada a obra em 18:000\$000 reis, sendo designado o local da construção em frente a uma praça que se localizava junto ao rio.²² Somente em 1857²³ foram liberados os fundos necessários para o início da obra, através da Lei nº 367 do mesmo ano, sendo contratada a primeira parte da construção. Em 1859²⁴ havia sido concluída a primeira parte da obra e autorizada a segunda parte, pelo valor de 4:470\$000 reis. Em 1861, foi concluída a obra pelo arrematante **José Clemente Vieira**.²⁵

Na figura a seguir, do Presídio Municipal de Jaguarão, datada do princípio do século XX, denota-se sua arquitetura simplificada e funcional, que naquele momento era atribuída a falta de arquitetos civis na província, sendo as plantas confeccionadas por engenheiros militares que adotavam o neoclassicismo como padrão arquitetônico (RHODEN, 2013), embora o prédio se apresente com clara influência colonial em seu estilo arquitetônico. Outro fato peculiar desta

²² Relatório dos Presidentes de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ano de 1852. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

²³ *Ibid.*, 1857.

²⁴ *Ibid.*, 1859.

²⁵ No inventário do tombamento realizado pelo IPHAN em 2009, sob responsabilidade da arquiteta Simone Neutzling, consta que a obra do presídio teria sido dirigida por Leodoro Machado Marques no ano de 1853. Este mesmo Leodoro Machado Marques era vereador em 1851. Havia naquele período mudança constante de construtores nas obras públicas, devido a longa duração das mesmas, sendo difícil a atribuição de autoria a somente um construtor, como no caso referido do presídio, o qual constava no relatório da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1859 dois construtores: Jerônimo Vieira Nunes e Theodolindo Farinha, e no relatório de 1861 o nome de Clemente José Vieira.

construção foi a escolha de sua localização, junto às margens do rio Jaguarão, o que em princípio poderia facilitar as fugas de presos para o lado uruguaio, mas isso não foi levado em conta pela câmara quando da doação da área e nem pelas autoridades da província.

Figura 10 – Presídio municipal de Jaguarão, início do século XX



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Outra construção de prédio que foi priorizada naquele período foi a do Mercado Público, que foi inicialmente projetado pelo Coronel Engenheiro **Patricio Antônio de Sepúlveda Everard**, “Coronel Engenheiro-Chefe do Exército na Região Sul entre 1851 até 1856” (WEIMER, 2006, p. 76). O projeto previa uma soteia, espécie de terraço muito utilizado em prédios do Uruguai, conforme elucida Rhoden (2013, p. 137) “além do aspecto cultural de uma tradição que remonta ao passado muçulmano espanhol, serviam como vigias, para evitar a ação de malfeitores”, mas seu projeto foi posteriormente modificado²⁶.

Em 1864, foi autorizada a contratação do empreiteiro **Polidoro Antônio da Costa**, para construção da metade do mercado projetado, ou seja, duas faces, pela quantia de 34:000\$000 réis. Essa verba já havia sido aprovada pela Lei nº 435 de 1859. O referido construtor arrematou a construção do Mercado Público de Porto Alegre no mesmo período, e teve dificuldades para conduzir as duas obras simultaneamente. Para se ter uma ideia de valor do custo comparativo entre os dois projetos, a obra de construção do Mercado de Porto Alegre ficou orçada em 246:000\$000 réis.

²⁶ Correspondência recebida da Direção Geral de Obras, AHRGS.

Em 1868, as obras do Mercado Público de Jaguarão ainda não haviam sido concluídas, e nova licitação foi realizada tendo como proponentes o mesmo Polidoro Antônio da Costa e **João de Azevedo Torres**. Em 1871 foi entregue a metade do Mercado Público construído, e assim permaneceu, pelo “motivo dos vereadores não verificar a necessidade da construção da outra parte, pois do jeito como estava atendia a demanda existente” (JORNAL ATALAIA..., 24/03/1871). Polidoro Antônio da Costa ainda foi o arrematante da obra do quartel do exército de Jaguarão em 1862, tendo falecido no ano de 1870, foi sucedido por seu filho **João Evaristo da Costa**.

Na figura a seguir, se apresenta o Mercado Público de Jaguarão em princípios do século XX, quando houve uma reforma que modificou algumas partes estruturais, com a colocação de grades de ferro no muro que circundava o prédio, e a construção de um alpendre de madeira no pátio interno, destinado a abrigar as bancas de vendas de mercadorias. Sua importância como entreposto de comércio se dava pela proximidade com a fronteira, de onde recebia produtos do interior do Uruguai, bem como dos hortifrutigranjeiros, vendidos a toda a população. Com a progressiva diminuição das atividades comerciais da cidade de Jaguarão como entreposto comercial da fronteira, assim como o surgimento de outros pontos comerciais para venda de alimentos, suas funções foram sendo reduzidas paulatinamente, o que acarretou a falta de investimento na manutenção do prédio pelo poder público municipal, e conseqüente precarização do prédio e das atividades que ainda se mantiveram ao longo do tempo.

Figura 11 – Mercado Público de Jaguarão, início do século XX



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Constata-se que nas execuções de obras públicas existia um ritmo lento, devido a dependência de liberação de recursos pela capital da província, os quais eram destinados em sua maioria para outras cidades, e também a eventuais trocas de empreiteiros que não recebiam os pagamentos necessários. Este processo moroso das obras públicas, com a duração de anos, prejudicava as outras demandas do município, e quando finalmente eram terminadas, exigiam reformas devido a ação do tempo sobre os materiais empregados na construção, drenando mais recursos financeiros para sua manutenção.

Outro projeto de grande importância no que tange ao volume de recursos financeiros e proporções da edificação foi a obra conduzida pelo Capitão Engenheiro **Carlos de Oliveira Soares**, da construção do prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão, o qual foi confeccionado o projeto em 1880, e finalizada sua construção em 1883. Foi erguido no local denominado de Cerro da Pólvora, o mesmo que havia abrigado uma fortificação militar e uma casa de pólvora nos anos 1840. Sua localização foi escolhida devido ao local ser amplamente ventilado e afastado do centro urbano, pois se acreditava que o ar era transmissor de doenças, os chamados miasmas.

Na figura a seguir, se observa o edifício construído em estilo neoclássico, como a maioria dos edifícios públicos desenhados por militares no período, sendo que este foi o primeiro prédio público afastado do centro urbano. Possuía difícil acesso, o que ao longo do tempo inviabilizou sua manutenção como instituição de saúde do exército, o qual preferiu utilizar as dependências da Santa Casa de Jaguarão, mais próxima do centro urbano e das instalações do quartel.

Figura 12 – Enfermaria Militar de Jaguarão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

O Presidente da Província do Rio Grande do Sul no período de construção da enfermaria era o jaguarenses **Henrique Francisco D'Ávila**, que de acordo com Franco (2010, p. 29):

Nascido em Herval, então município de Jaguarão, em 1832. Formou-se em Direito em São Paulo em 1855, logo fixando residência em Jaguarão. Eleito Deputado por Jaguarão na Assembleia do Rio Grande do Sul por três períodos. Foi Presidente da Província do RS entre 1880 e 1881, sendo designado para Senador vitalício em 1882. Também foi Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete do Marques de Paranaguá e no último ano da monarquia Presidente do Ceará. Faleceu no ano de 1900.

O mesmo político, quando foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Jaguarão nos anos 1870, implementou um programa de obras de infraestrutura na cidade. Também participou da formulação do novo Código de Posturas que foi aprovado em 1876. Sendo filiado ao Partido Liberal e tendo significativa participação na política do Rio Grande do Sul, foi adepto de um planejamento urbano que adotou o ecletismo das fachadas nos prédios públicos no município de Jaguarão, o qual foi a base para a próxima geração de políticos da cidade, que ampliaria este programa, consubstanciado no Código de Posturas Municipal de 1898.

Esse foi um caso em que um político da cidade conseguiu, através de sua rede de contatos no governo imperial, implementar um projeto de grandes proporções e executar a obra em tempo exíguo, no caso do prédio da Enfermaria Militar. Essa intervenção isolada de um político em favor de projetos no município de Jaguarão foi uma das possibilidades para que a cidade obtivesse os recursos necessários para efetivar seu planejamento urbano, em vista da escassez dos recursos da província.

Dentro do âmbito das obras públicas executadas na cidade de Jaguarão, também tiveram atuação profissionais de origem estrangeira, que vieram fixar residência no município e trabalharam na confecção de projetos, levantamento de plantas, serviços de medição e alinhamento de ruas. Realizavam funções do ramo da engenharia, de alto nível de complexidade, mas havia uma resistência corporativista efetuada pelos engenheiros brasileiros, que pressionavam a administração provincial para colocá-los na categoria de agrimensores ou pilotos agrimensores, que era uma categoria abaixo do título de engenheiro. Estes profissionais estrangeiros, após se naturalizarem, eram submetidos à uma prova de conhecimentos teóricos e práticos perante uma banca de engenheiros brasileiros, que determinavam se os mesmos poderiam exercer a função de agrimensores.

Foi o caso de **Philippe Sommer**, estrangeiro radicado em Jaguarão, submetido a uma

avaliação para ter o registro de agrimensor, conforme consta em processo administrativo que objetivava a cessão do título de agrimensor, datada de 1863²⁷:

Diz Philippe Sommer que tendo respondido por ordem de Vossa Excelência ao exame de agrimensura, na Repartição das Terras Públicas, e sido julgado suficientemente habilitado para exercer o cargo de agrimensor. Como prova com o documento anexo vem impetrar a Vossa Excelência a graça de mandar que se lhe passe o respectivo título. (AHRGS..., 1863).

No mesmo exame prestado, constava que o avaliado teve dificuldade em expressar-se em português, mas como havia feito o desenho solicitado pela comissão de avaliação na prova prática, foi considerado habilitado para o exercício da função de agrimensor, conforme relatado no processo:

[...] por ofício da Presidência da Província, datado de 5 de outubro do corrente ano, para examinar a Philippe Sommer nas matérias concernentes a agrimensura, compareceu o mencionado Sommer, que sendo arguido, não respondeu precisamente ao perguntado, talvez pela dificuldade em expressar-se em português, não obstante o julgaram suficientemente habilitado, a vista do trabalho prático ser nesta mesma data apresentado, que anteriormente lhe fora designado para ser desenhado nesta repartição. (AHRGS..., 1863).

Em 1865, Philippe Sommer passou a prestar serviços profissionais na fortificação da cidade de Jaguarão, a qual recentemente tinha sido invadida pelos uruguaios²⁸, e estava consolidando suas defesas com obras militares. Este fato constou em um requerimento que o mesmo dirigiu a Presidência da Província em 1886²⁹, solicitando o pagamento atrasado devido àqueles serviços:

Philippe Sommer, cidadão brasileiro, residente na cidade de Jaguarão, vem perante Vossa Excelência respeitosamente alegar o seguinte: No ano de 1865, depois da invasão dos Blancos mandou o governo levantar obras de fortificação e completar o quartel militar de infantaria na cidade de Jaguarão; e como Alferes da Comissão foi o suplicante nomeado administrador das ditas obras com a gratificação mensal de cinquenta mil reis em 22 de agosto do dito ano e efetivamente recebeu essa gratificação até o fim do mês de outubro do mesmo ano a qual lhe era paga pela administração da Mesa de Rendas da mesma cidade (AHRGS..., 1886).

Dois projetos evidenciaram a capacidade técnica de Philippe Sommer na confecção de plantas de engenharia para obras públicas; o primeiro de uma ponte móvel sobre o Rio

²⁷ Requerimento de Philippe Sommer a Presidência da Província datado de 1863.

²⁸ Invasão que ocorreu em 27 de janeiro de 1865 por partidários Blancos comandados por Basílio Muñoz na cidade de Jaguarão em represália pelo bombardeio e assalto a cidade uruguaia de Paysandú pelas tropas imperiais brasileiras.

²⁹ Requerimento de Philippe Sommer a Presidência da Província do Rio Grande do Sul datado de 1886.

Jaguarão, que durante o século XIX e início do XX tinha de transportar pessoas e mercadorias para o país vizinho por meios precários como balsas e canoas. A ponte móvel era justificada da seguinte forma pelo projetista³⁰:

Tendo reclamado no ministério da agricultura em abril de 1885 o privilégio para fazer uma ponte flutuante sobre o rio Jaguarão entre a cidade de Jaguarão e a Vila de Artigas no Estado Oriental, projeto mais favorável para qualquer invasão da fronteira visto que em meia hora pode ser a ponte desmanchada sem sofrer prejuízo da construção, acontece que o Ilustríssimo Senhor Ministro da Agricultura mandou a planta e mais papeis no mês de outubro do ano passado para essa Presidência e daí foram enviados para a Câmara Municipal da cidade de Jaguarão a fim para informação, ficam pois informado pelos vereadores favoravelmente e restituído no dia 25 de outubro deste ano [...] (AHRGS..., 1863).

O segundo projeto tratava da construção de uma rede de saneamento para a cidade de Jaguarão³¹. O projeto apresentava a rede de abastecimento, sua forma de captação de água, distribuição e um chafariz a ser colocado na praça central, detalhando o próprio material a ser usado nas tubulações, além de levantar a planta da cidade. Apesar destes dois projetos não terem sido executados, foram importantes para demonstrar a capacidade técnica desse profissional e também a forma como desenvolveu suas atividades profissionais na cidade de Jaguarão.

Também atuante no setor de obras públicas, o estrangeiro naturalizado brasileiro, **François Eustaque Bélmondy**, natural da cidade de Nice na França, profissional do ramo da engenharia que se radicou na cidade de Jaguarão, em meados do século XIX. Em 21/07/1845, conforme ata nº 17 da Câmara de Vereadores de Jaguarão, fez um requerimento solicitando declarações dos vereadores que servissem de subsídio para adquirir uma carta de naturalização. Em 24/04/1846 através da ata nº 48 da câmara, solicitou informações sobre terrenos devolutos no município e, em 27/04/1846 na ata nº 51 da câmara requereu um terreno que havia escolhido para edificar uma moradia. Em 14/08/1846 na ata nº 53 da Câmara de Vereadores de Jaguarão foi requisitado para realizar o alinhamento dos prédios da vila. Posteriormente, se tornou empregado da câmara realizando diversos trabalhos e projetos para a municipalidade. Além da atuação profissional, se envolveu com a vida social da cidade, sendo redator do jornal “A Ordem” em 1875³², juntamente com Pedro Maria Carricone. Teve intensa vida social integrado a cidade de Jaguarão, conforme descrito no dossiê sobre a história de Jaguarão, realizado por ocasião do projeto do Centro de Interpretação do Pampa,

³⁰ Requerimento de Philippe Sommer a Presidência da Província do Rio Grande do Sul datado de 1887.

³¹ Projeto e nivelamento para a Hidráulica Jaguareense, autoria de Philippe Sommer.

³² Almanaque Literário e Estatístico de 1895.

de autoria do escritório Brasil Arquitetura (2010, digital):

Topógrafo e agrimensor francês, que depois se descobriu ser Visconde de Belmonty, na sua terra. Chegou em 1845, com 25 anos. Contratado em 1846 para alinhamento de ruas e casas. Casado com Anna Hypólita Maia, enviuvou e em 15/12/1853 casou de novo com a irmã da ex-esposa, Maria Clementina, novamente viúvo casou-se com Julia Guilhamelou em 1881. Voluntário durante a epidemia de cólera em 1855 (cuidava das ruas dos Pescadores e das Pombas). Maçom, morreu indigente em 1887.

Assim, fica evidenciada a importância que os profissionais estrangeiros tiveram no ramo da engenharia em obras públicas no município de Jaguarão, principalmente sobre a arquitetura que era implementada nos prédios e ruas. Esta vinda destes profissionais foi possibilitada pela proximidade com os países platinos, que recebiam muitos estrangeiros oriundos da Europa, e que acabavam se deslocando para o Brasil em busca de novas oportunidades, sendo a fronteira em Jaguarão uma das portas de entrada. Com a necessidade de profissionais da engenharia na cidade de Jaguarão, em razão das obras públicas e privadas, esses estrangeiros se fixavam e obtinham cidadania brasileira, constituindo família e integrando-se com a sociedade local.

A dificuldade de contratação de engenheiros brasileiros era suprida por esses profissionais, embora houvesse uma limitação para o desempenho de suas funções, dada pelas leis provinciais que regulavam a atividade profissional de engenheiros estrangeiros. A partir do final do século XIX, o maior número de obras privadas na cidade de Jaguarão levou a atrair também engenheiros brasileiros, porém a contribuição dos estrangeiros radicados na cidade foi fundamental para o desenvolvimento da arquitetura de estilo eclético no centro urbano, assim como também nas relações sociais, ocasionando um enriquecimento da cultura local, anteriormente baseada na herança luso-brasileira e na proximidade com a influência espanhola do outro lado da fronteira.

A arquitetura que se construiu durante o século XIX na cidade de Jaguarão não seria possível sem o aporte destes profissionais estrangeiros, que dedicaram boa parte de sua vida no planejamento urbano do município, apesar de não serem devidamente reconhecidos no âmbito da história do desenvolvimento urbano, como foram os políticos e os proprietários das residências por eles projetadas.

2.3.2 Construtores de obras privadas

Os construtores e obras analisados a seguir foram aquelas em que o capital privado apresentou o elemento financiador das edificações, que se constituíram de residências, equipamentos culturais como teatro, clubes e associações, os quais em sua maior parte estavam ligados a classe política e econômica dominante. Os profissionais envolvidos nos projetos e execução dessas obras tinham relações políticas com os proprietários dos imóveis, dessa forma, fortaleciam seus círculos de influência, demonstrando a coesão de uma determinada corrente partidária e ideológica. Desta forma, também foi incluído nessa análise os proprietários, os quais tiveram papel ativo na escolha do tipo de arquitetura e materiais empregados. Dentro do recorte temporal adotado para essa análise de construtores e proprietários de obras privadas, o final do século XIX será o período em que os proprietários oriundos da elite aplicarão o excedente econômico gerado pela criação de gado e também de algumas charqueadas, na construção de residências de estilo eclético, alguns verdadeiros palacetes, que visavam demonstrar a força econômica, a qual era estendida ao campo político.

Um dos mais destacados construtores a executar projetos de grande envergadura na cidade de Jaguarão em obras privadas neste período foi o português, **Martinho de Oliveira Braga**³³, o qual participou de projetos de grande valor econômico e ligados aos principais membros da classe dominante. Também atuou em obras públicas, mas foi na iniciativa privada que obteve reconhecida capacidade técnica como empreiteiro. Diferentemente de outros estrangeiros radicados na cidade, participou ativamente da política local, apoiando os republicanos históricos do PRR. Deste modo, conseguiu aliar a capacidade técnica com a inserção social na elite política e econômica. Essa inserção pode ser exemplificada pela relação com o médico **Carlos Barboza Gonçalves**, o qual contratou os serviços de Martinho Braga para construir sua residência, finalizada em 1886. Esse palacete residencial, como se pode ver na figura a seguir, de estilo eclético de grande envergadura, com fachada decorada com elementos do neoclassicismo representada pelas colunas gregas decorativas, platibanda ricamente decorada, encimada por cornijas e umas figuras mitológicas. Internamente, seguia os preceitos de cunho sanitário, com amplo jardim circundado por corredores que forneciam iluminação direta e aeração a todos os cômodos da casa, banheiro interno com

³³ Português naturalizado brasileiro, radicou-se em Jaguarão e atuou como construtor de diversas obras públicas e privadas, também pertenceu a Guarda Nacional chegando ao posto de Major. Como Capitão serviu nas forças legalistas na Revolução de 1893. Faleceu em 21/05/1927 em Jaguarão. Dentre as obras públicas que atuou como construtor está o calçamento de diversas ruas da cidade, como a Rua 27 de Janeiro e uma ponte sobre o Arroio Jaguarão Chico.

esgotamento sanitário e piso elevado que permitia a ventilação de ar. Ainda sobre os elementos de construtivos das fachadas destes palacetes residenciais, descreve Martins (2009, p. 234):

Quanto aos elementos formais das fachadas dessas construções, estes seguem a linguagem eclética: platibandas mistas, vazadas ou cegas, frontões, estátuas, vasos e compoteiras sobre platibandas. Utilizam ainda ornamentos de massas geométricos (frisos, figuras gregas, etc.) ou florais (guirlandas, frutas, etc.). Existe uma rusticação sob as janelas, como se pedras em cantaria aflorassem em relação ao terreno e salientes em relação a parede. Nestas paredes podem encontrar-se pilastras com capitéis com volutas e folhas de acanto, de fustes lisos ou canelados, de clara inspiração nos modelos neoclássicos, tão utilizados em algumas das cidades maiores da região, principalmente Pelotas, Porto Alegre e Montevideo. Eram comuns o uso de balcões e sacadas com grades. Os portões eram ornamentados com desenhos geométricos ou sinuosos

Figura 13 – Residência de Carlos Barboza Gonçalves



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

A localização desta residência não era no local mais privilegiado do centro urbano, mas na área da primeira expansão ocorrida a partir de 1840. Após sua construção as casas adjacentes foram copiando seu estilo construtivo e proporção na medida do possível, o que acabou por valorizar o entorno e conseqüentemente a infraestrutura urbana. Esse palacete foi construído com o objetivo arquitetônico de apresentação de um estilo eclético, mas também como a representação simbólica do poder econômico de seu proprietário, de um cidadão que se via contemporâneo das mais avançadas técnicas de estilo arquitetônico, fato esse que foi ressaltado por seus correligionários no período, que o apresentavam como um político imbuído de ideias de planejamento urbano que estariam em consonância com o que ocorria

em outras cidades como Porto Alegre e Pelotas.

Outra obra do construtor Martinho de Oliveira Braga foi o Clube Harmonia Jaguarense, datado de 1891, associação que congregava os republicanos da cidade de Jaguarão. Seu projeto seguiu o estilo eclético em sua fachada e interior, com decorações suntuosas que denotavam o poderio econômico de seus sócios. Sua localização em frente a praça central da cidade, em local valorizado, acentuava um conjunto arquitetônico que demonstrava o tipo de cidade que se queria construir. Na figura a seguir, se observa a fachada do Clube Harmonia, em que se destaca a porta principal com frontão em estilo neoclássico, dividindo-a simetricamente em duas partes, compostas de janelas encimadas por um frontão nas laterais. O piso elevado em relação ao passeio público, evitava o olhar dos transeuntes no interior do prédio, podendo servir também de depósito, com pequenas gateiras que permitiam a entrada de ar.

Figura 14 – Clube Harmonia



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

A execução da obra foi realizada com o consórcio entre os membros da elite econômica da cidade de Jaguarão, que permitiram a inserção do construtor da obra como sócio do clube, conforme relato de Martins (2009, p. 249):

A inauguração do prédio ocorreu no dia 16 de maio de 1891, e, como dado original desse processo, o construtor, em atenção aos relevantes serviços prestados a sociedade, foi convidado pelo clube para associar-se isento de joia (um valor inicial que se paga para participar da sociedade).

Isto denota mais uma vez, a inclusão do construtor nos círculos privilegiados da cidade. Outros construtores contemporâneos não obtiveram tal distinção, apesar de participarem de projetos importantes. Essa realidade se explica pela vinculação política de Martinho Braga com os republicanos que detinham o poder naquele período, os quais fortaleciam sua rede de contatos por meio da preferência de contratação de profissionais filiados ao PRR e na ocupação de cargos políticos.

Ainda nesse contexto social e político, outro projeto executado por Martinho Braga foi o Teatro Esperança, casa de espetáculos erguida em 1898, que se tornaria o principal centro cultural da elite, e mais um edifício voltado a evidenciar, segundo pensava o grupo dirigente da cidade, que o município de Jaguarão estava inserido no contexto de outros municípios com vida urbana cultural intensa como Pelotas e Rio Grande. Nesse aspecto, de construção do teatro e da vida cultural do município, evidencia Machado (2016, p. 64):

Importante entender que a cidade de Jaguarão, neste período em que o teatro estava sendo inaugurado, tinha um forte movimento na área literária e cultural. Em setembro de 1895, de acordo com o Jornal “A Ordem”, passou a circular um novo periódico literário, de curta duração, “O Diadema”. Já existia o também literário “Bouquet”, que continuou sua publicação, além de “A Borboleta”. Junto com esta movimentação literária, a cidade também se agitava com o carnaval. O mesmo jornal de 19/02/1896 (quarta-feira de cinzas) registrava o “grande brilho” do Carnaval, dado pelas duas sociedades dançantes, Harmonia e Jaguarense.

A grandiosidade do prédio em relação ao tamanho da cidade e os espetáculos ali apresentados, oriundos de cidades como Porto Alegre e Montevideo, intensificava os contatos da elite local com as elites de outros municípios, e se aproximava do ideal de transformar a cidade de Jaguarão em um centro urbano dinâmico.

Na figura a seguir, se destaca a fachada do Teatro Esperança, com a entrada principal ladeada por pilastras decorativas em estilo neoclássico que davam acesso ao hall de entrada, onde se localizava a bilheteria, e também sendo um local de encontro antes do início dos espetáculos. Seu interior em formato de ferradura, continha galerias dispostas em andares, e as cadeiras centrais se localizavam em frente ao palco. Posteriormente, foi instalado um projetor de filmes, passando a ser cine-teatro, o que mudou um pouco sua configuração inicial.

Figura 15 – Teatro Esperança



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Este projeto do Teatro Esperança também teve como um dos seus idealizadores o médico Carlos Barboza Gonçalves, que assim como fez em sua residência, indicou a contratação do empreiteiro Martinho de Oliveira Braga. Sobre este médico e político jaguarense, nos descreve Franco (2010, p. 36):

Nascido em Pelotas em 1851, estudou medicina no Rio de Janeiro, diplomando-se em 1875, realizou residência médica em Paris. Retornou a Jaguarão onde fixou residência e atuou como médico e político, se afiliando ao Partido Republicano. Foi vereador e Deputado pelo município, sendo eleito Presidente da Assembleia Constituinte. Foi designado Vice-Presidente do estado por Júlio de Castilhos no mandato que findou em 1898. Foi eleito Presidente do estado do Rio Grande do Sul, com mandato entre 1908 a 1913. Em 1920 elegeu-se Senador pelo estado do RS, sendo reeleito em 1927. Faleceu em Jaguarão em 1933. Como médico teve destacada atuação na Santa Casa de Caridade e também na cidade uruguaia de Melo.

Este médico e político jaguarense, grande proprietário de terras na cidade, se destacou pelos projetos construtivos que financiou, ora como proprietário privado, ora como gestor público. Quando exerceu a Presidência do Rio Grande do Sul foi o responsável pelo projeto e execução do Palácio Piratini, sede do governo estadual, que teve sua construção iniciada em 1909. Assim como aconteceu na construção de sua residência, Carlos Barboza procurou aplicar os conceitos da arquitetura eclética, apreendidos quando de sua estada na França, para isto contratando um arquiteto francês chamado Maurice Gras. Em relação a construção do Palácio Piratini encomendada por Carlos Barboza, esclarece Weimer (2004, p. 76):

Enquanto uma comissão de cinco membros tratava durante um ano de concurso na capital francesa, Gras veio a Porto Alegre e, através do cônsul Octave Courteilh, foi apresentado ao presidente provincial, que o contratou para realizar o projeto. Quando a comissão voltou de Paris com o anteprojeto e prêmios pagos, Gras já assinara um dos mais escandalosos contratos de que se já se teve notícia. Todo o material de construção era importado, até as mais prosaicas pedras de cantaria que eram aparelhadas e encaixotadas na França e aqui apenas assentadas, sob a alegação de que eram mais baratas do que as extraídas do Morro da Polícia, nos arredores da cidade. A festa dos franceses durou até a nova posse de Borges de Medeiros, que imediatamente os demitiu e as obras passaram a correr por conta de construtores nacionais. O palácio foi inaugurado em 1921.

Observa-se que a ligação entre Carlos Barboza e os franceses, iniciada quando de sua residência médica em Paris, foram determinantes para formar sua visão de urbanidade, refletida nas construções de sua residência e aplicadas quando na gestão da presidência do estado, onde pode gerenciar obras de grande envergadura e empregar os conceitos apreendidos em sua estadia na Europa. No contexto de emprego da arquitetura eclética europeia e da ideologia do positivismo republicano, também havia uma concorrência entre os membros do partido republicano de Jaguarão, se expressando na fachada dos prédios e na política. Foi o caso de **Zeferino Lopes de Moura**³⁴, proprietário de um palacete construído em 1889 em frente a praça principal de Jaguarão, com arquitetura de estilo eclético, que conforme foi descrito em ficha catalográfica do IPHAN, constante no dossiê de tombamento:

A fachada oeste e parte do sul foram construídas em abril de 1889. A planta constava de quatro salas que ficavam ligadas duas a duas a um corredor central com escadaria principal que se unia a rua e entradas laterais de acesso ao pátio interno, com um poço de água. A obra foi idealizada e supervisionada pelo então proprietário Zeferino Lopes de Moura (IPHAN, 2010).

Na figura a seguir, se percebe a semelhança com a residência de Carlos Barboza em termos de proporção do tamanho do prédio e elementos decorativos presentes na platibanda, o que também demonstrava a intenção de seu proprietário em manifestar através da edificação sua força econômica e liderança política entre seus correligionários e também para o restante da população. Diferentemente da residência de Carlos Barboza, este palacete se localizou no centro urbano original em frente a praça principal da cidade. O que Zeferino Lopes não conseguiu no campo político, ou seja, ter mais destaque que a liderança de Carlos Barboza, tentou compensar na construção deste edifício.

³⁴ Nascido em 1856, foi um grande proprietário de terras e destacado pecuarista e charqueador. Partidário do Partido Republicano Rio-grandense, exerceu uma influência importante na direção do partido na cidade de Jaguarão e na política estadual, rivalizando com outro republicano conterrâneo, o médico Carlos Barboza Gonçalves. Pertenceu aos quadros da Guarda Nacional chegando ao posto de Coronel e teve atuação na Revolução Federalista de 1893 ao lado das forças governistas. Foi fundador em 1903 da Sociedade Pastoral, Agrícola e Industrial de Jaguarão, congregando os grandes proprietários do município. Faleceu em 1929.

Figura 16 – Residência de Zeferino Lopes de Moura



Fonte: Acervo pessoal do autor (2016).

Eles se tornaram opositores dentro do PRR, dividindo os partidários na cidade entre “Carlistas” e “Zeferinistas” (FRANCO, 2010). Essa disputa não se resumiu apenas na divergência partidária, mas partiu para o confronto violento entre seus correligionários como foi destacado no relato do jornal A Federação de 08 de janeiro de 1916:

Ontem, à tarde, circularam boatos de premeditação de um desacato à pessoa do coronel Zeferino Lopes de Moura. Tendo conhecimento disso, o Major Marcílio Pereira, delegado de polícia, procurou o intendente, coronel Gabriel Gonçalves da Silva com quem conferenciou no sentido de evitar o fato, o qual, dado o estado de exaltação de ânimo de ambas facções políticas, podia acarretar graves consequências, dizendo este que agiria no sentido de garantir sempre a tranquilidade da ordem pública. Em seguida o major Marcílio, procurou o coronel Zeferino no seu escritório comercial, o qual se achava cercado de amigos e a quem comunicou que estavam tomadas as providências para manter o respeito a sua pessoa e a inalterabilidade da ordem. (JORNAL A FEDERAÇÃO..., 1916).

O citado coronel Gabriel Gonçalves da Silva, intendente do município de Jaguarão, era parente de Carlos Barboza Gonçalves e seu afilhado político na cidade. Ressalta-se que ambas às facções com partidários estavam prontas para o embate violento dentro da cidade. Segue o relato pelo jornal:

Às 21 horas, o delegado foi procurado pelo capitão Raymundo Lopes, subdelegado do 2º distrito, o qual, em nome do intendente, vinha comunicar que tivera denúncia que existiam grupos de homens armados, ocultos no escritório e na cocheira e na casa do coronel Zeferino, no jornal “A Razão” e em outros pontos da cidade. Imediatamente o delegado foi procurar o coronel Zeferino, encontrando este no

“Clube Jaguareense”, palestrando numa sala, onde se achavam reunidos os coronéis Manoel de Deus Dias, Salathiel Paulo e Frederico Azambuja, chefe de repressão do contrabando nesta cidade e muitos outros amigos, na maior calma e tranquilidade. (JORNAL A FEDERAÇÃO..., 1916).

Naquele período, os delegados de polícia estavam ligados a Intendência Municipal, portanto poderia servir de braço armado do governante local contra seus adversários, no sentido de imputar denúncias de crimes atribuídos a quem o governante local eventualmente perseguisse politicamente. A situação não descambou para um combate armado entre às facções por conta, segundo a reportagem, de haver a disposição do coronel Zeferino Lopes de apaziguar os ânimos e deixar o delegado vistoriar os locais onde supostamente estariam os homens armados, conforme relato do mesmo jornal:

Saindo do clube, o delegado dirigiu-se, as 23 horas, para a intendência onde se achavam o intendente, autoridades municipais e amigos. Ali, reiterou, perante o intendente, a afirmação de que nada aconteceria. Voltando ao Clube, onde estava o coronel Zeferino, este incumbiu seu genro de acompanhar aquelas autoridades e franquear a casa e o escritório, o que foi realizado, verificando-se não existir nos mesmos indícios de premeditação a atos de violência, sendo também revistada a tipografia de A Razão, nada sendo encontrado e declarando-se satisfeito o subintendente, capitão José Luiz Terra. Em seguida o delegado voltou a intendência, conferenciando com o intendente e garantindo mais uma vez que a ordem não seria perturbada por partidários do coronel Zeferino, declarando-lhe que, no caso contrário, podia acusar ele, delegado, como responsável.

Esse episódio serve para ilustrar como se davam as relações de poder entre os membros da classe dominante de Jaguarão e, como a mesma utilizava os recursos do poder público para suas ações políticas. O planejamento urbano, neste contexto, também era um instrumento da lógica de perpetuação da elite econômica e política, seja por meio da construção de palacetes que visavam demonstrar seu poderio econômico e vinculação com o ecletismo de outras cidades, como também por melhoramentos na infraestrutura urbana que vinham a beneficiar o entorno destas residências.

Outro exemplo da construção de residências suntuosas no centro urbano de Jaguarão foi a do proprietário rural, político e militar, Coronel **Manoel de Deus Dias**³⁵ cujo palacete foi construído em 1899 em frente a praça principal da cidade. Na figura a seguir, se observa a sua fachada, que naquele período adotava o recuo lateral da porta principal em relação a rua, sintoma de uma mudança no estilo eclético, que foi adotado em alguns prédios do período no

³⁵ Grande proprietário de terras na cidade de Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, foi republicano histórico, ligado ao PRR e amigo íntimo de Júlio de Castilhos. Participou da Revolução de 1893 e se destacou na política local como uma das principais lideranças partidárias, ao lado de Carlos Barboza e Zeferino Lopes de Moura. Faleceu em 1919.

centro urbano de Jaguarão. Assim como os demais prédios de estilo eclético, contava com porão que possibilitava a elevação da construção em relação a rua, assim como realizava a função de depósito e aeração da residência.

Figura 17 – Residência de Manoel de Deus Dias



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Dentro do rol dos construtores que atuavam na cidade de Jaguarão, se destacou também a figura de **Pedro Perez**, com projetos executados em várias residências para a elite de Jaguarão. Foi construtor de um dos exemplares mais sofisticados do ecletismo no município, o prédio do Clube Instrução e Recreio, erguido em 1911, em uma rua contígua ao centro comercial, clube este de apelo mais popular que seus congêneres, os Clubes Harmonia e Jaguareense.

Apesar de ter proporções menores que os citados clubes em relação a suas fachadas, os elementos decorativos presentes em sua fachada denotam o exímio trabalho desse construtor, assim como também demonstra o profícuo mercado para esses profissionais na cidade de Jaguarão no final do século XIX e início do XX, com trabalhadores especializados neste tipo de projeto. Na figura a seguir, se tem a fachada do edifício, com entrada lateral sem recuo, como uma solução arquitetônica devido ao tamanho reduzido da frente do lote. A simetria da fachada se dá pela abertura central, ladeada por duas pilastras neoclássicas decorativas, encimada por um frontão e platibanda decorada com elementos e figuras da mitologia clássica greco-romana. Os gradis de ferro das sacadas complementam o conjunto.

Figura 18 – Clube Instrução e Recreio



Fonte: Autor em pesquisa (2017).

Ainda houveram outros construtores que atuaram na cidade de Jaguarão voltados a projetos para a classe média de proprietários, os quais procuravam acompanhar o gosto estético da elite. Estas residências com fachadas bem mais modestas, compunham, juntamente com as residências da elite, um cenário de urbanidade que buscava se aproximar do que ocorria em cidades como Pelotas e Rio Grande.

Apesar deste ideal de cidade ter sido concretizado nas fachadas dos prédios, não foi acompanhado por uma dinâmica social e econômica que desse sustentação a este projeto, pois o esgotamento do modelo econômico derivado da indústria do charque e a falta de outra matriz produtiva com tal lucratividade, levou a dificuldades de investimento na infraestrutura urbana e na manutenção de um estilo de planejamento urbano, que era dispendioso economicamente.

As estruturas de edificações públicas de estilo eclético, construídas sob a influência política de jaguarenses que ocuparam importantes cargos na gestão estadual, havia se encerrado com a última geração de políticos de meados do século XIX, a qual não foi renovada com a mesma intensidade nos anos posteriores. Com a decadência desse modelo de planejamento urbano, calcado na influência política e econômica da classe dominante da cidade de Jaguarão nos meios políticos do estado, e com o surgimento de novas ideologias no plano nacional, o município teve que se adaptar aos novos tempos.

Porém, sem o mesmo vigor no que tange a construção de edifícios e ao modelo de urbanidade pretendido pela elite, produziu uma diminuição do seu protagonismo e seu papel

de idealizadora do planejamento urbano da cidade.

No próximo subcapítulo se realizará uma análise de como a política de planejamento urbano, que foi idealizada pela elite econômica do município de Jaguarão, se modificou, a partir de uma cidade de arquitetura eclética para uma cidade de arquitetura moderna, pelo menos em parte.

Neste processo, o poder decisório de planejamento urbano passou para o governo federal, de acordo com a política centralizadora do Estado Novo, que foi acompanhada de uma série de iniciativas de construção de prédios públicos federais, que foram construídos em áreas adjacentes ao centro histórico de estilo eclético da cidade de Jaguarão.

No entanto, o protagonismo destas ações foi retirado do grupo dirigente local, que desprovido de atuação política decisiva no novo modelo estatal federal, assim como de recursos de capital privado, teve de conviver com suas residências de estilo eclético com os prédios públicos de estilo moderno.

Tendo a cidade de Jaguarão passado por um período de mudança em sua matriz econômica, de fornecedor de matéria-prima a indústria do charque, e da diminuição da qualidade de entreposto comercial entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, por conta do desenvolvimento da região norte do estado, passou para a situação de uma cidade de economia agrária complementar aos grandes mercados produtores de outras regiões do estado.

Ainda assim, houve um processo de renovação arquitetônica, que será analisado a seguir, com o objetivo de verificar como se deu a transição de um estilo de arquitetura eclético para a arquitetura moderna, principalmente em relação aos prédios públicos, assim como as consequências desta política de planejamento urbano no município. O período do auge do ecletismo que perdurou na cidade até meados do século XX, legou um patrimônio edificado representado pelas residências da elite e pelos prédios públicos, que não teve mais paralelo na história da cidade. Este período também carregou o simbolismo de uma Jaguarão importante no cenário das cidades do estado do Rio Grande do Sul, fato este que se tornou motivo de saudosismo de um passado imponente, dominado pelas famílias dos grandes proprietários rurais e dos políticos, sendo que um deles chegou ao posto máximo da política estadual, como foi o caso de Carlos Barboza na presidência do estado.

2.4 PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS (1940-1980)

2.4.1 Renovação arquitetônica

A cidade de Jaguarão na década de 1940 apresentava uma perspectiva diferente do final do século XIX no que tange ao planejamento urbano, acompanhando a mudança de paradigmas sociopolítico ocorrido no país a partir dos anos 1930, onde uma nova elite política e econômica constituiu uma ideologia calcada no nacionalismo desenvolvimentista, principalmente após a instauração do Estado Novo em 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas. No campo da arquitetura, o Estado Novo teve adesão dos modernistas, os quais se agruparam em torno do IPHAN, e também apoiando os projetos de obras de prédios públicos e infraestrutura.

Após a redemocratização do país em 1946 com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, houve um período intenso de debates na área do planejamento urbano, principalmente no que tange as demandas dos centros urbanos que estavam recebendo grandes contingentes da população rural, exigindo novas soluções para adequar a antiga infraestrutura urbana. A administração municipal, que a partir da Constituição Federal de 1946 foi eleita pela população, deveria atender as demandas oriundas da sociedade naquilo que fosse atinente ao convívio urbano, assim orientando às políticas de planejamento urbano e suas formas de implantação, o que era uma inovação, haja vista que anteriormente as políticas públicas eram formuladas pela elite política e econômica de acordo com suas próprias diretrizes.

A cidade de Jaguarão, neste período, vinha apresentando uma mudança na sua matriz econômica a partir da década de 1940, depois de um período de estagnação da indústria do charque, principalmente pela agricultura, ocasionando um excedente de capital que foi acumulado pela classe agrária do município, o qual foi utilizado em parte para novos empreendimentos imobiliários no centro urbano, mas com um ritmo bem menor do que ocorreu no final do século XIX e início do XX, quando houve uma profusão de construções de prédios de estilo eclético público e privado.

Isso pode ser comprovado pela tabela a seguir, que mostra a evolução da renda interna do município de Jaguarão entre os anos de 1939 a 1980, medida em valores absolutos, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS):

Tabela 4 – Renda interna de Jaguarão 1939-1980.

1939	1949	1959	1970	1980
22928	69602	636953	4781564	262176925

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1986).

Esse crescimento econômico se refletiu na renovação do estilo arquitetônico de alguns dos prédios privados do centro urbano, que a partir da década de 1940 foram construídos em arquitetura moderna, inicialmente em uma área de expansão do núcleo original da cidade, sendo depois estendido ao núcleo formador do município de características eclética de arquitetura.

Até a década de 1940, o município ainda apresentava características arquitetônicas do final do século XIX, com prédios em estilo eclético predominando no centro urbano, com as ruas pavimentadas com sistema macadame no entorno da praça central, e as demais com terra batida.

O ritmo de vida urbano ainda era moldado pelas atividades rurais, ou seja, uma cidade com um comércio que perdera seu vigor como entreposto comercial entre o Uruguai e o Brasil, bem como a queda da produção de charque, não permitiram um acréscimo populacional que modificasse este cenário, determinando que o ideal de cidade eclética ficasse perdido no tempo, simbolizado pelos prédios públicos e as residências da elite econômica.

A paisagem da cidade, no início dos anos 1940, denotava um ar bucólico, somente quebrado pelas fachadas dos prédios e dos poucos veículos automotores que circulavam pelas ruas, como mostrado na figura a seguir, onde se apresenta uma das ruas principais da cidade. Neste panorama que foi implantada a arquitetura moderna de forma pontual, por algumas residências e por prédios públicos do governo federal, como escolas e agência do correio. Este marasmo se refletia em uma sociedade hierarquizada, dominada por proprietários rurais que ainda ditavam os costumes e a importância de cada indivíduo pelo nome que ostentavam, e a maioria da população relegada a subsistir através de empregos no comércio e nas propriedades rurais, nas épocas de safras da colheita.

Figura 19 – Centro urbano de Jaguarão em 1940



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

O estilo eclético, presente na maioria dos prédios do centro urbano, conviveu com o estilo moderno de arquitetura, o qual se desenvolveu na Europa e depois chegou ao Brasil a partir da década de 1930. Adotado pelo Estado Novo como modelo para seus prédios públicos foi sendo adotado em todo o país, inclusive em Jaguarão, onde novamente adotou soluções arquitetônicas de caráter elitista, desta vez emanadas do governo federal, que se utilizou do estilo moderno para homogeneizar a política de planejamento urbano. A vinculação entre Estado e arquitetura moderna no Brasil é explicitado por Marques (2008, p. 86):

O fato é que, para existir arquitetura, precisa existir cliente. O que a faz diferir, e em grande parte, ser tardia em relação as demais esferas artísticas da modernidade, é o fato de que a arquitetura moderna só se concretiza se tiver valor de troca. Ora, como se sabe, o cliente por excelência da nascente arquitetura brasileira foi o Estado brasileiro, o qual, ansioso por consolidar seu caráter moderno e exibi-lo nas fachadas das cidades, estava longe de oferecer tarefas voltadas para o abrigo de setores menos favorecidos, pelo menos aos arquitetos.

Isso vinha de encontro ao estilo arquitetônico eclético dos prédios públicos da cidade de Jaguarão, o que demandou uma mudança de conceitos da elite local em relação ao planejamento urbano e a construção de edificações. Esta mudança somente foi possível devido a centralização das políticas de planejamento urbano no governo federal, promovidas de forma gradual pelos ideólogos do regime e de arquitetos com concepções modernistas. A esse respeito relata Cavalcanti (1999, p. 180):

Conectados ao pensamento mais amplo dos intelectuais modernos, os arquitetos procuravam intervir na realidade brasileira através de atuação no serviço público, mais precisamente nas repartições do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema. Esse ministério havia sido criado como instrumento para a realização de uma das principais preocupações do Estado Novo: a construção do novo homem brasileiro.

O Estado Novo, ditadura implantada no país a partir de 1937, colocou a administração dos estados e municípios sob o controle direto do governo federal, com a nomeação de seus dirigentes, facilitando a imposição das políticas de planejamento urbano. A cidade de Jaguarão se enquadrou nesse sistema, tendo a elite aderido para não ficar alijada do poder, ainda que de forma muito tímida. Suas residências de estilo eclético foram mantidas em sua maioria nos padrões do estilo eclético, pelo motivo de não haver o mesmo excedente de capital do final do século XIX, resultando em uma menor renovação na construção de residências.

A renovação arquitetônica se deu inicialmente pela construção de prédios públicos com verbas do governo federal, o que levou a perda de outra característica do período anterior, que era a construção de edifícios pela municipalidade, a qual ficou dependente do governo central por conta da transferência para a União, da prerrogativa de auferir rendas com a taxaço de impostos.

Como exemplo da política intervencionista de planejamento urbano na cidade de Jaguarão no período, se pode citar a construção do prédio da Agência dos Correios e Telégrafos. Este projeto de estilo moderno funcional foi executado pelo arquiteto-construtor, residente na cidade, Gaspar Scangarelli. Sobre ele, relata Weimer (2004, p. 155):

Era natural de São Paulo, onde nasceu em 03/03/1898. Residia, porém, em Jaguarão, onde realizou diversas obras de importância, como o prédio dos Correios e Telégrafos, segundo projeto vindo do Rio de Janeiro. Foi registrado como arquiteto-construtor licenciado com direito a construir prédios de até dois pavimentos. Posteriormente, sua licença foi modificada para projetista-construtor licenciado (CREA n. 642). Apresentou alguns projetos de altas qualidades gráficas. Em 1951, mudou-se para Porto Alegre.

Para Martins (2009, p. 236) “foi um italiano que veio de Bagé e que projetou e construiu muitas obras na cidade durante as primeiras décadas do século XX”. Embora sua origem seja incerta, sua atuação profissional se deu na cidade de Jaguarão por longos anos, sendo chamado também para executar outros projetos na cidade de Pelotas, como descrito por Devantier (2013, p. 28):

Foi contratado para construção de marquises de ferro para divisas de casas comerciais de Pelotas, 'notadamente da rua XV de novembro'. Entre essas casas encontravam-se a Casa Procópio (que então se mudava da Rua Gal. Neto para a Rua XV) e A Jaguareense.

Esse profissional realizou obras que transitaram do estilo eclético tardio para uma arquitetura modernista, o que o coloca na geração intermediária entre uma arquitetura de embelezamento de fachadas, voltada a questões como o sanitarismo das habitações com porões utilizados para ventilação e platibandas para escoamento das águas, para uma arquitetura voltada a questões funcionais das edificações, que privilegiasse a economia de materiais e aplicação de novas tecnologias como o cimento armado. Ainda sobre a arquitetura modernista implantada nas décadas de 1930 e 1940 no Rio Grande do Sul, esclarece Weimer (1987, p. 185):

Paralela e concomitante, desenvolveu-se uma nova arquitetura despojada de todo o decorativismo e do formulário historicista. Ela usava superfícies planas, fachadas lisas e a estrutura como forma de expressão. O volume passa a ter valor em si, pela simplicidade e por sua delimitação como massa construída reduzida a essência. É claro que estamos aqui diante daquilo que viria a ser chamado de arquitetura moderna. Ainda está à procura de sua forma de expressão, mas já contém os postulados do modernismo.

No caso de Jaguarão, estes prédios foram construídos em uma área adjacente a primeira zona de expansão do município, onde predominavam residências de estilo eclético, o que mudou parcialmente a fisionomia do local e deslocou, em parte, os prédios públicos do centro urbano original, preservando as edificações de estilo eclético. Esta percepção da política de planejamento do governo federal permitiu a subsistência de grande parte do patrimônio edificado do período anterior.

Na figura a seguir, se apresenta a Agência dos Correios e Telégrafos da cidade de Jaguarão, projeto executado por Gaspar Scangarelli. A parte térrea era utilizada para serviços da agência, enquanto na parte superior ficava a moradia dos funcionários. Ao lado da agência estava uma residência construída pelo próprio Gaspar Scangarelli, em dois projetos que contrastavam nos estilos arquitetônicos adotado, e que foram executados pelo mesmo profissional, denotando a versatilidade deste, e também no convívio entre os estilos arquitetônicos no centro urbano de Jaguarão, de forma mais harmoniosa naquele período, entre os prédios oficiais de arquitetura moderna e residências em estilo eclético.

Figura 20 – Agência dos Correios em Jaguarão



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Em outro projeto financiado pelo poder público, Gaspar Scangarelli foi solicitado a construir uma escola denominada de Joaquim Caetano da Silva. Esta obra de grande porte de arquitetura moderna teve impacto significativo na constituição de um novo modelo de construção no centro urbano, advinda da visão de planejamento urbano de instâncias do governo federal.

A escola de grande porte da cidade de Jaguarão no período anterior era de âmbito privado, localizada em um prédio de estilo eclético no centro urbano, a qual tinha sido organizada pela Igreja Católica. Com a nova concepção dos ideólogos do regime do Estado Novo, a educação era tarefa a encargo do Estado, com bases curriculares nacional, o que uniformizava as diferentes regiões do país, tendo a construção de estabelecimentos educacionais sido priorizada.

A arquitetura de estilo modernista representava essa ideologia, com projetos concebidos em modelos padronizados, com algumas variações de acordo com o tamanho da cidade, mas que prezavam pelas linhas retas, sobriedade nas fachadas e no interior, denotando a preocupação com a funcionalidade e a técnica, as quais envolveriam o ambiente escolar, representando os novos tempos de modernidade e de uma nação coesa.

Na figura seguinte, se observa a Escola Joaquim Caetano da Silva, que foi construída em uma área em que estava edificado o antigo quartel do exército, sendo este demolido em parte para a execução da obra. Esta localização situada na área da segunda expansão do perímetro urbano tinha grandes espaços vazios, possibilitando a edificação de estruturas que

não seriam possíveis no núcleo urbano mais antigo sem ocasionar demolições de prédios de estilo eclético, o que aconteceu a partir da década de 1970.

Figura 21 – Escola Joaquim Caetano da Silva



Fonte: Acervo pessoal do autor (2016).

A administração municipal eleita pela população em tese deveria atender as demandas oriundas da sociedade naquilo que fosse atinente ao convívio urbano, assim orientando às políticas de planejamento e suas formas de implantação, que anteriormente eram formuladas pela classe política de acordo com suas próprias concepções.

Neste aspecto, a cidade de Jaguarão com seu código de posturas datado de 1898, com suas regras extremamente autoritárias, com previsões de penalidades por transgressões que poderiam levar até a prisão dos cidadãos, era anacrônico em relação aos novos tempos. Mesmo assim, somente em 10 de novembro de 1955, através da Lei nº 244, foi promulgado o novo Código Municipal de Posturas de Jaguarão, bastante diverso do anterior, principalmente no regramento das ruas e edificações que era tão minuciosamente detalhado na versão anterior, o que será tratado dali em diante por um Código de Obras em separado, ambas as leis aprovadas pela Câmara de Vereadores, a qual voltou a ter papel legislativo nesse período.

Durante a vigência do código de 1898, 57 anos foram transcorridos, e suas disposições mais rigorosas, como as que previam a prisão dos transgressores, e outras que determinavam o tipo de conduta social a ser observada pela comunidade, foram sendo paulitanamente suprimidas do ordenamento legal, principalmente a partir das Constituições de 1934 e 1946.

Quanto aos outros dispositivos relativos ao planejamento urbano, mais

especificamente as fachadas dos edifícios, também foram sendo colocadas em desuso por conta das novas disposições sobre o ordenamento urbano que vigoraram a partir dos anos 1930, centralizadas no governo federal. Aos municípios, que durante a Primeira República detinham a capacidade de legislar sobre matéria de planejamento urbano, ficaram muito reduzidas após a instauração da ditadura do Estado Novo de 1937.

Na cidade de Jaguarão, a consolidação da arquitetura eclética no centro urbano se deu tardiamente até a década de 1940, tendo a partir deste período uma implantação das disposições de planejamento urbano do governo federal, dentro do quadro da arquitetura moderna, principalmente com a construção de prédios públicos, o que também contribuiu para a não observância do código de posturas de 1898. Com as iniciativas legislativas sobre planejamento urbano partindo da esfera federal, o código de posturas não teria o mesmo sentido e força legal que anteriormente gozava. Este tipo de legislação municipal ficou com alcance muito reduzido, e a partir da Constituição de 1946, se voltaria a questões mais pontuais como regulação das atividades comerciais e convívio social. As questões relativas ao ordenamento das construções no município passaram a ser contidas em uma lei separada, o código de obras municipal, com alcance bem reduzido em relação ao anterior.

Assim, com a aprovação do novo Código de Posturas de 1955, a cidade de Jaguarão passou a ter uma legislação moderna voltada ao planejamento urbano agora subdividida em leis complementares: um código de posturas que será voltado a regras de funcionamento do comércio, de circulação viária e alguns aspectos sociais, como aqueles ligados ao disciplinamento de casas noturnas; e leis que regerão a construção de edificações, formas de fiscalização e apresentação de projetos, mais voltadas ao aspecto técnico do que o anterior código de posturas de 1898 que determinava o estilo arquitetônico a ser construído.

Portanto, a partir do primeiro código de posturas da cidade de Jaguarão de 1851, passando pelos de 1876, 1898 e chegando ao de 1955, se pode elaborar a tabela comparativa listada a seguir, com as principais modificações ocorridas ao longo do tempo, em aspectos como a construção de edificações, ruas e passeio público e regramento social de convívio no centro urbano. Estas regras perpassam todos os códigos e demonstram a evolução nas concepções dos gestores municipais sobre o tipo de cidade e sociabilidade desejada a seus cidadãos, sendo dois códigos sob a égide do sistema monárquico e dois no republicano.

Na tabela a seguir, se apresentam as diferenças entre os códigos de posturas vigentes em Jaguarão entre 1851 a 1955, no tocante ao regramento de edificações, controle social e penalidades por suas transgressões.

Tabela 5 – Mudanças ocorridas nos Códigos de Posturas da cidade de Jaguarão

CÓDIGOS DE POSTURAS			
1851	1876	1898	1955
Alinhamento de ruas e terrenos por fiscal arruador da câmara	Alinhamento de ruas e edificações por engenheiro da câmara	Alinhamento de ruas e edificações pelo proprietário mediante planta	Alinhamento variável de acordo com uso mantida as medidas tradicionais
Prédios de alvenaria cobertos com capim	Prédios de alvenaria com telhas	Prédios de alvenaria com telhas e platibanda	-
Limpeza pública a encargo de moradores	Limpeza pública a encargo de moradores	Limpeza pública a encargo da intendência	Limpeza pública a encargo da prefeitura
Controle social de escravos, mendigos, ébrios	Controle social de escravos, mendigos, ébrios	Controle social de mendigos com cadastro e identificação na roupa	-
Penalidades: multa e prisão	Multa e prisão	Multa e prisão	Multa

Fonte: Autor (2018).

Os três primeiros códigos podem ser incluídos dentro de uma mesma perspectiva autoritária de administrar a cidade, embora o código de 1898 tenha sido elaborado no período republicano, suas disposições tinham a mesma essência dos anteriores. O Código de Posturas de 1955 contemplava inovações em relação aos anteriores, em primeiro lugar foram abolidas às penas de prisão pelas de multa e a possibilidade de usar como disposições supletivas os códigos de outras cidades brasileiras.³⁶ Também apareceu como novidade a separação do município em três zonas: urbana, suburbana e rural. No tocante às ruas, que nos códigos anteriores tinham medidas exatas a serem seguidas, neste apresentaram uma flexibilidade quanto a este quesito como se observa no Capítulo I, art. 7º da Seção II: “As ruas da cidade, das vilas e dos povoados são consideradas vias públicas, bens do uso comum e inalienáveis, terão a largura que para cada caso for exigido, obedecendo-se, tanto quanto possível, aos preceitos higiênicos e de trânsito” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1955).

Ainda surgiu a nomenclatura para vilas e povoados no que se refere a possibilidade de identificação de ruas, o que só se verificava no centro urbano da cidade, o que ampliava o conceito de planejamento urbano para zonas consideradas não passíveis de tal regramento

³⁶ Parágrafo único da Introdução da Lei nº 244 de 10/11/1955 que instituiu o Código de Posturas Municipais da cidade de Jaguarão, que será identificado a partir de agora como CPMJ.

anteriormente, pelo menos em relação às vias de circulação. O regramento das atividades sociais ainda estava presente no novo código, mas com conotação diferente daquela dos códigos anteriores, que discriminavam certas categorias sociais no convívio com o restante da população. Agora, prevalecia a interação da sociedade como um todo, sem destacar qualquer classe social, privilegiando itens como segurança e condições higiênicas dos locais frequentados, como cinemas, teatros, circos, espetáculos e outras atividades de lazer.

O Capítulo IV denominado de Comércio e Indústria estabelecia parâmetros de organização, horários de funcionamento e devidas licenças a serem concedidas pela prefeitura para sua abertura e atendimento ao público, o que era mais atenuado no código anterior, devido a ideologia positivista da livre-iniciativa das atividades comerciais e industriais. O código de 1955 determinava no seu Art. 86 da Seção I: “As licenças concedidas só darão direito a funcionamento de casas comerciais nos dias úteis da semana e durante as horas determinadas em lei, considerando-se de completo repouso os domingos e feriados” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1955).

No mesmo capítulo IV do Comércio e Indústria é dedicada uma seção ao comércio ambulante, o que caracteriza a difusão das atividades precárias de trabalho informal na cidade e também a necessidade de regulamentação pelo poder público. O art. 96 impedia os ambulantes de exercerem suas atividades nos dias e horários que o comércio regular estivesse funcionando, denotando a preocupação em proteger o comércio regular da concorrência com o ambulante. Aos últimos, era imposta uma matrícula e pagamento de taxas ao poder público sendo facultativo ao prefeito isentar aqueles que fossem considerados pobres.

Um capítulo inteiro e duas extensas seções são dedicadas à postos de combustíveis, garagens e atividades ligadas ao ramo automobilístico, o que vinha ao encontro da mudança para o modal de transporte rodoviário que estava ocorrendo no país e estava chegando na cidade de Jaguarão. Por outro lado, esse novo código de posturas pouco se dedicou a temática relativa as edificações, diferentemente do anterior, o qual realmente tinha a intenção de dotar a cidade com um tipo de arquitetura e de determinado convívio social no espaço público. Ao mesmo tempo, ao não abordar o tipo de arquitetura que deveria ser seguido pelos proprietários permitiu uma certa liberdade construtiva dentro do município, principalmente no perímetro considerado mais valorizado do centro urbano, com seus palacetes e prédios públicos em estilo eclético. Também há de se considerar que essas edificações, principalmente aos comerciais contavam com no mínimo 70 anos e demandava reformas para sua manutenção, o que não era possível na maioria dos casos por falta de recursos econômicos. Isso fazia com que houvesse a pressão do mercado imobiliário para que esses locais tivessem sua funcionalidade modificada, por conta de

sua arquitetura interna que não correspondia mais as necessidades advindas das mudanças comerciais de circulação e venda de mercadorias.

A política de planejamento urbano instituída pelo Estado Novo, calcado no modernismo, que ainda respeitava a composição formal entre os diferentes estilos, foi suplantada pela visão autoritária da ditadura militar, implementada no país em 1964. Ainda que a arquitetura moderna tenha continuado como a expressão arquitetônica em edificações do governo federal, sua forma de implantação nos centros urbanos se modificou, passando a privilegiar a demolição de antigos prédios de estilo eclético.

A ideologia da ditadura no campo econômico, de estimular o desenvolvimento urbano através da especulação imobiliária, sem um planejamento que valorizasse o patrimônio arquitetônico local, levou a construção desenfreada nos grandes centros urbanos. No caso específico da cidade de Jaguarão, não havia um mercado imobiliário que demandasse uma especulação por parte da iniciativa privada tão intensa como nas grandes cidades, no entanto, a iniciativa de construção de prédios públicos pelo governo federal foi utilizada pela elite local para se desfazer de alguns prédios localizados no centro urbano, que demandavam um custo elevado de conservação.

Um exemplo disso foi a construção da nova Agência do Banco do Brasil na cidade de Jaguarão, inaugurada no dia 18/06/1970, construída em arquitetura moderna. O local escolhido para a construção do prédio era ocupado pelo palacete que pertenceu ao político Henrique D'Ávila, o qual se localizava em frente a praça principal da cidade, constituindo um conjunto arquitetônico de mesmo estilo com os demais prédios vizinhos. A quebra desse padrão arquitetônico não foi levada em consideração pelos arquitetos responsáveis pelo projeto, que seguiam um modelo implementado pelo banco estatal em outras cidades.

Na figura a seguir, datada do início do século XX, o antigo palacete de Henrique D'Ávila é o primeiro edifício no canto superior direito, tendo a esquerda outros prédios de estilo eclético que permaneceram intactos até a atualidade. Sua localização privilegiada compunha um cenário do ecletismo no centro urbano, local principal de solenidades e festas da população, ponto de encontro nas principais datas festivas e cívicas do município, como representado na imagem. Esta paisagem construída no final do século XIX, a qual era demonstrativa da política de planejamento urbano, e também de um modo de viver a cidade pela elite econômica e política, foi desconsiderada quando da proposta de construção do prédio do banco, denotando a nova visão calcada no progressismo econômico por meio da substituição de edificações antigas.

Figura 22 – Antigo palacete de Henrique D'Ávila.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Na figura seguinte, se apresenta o edifício do banco que deu lugar ao antigo palacete de estilo eclético, de linhas de uma arquitetura moderna funcionalista simplificada. Ainda que tenha mantido o alinhamento em altura com os prédios vizinhos, sua arquitetura difere da composição dos demais prédios ao redor.

Figura 23 – Agência do Banco do Brasil em Jaguarão



Fonte: Acervo próprio do Autor (2016).

Esse fato, da demolição de um antigo palacete representativo da classe dominante no centro urbano de Jaguarão, e substituição por um prédio comercial de arquitetura moderna, foi saudado como sinônimo de progressismo econômico pela classe agrária do município, em uma conjuntura em que o país passava por uma ditadura militar, que impulsionava o estímulo da economia capitalista através da aplicação de investimentos na infraestrutura, e na agricultura privilegiando a monocultura de grandes extensões de terra, o que era o caso de Jaguarão. Além disso, a elite local foi beneficiada com a venda dos imóveis localizado no centro histórico para o governo federal, em uma política que representava a cooptação da mesma para com a ditadura, conforme descrito no Jornal A Folha³⁷ de 13/08/1964:

A enorme casa que pertenceu a tradicional e conceituada família do saudoso cidadão Mário Pereira Bretanha, foi adquirida, há pouco tempo, pela elevada soma de doze milhões de cruzeiros, pelo Banco do Brasil S/A, que nesse magnífico e bem centralizado local vai mandar construir, brevemente, moderno edifício para instalar filial de sua Agência.

Dessa forma, a elite local auferia lucros com a venda de suas propriedades, ao mesmo tempo que participava da política de planejamento urbano do governo federal no período. A despeito de estar alijada do protagonismo no planejamento da cidade, procurou tirar partido da situação com a especulação imobiliária, mesmo que isso resultasse na perda dos imóveis de estilo eclético, que simbolizavam seu passado como classe dirigente do município. A imprensa local, que servia aos interesses da classe de proprietários, vinculava essa política como sinônimo do progresso econômico por qual estaria passando a cidade.

Esse fato fica demonstrado em reportagem de 27/06/1970 do jornal A Folha, que tratou da inauguração do prédio da Agência do Banco do Brasil, onde o articulista colocou como título “A cidade heroica foi embelezada com mais um prédio modelar” (A FOLHA, 1970):

Foi inaugurado, no dia 18 do corrente, às 16 horas, em Jaguarão, o novo e vistoso edifício da Agência do Banco do Brasil, situado em lugar central, ato que contou com a presença do ilustre Presidente do estabelecimento creditício do País, Dr.

³⁷ Jornal diário publicado na cidade de Jaguarão, fundado em 04 de dezembro de 1938 por Cantalício Resém, Alfredo Melo Tinoco e Irani Pinto Ribeiro. Se colocava como um jornal independente de motivações políticas, que dizia privilegiar o debate antagônico. Entretanto, ao longo dos jornais aqui utilizados foi identificada uma tendência a um alinhamento ao governo, principalmente durante a ditadura militar. Após a redemocratização, isto foi atenuado para uma posição que variava muito, de acordo com a situação política do momento, não se verificando um alinhamento automático ao governo. Nesta tese, o jornal foi utilizado através de uma análise crítica de suas informações, cotejada com outros documentos. Para maiores detalhes, consultar Elmir, Claudio Pereira. **Uma aventura com o Última Hora:** o jornal e a pesquisa histórica. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n° 36, p. 67-90, dez. 2012.

Nestor Jost, dos Diretores drs. Dinar Gigante e Admom Ganem, do deputado federal Vasco Amaro, autoridades civis e militares, gerentes e funcionários da mesma entidade, tanto daqui como de outras localidades e numerosos convidados especiais, num total aproximado de mil e quinhentas pessoas, que foram gentilmente obsequiadas com farto e fino coquetel (A FOLHA..., 1970).

No período da ditadura militar, o município de Jaguarão se enquadrava como Área de Segurança Nacional³⁸ tendo seus prefeitos nomeados a partir de 1969, o que levou a um alinhamento automático entre as diretrizes do governo federal, no que tange ao planejamento urbano, e uma suposta modernização que teria o objetivo de incluir regiões periféricas como a cidade de Jaguarão, no sistema capitalista contemporâneo, através da exploração de suas potencialidades, no caso específico, a agricultura.

Esta ideologia tinha como objetivo a inclusão do país entre as grandes potências capitalistas, o que era reverberado na longínqua fronteira do Brasil com o Uruguai, como demonstrou as palavras do presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, durante a inauguração da agência do banco em Jaguarão:

Mostrou, numa verdadeira aula de economia, que as possibilidades do Brasil de chegar a uma situação de desenvolvimento comparada à dos E.U. dependia da moderna tecnologia e da utilização da energia atômica, bem como o esforço de todos os brasileiros e da alta produção nas bases econômicas da agropecuária (A FOLHA...,1970).

O planejamento urbano da cidade de Jaguarão que perdeu seu caráter localista a partir dos anos 1930, com a centralização imposta pela ditadura Vargasista, continuou a ser fortemente controlada pelas políticas urbanas da ditadura militar depois de 1964. O chamado milagre econômico ocorrido entre 1969 e 1973, com altas taxas de crescimento do PIB, impulsionou a visão de progressismo econômico aliada a uma renovação arquitetônica dos grandes centros urbanos, que no caso de Jaguarão teve um reflexo de forma não tão drástica, mas com repercussões importantes na configuração do centro histórico.

A elite econômica do município, representada pelos grandes proprietários de terras, foi cooptada para essa visão com subsídios para a agricultura e na compra de seus imóveis, o que veio a se materializar com a inauguração da Agência do Banco do Brasil, a qual teve um duplo papel; ficou responsável pela liberação dos recursos financeiros para os latifundiários e destinou recursos para os mesmos através da compra de seu palacete residencial.

Portanto, naquele momento, a elite da cidade recebeu com bons olhos a renovação

³⁸ Lei nº 5.449 de 04/06/1968.

arquitetônica que aconteceu no centro urbano, seguida por iniciativas próprias, como a construção de um hotel de estilo moderno em substituição a um grande edifício de estilo eclético localizado em frente a praça principal, o qual também foi utilizado como hotel.

O edifício que foi demolido, assim como era o antigo palacete de Henrique D'Ávila, compunha o centro histórico de estilo eclético presente no local mais privilegiado da cidade. Neste caso, a elite local teve a intenção de dotar a cidade de um hotel que estaria mais condizente com os novos tempos. Ao optarem por realizar este empreendimento no centro histórico, descaracterizando a paisagem construída por seus antepassados, denotavam uma desvinculação com a ideologia e simbolismo difundidos pela classe dominante no século XIX, e que construiu o centro urbano com características do ecletismo. Este fato foi negado posteriormente, quando houve o movimento de preservação do patrimônio edificado na cidade na década de 1980, onde a elite local difundiu a ideia de que o patrimônio arquitetônico foi preservado graças a seus esforços e comprometimento com a história da cidade. Tal ideia foi abraçada pelo movimento preservacionista, até como forma de receber o auxílio da classe dirigente em suas demandas.

Na figura seguinte, se pode observar a fachada do antigo Hotel Susini, em meados do século XX, com suas aberturas em arcos ogivais e gradis de ferro na parte superior, e na parte térrea, pilastras decorativas em estilo neoclássico. Percebe-se também na imagem, o grande número de pessoas na frente do hotel, denotando o afluxo constante entre o Uruguai e o Brasil que caracterizou a fronteira desde os primórdios de sua ocupação pelos portugueses no início do século XIX, fato este que permaneceu como uma das principais referências da cidade de Jaguarão. A construção deste grande hotel em estilo eclético no centro urbano, se alinhava com o ideal de cidade projetada pela elite econômica e política daquele período, e por sua vez corroborava o grande volume de capital empregado nestas construções.

A rica decoração presente em suas fachada demandava um mercado de mão-de-obra especializada, desde arquitetos e construtores, até os trabalhadores encarregados das vidrarias, entalhes das portas, ornamentação da fachada, além do interior destas edificações, que era ricamente decorado em detalhes. O que se via então nestes prédios, era um trabalho complexo executado por profissionais que, via de regra, eram residentes no local, o que passou a mudar ao longo do tempo.

Figura 24 – Antigo Hotel Susini



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Entretanto, nem toda esta história e arquitetura presentes na edificação impediram sua demolição, e no dia 05/09/1970 foi inaugurado o novo edifício para abrigar o Hotel Sinuelo, com sua fachada em estilo moderno contrastante com os prédios de estilo eclético vizinhos, localizados no conjunto do entorno da praça principal da cidade.

O empreendimento para a construção do hotel foi viabilizado com a constituição de cotas em uma sociedade comercial, denominada de Sociedade Hoteleira de Jaguarão, cujos acionistas eram oriundos da elite econômica da cidade. Novamente, não foi levado em consideração pelos idealizadores do projeto o entorno do prédio, composto de edifícios de estilo eclético, sede dos clubes mais antigos da cidade, ainda mais que o prédio demolido fazia uma composição harmoniosa com os demais. Nesse sentido, foi uma escolha deliberada entre a elite do município que naquele período estava mais interessada no imediatismo do lucro, ainda que a justificativa para a iniciativa fosse o desenvolvimento do turismo na região, o que contraditoriamente teria na arquitetura dos prédios e ruas seu principal atrativo.

Em reportagem de 19/09/1970 do jornal A Folha, sobre a inauguração do hotel, são enaltecidas as qualidades da iniciativa e alia esse fato com o desenvolvimento econômico da cidade, por conta também do outro edifício recentemente estabelecido, do Banco do Brasil. Essas transformações no antigo centro urbano de características ecléticas seriam a evidência da inserção da cidade de Jaguarão no contexto da ideologia do regime militar instalado no país. Assim descreve o articulista do jornal sobre o novo hotel:

Acompanhando a sequência de uma série de empreendimentos que vem sendo concretizados neste município, tivemos a grata satisfação de assistir, do dia 05 do corrente as 1730 horas tanto em nosso nome como no do jornal que representamos, a outra feliz iniciativa de homens idealistas, quando foi inaugurado o Hotel Sinuelo, lindíssimo e amplo prédio, dotado de requintados requisitos modernos, quer de beleza, quer de conforto, nele sobressaindo dentre tantas outras coisas, o fino gosto na escolha do material decorativo e do mobiliário, tornando-o um hotel completo e luxuoso, além de estar localizado no ponto mais central e mais bonito da cidade, ladeado pelas sedes dos principais clubes recreativos locais e com frente para um belo logradouro público, Largo da Bandeira e a centenária Igreja da Matriz do Divino Espírito Santo (A FOLHA...,1970).

Na figura a seguir, a fachada do Hotel Sinuelo em estilo moderno, ladeado pelos prédios dos Clubes Jaguareense e Harmonia, de estilo eclético. Sua desproporção em altura em relação aos outros prédios causa uma estranheza ao olhar de quem passa no local, mas que a época de sua inauguração foi saudado como o progresso chegando na cidade., a qual estaria apta a receber o fluxo de pessoas que se imaginava que a cidade receberia devido aos investimentos do governo federal, como a construção da estrada Jaguarão-Pelotas.

Figura 25 – Hotel Sinuelo.



Fonte: Autor em pesquisa (2017).

A construção de prédios de estilo moderno vinha ao encontro dos investimentos do governo federal na cidade de Jaguarão e região, sendo que um dos principais resultados dessa política foi a pavimentação da estrada que ligava a cidade de Pelotas a Jaguarão, inaugurada em 09/03/1973, a qual possibilitou incrementar o escoamento da produção agrícola do município como também de parte da produção uruguaia, e como efeito secundário, a possibilidade de aumentar o fluxo de turistas entre o Brasil e o Uruguai.

Mas diferentemente do que ocorreu no final do século XIX, o restante da população não acompanhou de forma mais ampla a renovação arquitetônica, devido a supressão de empregos na área rural pela mecanização da agricultura e a falta de indústria ou serviços que pudessem absorver essa mão-de-obra. Este fenômeno de evasão de trabalhadores rurais pôde ser comprovado pelos dados sobre a população urbana e rural quantificados pela Agência Municipal de Estatística de Jaguarão, relativos a três décadas, conforme tabela a seguir.

Tabela 6 – População urbana e rural de Jaguarão

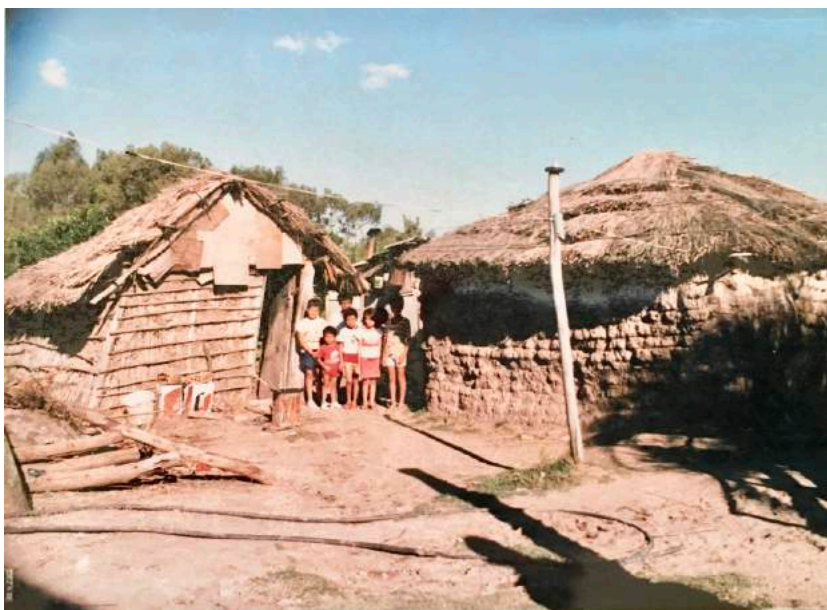
	População Urbana	População Rural	Total
1950 –	9.382	6.873	16.255
1960 –	12.336	6.040	18.376
1970 –	16.541	5.849	22.390

Fonte: Jornal A Folha (31/10/1970).

Nesse contexto, o crescimento dos bairros periféricos constituídos de habitações precárias se acentuou no período, com a formação de núcleos residenciais com pouca infraestrutura realizada por parte do poder público, gerando um contraste acentuado com os investimentos realizados no centro urbano, onde a elite possuía suas residências. Este tipo de planejamento urbano excludente levou a precarização das condições de vida da população destes locais, gerando uma grave crise de moradia no município, a qual foi minimizada com a construção de moradias populares, mas em números insuficientes para atender a toda a demanda existente.

Na figura a seguir, se pode observar o estado de precariedade das residências localizadas na periferia da cidade, com famílias sem assistência do poder público no que tange ao acesso a saúde e saneamento básico. Estas áreas se encontravam na zona limítrofe entre a área urbana e a rural, em locais insalubres. Estas famílias se constituíam de trabalhadores sem um emprego fixo, que retiravam seu sustento trabalhando na época das safras nas propriedades dos grandes latifundiários do município. Porém, esta remuneração advinda deste trabalho temporário era insuficiente para o ano todo, levando estes trabalhadores a situação de extrema precariedade. Este sistema, por sua vez, permitia um barateamento da mão-de-obra que era utilizada nas grandes propriedades rurais.

Figura 26 – Residência na periferia de Jaguarão, meados de 1970



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Em reportagem de 06/08/1978 do Jornal Correio do Povo, sobre as vilas periféricas de Jaguarão, assim se expressava o articulista sobre as moradias desses locais:

O casebre em que moram é feito de torrão e capim, ou então pedaço de papelão e plástico, tábuas velhas e qualquer outro material que encontram. O barro é retirado do próprio pátio da casa, criando verdadeiros poços no fundo do quintal. As janelas são buracos abertos e dificilmente uma casa destas tem mais de duas peças. Ali eles cozinham, dormem, fazem toda sua vida. Cama é difícil eles terem, as vezes tem uma ou duas onde dorme o casal com seis, sete filhos. Esta promiscuidade se justifica: o inverno é frio e e assim eles se agasalham com o calor dos próprios corpos (CORREIO DO POVO...,1978).

Alheios ao que se passava no centro urbano elitizado, esses trabalhadores rurais empurrados para a periferia da cidade ainda se sujeitavam a trabalhar para os grandes proprietários de terras em condições extremamente desfavoráveis na época da safra, obrigados a deixar suas famílias durante meses, as quais ficavam desassistidas sem a presença da renda do pai, como revelava a reportagem do mesmo jornal:

Eles têm que permanecer nestes locais sem retornar para casa. Nesta espera as mães apelam para a compra fiada, em botecos próximos, que aproveitam o fato para vender mais caro. Quando os homens voltam o que eles ganharam não dá, muitas vezes, nem para pagar estas compras feitas no seu período de ausência. Na entressafra a situação piora; os homens ficam sem trabalho, nervosos pelo ócio, caem no marasmo e apelam para o vício (CORREIO DO POVO...,1978).

Esta situação determinou a criação de duas cidades; a primeira localizada no centro urbano, com seus prédios de estilo eclético e alguns de arquitetura moderna, dotado de infraestrutura de saneamento básico, pavimentação de ruas e praças arborizadas, e a outra cidade, situada na periferia, constituída de habitações precárias, sem abastecimento de água e saneamento básico, ruas sem pavimentação, desprovida de praças e locais de lazer público. Esta dicotomia existente foi sendo obra de uma política de planejamento urbano alicerçada em uma visão elitista e excludente do que seja uma cidade, principalmente realizada por políticos que representavam uma classe privilegiada de latifundiários e comerciantes, alicerçados em uma ideologia que teve como modelo as grandes cidades do Rio Grande do Sul. Neste sentido, a formação de um patrimônio edificado de estilo eclético no centro urbano, com seus prédios suntuosos, foi derivada de uma política de planejamento urbano excludente, determinada por uma elite econômica que controlou a política da cidade para realizar seu ideal de urbanidade, sujeitando o restante da população a precárias condições de vida.

Neste cenário, os movimentos de preservação do patrimônio iniciados na década de 1980 na cidade de Jaguarão, como se verá no próximo capítulo, tiveram a tendência de valorizar aquele patrimônio da classe dirigente, ou seja, as residências suntuosas e os prédios públicos de estilo eclético. Este patrimônio foi visto como sendo o portador da história do município, de um tempo glorioso, no qual a cidade pertencia ao rol dos grandes centros urbanos do estado. Uma narrativa de teor carregado de uma visão idealista e não condizente com a realidade, a qual acabaria por invisibilizar os outros tipos de patrimônios existentes na cidade, advindos da contribuição de outras classes sociais e estrangeiros radicados.

Estes outros patrimônios que não pertenciam a categoria idealizada pela elite, não foram passíveis do olhar do movimento preservacionista, por conta de diversos fatores, como será analisado no capítulo seguinte. Este tipo de visão levou a novamente concentrar o investimento público, destinado a preservação destes edifícios, em uma área que ao longo do tempo foi favorecida pelas políticas de planejamento urbano, agora com a justificativa de se manter preservada a história da cidade, entendida como sendo a história da elite econômica e política do século XIX.

3 MOVIMENTOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE JAGUARÃO (1980-2007)

Neste capítulo pretende-se analisar as políticas patrimoniais efetivadas na cidade de Jaguarão a partir dos anos 1980, tendo por escopo as atividades desenvolvidas por um grupo de alunos de arquitetura da Universidade Ritter dos Reis da cidade de Porto Alegre, que posteriormente receberá a adesão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAU-UFPEL). Essas ações tiveram como base teórica os conceitos de patrimônio cultural advindos da Carta de Veneza (1964) e da Declaração de Amsterdã (1975) no plano internacional e no âmbito nacional o Programa das Cidades Históricas (PCH), desenvolvido a partir de 1972 pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (SPHAN).

Inicialmente, a análise se centrará nas motivações e ideias que nortearam os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Ritter dos Reis, os mentores do denominado Projeto Jaguar, Valdo Dutra Nunes e Jorge Arismendi Garcia, os quais propuseram um plano para o desenvolvimento do turismo na cidade de Jaguarão através da valorização do patrimônio cultural do município, principalmente do patrimônio edificado de estilo eclético e outras manifestações culturais como música, dança e artesanato.

Em um segundo momento será examinada a inserção da FAU-UFPEL nessas iniciativas do Projeto Jaguar, que tomaram um viés institucional com a adesão da Prefeitura Municipal de Jaguarão e da Fundação Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN voltado a apoiar políticas patrimoniais baseadas nos conceitos do PCH. Ainda que fosse colocado como um desdobramento do Projeto Jaguar, será visto que foi direcionado para um viés mais voltado ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas de preservação patrimonial através da legislação municipal.

Essas iniciativas tiveram lugar em um período que a cidade de Jaguarão passava por um ciclo econômico desfavorável, com a perda do ímpeto da reformulação urbana que tinha iniciado a partir dos anos 1940, com a construção de alguns prédios em estilo moderno e consequente demolição de prédios em estilo eclético. Também o crescimento da periferia com uma população com hábitos culturais diversos do setor dominante e alheia ao centro histórico no que tange ao patrimônio, acarretou um processo de busca de um passado que evocava uma cidade eclética na arquitetura e na ideologia. Esse conflito entre um passado de uma cidade eclética com o presente se tornou o principal motivador dessas ações de política patrimonial

na cidade de Jaguarão, ao mesmo tempo que se objetivava desenvolver o município através do turismo, como alternativa para a estagnação econômica.

3.1 O PROJETO JAGUAR

3.1.1 Antecedentes e pressupostos

No início da década de 1970 a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil começou a ser modificada para uma visão que conjugava o planejamento urbano ao patrimônio, tendo em vista a acelerada urbanização do país com a aplicação da política desenvolvimentista iniciada com o presidente Getúlio Vargas e continuada por seus sucessores. Esse processo de urbanização levou a uma pressão do mercado imobiliário para que fossem construídos novos prédios nas áreas centrais das cidades, as quais abrigavam edificações de interesse pelos órgãos estatais de preservação patrimonial, tornando mais difícil a prática consolidada de tombamento isolado de bens e seu entorno. Nessa linha, argumenta Sant'anna (2016, pág. 61):

O novo surto de industrialização deflagrado nos anos 1950 impulsionou o crescimento econômico e a urbanização no Sudeste do Brasil e promoveu importantes transformações nas capitais e cidades do interior da região, que foram contempladas com a instalação de indústrias e, assim, retiradas das longas letargias econômicas que propiciaram a sobrevivência do seu patrimônio cultural.

Esse processo tomou um impulso maior com o golpe militar de 1964, em que houve uma abertura ao capital exterior para financiar a implantação de indústrias, abertura de rodovias e mecanização da agricultura, ocasionando o êxodo rural e o inchaço das cidades, que rapidamente tiveram de adaptar suas áreas centrais históricas para a demanda crescente de moradia e serviços.

Nos países europeus, esse processo de urbanização e modificação dos centros históricos era mais antigo e já vinha sendo objeto de preocupação dos órgãos de preservação patrimonial da UNESCO e da OEA, emanadas através de encontros organizados para discutir e propor alternativas para esse problema. Nesse sentido, uma alternativa viável seria aliar a preservação do patrimônio cultural com o turismo, o qual geraria renda e manteria a manutenção dos prédios de interesse cultural. Ainda segundo Sant'anna (2016, p. 62):

Naquela época, como atestam documentos internacionais como as Normas de Quito (da Organização dos Estados Americanos, 1967) e a recomendação de Paris (UNESCO, 1968), o turismo emergia como uma atividade capaz de promover a preservação e, ao mesmo tempo, o aproveitamento econômico do patrimônio, animando a implantação de programas como o Programa de Incremento do Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais, da UNESCO, um dos cogitados pelo IPHAN, em 1966, como fonte para a obtenção de recursos.

Uma das formas de financiar a preservação do patrimônio cultural dos centros urbanos passou a ser o turismo, como meio de desenvolvimento de uma comunidade sem alterar substancialmente sua identidade que se expressava pelo passado ligado principalmente às construções feitas pelas gerações anteriores, essas mesmas que também poderiam ser utilizadas economicamente no contexto capitalista. A Carta de Veneza (1964) ainda que abordasse a conservação e restauração de bens patrimoniais, também apontava para uma destinação útil dos prédios protegidos pela legislação, como se nota no seu artigo 5º:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil a sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução e usos e costumes (IPHAN, s/d).

A partir do debate oriundo da nova realidade enfrentada pelos órgãos de preservação internacional e sua disposição em incorporar o turismo como fonte de renda para manutenção do patrimônio cultural dos centros urbanos, foram disponibilizadas linhas de financiamento para os países em desenvolvimento que tivessem programas institucionais que abordassem este pressuposto em sua formulação e implantação.

Nessa direção, foi organizado pelo MEC os chamados Encontros de Governadores, ocorridos em Brasília (1971) e Salvador (1972), os quais orientaram a construção de uma política patrimonial descentralizada, com maior participação dos estados e dos municípios, levando em conta o planejamento urbano integrado ao patrimônio. Assim assevera Correa (2016, p. 23):

Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio Cultural, organizados pelo MEC, são a opção mais visível desse movimento. Relacionam-se, fundamentalmente à criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, que tinha como um de seus principais objetivos a descentralização por meio de conselhos e órgãos específicos de cultura nos estados e municípios – “Um Sistema Nacional de Cultura”, no qual o patrimônio cultural teria papel importante.

Havia a disposição da ditadura militar em realizar planos e programas que viessem a ordenar e orientar a sociedade para a absorção do modo de vida capitalista, propiciando a

entrada de capitais estrangeiros, que em sua visão eram necessários para que o Brasil ingressasse no rol dos países industrializados. Nessa conjuntura, algumas metas foram fixadas no II Encontro de Salvador, como mostra Correa (2016, p. 25):

1) que fossem considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais que envolvessem áreas com bens culturais e naturais protegidos por lei; 2) a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio das obras em edifícios tombados; 3) que o IPHAN fosse contemplado com adequados recursos humanos e financeiros; 4) a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo para sensibilização sobre os problemas de valorização, utilização e divulgação dos bens culturais e naturais; 5) que os órgãos de turismo estudassem medidas para a implantação preferencial de pousadas em bens tombados.

Derivado desses encontros foi organizado um planejamento integrado entre preservação patrimonial e desenvolvimento econômico, cujo maior exemplo foi o Programa de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), que a partir de 1973 orientou às iniciativas de órgãos gestores do patrimônio e de planejamento dos estados e municípios da região nordeste, e mais tarde será ampliado para as demais regiões do país. Concebido a partir da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), destinou consideráveis recursos financeiros, aplicados de forma descentralizada e privilegiando regiões até então com pouca atenção ao seu patrimônio cultural. Segundo Correa (2016, p. 27):

O principal objetivo do programa, constante na referida Exposição de Motivos, era a preservação dos monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso para a atividade turística. Buscava-se criar um círculo virtuoso de sustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos.

A incorporação do turismo como viabilizador da manutenção do patrimônio edificado, levaria ao mesmo tempo que as manifestações culturais típicas de cada região fossem incluídas como sendo uma forma de patrimônio, tanto quanto o edificado, possibilitando as regiões que não detinham grande número de bens tombados pelo IPHAN que comesçassem a incorporar o seu patrimônio nas políticas de preservação, que não necessariamente era de origem colonial, estilo arquitetônico privilegiado pelo IPHAN. O importante era demonstrar a viabilidade econômica de utilização desse patrimônio local e a integração da variedade cultural no contexto do desenvolvimento capitalista.

Concomitante a viabilidade econômica do patrimônio, a ideia de que tão importante como o bem isolado estava o conjunto urbano, ou seja, a paisagem como parte integrante do patrimônio cultural de determinada sociedade local, vinha sendo expressado por organismos

internacionais como a OEA, que através do documento resultante da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, conhecida como as Normas de Quito de 1967, expressava:

A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação. Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objeto de defesa e proteção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica.

Isso possibilitou que cidades que tivessem uma ambiência urbana moldada em uma paisagem específica da natureza, a qual era integrada a ação do homem constituindo um conjunto paisagístico, pudessem ser consideradas de valor histórico cultural, e conseqüentemente, viáveis de serem consideradas patrimônio cultural de interesse de preservação nacional. O PCH nesse viés, atenderia essa demanda de comunidades que possuíam um patrimônio, que inicialmente não poderia ser visto como tendo interesse histórico ou artístico, de acordo com os modelos tradicionais do IPHAN, como observa Correa (2016, p. 29):

Por outro lado, passam a ser financiáveis obras com vistas à recuperação de “expressões arquitetônicas locais ou regionais, independentemente da qualidade que lhes possa ser atribuída”, e especialmente, “os exemplares caracterizadores socioculturais locais e/ou regionais”, reconhecendo a importância do patrimônio local.

O turismo cultural, que foi concebido como uma forma diferenciada do turismo comum por ser mais voltado a valorizar o patrimônio cultural, adquiriu importância significativa nos projetos de preservação patrimonial na esfera internacional, repercutindo nas políticas no PCH e também no IPHAN, que com a administração de Renato Soeiro começou a dar importância à preservação patrimonial conjugada com o planejamento urbano e o turismo, principalmente porque a UNESCO e outros órgãos internacionais disponibilizavam recursos financeiros para projetos que priorizassem a vinculação patrimônio/turismo, conforme atesta Leal (2016, p. 113):

Os contatos estabelecidos pela DPHAN³⁹ com a Unesco, buscavam é claro, parceria com o principal organismo internacional de proteção do patrimônio e seu aval técnico, mas também havia a busca por assistência financeira, que poderia vir por meio de diversos programas. É o que se pode notar, por exemplo, em memorando do então chefe da Divisão de conservação e restauração da DPHAN, Renato Soeiro, arquiteto, dirigido a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1966, informando-o sobre os programas oferecidos pela Unesco, por meio dos quais poderiam “obter recursos para nossa participação”.

Por outro lado, a compreensão que o patrimônio cultural deveria ser mais do que um marco de memória nacional começava a tomar corpo nas discussões ocorridas nas reuniões de especialistas da área, que tendiam a ter uma visão de que o patrimônio teria de ser apropriado pela comunidade onde estava inserido, em uma participação democrática, colocando em destaque políticas de educação patrimonial.⁴⁰

Essa nova perspectiva também ampliava o que poderia ser considerado patrimônio passível de preservação, ou seja, não somente os bens monumentais isolados deveriam ser preservados, mas também os conjuntos urbanos históricos, paisagens como parques e florestas, assim como manifestações da cultura local, que em princípio não teriam relação com a história nacional. Nesse sentido, o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu no ano de 1975, conhecido como Declaração de Amsterdã, assim se posicionava:

O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados.

No Brasil, a política de preservação patrimonial anteriormente centralizada no IPHAN, passaria a ter a concorrência do PCH, ainda que fosse imprescindível a colaboração técnica do primeiro, este processo resultou em uma descentralização da política patrimonial conjugada com os novos conceitos emanados dos organismos internacionais, conforme visto anteriormente. Decorreria que centros urbanos que detinham um patrimônio diverso do

³⁹ O IPHAN passou por várias denominações: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de 1937 a 1946; Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de 1970 a 1979; novamente SPHAN em 1979, quando houve a fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e se tornou Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) até 1985; SPHAN de 1985 até 1990; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) de 1990 a 1994 e finalmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de 1994 a atualidade.

⁴⁰ No capítulo referente às políticas do IPHAN na cidade de Jaguarão será abordado este tema com maior profundidade. Aqui basta dizer que se entende por educação patrimonial toda ação pedagógica envolvendo o objeto patrimonial material ou imaterial e sua relação com sujeitos, com a intenção de apropriação pelos últimos de usos e significados dos bens culturais.

colonial pudessem gradativamente ser abrangidos com projetos e verbas para conservação de seu patrimônio, calcados no binômio patrimônio/turismo.

Ao final dos anos 1970, o PCH incluiu outras demandas que eram ligadas a questão da preservação patrimonial, como o desenvolvimento de localidades estagnadas economicamente e ao planejamento urbano dos centros históricos. Segundo Sant'Anna (2016, p. 66):

Essa fase correspondeu a uma importante inflexão na política de financiamento do PCH, com diminuição da ênfase no desenvolvimento do turismo, com a inclusão de projetos articulados à solução de problemas urbanos e com a priorização de áreas sob ameaça de estagnação econômica, crescimento urbano desordenado ou turismo predatório.

Os conceitos e práticas do PCH, iniciadas como vetor de descentralização de recursos da área de preservação patrimonial para a região nordeste, foi expandido para a região sudeste e finalmente incorporado ao sistema SPHAN/FNPM, que a partir de 1979 controlaria a política patrimonial no Brasil. Isto significou que todas as regiões do país, pelo menos teoricamente, seriam beneficiadas com o capital conceitual e prático adquirido ao longo de quase uma década.

Igualmente, o avanço teórico obtido nos organismos internacionais voltados ao patrimônio cultural nos anos 1960 e 1970, repercutiu nos órgãos acadêmicos de formação profissional, especialmente no ramo da arquitetura e urbanismo, que a partir daí influenciaram na inclusão da questão da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano, nomeadamente os planos diretores das cidades consideradas de interesse histórico pelo seu conjunto urbano.

Aliado a essa nova perspectiva no campo patrimonial, houve à disposição dos governos militares de implantar um programa de planejamento urbano destinado a ordenar e inserir as cidades no contexto capitalista internacional, com vistas a alavancar o crescimento de zonas periféricas dos grandes centros urbanos da região sudeste. Esses fatores foram primordiais para se compreender como se deu a entrada, no cenário da cidade de Jaguarão, do processo de valorização do patrimônio cultural.

A concepção de um projeto que visava a preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão no início da década de 1980, denominado de Projeto Jaguar, estava imbuído do ponto de vista que unia o patrimônio ao turismo, ainda que naquele período houvesse críticas a esse modelo de política patrimonial na Europa, em vista do esgotamento do modelo. Será visto que as propostas do Projeto Jaguar estavam baseadas no desenvolvimento econômico

através do turismo por meio da manutenção de seu patrimônio cultural, especialmente nas construções de estilo eclético.

3.1.2 Concepção do Projeto Jaguar

O Projeto Jaguar teve como base conceitual o trabalho de arquitetos que vinham desenvolvendo ações no campo da preservação do patrimônio cultural, como Albano Volkmer⁴¹ e Nestor Torelly Martins. Albano Volkmer foi um dos idealizadores, no final da década de 1970, das chamadas caravanas culturais, como parte integrante da Comissão de Patrimônio Cultural do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio Grande do Sul (IAB/RS), que segundo o jornal A Folha de 1983:

Surgem as caravanas culturais, integradas por arquitetos, historiadores, jornalistas, arqueólogos e representantes de entidades preocupadas com a preservação de bens culturais, que alcançando o interior do Estado, se associam aos movimentos locais. Numa ação conjugada entre Associação Rio-Grandense de Imprensa, Sindicato dos Arquitetos, Sociedade de Engenharia, SPHAN e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, Departamento Nacional de Obras e Saneamento e Prefeitura de Porto Alegre, venceu a proposta, por exemplo, da manutenção da Usina do Gasômetro (A FOLHA..., 1983).

Ainda, no âmbito da cidade de Jaguarão, o arquiteto Albano Volkmer participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1979, o qual restringiu a construção de prédios acima de dois pavimentos no centro histórico do município. Elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, órgão da Secretaria de Obras do Rio Grande do Sul (SURBAM-SDO/RS), estava inserido no contexto de planificação de planos diretores efetuado pelo regime militar. Dividiu a cidade em zonas, sendo que a Zona Residencial 1 (ZR-1), corresponderia ao centro histórico da cidade, conforme apresenta CUNHA (2006, p. 86):

Localiza-se na parte mais antiga da cidade, junto ao centro comercial, sendo assim uma área já consolidada. Devido a zona já apresentar uma densidade já compatível com a proposta do plano, não há incentivo a densificação. [...]. Por ser uma área antiga da cidade, caracterizada pela presença de muitos exemplares do século XIX, às edificações devem ser construídas no alinhamento, sem obrigatoriedade de recuos laterais, mantendo assim a morfologia existente.

⁴¹ José Albano Volkmer (1942-2007), foi um arquiteto que atuou como professor em diversas instituições como a UFRGS, UNISINOS, UFSM, ULBRA, Ritter dos Reis e URI. Participou da elaboração do Plano Diretor da Cidade de Jaguarão no ano de 1979.

Ou seja, a preocupação com a preservação das características arquitetônicas do estilo eclético do final do século XIX foi inserida no Plano Diretor do município em fins de 1970, coincidindo com o movimento de preservação do patrimônio cultural efetuado pela categoria dos arquitetos na esfera do IAB/RS. Isto foi um dos pressupostos para que a cidade tenha sido objeto de valorização por conta de sua arquitetura eclética, e que a mesma poderia servir de vetor de desenvolvimento econômico, pois a região apresentava um declínio em relação às atividades nesse campo.

A economia da cidade que durante o século XIX foi baseada na pecuária e no estabelecimento de algumas charqueadas, permitiu que fosse aplicado o excedente de capital gerado com essas atividades econômicas para a construção dos prédios de estilo eclético. Com a decadência da atividade saladeiril e construção de frigoríficos nas cidades de Pelotas e Rio Grande, a cidade de Jaguarão se viu privada de sua principal fonte de divisas. Apesar de ter recuperado, em parte, o ímpeto econômico com a introdução da cultura da soja e do arroz, advinda com a mecanização dos processos e consequentemente maiores lucros, essa tendência de crescimento foi interrompida nos anos 1980, ao final da ditadura militar.

Essa estagnação econômica diminuiu a renovação da arquitetura de Jaguarão, a qual teve alguns edifícios de estilo eclético demolidos para dar lugar a prédios de estilo moderno. Este processo, conjuntamente com o Plano Diretor de 1979, criou as condições para um movimento preservacionista na comunidade, sendo um de seus pressupostos que o patrimônio edificado serviria como atrativo turístico para o fluxo de pessoas que transitava na fronteira, o que poderia alavancar uma possibilidade de desenvolvimento econômico.

Essa visão que foi moldada de acordo com o Programa Cidades Históricas criado no âmbito federal, ou seja, de aproveitar o patrimônio histórico de regiões estagnadas economicamente como potencial turístico, vai se reproduzir, com algumas adaptações, na cidade de Jaguarão, a partir da intervenção dos cursos de arquitetura imbuídos dessa percepção, especialmente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Ritter dos Reis de Porto Alegre, onde o arquiteto Nestor Torelly Martins ministrava a cadeira de Arquitetura Brasileira, tendo como alunos dois jaguarenses, Valdo Dutra Nunes e Jorge Arismendi Garcia⁴², os quais foram os idealizadores do Projeto Jaguar, iniciando às atividades efetivamente a partir do ano de 1983.

⁴² Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia, oriundos da cidade de Jaguarão, tinham vínculos com a elite econômica do município, sendo que Valdo Nunes era filho do empresário Oswaldo Alves Nunes, dono de uma rede de lojas de eletrodomésticos, a qual posteriormente tomou a dianteira.

Neste contexto da importância do patrimônio cultural como elemento de identidade e de possibilidade de desenvolvimento econômico, a inserção destes acadêmicos na preservação patrimonial da cidade de Jaguarão, iniciou com atividades relacionadas ao levantamento dos prédios de arquitetura eclética do município, de sua valoração como símbolo da história da comunidade. A organização do 1º Encontro de Faculdades de Arquiteturas sobre Preservação de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, no ano de 1983, foi emblemático neste sentido, conforme relatado pelo jornal A Folha, o encontro aconteceu nos dias 05 e 06 de novembro, assim noticiado:

Durante o fim-de-semana, cerca de 100 estudantes da Faculdade de Arquitetura Ritter dos Reis, Curso de Arquitetura da Unisinos, Faculdade Canoense de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da UFRGS e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas documentaram os prédios de valor histórico e cultural da cidade de Jaguarão, acompanhados dos professores da Cadeira de Arquitetura Brasileira (A FOLHA..., 1983).

Havia, como se pode notar, um direcionamento teórico para a preservação do patrimônio cultural das cidades do Rio Grande do Sul, notadamente o estilo eclético ainda remanescente nas cidades do interior com um passado ligado a atividade charqueadora, como Pelotas e Jaguarão, com a intenção de redescobrir uma cultura que esses acadêmicos julgavam esquecida, assim como uma aproximação entre a universidade e a comunidade, conforme atesta reportagem do mesmo jornal:

O arquiteto José Albano Volkmer, incentivador da organização de Caravanas Culturais, acredita que elas se constituem num novo método de ensino, ao mesmo tempo que provocam a integração com a comunidade, onde os estudantes sentem às manifestações arquitetônicas in loco (A FOLHA..., 1983).

O Projeto Jaguar foi organizado em princípios de 1983, tendo realizado algumas atividades no intuito de angariar apoios na comunidade e no poder público do município de Jaguarão. Este projeto foi denominado de Jaguar por significar o símbolo do nome da cidade, evocativo do passado que se queria redescobrir, conforme palavras dos autores da proposta, Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia, alunos do curso de arquitetura da Faculdade Ritter dos Reis:

O termo JAGUAR, passa a representar um movimento de recuperação da consciência comunitária de JAGUARÃO, reativando e/ou reestimulando e/ou retomando sua capacidade de manifestar-se como comunidade Ativa em seu contexto geral, pela satisfação sociocultural e econômica da comunidade, pela

reintegração social, pelo desenvolvimento cultural, pelo cumprimento da tarefa político-econômica (NUNES; GARCIA, 1982).

Esses dois alunos do curso de arquitetura, oriundos da cidade de Jaguarão, estavam imbuídos no contexto da abertura política que estava sendo realizada no país, que tinha por objetivo encerrar o período ditatorial que começou em 1964. Realizando seus estudos na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, entraram em contato com uma cena cultural diversificada, uma cidade permeada por várias tendências, movimentos e pessoas, os quais foram influenciadores na formulação da proposta do Projeto Jaguar.

Na cidade de origem deles, Jaguarão, distante da capital tanto em termos geográficos, como também culturalmente, situada na fronteira com o Uruguai em uma região empobrecida economicamente, aliada a uma estratificação social rígida oriunda das relações sociais estabelecidas ao longo do século XIX, ou seja, dominada por uma elite de proprietários de terras que ditavam o ritmo da vida política e social da cidade, tiveram a intenção de modificar estas condições, pelo menos no que se refere a questão econômica.

Esses dois alunos, conceberam então, um projeto para transformar a cidade de Jaguarão em um polo de turismo por meio da valorização de sua cultura e potencialidades, discurso que foi reiterado ao longo de toda a documentação do projeto. Entretanto, o que era a base narrativa que sustentava às ações do projeto foi o passado da cidade, representado em sua grande maioria pela arquitetura de estilo eclético. Isso fica evidenciado pelos autores da proposta, quando da delimitação dos objetivos gerais e específicos:

Conservar e manter às características das construções físicas da Comunidade, que, algumas, isoladamente e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade: a) promover a troca dos postes de iluminação da ponte, recolocando os originais; b) procurar manter as fachadas dos prédios de valor individual e/ou pelo conjunto arquitetônico, estabelecendo um serviço de orientação e coordenação municipal, nas reformas que se fizerem necessárias pela função atual: na pintura, nos caracteres genuínos, etc.; c) listar, ordenar e qualificar os prédios de importância histórica-arquitetônica, histórica-administrativa e outros existentes na cidade (NUNES; GARCIA, 1982).

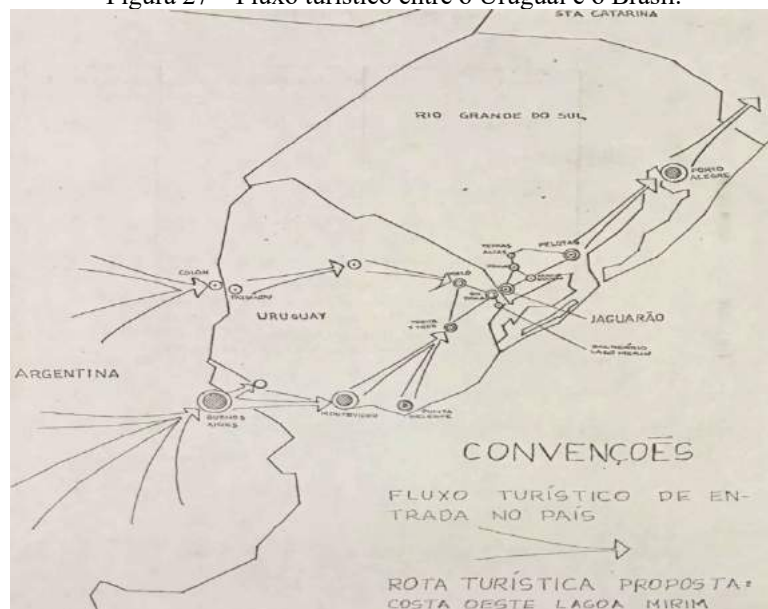
Esse patrimônio edificado derivado das propriedades da classe dirigente da cidade de Jaguarão pautou as atividades do Projeto Jaguar, servindo como referencial para a reconstrução da memória histórica, como também um meio de desenvolver outras manifestações culturais da comunidade, as quais o projeto também deu visibilidade. Alguns exemplares do patrimônio edificado foram tornados símbolos do projeto, como às ruínas da antiga Enfermaria Militar e o Teatro Esperança. O primeiro, por sua localização e imaginário

junto a comunidade; o segundo pela evocação de um passado cultural ligado a elite. Isso fica manifesto na proposta, e foram elencados no item chamado de Memória Comunitária:

- a) ativar o Teatro Esperança, primeiro teatro politeama do Estado, com apresentações periódicas de espetáculos – de grupos locais e/ou externos;
- b) valorizar o Instituto Histórico e Geográfico, estabelecendo campanhas de informação de suas funções e para a recuperação de seu acervo de origem; [...]
- h) divulgar o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, promovendo campanha de informação de suas funções, acervo e proposições;
- i) preservar às ruínas da Enfermaria, prova da função militar que a cidade já estabeleceu, preservar, também o cerro onde está a ruína, bem como a vista da cidade (NUNES; GARCIA, 1982).

Agregado a essas proposições de cunho mais ligado ao patrimônio edificado estavam outras, que foram contribuição de uma turismóloga, Janice Amparo Castellar, a qual aparece nos créditos como apoiadora do projeto. Essas proposições tinham o caráter de colocar a cidade de Jaguarão como polo turístico, tendo como justificativa sua localização geográfica, que segundo os autores da proposta era o caminho mais curto entre Montevideo e Porto Alegre, local de passagem entre os dois países. Na próxima figura, o mapa elaborado pelos autores do projeto exemplifica esse argumento:

Figura 27 – Fluxo turístico entre o Uruguai e o Brasil.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Assim, se confluíam na proposta do Projeto Jaguar o binômio patrimônio/turismo, o qual foi adotado na Europa a partir das convenções internacionais da UNESCO e paulatinamente seguidas no Brasil, principalmente pela implementação do Programa de Cidades Históricas. O viés capitalista da utilização do patrimônio cultural como ferramenta de

desenvolvimento através do turismo era bem visto pelo regime militar, o qual propiciou a integração de áreas estagnadas economicamente a dinâmica da região sudeste do país, então em grande expansão industrial. Assim sendo, o estímulo a criação de programas e projetos ligados ao turismo teve grande impulso na ditadura militar, o que em certa medida auxiliou o Projeto Jaguar em sua aceitação pelo poder público, o que era um de seus objetivos, segundo apresentado pelos autores em sua proposta:

A viabilização efetiva do potencial turístico de Jaguarão, se dá na medida em que preenche todos os requisitos básicos estabelecidos, através de estudo e, através do Sistema Estadual de Turismo e nacional – EMBRATUR, no cumprimento de sua tarefa de detectar, estimular e coordenar qualificadamente o potencial turístico de nosso Estado e, por consequência de nosso país [...] (NUNES; GARCIA, 1982).

A formulação do Projeto Jaguar que foi iniciativa de alunos de arquitetura, logicamente imprimiram um viés mais voltado ao patrimônio edificado, e somado a visão de uma turismóloga, que privilegiou o potencial turístico da cidade de Jaguarão. O projeto a partir deste momento buscou um reconhecimento institucional para que fossem viabilizadas suas propostas, do ponto de vista legal e também financeiro. Do ponto de vista legal, a proteção ao patrimônio edificado por meio de inventário dos bens edificados e posterior tombamento; e na questão financeira, o custeio das atividades do projeto pela prefeitura e a iniciativa privada.

Neste primeiro momento, às ações do projeto foram centradas nas atividades acadêmicas e alguns eventos culturais, como forma de estimular a participação da comunidade e principalmente o engajamento do poder público municipal. Será visto posteriormente que em determinado período, o Projeto Jaguar será desmembrado em dois grupos; um se dedicando às iniciativas culturais como por exemplo os festivais de música, e o outro voltado ao levantamento arquitetônico dos imóveis do centro histórico, o qual teve um desdobramento a partir da inserção da Universidade Federal de Pelotas, a qual serviu de base para o tombamento do conjunto paisagístico e histórico da cidade de Jaguarão pelo IPHAN.

No entanto, essa primeira fase do Projeto Jaguar ficou como referência para a comunidade da cidade de Jaguarão, no que tange a percepção da importância de seu patrimônio cultural edificado, ocasião em que houve maior participação popular nas atividades propostas pelo projeto, através da mobilização da comunidade por meio dos festivais de música.

3.1.3. Iniciativas do Projeto Jaguar

Após a formatação das propostas do Projeto Jaguar e estabelecimento de suas diretrizes básicas, começaram a ser desenvolvidas as primeiras atividades no princípio do ano de 1983, ainda dentro do curso de arquitetura frequentado pelos idealizadores do projeto, no âmbito da cadeira de Arquitetura Brasileira, ministrada pelo professor Nestor Torelly Martins, da Faculdade Ritter dos Reis de Porto Alegre. Nesse sentido foi organizada uma viagem de estudos para a cidade de Jaguarão com o intuito de realizar um levantamento arquitetônico sobre alguns prédios considerados de relevância histórica, apontados pelos estudantes Valdo Nunes e Jorge Arismendi Garcia.

A escolha destes prédios é sintomática da percepção do que era o patrimônio edificado a ser valorizado por aqueles estudantes oriundos de Jaguarão, a qual era representativo da história da classe dominante da cidade. Embora aqueles estudantes tivessem tomado contato com uma diversidade cultural na cidade de Porto Alegre e pudessem estar imbuídos de uma visão mais progressista, ao conceber um projeto para potencializar a cultura de sua cidade, não conseguiram vislumbrar outro meio que não fosse o de conferir importância a uma determinada história ligada a classe dominante. Seja por conta da representatividade do legado material desta elite, os palacetes de estilo eclético, seja por imposição do currículo acadêmico, o fato é que ao fazer este tipo de escolha, reforçaram essa história, marcada pela imposição de uma cidade construída por esse estrato da sociedade durante o século XIX.

Em 14 de maio de 1983, chegaram a cidade de Jaguarão para realizar o trabalho de campo de estudo dos seguintes prédios: a) antiga residência do Barão Tavares Leite; b) Loja Maçônica Luz Transatlântica; c) residência da família Barreiros; d) ruínas da antiga Enfermaria Militar; e) Teatro Esperança; f) edifício Tiaraju; g) Clube Instrução e Recreio; h) Faculdade de Estudos Sociais; i) residência da família Rodrigues Marques; j) residência da família Silveira e k) residência da família Correa.

Todos estes prédios eram representativos do período de arquitetura eclética e símbolos da elite de Jaguarão, tanto de suas residências como locais de sociabilidade. Isso possibilitou que as propostas do Projeto Jaguar fossem melhor aceitas pelos estratos dominantes da sociedade local, e também conferindo aos acadêmicos um elemento de estudo que lhes conferisse legitimidade em seu campo profissional. Haveria a possibilidade de incluir outros prédios do mesmo período, como habitações das camadas mais desfavorecidas economicamente ou com outras funções ligadas a essas classes; o que conferiria uma maior pluralidade na reconstrução da história da cidade, mas não foi o que ocorreu.

Esse tipo de visão da história de Jaguarão foi reforçado através da produção de um programa veiculado pela Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (TVE/RS), no princípio de 1983, o qual teve os idealizadores do Projeto Jaguar como protagonistas. Esse programa chamado de *Jaguarão: recantos e encantos*, tinha como objetivo, segundo palavras do apresentador do programa Dilermando Torres:

Vamos falar de memória, memória de uma cidade, Jaguarão. Nesse programa sobre Jaguarão vamos tentar mostrar um pouco daquilo que deve ser mostrado, porque isso mais tarde, sem dúvida alguma servirá para que a cidade, o seu povo, as suas 26.500 almas, encontrem, se afinem, com a sua realidade, em termos de cultura, de história, de economia e de política (TVE..., 1983).

Essa memória referida pelo apresentador e que foi evocada pelas imagens realizadas na cidade de Jaguarão, era aquele tipo de cidade que foi concebida e simbolizada materialmente pela elite do município no século XIX e início do XX. Os palacetes dos grandes proprietários de terras, dos ricos comerciantes, dos dirigentes políticos.

No início do programa aparecem em primeiro plano Valdo Nunes e Jorge Garcia, relatando reminiscências sobre o Rio Jaguarão, sua relação com a cidade, para logo em seguida ser apresentada a antiga residência do Barão Tavares Leite, mostrando a fachada exterior e o seu interior, e também histórias relacionadas a vida do Barão. Na continuação, Valdo Nunes diz: *em termos de arquitetura, dentro da cidade, tu procuras manter o que tem*. E o que aparece como sendo um dos exemplares dessa arquitetura é a antiga residência do médico e político Carlos Barboza Gonçalves, transformado em casa-museu e mantido pela Fundação Carlos Barboza.

Igualmente foi mostrada a fachada do prédio em detalhes e no seu interior foi realizada uma interpretação de uma música clássica com os atores vestindo às roupas dos antigos moradores, como representação da sociabilidade daquela alta sociedade. Em sequência é mostrado o prédio da Loja Maçônica, a sede do Instituto Histórico, o Teatro, compondo uma imagem idealizada da história da cidade em torno desses símbolos da elite econômica e política da cidade. Uma reconstrução da memória de uma parte da sociedade que sobreviveu através de seus símbolos materiais, se tornando presentes e sendo constantemente evocados.

Na última parte do programa foram reunidas pessoas da comunidade da cidade de Jaguarão em um estúdio, para colocarem suas opiniões sobre a história da cidade e possibilidades de desenvolver as potencialidades turísticas tendo como base o patrimônio arquitetônico de estilo eclético. Além dessas pessoas da comunidade, foram convidados

professores de arquitetura e historiadores da cidade de Porto Alegre, compondo um viés ideológico de qual cidade se estava projetando, ou seja, as vozes da elite econômica e política daquele momento e o tipo de cidade que queriam expressar para o restante da comunidade e para o exterior. No quadro abaixo, se pode visualizar quem participou do programa e suas profissões:

Tabela 7 - Participantes do Programa de Televisão Jaguarão: Recantos e Encantos, TVE, 1983.

Nome	Profissão	Cidade	
Valdo Nunes	Estudante de arquitetura	Jaguarão	
Jorge Garcia	Estudante de arquitetura	Jaguarão	
Gilberto Mesones	Comerciante	Jaguarão	
Mestre Vado	Músico	Jaguarão	
Hermenegildo Ortiz	Professor	Jaguarão	
José Caetano	Membro do Instituto Histórico	Jaguarão	
Verdina Raffo Soares	Professora	Jaguarão	
Jarbas Taurino	Tenor	Jaguarão	
Stefano Roncato	Professor	Jaguarão	
Sérgio da Costa Franco	Historiador	Porto Alegre	
Paulo Xavier	Professor	Jaguarão	
Barbosa Lessa	Historiador	Porto Alegre	
Nestor Torelly Martins	Professor	Porto Alegre	
Rosele Sant Denis	Estudante de arquitetura	Jaguarão	
Carmem Kroeff	Estudante de arquitetura	Porto Alegre	
Cláudio Rodrigues	Membro do Instituto Histórico	Jaguarão	
Albano Volkmer	Arquiteto	Porto Alegre	
Arnoni Lenz	Vereador	Jaguarão	
Vera Dutra	Arquiteto	Jaguarão	
Eduardo Martinez	Membro Conselho de Patrimônio IAB	Porto Alegre	
Rubens Gonçalves Marques	Ex-prefeito	Jaguarão	
Janice Castelan	Turismóloga	Jaguarão	
Maria Amélia Bretanha Jacques	Professora	Jaguarão	
Carlos Figueiró	Presidente da Fundação Carlos Barboza	Jaguarão	
Praxedes Lanes	Subsecretário de Cultura	Jaguarão	
Augusto Lima	Bailarino	Jaguarão	
Oswaldo Nunes	Membro do CDL	Jaguarão	
Baltasan Ferreira	Diretor da Rádio Cultura	Jaguarão	
Miguel Gomez	Cinegrafista TVE	Porto Alegre	
Dilermando Torres	Apresentador TVE	Porto Alegre	

Fonte: Vídeo YouTube, postado por Jorge Luís Passos, 2015.

Nas falas dessas pessoas transpareceu em primeiro lugar que o legado cultural da cidade de Jaguarão era expressado pela arquitetura, especificamente os prédios de estilo eclético construídos pela elite econômica e política do século XIX. O passado histórico-cultural da cidade estaria reduzido às realizações de uma parte da sociedade, relegando ao esquecimento todas as outras camadas da população. Isto fica evidente nas palavras do professor Paulo Xavier, ao discorrer sobre a história de Jaguarão:

A vinculação econômica é muito forte para às realizações, inclusive da arquitetura. De maneira que uma sociedade que não tenha grandes valores econômicos, grande circulação de dinheiro, não tem condições de ter patrimônio cultural apreciável. De maneira que o testemunho de Jaguarão serve para exemplificar este caso. [...]. De maneira que o meu comentário se prendeu exatamente a isso, que a expressão arquitetônica de uma cidade como Jaguarão foi exatamente a resposta, ou o testemunho, da riqueza da região que era a produção da pecuária. De maneira que o testemunho que Jaguarão dá em ter essa coleção de prédios artisticamente bem construídos é o resultado desse momento de riqueza da pecuária de Jaguarão (TVE..., 1983).

Continuando nesse viés ideológico, o professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Ritter dos Reis, Nestor Torelly Martins, o qual era o titular da cadeira de Arquitetura Brasileira, discorreu sobre o trabalho de levantamento arquitetônico realizado na cidade de Jaguarão por sugestão de seus alunos Valdo Nunes e Jorge Garcia, idealizadores do Projeto Jaguar. Novamente se reitera que a história e a cultura do município seriam traduzidas pelas edificações de estilo eclético representativa da classe dominante, conforme se depreende das palavras do professor Nestor Martins:

Esse semestre justamente o que nós tínhamos de informação sobre Jaguarão, a expectativa era muito grande que esse trabalho de levantamento arquitetônico se realizasse em Jaguarão. E tivemos a sorte de fato de realizarmos a visita muito bem organizada por parte da própria população da cidade de Jaguarão, que nos recebeu de braços abertos e nos abriu as portas dos prédios mais importantes da cidade, não somente residências, mas os prédios públicos que falam e documentam bem a história da comunidade de Jaguarão, da sua cultura, da sua política, de tudo aquilo que a própria arquitetura serve a refletir (TVE..., 1983).

Essa representação da história de Jaguarão condensada em um patrimônio legado pela elite econômica e política é reiterada pelos segmentos que naquele momento se identificavam com aquele legado, seja pelo viés acadêmico por meio dos professores e alunos de arquitetura, e também por integrantes de setores da comunidade que gerenciavam esse espólio na forma de residências, prédios públicos e entidades culturais voltadas a perpetuação dessa memória. Apesar da cidade de Jaguarão ter sido um polo escravagista no século XIX, de ter abrigado

imigrantes de diversos países, pouco do seu patrimônio é retratado nessas falas sobre a história da cidade.

Esse patrimônio arquitetônico que foi o objeto das ações do Projeto Jaguar acabou por colocar no esquecimento outros patrimônios da cidade, replicando a concepção dominante no IPHAN até a década de 1960, que privilegiava o patrimônio material, embora no momento das ações do Projeto Jaguar, na década de 1980, houvesse uma mudança gradativa para destacar o patrimônio imaterial, notadamente com o levantamento e registro das práticas culturais e saberes tradicionais das comunidades pelo CNRC.

Ainda dentro da análise do programa de televisão sobre a cidade de Jaguarão, que discutia seu passado e sua herança cultural e possíveis alternativas para a preservação do patrimônio cultural edificado, e seu uso para desenvolver o turismo, transparece um aspecto da elite dominante na cidade, o qual era o rígido controle exercido por essa elite sobre a história e gestão do município, segundo palavras do vereador Arnoni Lenz, um dos participantes do programa:

Jaguarão é uma cidade fechada, como já dizia o historiador Sérgio da Costa Franco, existiam grandes poderes, famílias muito poderosas em Jaguarão, essas famílias continuam em suas tradições, meio fechadas, meio isoladas, a ponto de pessoas que chegam a Jaguarão dizer que existem alguns donos da cidade de Jaguarão, mas a receptividade do povo de Jaguarão é muito grande para quem vai para visitar, pra quem vai pra conhecer, tomar contato com a cidade, é um povo de um coração enorme (TVE..., 1983).

Continuando em sua fala, o vereador destaca que há outros aspectos da cultura da cidade que não haviam sido destacados durante a apresentação da história do local durante o programa, como às ruínas da antiga Enfermaria Militar, que embora fosse um patrimônio edificado, representava um patrimônio que não seria ligado de forma direta a elite econômica, com representações na oralidade das camadas populares:

Mas hoje estou vibrando porque acho que felizmente Jaguarão estão aportando partes que foram esquecidas, ou a premência de tempo não permitiu que fossem focalizados esses aspectos. Uma paixão minha é a Enfermaria de Jaguarão, que para mim é um reduto histórico de grande valor, onde se divisa toda a cidade de Jaguarão, com o rio, a fronteira (TVE..., 1983).

Estas ruínas da antiga Enfermaria Militar foram objeto das ações do Projeto Jaguar para mobilizar as classes populares para o engajamento na preservação do patrimônio cultural edificado da cidade, aquele patrimônio ligado a classe dominante. Esse uso das ruínas como apelo popular também foi utilizado quando da inserção do IPHAN no cenário local, inclusive

como justificativa para a política patrimonial de preservação estabelecida a partir de então, como será visto em outro capítulo.

Em seguida a fala do vereador, o arquiteto Albano Volkmer coloca a importância do novo Plano Diretor do município de Jaguarão que foi instituído no ano de 1979, o qual segundo ele teve a preocupação de manter as características arquitetônicas do centro histórico como um dos seus pilares:

O município já dispõe de um novo Plano Diretor, esse Plano Diretor, até cabe destaque, é o primeiro Plano Diretor de um município do estado do Rio Grande do Sul que foi elaborado com essa característica de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, e quando se procurou elaborar esse plano, ele foi elaborado com o cuidado de integrar na equipe um arquiteto de Jaguarão, e foi elaborado com a participação da comunidade, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, e ele tem essa característica de assegurar às áreas históricas, não permitindo que se construa edifícios de vários pavimentos, somente nas áreas novas (TVE..., 1983).

O Plano Diretor da cidade de Jaguarão instituído pela Lei nº 1226/1979 foi elaborado pela SERPLAN que a época tinha o arquiteto Albano Volkmer como um de seus integrantes, o qual estava imbuído com a meta da preservação do patrimônio edificado das cidades do Rio Grande do Sul, inclusive sendo o idealizador do Conselho de Patrimônio dentro do IAB/RS. Dentro da lei do Plano Diretor estava expresso este ideal de preservação do patrimônio edificado, no Capítulo VII, denominado de Paisagem Urbana, no seu artigo 33, item VII “*Preservação das edificações e espaços urbanos de interesse cultural*”. Ainda no mesmo artigo 33, em seus parágrafos 1º e 2º expressou o significado do que seriam às edificações de interesse cultural:

§ 1º Consideram-se edificações e espaços urbanos de interesse cultural aquele que por seu valor formal, funcional, construtivo ou tradicional constituem elementos representativos da história e arquitetura do Município e do Estado.

§ 2º A identificação das edificações e espaços urbanos de interesse cultural será feita pelo setor competente da Prefeitura, mediante os seguintes critérios:

a) valor arquitetônico, tradicional ou ambiental; b) estado de conservação; c) raridade formal; d) antiguidade.

Portanto, anteriormente ao início do Projeto Jaguar, concebido pelos alunos de arquitetura da Universidade Ritter dos Reis, Valdo Nunes e Jorge Garcia, havia um direcionamento teórico para a preservação do patrimônio urbano das cidades do Rio Grande do Sul encabeçado por arquitetos como Albano Volkmer e Nestor Torelly, os quais dentro de seus campo de atuação, influenciaram às instituições profissionais e o meio acadêmico para que se voltassem para a constituição de políticas patrimoniais.

Sendo a cidade de Jaguarão um lugar privilegiado para implantação dessas políticas, por conta de possuir um centro urbano relativamente homogêneo em termos de estilo arquitetônico, e uma elite econômica e política que tinha o interesse de manter a representação simbólica que detinham essas edificações, perante a formação de uma identidade histórica forjada ao longo do tempo.

Retornando às manifestações dos participantes do programa televisivo da TVE sobre a cidade de Jaguarão, se destaca a fala da turismóloga Janice Castellar, a qual auxiliou na ordenação das proposições do Projeto Jaguar. Ela colocou um outro viés do projeto voltado ao incentivo das expressões culturais da comunidade, como artesanato, artes cênicas, música:

Eles tem uma preocupação com a vida real da cidade, eles não estão se preocupando muito se o prédio X, A ou B deve ser preservado e porque deve ser preservado, mas também existe uma preocupação de não introduzir elementos alheios a comunidade, mas simplesmente reanimar essa coisa que ficou de todo esse passado histórico, sendo que atualmente existe uma expressão, existe o teatro, o rio com seus ciclos ecológicos, nós temos artesãos, artistas, nós temos pessoas que estão vinculadas a terra e que tem uma cabeça na vida atual, tem uma cabeça futura, tem a preocupação como indivíduo nessa sociedade, na sua família, isso a gente ordenou (TVE..., 1983).

Essa declaração que demonstrou a atenção às características culturais de outros segmentos da comunidade de Jaguarão, as quais seriam desenvolver suas potencialidades culturais nativas, e com isso permitir um incremento nestas atividades, o que poderia ocasionar um deslocamento dos interesses do grupo dirigente da cidade, e fazer surgir um outro tipo de patrimônio cultural desvinculado do patrimônio edificado de estilo eclético, ou seja, significaria uma participação mais ampla da população na preservação de seu patrimônio cultural. Esse enfoque também foi priorizado pelos idealizadores do Projeto Jaguar, Valdo Nunes e Jorge Garcia, mas utilizando o patrimônio edificado como suporte as suas iniciativas culturais.

Na parte final do programa tivemos então, as palavras dos idealizadores do Programa Jaguar, cada um deles expressando as duas facetas do projeto, ou seja, a preservação do patrimônio arquitetônico de estilo eclético legado pela elite da cidade de Jaguarão do século XIX, e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região, através da utilização desse mesmo patrimônio expressado pelo artesanato, artes cênicas e música. No primeiro caso, a fala de Jorge Arismende Garcia esclarece o viés arquitetônico:

Como estudante de arquitetura e também natural de Jaguarão, eu tenho uma colocação, uma preocupação em relação as pessoas, principalmente do comércio. No que diz respeito a arquitetura as pessoas fazem muitas transformações, muitas

reformas e modificações. Uma característica delas é por exemplo quanto as aberturas, colocando portas de ferro, portões, ampliando a abertura para facilitar o acesso de circulação em termos de comércio se tornaria viável. Mas quanto a preservação da arquitetura ela fere muito e descaracteriza os prédios. A gente tem vários exemplos desse acontecimento na cidade de que isso ocorre (TVE..., 1983).

Em sua fala transparece o conceito de preservação do patrimônio edificado calcado na visão técnica do arquiteto, seguindo uma concepção teórica que advogava a manutenção das características formais das edificações, principalmente no tocante as fachadas. Essa forma de preservação, que era dominante no campo do patrimônio edificado desde pelo menos a Carta de Atenas de 1931, foi seguida pelos órgãos institucionais responsáveis pela preservação do patrimônio no Brasil, com a premissa de se evitar acréscimos estruturais ou decorativos nos prédios que levassem a uma falsa percepção da passagem do tempo, alterando aquilo que se acreditava original nas construções. Neste contexto em particular, a cidade de Jaguarão tinha sua zona comercial constituída em grande parte de prédios no estilo eclético, o que levou os comerciantes, ao longo do tempo, a adaptarem os prédios para funções comerciais modernas, o que resultou em descaracterizações, segundo a política preservacionista do Projeto Jaguar.

Após a fala de Jorge Garcia, se tem a fala do outro idealizador do projeto, Valdo Dutra Nunes, que foi mais centrada na questão do desenvolvimento das potencialidades turísticas da região da cidade de Jaguarão:

Em termos de turismo, o que a gente baseia a nossa proposta é que Jaguarão é a cidade que mais entra turista, o caminho mais curto entre Montevideo e Buenos Aires e Porto Alegre. Então realmente é hoje, segundo dados estatísticos da CRTUR provam que Jaguarão foi o lugar onde mais entrou gente depois do Chuí [...]. Jaguarão tem apenas dois hotéis que poderiam receber turistas, quer dizer, não dá para gente pegar esse turista e querer que ele fique em Jaguarão (TVE..., 1983).

Se tem nesta fala, o argumento que caracterizou a cidade de Jaguarão como lugar de passagem de turistas entre o Uruguai e o Brasil, o que realmente era apontado por dados da Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR), a qual registrava a entrada e saída de turistas ao longo da região de fronteira do Brasil com o Uruguai. A ideia do Projeto Jaguar foi de aproveitar essa passagem de pessoas pela região de Jaguarão, tornando atrativa para uma permanência dessas pessoas como turistas, por meio da utilização do patrimônio edificado e também pela cultura local, o que nessa visão levaria ao desenvolvimento econômico da cidade. Esse entendimento era permeado pela política desenvolvida pelo PCH durante os anos 1970, que conciliava a preservação do patrimônio cultural e sua utilização como potencial turístico gerador de desenvolvimento econômico.

Após a realização desse programa televisivo, o qual foi importante para mobilizar setores da comunidade para o engajamento na preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, notadamente o setor constituído pela elite econômica e política, o Projeto Jaguar organizou uma série de eventos culturais com a finalidade de obter uma maior participação popular, como a mostra artístico-cultural que ocorreu entre os dias 15 a 31 de julho de 1983, que contou com apresentações teatrais, musicais, ciclos cinematográficos e palestras sobre a preservação de sítios históricos. Na figura abaixo, folder com a programação da mostra artístico-cultural:

Figura 28 – Programação da mostra artístico-cultural organizada pelo Projeto Jaguar.

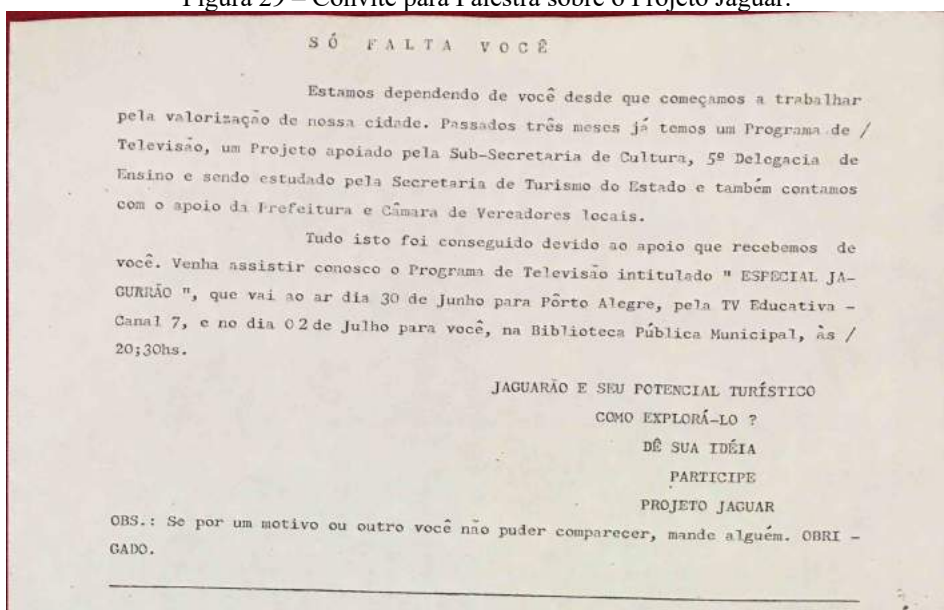
Programação		
BIBLIOTECA PÚBLICA		
16/07	20.00	Palestra sobre Patrimônio Histórico Leonardo Telles, Albano Volkmer, Nestor Toreilly Martins
INSTITUTO HISTÓRICO		
18/07	20.30	Lançamento do livro "Contos de sempre" de Aldyr Garcia Scheeler
16 a 31/07		*Exposição dos trabalhos realizados em Jaguarão pelos alunos da Faculdade de Arquitetura do Instituto Ritter Dos Reis. *Exposição do Patrimônio Histórico Cultural do próprio Instituto.
MERCADO PÚBLICO		
20 a 31/07		Palco de manifestação espontânea, artesanato, almoço, excursões ao Museu Carlos Barbosa.
THEATRO ESPERANÇA		
20/07	20.30	Recital de piano e violão <i>Leão Fertanto</i>
21/07	20.30	Noite da Seresta: Corpo docente do Conservatório de Música de Pelotas
22/07	20.30	Americando: Grupo musical
23/07	16.00	Quem manda no Pampa Peça teatral infantil
	20.30	B...em cadeia de ruelas Peça teatral - Grupo Cota, do Consulado Brasileiro em Melo.
24/07	13.00	Abertura do Torneio Internacional Motocross
24/07	20.30	Coral da Intendência Municipal de Cerro Largo
27/07	20.30	Fernando Corona - Solo piano Ewerson Oliveira: Solo guitarra
28/07	20.30	Contrabando: Grupo musical
29/07	20.30	Carta Pelotal: Musical com os melhores músicos de Pelotas.
30/07	20.30	Trensflor: Peça teatral Grupo Vende-se Sanches
31/07	20.30	Tadeu e Vado - Músicos jaguarenses
CINE REGENTE		
Ciclo de cinema nacional		
21/07		Gaith
23/07		Raoni
25 e 26/07		Bar Esperança
28/07		Cabaret Mineiro

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Concomitante a organização dessa mostra artístico-cultural, ocorria um processo de diálogo com a comunidade através de reuniões em que era apresentado o programa televisivo da TVE e posterior debate com o acolhimento de propostas oriundas das pessoas presentes. Essas reuniões tinham o objetivo de angariar maior envolvimento da população por meio do esclarecimento das proposições do Projeto Jaguar e proposição de alternativas para a exploração econômica do patrimônio cultural, tendo como base sua preservação.

Assim, o Projeto Jaguar tinha por uma de suas metas desenvolver o potencial turístico do município, para isto necessitando do engajamento da população para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a cultura, como o artesanato, que segundo eles entendiam, estaria sendo pouco aproveitado. Na figura abaixo, folder com o chamamento para a reunião na Biblioteca Pública:

Figura 29 – Convite para Palestra sobre o Projeto Jaguar.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Outra atividade que foi importante para o Projeto Jaguar, e para o movimento de preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão foi o I Encontro de Estudantes de Arquitetura do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade, em 1983, contando com a participação de estudantes das seguintes faculdades de arquitetura: a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre da Universidade Reter dos Reis (UniRitter); b) Faculdade de Arquitetura da UNISINOS; c) Faculdade de Arquitetura da UFRGS; d) Faculdade de Arquitetura da UFPEL; e) Faculdade de Arquitetura Canoense. Os objetivos do encontro, conforme os coordenadores do Projeto Jaguar foram os seguintes:

1. Análise de prédios por turmas de estudantes; 2. Visita a edifícios de maiores características e expressividade dentro do contexto arquitetônico e histórico; 3. Mesa redonda com a participação dos responsáveis pela área de patrimônio histórico do IAB e das faculdades (PROJETO JAGUAR..., 1983).

Esse encontro foi o ápice de um movimento iniciado em 1978, quando da criação da Comissão de Patrimônio Cultural do IAB/RS pelo arquiteto Albano Volkmer, a qual viria a se ocupar de incentivar o debate sobre a preservação do patrimônio edificado dos centros históricos das cidades do RS, tendo se reunido na cidade de Pelotas naquele ano, e ali lançado um manifesto contendo os princípios básicos sobre a preservação do patrimônio ambiental urbano. Segundo notícia veiculada no jornal Folha da Tarde de 05/01/1984, esse movimento de preservação do patrimônio teve relação com outros acontecimentos ocorridos naquele período:

Este fato a outros que se sucederam, como a criação da 9ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Divisão de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Estadual de Cultura, Desporto e Turismo, revelou o interesse do governo nesta área. Em razão disso, a Comissão buscou ativar os órgãos instituídos ou movimentos comprometidos com o patrimônio cultural, estabelecendo algumas diretrizes de atuação (FOLHA DA TARDE..., 1984).

A conjugação dessas entidades no sentido de organizar ações em defesa do patrimônio edificado teve o apoio dos cursos de arquitetura, especialmente por intermédio do professor Nestor Torelly Martins da Universidade Ritter dos Reis, onde estudavam os idealizadores do Projeto Jaguar. Assim, segundo o mesmo jornal, obtiveram os resultados elencados abaixo durante visitas a cidades do interior do Rio Grande do Sul:

A comissão esteve em Rio Pardo levando esclarecimento à comunidade, desencadeando o processo de tombamento de sua Igreja Matriz, passando a ser o primeiro município do interior a contar com um bem tombado pela esfera municipal. Juntamente com alunos da Cadeira de Arquitetura Brasileira da Faculdade Ritter dos Reis, esteve também em Piratini, fazendo levantamento de prédios históricos, bem como em Bagé, quando a caravana cultural deu apoio a comunidade que se articula na área de preservação do patrimônio cultural (FOLHA DA TARDE..., 1984).

Assim, quando os alunos do curso de arquitetura Valdo Nunes e Jorge Garcia conceberam o Projeto Jaguar, na realidade este era um desdobramento daquele movimento iniciado em 1978 com o arquiteto Albano Volkmer, tendo encontrado na cidade de Jaguarão as condições propícias para aplicar os conceitos de preservação do centro urbano histórico correlacionado com o planejamento urbano. Para isso, foi fundamental o engajamento dos órgãos institucionais do município como a prefeitura e a câmara, e a adesão da elite econômica detentora da propriedade da maioria das edificações de estilo eclético datadas do século XIX e início do XX.

Esse engajamento dos órgãos institucionais do município fica claro, conforme foi relatado no jornal Folha da Tarde de 05/01/1984, sobre as propostas surgidas durante o encontro de estudantes de arquitetura:

Esse trabalho poderá resultar num subprojeto de formas de preservação do patrimônio histórico, específico para o município, integrando o plano acadêmico com o plano urbano municipal. Arnoni Lenz, da Comissão da Câmara, acredita que “estendido o braço técnico das Universidades, através de convênios, será mais fácil a concretização dos vários passos do Projeto, que pretende promover Jaguarão à estatura de um dos pontos culturais mais importantes do país (FOLHA DA TARDE..., 1984).

Apesar de ser um encontro de estudantes, estiveram presentes professores dos respectivos cursos, integrantes do IAB/RS e da SURBAM-RS, os quais delinearão as bases das discussões e apontaram com o apoio institucional para as propostas surgidas durante o evento. Uma delas foi a preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, localizada no ponto mais elevado da cidade, o chamado Cerro da Pólvora. Essa localização permitia vislumbrar toda a cidade, o Rio Jaguarão, a ponte internacional Barão de Mauá e a vizinha cidade uruguaia de Rio Branco.

Nessa perspectiva foi elaborada a proposta de um projeto prevendo o tombamento das ruínas e a construção de um parque na área de entorno, com espaços de lazer e camping. Esta proposta foi o embrião do projeto desenvolvido em uma parceria entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, para revitalização das ruínas da antiga Enfermaria, o qual posteriormente culminou no seu tombamento pelo IPHAE-RS em 1990, e a criação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, pelo IPHAN em 2009.

Assim sendo, esse encontro possibilitou a parceria entre a UFPEL e a Prefeitura de Jaguarão, através de um convênio institucional que levou professores e alunos do curso de arquitetura e urbanismo a desenvolverem projetos ligados a área de preservação do patrimônio cultural edificado da cidade, durante as décadas de 1980 e 1990. Essa parceria foi tida como pertencente ao Projeto Jaguar, usando de suas premissas e logotipo em suas documentações, embora os coordenadores daquele projeto não tenham tido participação efetiva neste convênio. Se teve, a partir de então, duas linhas distintas de trabalho no Projeto Jaguar, a primeira sendo conduzida pelos idealizadores, alunos de arquitetura da Ritter dos Reis e a segunda com professores e alunos de arquitetura da UFPEL.

Ainda dentro da intenção de mobilizar a comunidade da cidade de Jaguarão para a importância de seu patrimônio edificado e angariar o apoio institucional, os coordenadores Valdo Nunes e Jorge Garcia, organizaram o Seminário sobre o Projeto Jaguar em abril de 1984, nas dependências da Biblioteca Pública Municipal, que tinha por objetivo *gerar um sistema de trabalho para a execução dos diversos itens a serem cumpridos a curto, médio e longo prazo* (Nunes; Garcia, 1984).

O primeiro destes itens era a construção do Parque da Enfermaria, que havia sido proposto quando do encontro de estudantes de arquitetura, sendo assim delineado: *Parque da Enfermaria – 1) examinar que terreno será escolhido e o seu tamanho determinando maneiras de consegui-lo, fixando data para tanto. 2) determinar meios de arrecadação de material para a obra de restauração das ruínas da Enfermaria* (Nunes; Garcia, 1984). Em um folheto distribuído na cidade com a finalidade de conscientizar a comunidade para o

esforço de construção do parque, os coordenadores do Projeto Jaguar apresentavam sua concepção:

Grande extensão de terreno vedado ou murado, jardim extenso e delimitado por um muro ou cerca, dotado com instalações apropriadas para recreação de crianças; pode ser ou conter uma pequena mostra da flora e da fauna característica de uma região ou país, servindo assim como centro de estudos da Botânica e da Zoologia dessa região ou país, bem como centro de atração turística (NUNES; GARCIA, 1984).

As mais significativas propostas geradas durante o Seminário do Projeto Jaguar foram aquelas ligadas ao patrimônio edificado, onde novamente o tipo de edificação a ser objeto de valoração arquitetônica e histórica, foi o da classe proprietária de terras e suas construções de estilo eclético, conforme apresentado ao final do evento:

Desenvolver o estudo e a pesquisa histórica com o material existente no Instituto Histórico, nas casas de família, e também junto a memória coletiva. [...] Criar meios através de leis ou incentivos para que sejam mantidas as fachadas dos prédios históricos, que no seu conjunto proporcionam um cenário quase completo do “rico” Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil, do começo do século XX (NUNES; GARCIA, 1984)

Apenas uma proposta foi dedicada a outro tipo de patrimônio, a qual dizia *difundir o artesanato e desenvolver as artes plásticas, criando meios para torná-los de fácil execução para um número grande de pessoas. Fazer os escolares terem pelo menos um primeiro contato com esses trabalhos* (Nunes; Garcia, 1984). Essa proposta foi elaborada de maneira muito genérica, não sendo viabilizadas formas para sua efetiva implantação, recaindo sobre o patrimônio edificado a maior visibilidade.

Para isso foram organizadas comissões, com diversas atribuições a seguir enumeradas:

- a) acionar o poder executivo municipal através de uma comissão criada em comumhão com as entidades de classe e órgãos municipais;
- b) criar na secretaria de educação, uma subsecretaria de cultura que funcione vinculada a um órgão que seja responsável pela execução do Projeto Jaguar;
- c) criar incentivos econômicos para motivar os proprietários a manterem as fachadas dos prédios que fazem parte do conjunto arquitetônico-histórico;
- d) desenvolver um trabalho de divulgação do que consiste o Projeto Jaguar, dentro da comunidade;
- e) criar uma lei de tombamento que impeça a descaracterização física dos prédios da cidade;
- f) criação de um órgão que execute o Projeto Jaguar vinculado ao executivo ou independente;
- g) associações de classe que assumam esse órgão e sua coordenação;
- h) tombamento dos prédios municipais.

Ficou evidenciado que os coordenadores do Projeto Jaguar queriam vincular suas concepções e ações com o poder público municipal, institucionalizando uma proposta oriunda

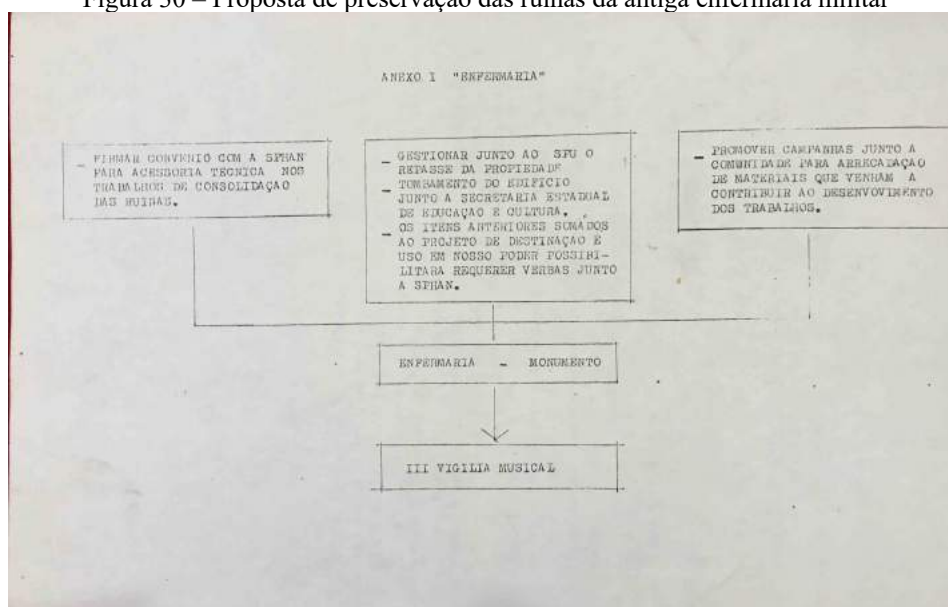
da sociedade civil, concebendo uma política de preservação patrimonial que em sua maioria privilegiava o patrimônio edificado da elite, vinculando a história da cidade com seu patrimônio, invisibilizando os outros grupos formadores do município e seu patrimônio.

De todas as propostas elaboradas no âmbito do seminário, aquela que previu uma participação do executivo municipal teve êxito, mas a prefeitura atuou como apoiadora eventual. Dessa maneira, os coordenadores do Projeto Jaguar direcionaram seus esforços para a preservação das ruínas da antiga enfermaria militar de Jaguarão, que por sua localização em um amplo espaço de área verde, seria o ideal para a construção de um parque, que segundo seus idealizadores, seria polo de atração turística.

Em uma proposta elaborada para a Prefeitura Municipal de Jaguarão, para a preservação das ruínas no ano de 1986, o Projeto Jaguar delimitou algumas ações para que fosse efetivada a proposta, contando com a participação do IPHAN como órgão parceiro para viabilização de estudos técnicos para o tombamento das ruínas. Naquele momento o país passava por uma severa crise econômica, e conseqüente redução de recursos para projetos na área da cultura, o que contribuiu para a inviabilização da maioria das propostas do Projeto Jaguar a curto prazo.

Na figura abaixo, aparecem elencadas as propostas do Projeto Jaguar encaminhadas a administração municipal, referente a preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar, com o intuito de transformar o local em ponto de atração turística e modelo para a proteção dos demais prédios do centro urbano da cidade de Jaguarão, considerados de valor arquitetônico e histórico pelos coordenadores do projeto.

Figura 30 – Proposta de preservação das ruínas da antiga enfermaria militar



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

O Projeto Jaguar, que em seu início foi concebido para fazer o levantamento arquitetônico dos prédios de estilo eclético do século XIX na cidade de Jaguarão, constituídos em sua maioria de propriedades da elite econômica e política, teve a intenção de efetivar uma política de preservação patrimonial que servisse de vetor para o desenvolvimento turístico da cidade de Jaguarão, mas acabou se voltando para as ruínas de uma construção afastada do centro urbano, uma antiga enfermaria do exército que foi abandonada e depredada⁴³ pela própria população. O local das ruínas tinha um significado importante no imaginário da população, principalmente das pessoas do seu entorno, no qual havia se formado um núcleo residencial, os quais reproduziam histórias e lendas⁴⁴ daquele lugar.

Na concepção dos coordenadores do Projeto Jaguar, as ruínas serviriam de cenário para apresentações de teatro e música, sendo parte de um parque que abrigaria também um camping e um centro de informações turísticas. Para obter apoio para esse projeto foram organizadas as chamadas vigílias musicais, que eram constituídas de apresentações de artistas locais e também de outras cidades do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Os objetivos do evento foram assim consignados em notícia do jornal A Folha de fevereiro de 1984, quando da organização da II Vigília Musical:

Nome do evento: II Vigília da Enfermaria. Data: 24/02/1984. Hora: 20:30h. Local: Pátio da ruína – Cerro da Pólvora. Propostas: despertar a comunidade para o valor histórico e cultural da ruína, com a meta de transformá-la em monumento histórico municipal, criando-se na área que a circunda um “Parque Verde” conforme o item 2.1.1 da carta de intenções do Projeto Jaguar. – Reunir os músicos da região, divulgando os trabalhos dos mesmos. – Lançamento da campanha mais área para o parque (A FOLHA..., 1984).

Dentro dos objetivos enunciados estava a meta de transformar as ruínas em monumento histórico, categoria esta que estava contida na Carta de Veneza de 1964, a qual ainda determinava as formas de conservação e restauro, conforme pode ser visto na mesma Carta, em seus artigos 1º e 2º:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou acontecimento histórico. Estende-se não

⁴³ Para maiores detalhes sobre a história da antiga enfermaria militar consultar Villas Bôas, A.S. *Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão (RS): A revitalização de um patrimônio cultural*. UFSM, 2014.

⁴⁴ As ruínas da antiga Enfermaria Militar evocava histórias relacionadas ao passado militar e aos doentes que ali se tratavam. Como exemplo disto, se tem a lenda de que a Enfermaria havia sido local de tratamento de feridos das guerras de fronteira, como a Guerra do Paraguai e Revolução Federalista. Embora o prédio tenha sido construído em 1883 e a Guerra do Paraguai tenha acontecido em 1865, o imaginário ficou tão patente neste sentido, que foi replicado pelo arquiteto responsável pelo projeto de revitalização da Enfermaria Militar em uma exposição oral realizada em 2012, quando de sua visita ao canteiro de obras.

só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2º - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental (IPHAN..., 2016).

Essa proposta do Projeto Jaguar deixava ao encargo do município a gestão das ruínas, ou seja, que o município efetuasse seu tombamento e realizasse sua conservação, não levando em conta a falta de infraestrutura e pessoal técnico capacitado em uma pequena cidade do interior com poucos recursos econômicos. Ao mesmo tempo, colocavam em suas propostas uma solicitação de apoio técnico ao IPHAN, sem considerar que seria mais viável que o mesmo órgão poderia ter de realizar o tombamento e gestão das ruínas. As ruínas foram tombadas como Patrimônio Histórico Estadual em 1990, e sua administração foi repassada a prefeitura municipal, a qual sem recursos econômicos não teve possibilidade de concretizar a proposta de criação do Parque idealizado pelo Projeto Jaguar.

Como última ação dos coordenadores do Projeto Jaguar foi organizado o III Festival da Enfermaria, ocorrido no dia 24 de janeiro de 1987, tendo as ruínas como cenário para apresentações de diversos artistas que se revezaram no palco entre às 19 h e às 6 h do dia seguinte. Esse festival foi o apogeu das atividades do Projeto Jaguar, e que teve maior significado e repercussão na comunidade. Após o término do festival, o projeto foi continuado pelos professores e alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFPEL, os quais priorizaram atividades técnicas em lugar das atividades culturais, que foram o ponto central dos idealizadores do Projeto Jaguar.

O festival foi realizado nas ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, onde foi erguido um palco para apresentações artísticas, e contou principalmente com músicos provenientes do Uruguai e do Rio Grande do Sul, e tinha a intenção de se tornar um evento regular dentro do calendário da cidade, o que acabou não ocorrendo. Em notícia do jornal Correio do Povo de 24/01/1987, foi assim descrito o festival:

Um evento que reúne nove atrações musicais, entre artistas brasileiros e uruguaios, é o que está programado para hoje em Jaguarão. A terceira edição do Festival da Enfermaria terá a participação dos grupos Raiz de Pedra, Os Eles e Engenheiros do Hawaii, entre outros de Porto Alegre, a Orquestra de Câmara da cidade de Melo, no Uruguai, além de artistas e músicos populares e folclóricos de Pelotas, Rio Grande, Rio Branco e Arroio Grande, além de Jaguarão. O Festival é promovido pelo grupo Jaguar e integra as comemorações da semana daquela cidade. O grupo composto de estudantes e interessados, propõe a consolidação do Cerro da Pólvora como um local de apresentações artísticas, ao mesmo tempo em que chama a atenção de todos para o patrimônio histórico do município (CORREIO DO POVO..., 1987).

Meses após o término do festival, foi graduado em arquitetura o coordenador do Projeto Jaguar, Valdo Dutra Alves Nunes, no dia 15 de agosto de 1987, o que determinou o encerramento dessa primeira fase do projeto sob a coordenação do mesmo. Essa primeira fase foi importante para que tivesse sido desencadeado o processo de desenvolvimento de uma política patrimonial, e que posteriormente foi adotada como base para a política patrimonial do IPHAN e a Prefeitura Municipal de Jaguarão.

Embora os objetivos iniciais do projeto idealizados pelos estudantes de arquitetura, Valdo Nunes e Jorge Garcia, de transformar a cidade de Jaguarão em um polo turístico por meio da utilização de seu patrimônio cultural, das manifestações artísticas como teatro, artesanato e música, não tenham se concretizado por completo, conseguiram chegar a alguns resultados que se tornaram a base para o que viria ser implantado a partir de 2009, no projeto do Centro de Interpretação do Pampa.

O primeiro resultado obtido foi o envolvimento de setores da comunidade na conscientização da importância de se preservar o patrimônio edificado da cidade, principalmente de estilo eclético, colocando de certa maneira um freio no processo de modernização da arquitetura das edificações do centro urbano. Dentro das limitações de seu desenvolvimento econômico, a cidade vinha renovando seu estilo arquitetônico, o que exercia uma pressão para que se derrubassem os prédios antigos do centro urbano, pertencentes em sua maioria a remanescentes da elite do século XIX.

Então, quando o Projeto Jaguar surgiu e propôs a conservação desses prédios, e que fossem protegidos pela municipalidade, os proprietários de prédios ecléticos, anteriormente decididos a se desfazerem destes prédios, apoiaram a proposta e conseqüentemente angariaram o apoio do legislativo e executivo municipal. A razão para esse fato residiu em manter o poder simbólico oriundo da representação desses palacetes na sociedade local, e também porque a especulação imobiliária não trouxe um valor de venda que propiciou um ganho de capital que justificasse a perda desse poder simbólico em uma sociedade de características conservadoras.

Outra consequência do Projeto Jaguar foi trazer a cidade professores e alunos de arquitetura do Rio Grande do Sul para realizar estudos sobre as edificações de estilo eclético, ampliando o conhecimento daqueles acadêmicos sobre aquele patrimônio edificado, o que já vinha ocorrendo de maneira pontual quando da implementação do Plano Diretor em 1979, que teve a principal colaboração do arquiteto Albano Volkmer, incentivador de políticas de preservação patrimonial nas cidades do Rio Grande do Sul. Dentro desse contexto que foi

realizado o convênio entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ) para projetos na área de preservação do patrimônio edificado da cidade.

Entretanto, o maior resultado obtido nessa primeira fase do Projeto Jaguar foi ter elegido as ruínas da antiga Enfermaria Militar como foco de suas ações na área de preservação do patrimônio. Isso se deveu que essas ruínas se localizavam num dos pontos mais elevados da cidade, de grande visibilidade, e portadora de histórias e lendas dentro da comunidade, tendo no seu entorno um grande espaço vazio, que permitiu realizar eventos que concentrasse público e assim obtivesse repercussão para o projeto.

Assim, utilizaram a noção de monumento histórico e conceituaram um projeto arquitetônico de transformar o local das ruínas e seu entorno em uma área de atração turística, o que foi desenvolvido através do convênio entre a UFPEL e PMJ, na fase posterior do Projeto Jaguar. O Festival da Enfermaria, desenvolvido em três edições, foi a representação dos esforços dos idealizadores do Projeto Jaguar, um projeto iniciado por estudantes de arquitetura com objetivos muito ambiciosos na preservação do patrimônio, e com grande disposição de movimentar a área cultural.

3.2 PROJETO JAGUAR E A UFPEL

Após o término da primeira fase do Projeto Jaguar, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), por meio do Curso de Arquitetura e Urbanismo, desenvolveu projetos ligados ao patrimônio edificado do centro urbano da cidade de Jaguarão, a partir de 1988. Entretanto, os professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo vinham participando do Projeto Jaguar desde a celebração de um convênio entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ) ainda no ano de 1983, quando do I Encontro de Estudantes de Arquitetura do Rio Grande do Sul, realizado na mesma cidade.

Este convênio de nº 274/83 previa uma cooperação técnico-científica entre a universidade federal e a prefeitura em atividades de extensão⁴⁵ na comunidade de Jaguarão, possibilitando que acordos pudessem ser estabelecidos em projetos específicos. Somente a partir de 1986 realmente se efetivou as atividades do curso de arquitetura no município, tendo em vista que o Projeto Jaguar, através de seus membros fundadores, Valdo Nunes e Jorge Garcia, estavam envolvidos em atividades mais voltadas ao cenário cultural ligado ao

⁴⁵ Atividades de extensão são aquelas em que a universidade realiza intercâmbio com a comunidade, podendo ser cultural, técnico ou científico. Para essa finalidade é feito um convênio em que as partes colocam suas obrigações e deveres. Os professores e alunos da instituição tem a partir desse convênio, legitimidade para atuar em projetos específicos de interesse da comunidade.

patrimônio. Como uma das premissas do Projeto Jaguar era o de revitalizar as ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão, esse objetivo foi delegado aos professores e alunos do curso de arquitetura da UFPEL.

Dentre os professores do curso, a professora Ana Lúcia Costa de Oliveira se destacou como a coordenadora das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da preservação patrimonial em Jaguarão. Essa profissional teve formação pela Escola de Belas Artes da UFPEL e em Arquitetura e Urbanismo pela UNISINOS⁴⁶, onde foi orientada pelo professor Albano Volkmer, o mesmo que esteve a frente do movimento de preservação patrimonial no RS e atuou na concepção do Plano Diretor da cidade de Jaguarão em 1979. Em 1983, iniciou um projeto de extensão comunitária na cidade de Pelotas denominado de Inventário Arquitetônico da Cidade de Pelotas, séculos XIX e XX. Neste projeto, também teve como integrante o acadêmico Andrey Rosenthal Schlee, que posteriormente participou do Inventário Arquitetônico de Jaguarão, e em 2011 atuava no IPHAN quando do tombamento paisagístico e histórico de Jaguarão.

Esta rede de contatos que se estabeleceu entre professores e alunos de arquitetura em torno da temática de preservação do patrimônio edificado das cidades do Rio Grande do Sul, teve na cidade de Jaguarão foco privilegiado de suas ações, conjugando atividades acadêmicas com a comunidade, ou melhor dizendo, com a elite política e econômica do município. Nesse caso, o curso de arquitetura da UFPEL institucionalizou as atividades do Projeto Jaguar, que anteriormente estava vinculada a dois estudantes de arquitetura pertencentes a comunidade de Jaguarão, os quais não lograram êxito no prosseguimento do projeto nos moldes desejados, ou seja, buscar preservar o patrimônio edificado combinado ao estímulo do turismo por meio da cultura.

Como essas atividades culturais promovidas pelo Projeto Jaguar estavam ligadas ao setor mais popular da cidade, a classe dominante e os setores institucionais não tiveram o interesse em continuar estimulando tais iniciativas, o que poderia levar a construção de um patrimônio diferente daquele que a elite identificava como sendo símbolo do município de Jaguarão. Embora o projeto tenha se dedicado ao estudo do patrimônio edificado, realizado levantamentos de prédios, propondo uma legislação de proteção e a revitalização das ruínas da Enfermaria Militar, ele ficou marcado pelas atividades culturais, como demonstra o documento do grupo da UFPEL que assumiu o Projeto Jaguar, direcionado ao executivo municipal como justificativa para o inventário arquitetônico:

⁴⁶ Extraído de Plataforma Lattes <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780758Z1>
Acessado em: 01/02/2018.

O movimento do Projeto Jaguar durante esses 5 anos de existência tem sido bastante significativo não pelos projetos na área de arquitetura, na qual fomos convidados a participar, mas também pelas “Vigílias Musicais”, que tem por cenário o prédio da Enfermaria Militar e que trouxeram na realidade para a cidade um clima de polo musical. Mas, nos parece que o movimento do Projeto Jaguar está atualmente debilitado seja por falta de uma entidade concreta [...] (UFPEL..., 1988).

Essa vinculação do Projeto Jaguar a iniciativas culturais foi contraposta pelo grupo da UFPEL com uma proposta que delimitou claramente em relação ao patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, e a capacidade técnica que teria esse grupo para identificar esse patrimônio e propor medidas para sua proteção. Isso vinha ao encontro da Prefeitura Municipal, pois poderia obter prestígio político através de um convênio com uma universidade federal e aos órgãos de preservação do patrimônio, ao mesmo tempo que o deslocamento da esfera cultural-artística para o patrimônio edificado traria mais dividendos a elite local e sua visão da história da cidade.

3.2.1 Projeto da Enfermaria Militar

Dentro desta perspectiva, de intervenção no patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, a preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar obteve a primazia da atenção dos professores e estudantes de arquitetura, inicialmente com um estudo realizado em 1983 pelos alunos do Curso de Arquitetura da Faculdade Ritter dos Reis, denominado de Levantamento e Análise Crítica de um Indivíduo Arquitetônico,⁴⁷ no qual foi realizado um estudo da história do prédio, características arquitetônicas e plantas, servindo de subsídio para as propostas de sua preservação. Em 1986 o grupo da UFPEL efetivou um acordo com a Prefeitura Municipal de Jaguarão, com apoio da então Diretoria Regional do IPHAN, chamado de Levantamento e Proposta de Reutilização do Prédio denominado Enfermaria Militar e Parque Adjacente.

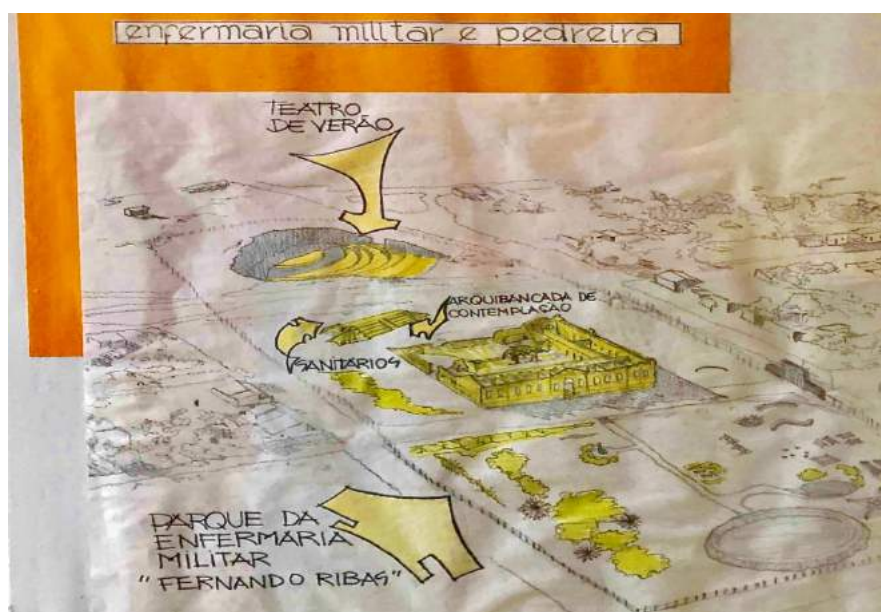
As propostas resultantes deste estudo foram as seguintes: a) preservação dos visuais tanto da cidade para as ruínas quanto destas para a cidade e parte da região, através da criação de um espaço não-edificável, utilizando o quarteirão em frente ao prédio e estabelecendo um parque neste; consolidação das ruínas efetuando ações que objetivam retardar o processo de deterioração e valorizar os elementos existentes, a exemplo do tratamento dado aos corredores com grama entre os ladrilhos hidráulicos ainda restantes; c) ocupação do pátio central do prédio para o uso em atividades culturais e artísticas, com a colocação de arquibancadas

⁴⁷ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Ritter dos Reis, 1983. Arquivo do Projeto Jaguar.

metálicas desmontáveis, dinamizando o espaço e utilizando as paredes como cenário, sem a demarcação de espaços estanques como os palcos; d) tratamento paisagístico ao redor das ruínas e no quarteirão em frente; e) definição da altura de massas vegetais e edificáveis dos quarteirões e do entorno, de modo a não prejudicar as visuais.

Na figura seguinte, se visualiza um projeto efetuado pelos membros do Projeto Jaguar da UFPEL das ruínas da antiga Enfermaria Militar, localizada no Cerro da Pólvora, um dos pontos mais elevados da cidade de Jaguarão. Logo acima das ruínas, se localizaria o Teatro de Verão, em uma antiga pedreira municipal. Logo abaixo das ruínas, se localizaria o parque municipal, constituído de área verde e lazer. Se bem-sucedida, a política de intervenção para sua preservação colocaria o patrimônio edificado em evidência para a comunidade, e ela poderia se apropriar da importância de manter seu patrimônio, assim pensado pelos integrantes do projeto. Esse viés de utilização das ruínas como suporte a preservação do patrimônio será retomado em 2009, quando o IPHAN firmará convênio com a Prefeitura Municipal para elaboração de um projeto de revitalização das ruínas.

Figura 31 – Projeto para revitalização das ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Este projeto apresentava aspecto inovador em relação a utilização do patrimônio edificado, pois se tratava de ruínas de um prédio relativamente recente, construído em 1883, e que estava nesse estado por conta da depredação ocorrida na década de 1970. Com o início do Projeto Jaguar em 1983, as ruínas foram colocadas em evidência como objeto a ser preservado como patrimônio histórico, sendo realizados festivais de música que levaram a

comunidade a reconhecer aquele local como de interesse cultural. Nessa primeira fase do Projeto Jaguar foi encaminhado o delineamento básico para sua preservação, ou seja, o uso do espaço das ruínas como objeto de contemplação e cenário para atividades culturais e de turismo.

Com a entrada da UFPEL no projeto, a proposta tomou forma, com o projeto em que destacou as ruínas como elemento principal em conjunto de equipamentos destinados a comunidade, como também para os turistas provenientes do trânsito fronteiriço. Esse tipo de utilização do patrimônio edificado estava em consonância com os pressupostos elaborados em encontros internacionais de preservação do patrimônio, como as Normas de Quito de 1967⁴⁸. Em um de seus enunciados, no capítulo V, faz a seguinte observação:

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles (IPHAN..., 2016).

Nesse contexto de uso do patrimônio com viés econômico estava a universidade como fator essencial para o desenvolvimento de regiões periféricas do RS, segundo atesta o relato contido na apresentação de justificativa para a realização da recuperação da Enfermaria Militar:

Esse convênio e acordo vem ao encontro a intenção da UFPEL de cooperar com o desenvolvimento da região sul através de seus serviços e para nós da área de arquitetura e preservação vem reforçar a necessidade urgente de um trabalho deste conteúdo na região sul, coordenado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL que é a mais próxima do sítio em estudo (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

Também se ressaltava o fato das ruínas da Enfermaria Militar estarem localizadas no Bairro do Cerro da Pólvora, constituído de uma população desfavorecida economicamente, com habitações precárias de barracos de madeira, sem qualquer tipo de infraestrutura básica. Ainda que o projeto não se reportasse a esta situação, fica claro que o poder público municipal a partir da efetivação do projeto, teria de dotar a região de uma infraestrutura básica para melhorar o acesso ao local. Esse tipo de pensamento é expressado no capítulo VI da Carta de Quito, conforme descrito a seguir:

⁴⁸ Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico – O.E.A – Organização dos Estados Americanos, ocorrida na cidade de Quito em 1967.

De outra parte, a valorização de um monumento exerce uma benéfica ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes. Esse incremento de valor real de um bem por ação reflexa constitui uma forma de mais valia que há de se levar em consideração (IPHAN..., 2016).

Esse projeto de recuperação das ruínas da antiga Enfermaria Militar se constituía, na realidade, de uma ampla proposta de planejamento urbano para a cidade de Jaguarão, no tocante a utilização de seus prédios e espaços como vetores cultural e econômico. Esse intuito foi expressado nas próprias justificativas de apresentação do projeto para o poder público municipal, e foi constantemente reafirmado nos anos seguintes, com a elaboração de novas propostas de utilização do espaço urbano. Isso foi sintomático da perda de capacidade da Prefeitura Municipal de realizar o planejamento urbano, ou seja, o tipo de cidade idealizada por seus governantes. Embora o convênio celebrado entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal fosse de interesse de ambas, o fato foi que a partir desse momento, o patrimônio histórico edificado se tornou um dos principais elementos da política urbana da cidade de Jaguarão. O tipo de cidade desejada passou a ser concebida dentro da academia, o que de certa forma deslocou o poder de planejamento do município para a universidade, tendo em vista a falta de pessoal técnico qualificado na municipalidade, assim como de gestores com interesse de uma participação mais decisiva na criação da política de planejamento.

O fato de documentos como a Declaração de Amsterdã de 1975⁴⁹, que apresentavam uma concepção mais abrangente da preservação patrimonial, foram utilizadas no caso específico de Jaguarão, para uma acentuada interferência no desenvolvimento de políticas que envolvesse a configuração de sociabilidade dentro do espaço urbano. Esse tipo de concepção era expressado da seguinte forma:

O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados (IPHAN..., 2016).

Essa declaração era voltada aos países europeus que tinham uma realidade bem distinta daquela observada na América Latina e especialmente em uma cidade periférica como Jaguarão. A aplicação destes conceitos sem o devido estudo das características históricas de evolução da sociedade local, de suas peculiaridades econômicas e sociais, levaria a uma

⁴⁹ Declaração de Amsterdã de outubro de 1975, elaborada pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu.

dificuldade de implementação dos projetos de arquitetura e planejamento urbano desenvolvidos pela UFPEL. Particularmente a Declaração de Amsterdã previa a participação democrática da população local nas decisões sobre a preservação do patrimônio e consequente política de planejamento urbano, como se depreende do texto extraído do documento:

A plena implementação de uma política contínua de conservação exige uma grande descentralização e o reconhecimento das culturas locais. Isso pressupõe que existam responsáveis pela conservação, em todos os níveis (centrais, regionais e locais) onde são tomadas as decisões em matéria de planejamento. Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões (IPHAN..., 2016).

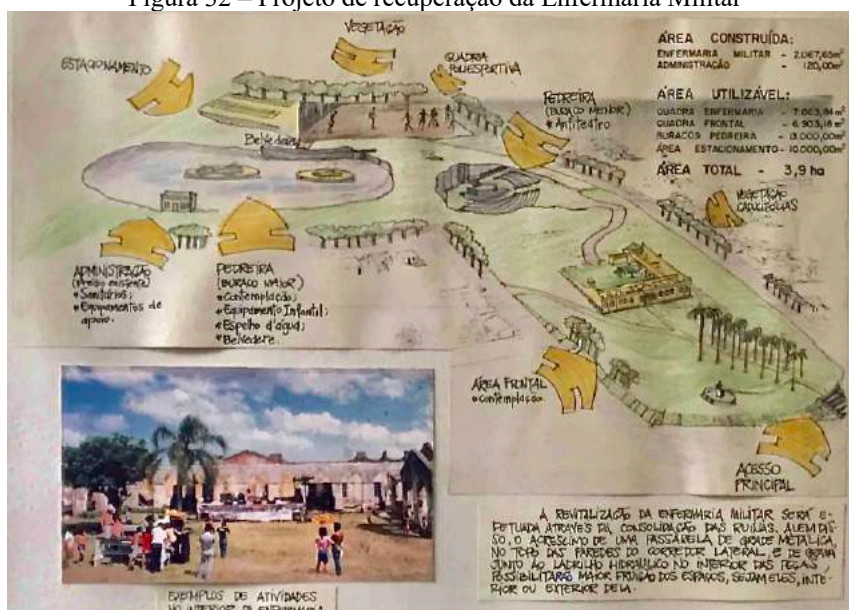
Essa participação da população na tomada de decisões nas questões patrimoniais demandaria uma experiência democrática, o que não ocorria no Brasil, o qual recentemente havia sido redemocratizado, depois de 21 anos de ditadura militar. Além disso, a cidade de Jaguarão teve ao longo de sua história, o domínio do poder político e econômico concentrado em uma elite agrária que determinava com autoritarismo como deveria ser planejado o município. Em uma cidade com uma exclusão tão acentuada, com a maioria da população vivendo em situação precária e dependente economicamente da elite agrária, se tornava muito complexa a tarefa de incluir a população nas discussões e tomada de decisões sobre a preservação do patrimônio e planejamento urbano.

Quando o Projeto Jaguar principiou o movimento de preservação patrimonial na cidade de Jaguarão, teve seu foco voltado ao patrimônio edificado remanescente das construções de estilo eclético do final do século XIX e XX, que foi resultado da ação da elite econômica e política do município, a qual tinha interesse nesse tipo de valorização dos seus bens imóveis, seja por interesse de manter um certo tipo de história que desejavam perpetuar, como também por questões econômicas de investimentos na preservação desses bens pelo Estado. Depois de haver uma guinada do projeto para o enfoque na participação popular através dos festivais de música, deixou a classe dominante de apoiar o movimento. Com a vinda da UFPEL para o projeto, seu prestígio acadêmico motivou essa mesma elite a novamente apoiar o desenvolvimento dos projetos ligados a preservação patrimonial e planejamento urbano, o que limitou a participação popular, contraditoriamente o que preconizava a orientação ideológica seguida pelos integrantes do curso de arquitetura e urbanismo vinculados a proposta. Essa tensão entre o idealizado pela academia e a realidade

apresentada na cidade, foi um problema constante no desdobramento das atividades do Projeto Jaguar na cidade.

Nesta conjuntura, o projeto de recuperação da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão se apresentava com uma concepção vinculada as teorias contemporâneas de preservação do patrimônio e de planejamento urbano, como se pode ver na figura a seguir, extraída do painel de apresentação do projeto:

Figura 32 – Projeto de recuperação da Enfermaria Militar



Fonte: Painel do Projeto Jaguar/UFPEL, 1986.

Em primeiro lugar, a escolha das ruínas como objeto de preservação patrimonial significaria incluir na história da cidade um local periférico e esquecido pelo poder público municipal, no alto do Cerro da Pólvora, distante do centro urbano e com suas atividades ligadas ao cuidado de enfermos militares. Além disso, com o surgimento ao seu redor de um bairro com uma população desprovida de recursos econômicos e sem infraestrutura adequada, sua área foi sendo paulatinamente desvalorizada pela elite da cidade. Com o abandono pelo exército da utilização do prédio como instalação de saúde, teve outros usos⁵⁰ ao longo do tempo, se destacando a utilização como prisão política.⁵¹

Entretanto, ao realizar o levantamento histórico do bem, somente o uso como hospital militar foi destacado, se evitando de vincular o uso como prisão política e o abandono pelo exército, que possibilitou a depredação do prédio pela população. Foi valorizado o aspecto do

⁵⁰ Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão/RS: *A revitalização de um patrimônio cultural*, UFSM, 2014.

⁵¹ *A Incitação do medo: repressão no princípio da ditadura militar de 1964 em Jaguarão – RS*; Espaços e Sociabilidades no Mundo Ibero-Americano, Editora da PUCRS, 2018.

cenário que compunha a paisagem do local; as ruínas e a vista contemplativa para a cidade, a transformação em um ponto turístico. Esse viés do projeto tendo como destinação a finalidade turística vinha ao encontro das disposições que vinham sendo adotadas desde a década de 1970 na área de preservação do patrimônio, com o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), como descreve Aguiar (2016, p. 142):

Para a liberação das verbas para a revitalização dos patrimônios culturais, seria avaliada a viabilidade do desenvolvimento do turismo nos conjuntos urbanos preservados, principalmente em relação aos acessos rodoviários e distância das grandes capitais. Dessa forma “a viabilidade econômica”, alguma vez apresentada como “função útil a sociedade” ou “interesse comunitário”, tornava-se uma prioridade para o programa que reunia as principais verbas que seriam destinadas à preservação do patrimônio cultural nacional.

As ruínas serviriam como ponto de apoio para a construção de um complexo turístico, contemplando as premissas para obtenção de verbas destinadas ao saneamento e paisagismo, como destaca o texto de justificativa para o projeto de revitalização:

A Secretaria de Apoio Comunitário, ligada diretamente a Secretaria de Assuntos Especiais da Presidência da República, que além de outros programas, repassa recursos financeiros para obras de saneamento e paisagismo que tenham abrangência comunitária (PROJETO JAGUAR..., 1986).

Contudo, as ruínas da antiga Enfermaria Militar não eram reconhecidas como patrimônio pelos órgãos institucionais de preservação patrimonial, o que dificultava a captação dessas verbas. Na cidade de Jaguarão apenas um prédio havia sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), onde funcionou o fórum da Justiça Estadual, sendo inscrito no Livro Tombo Histórico em 17/09/1981. Em 1986, as ruínas da Enfermaria Militar, o Teatro Esperança e o Mercado Público tiveram processos abertos para tombamento, mas somente em 1990 foram tombadas, e inscritos no Livro Tombo Histórico em 1992, o que viria a dificultar o investimento de recursos financeiros para a execução do projeto.

Essa situação fez com que a Prefeitura Municipal ficasse encarregada de realizar os investimentos, o que não era exequível com os poucos recursos de que dispunha o erário municipal e a falta de interesse por parte dos investidores privados, que preferiam aplicar esse capital no centro urbano onde obteriam retorno mais rápido e lucrativo. Dessa forma, o projeto não foi executado como planejado, sendo construído um modesto parque em memória de um ex-prefeito falecido recentemente naquele período, com a colocação do seu busto,

descaracterizando o contexto histórico das ruínas e indo de encontro ao que emanava da Carta Patrimonial de Veneza em seu artigo 5º:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (IPHAN..., 2016).

Este parque foi inaugurado em 27/01/1991, quando recentemente havia sido tombado as ruínas da Enfermaria Militar, o que em tese o protegeria de qualquer tentativa de modificação. Em ofício enviado a prefeitura pela CPHAE, datado de 23/07/1990, o órgão solicitava providências destinadas a proteção das ruínas e seu entorno, para que não houvesse uma intervenção sem ser consultado:

Mandar registrar nas secretarias municipais pertinentes o ato de tombamento, de forma que em qualquer solicitação de intervenção (construção, reforma, demolição, etc.) no bem tombado ou seu entorno a CPHAE seja ouvida; mandar averbar no registro de imóveis local os atos de tombamento; enviar a CPHAE cópia de escritura dos imóveis, com a averbação (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1990).

A prefeitura ignorou estas solicitações e também o projeto de revitalização da UFPEL, e realizou uma intervenção que atendeu interesses político-partidário de promoção de seu governo, ao mesmo tempo que valorizou a memória de um membro da classe agrária do município representada pelo ex-prefeito homenageado. O patrimônio era novamente utilizado como elemento de afirmação de um certo tipo de história que interessava a elite do município, assim como aconteceu no centro urbano durante a história da cidade. Mesmo com a presença de novos atores, como parte da comunidade que participava das ações do Projeto Jaguar nos festivais de música nas ruínas da Enfermaria Militar; a universidade com o aporte técnico e teórico através de projetos para utilização do patrimônio edificado, e os órgãos institucionais de preservação do patrimônio, nas instâncias estadual e federal não inibiram a classe dominante de se apropriar daquele patrimônio.

A cidade de Jaguarão passou a ter a preservação do patrimônio como peça chave no planejamento urbano e como componente para o reconhecimento de uma versão da história do município, a qual expressava a visão de uma elite agrária e política. Os protagonistas da política patrimonial, comunidade, prefeitura, universidade e órgãos de preservação disputariam como o patrimônio edificado deveria ser utilizado, entretanto não divergiam

quanto ao tipo de patrimônio a ser utilizado, ou seja, aquele ligado ao grupo dominante na cidade.

3.2.2 Inventário do Patrimônio Arquitetônico

O inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão foi outro trabalho desenvolvido pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão, Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)⁵² através da 10ª Delegacia Regional do Patrimônio Histórico em Porto Alegre (10º D.R.) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Os objetivos deste estudo foram assim descritos pela equipe da UFPEL:

Conservar e manter as características das construções físicas da comunidade que, alguns isoladamente, e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade; através de – listando, ordenando e qualificando os prédios; orientando as reformas que se fizerem necessárias, promovendo a troca dos postes da ponte que liga Brasil Uruguaí através de Jaguarão-Rio Branco recolocando os originais (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

Este inventário tinha como pressuposto o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Características Neoclássicas da Cidade de Pelotas, realizado em 1983 sob a coordenação da professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, Ana Lúcia Costa de Oliveira e como um dos integrantes o acadêmico de arquitetura Andrey Rosenthal Schlee, os quais integrariam a equipe responsável pelo inventário arquitetônico na cidade de Jaguarão. Esse inventário foi estimulado desde o início do Projeto Jaguar em 1983, inicialmente realizado em prédios isolados do centro histórico pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Ritter dos Reis. Com a entrada da UFPEL no projeto e a experiência adquirida pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo com o inventário da cidade de Pelotas, foi ampliado levantamento de prédios para todo o centro histórico de Jaguarão, totalizando aproximadamente 600 imóveis, trabalho este descrito na justificativa do projeto:

Em outubro de 1986, a SPHAN destinou verba à Prefeitura Municipal de Jaguarão para realizar o Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Jaguarão – RS, sendo que a primeira equipe desse trabalho, decidiu por questões físicas de tempo hábil fazer o inventário somente do patrimônio arquitetônico urbano da cidade de Jaguarão, executando em janeiro de 1987, a etapa que constituiu em fotografias em

⁵² Fundação de apoio ao SPHAN, criada em 1979.

preto e branco e preenchimento de fichas relativas a aproximadamente 600 prédios da área urbana de Jaguarão (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

A prática do inventário amplo e sistemático de centros urbanos como reconhecimento e preservação do patrimônio edificado surgiu no âmbito da chamada virada cultural no campo patrimonial no Brasil, a partir da parceria entre o IPHAN e a UNESCO, quando na década de 1960 ocorreram visitas técnicas de representantes daquele órgão ao país. O propósito dessas missões era apresentar conceitos e metodologias que permitisse o uso do patrimônio como componente para o desenvolvimento econômico através do turismo, muito difundido na Europa e que vinha sendo adotado pela OEA por meio de documentos como as Normas de Quito de 1967. O uso do inventário como instrumento de preservação patrimonial foi citado no relatório de Michel Parent, enviado da UNESCO, como essencial nas políticas patrimoniais, como descreve Leal (2016, p. 12):

O texto é também bastante enfático sobre a importância de inventários pormenorizados para a prática da preservação, e traz elogios ao que descreveu como “inventário monumental, extremamente minucioso, relativo a mais de mil edifícios que permanece como o melhor instrumento desse gênero em todo o continente”, ainda que estivesse se referindo, especificamente, aos estudos realizados pelos técnicos da diretoria para embasar as escolhas e os processos envolvidos nos tombamentos, uma vez que, nessa instituição, os inventários só se tornaram expressivos como prática institucional a partir da década de 1980.

No Rio Grande do Sul, onde após longo período foi reativada a Diretoria Regional do IPHAN em 1978⁵³, foi intensificada a valorização de outros patrimônios que não aqueles ligados ao período colonial ou a fatos históricos, geralmente de personagens considerados heróis pela historiografia tradicional do Rio Grande do Sul. Nas cidades da metade sul do estado, na fronteira com o Uruguai, o patrimônio edificado oriundo do século XIX e que ainda estava preservado, era em sua maioria de estilo eclético, o qual não tinha seu valor como patrimônio a ser tombado pelo IPHAN, devido a visão dos arquitetos modernistas que eram lotados no órgão. Justamente por essas cidades começou o processo de valorização do patrimônio edificado eclético, como descreve Meira (2008, p. 294):

O reconhecimento desse estilo de edificações, no Rio Grande do Sul, iniciou por Pelotas, com o tombamento do Teatro Sete de Abril e dos três casarões da Praça Cel. Pedro Osório. Os tombamentos anteriores de edificações ecléticas, como no caso dos Solar dos Câmara, foram devidos exclusivamente ao valor histórico das edificações.

⁵³ Meira, Ana Lucia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2008.

Na cidade de Jaguarão, o IPHAN não realizou tombamentos de patrimônio edificado até o ano de 2011, apesar de ter destinado verbas para o inventário do patrimônio cultural do município em 1986, denotando que o patrimônio eclético das cidades da metade sul do Rio Grande do Sul ainda percorreria um longo caminho para que as políticas patrimoniais do Estado brasileiro alcançassem suas demandas na área da preservação patrimonial. Essas demandas, no caso específico de Jaguarão, seriam atendidas em parte pela Coordenaria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), criada em 1979⁵⁴, a qual em 1981 realizou o primeiro tombamento de um patrimônio edificado na cidade, a casa de estilo eclético que abrigava o Fórum da Justiça Estadual, conforme portaria nº 07/1981 emitida pelo Governo Estadual. Esse bem edificado não constava da lista de prédios estudados pelo Projeto Jaguar em 1983, e se tratou de uma ação isolada daquele órgão sem que houvesse uma articulação com a prefeitura e a comunidade, conforme se depreende do ofício enviado pelo então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e o membro do Projeto Jaguar, acadêmico de arquitetura Maurício Seibt, datado de 27/06/1991:

Temos no processo de tombamento da: Enfermaria Militar – plantas de 1990; Mercado Público – plantas de 1990; Teatro Politeama Esperança – plantas de 1990; Fórum – plantas de 1981. Todos os prédios possuem a delimitação do entorno e o laudo de vistoria em 1990, pela engenheira Rita Patussi. Encaminhamos em anexo, cópia do ofício 62/89 onde solicitamos ao Prefeito os registros devidos. Não recebemos nenhuma resposta (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1991).

Então, ocorreram na cidade de Jaguarão, movimentos paralelos de preservação do patrimônio edificado do município: a) o IPHAE com tombamentos de prédios isolados sem articulação com a prefeitura; b) o Projeto Jaguar, com estudos e propostas de preservação do patrimônio de forma mais ampla em articulação com a prefeitura; c) o IPHAN, com a destinação de verbas para o inventário do patrimônio cultural do município, em articulação com a UFPEL. Essas ações não conseguiram se coordenar em uma proposta mais ampla e unificada de política patrimonial na cidade de Jaguarão, ou sua inclusão no planejamento urbano da cidade. A UFPEL, que se afirmava como continuadora do Projeto Jaguar, passou a ser o centro das ações de salvaguarda do patrimônio edificado na cidade, no qual o inventário arquitetônico teria papel central nessas proposições de preservação.

Para a constituição desse inventário do patrimônio edificado do centro urbano da cidade de Jaguarão, estavam articulados os arquitetos que desde a década de 1970 vinham atuando no campo da preservação patrimonial no Rio Grande do Sul, que por meio de uma

⁵⁴ Conforme sítio eletrônico www.iphae.rs.gov.br Acesso em 12/02/2018.

rede entre professores e alunos, e depois esses alunos se tornando professores e constituindo novas redes, levaria a uma metodologia para catalogar o patrimônio edificado das cidades da metade sul do RS. Isto fica evidenciado nas justificativas do Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Jaguarão:

A equipe procurou soluções para as propostas de intervenções no centro histórico, no que tange ao sistema viário e a zona comercial, sendo consultado o arquiteto José Albano Volkmer, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que vem incentivando o Projeto Jaguar desde o início, seja através do CREA, CPHAE ou SDO-SURBAM. Nesta oportunidade a equipe conversou, entrou em contato com os professores de Arquitetura Brasileira, arquiteto Sôni Nara Mascarello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e arquiteto Nestor Torelli Martins, da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre do Instituto Ritter dos Reis, dos quais obteve emprestado os trabalhos de levantamento e análise de algumas residências de Jaguarão, realizados em 1983 durante o I Encontro de Preservação de Bens Culturais do Estado do Rio Grande do Sul (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

Essa rede profissional permitiu inserir esse grupo de arquitetos na área da preservação patrimonial no Rio Grande do Sul, campo anteriormente restrito ao nível federal por meio do IPHAN. Isso criou oportunidades diante de um quadro de recessão econômica que ocorreu no Brasil a partir dos anos 1980, e por outro lado, o aumento crescente no número de arquitetos formados no RS, principalmente por instituições privadas de ensino, as quais estavam voltadas as necessidades do mercado na área de projetos de construções, significando uma disputa maior entre os novos profissionais, como explica Salvatori (2008, p. 56):

O fracasso de todos os planos de recuperação econômica que acompanharam os primeiros anos da democratização do país, desde meados dos anos 80, produziu um novo paradoxo, desta vez entre novos níveis de exigências estabelecidos no campo da formação de arquitetos e as condições objetivas da prática profissional. A massificação da formação, a aceitação das ideias neoliberais e a transformação do mercado da construção em mais uma *commodity* - em que a rápida remuneração é mais importante que a qualidade arquitetônica -, intensificaram a competição e a dissolução dos vínculos corporativos entre os profissionais.

Dentro do contexto de trocas profissionais entre a equipe do inventário arquitetônico de Jaguarão estava a solicitação de informações sobre o processo de inventário e tombamento do centro histórico da cidade de Laguna em Santa Catarina, conforme consta nas justificativas do inventário arquitetônico de Jaguarão:

Na ocasião a equipe entrou em contato com o Museu Histórico Anita Garibaldi, da cidade de Laguna, e com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, ambas no

Estado de Santa Catarina, buscando discutir as experiências de cadastramento e preservação de centros históricos. Houve também uma discussão sobre a questão de preservação de centros históricos com uma equipe de professores e arquitetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual foi apresentado o trabalho que se estava fazendo em Jaguarão (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

O centro histórico da cidade de Laguna havia sido tombado em 1985 pelo IPHAN, em um ato que foi considerado como o início das práticas de preservação dos centros históricos que não abrigavam um patrimônio edificado de estilo colonial, utilizando a metodologia do inventário como ferramenta de identificação do patrimônio edificado e suas características arquitetônicas. Este tombamento colocou em evidência as mudanças por que estava passando o campo da preservação patrimonial no Brasil, como descrito por Nascimento (2016, p. 133):

O estudo de tombamento da cidade de Laguna pode ser considerado o ponto de inflexão nas práticas de preservação dos anos da redemocratização. As argumentações mobilizadas em favor da preservação de uma cidade em que os processos sociais e econômicos estavam presentes no seu espaço construído trouxeram novidades para o campo, dentre as quais, o uso das argumentações da história. Em Laguna os bens imóveis da cidade foram olhados como o conjunto e não como somatório de edificações de valor arquitetônico.

Os tombamentos seriam realizados em termos de um conjunto urbano que apresentava uma história de evolução do centro urbano que continha as várias tipologias arquitetônicas dos distintos períodos ainda preservados. No caso de Laguna, pouco restava dos prédios em estilo colonial, sendo a maioria do patrimônio edificado composto por edificações ecléticas do século XIX. Essas construções de estilo palacete derivaram do crescimento econômico da cidade em meados do século XIX originado do comércio, como está expresso na página eletrônica do IPHAN:

Durante a segunda metade do século XIX, os comerciantes desfrutaram de uma boa situação econômica que possibilitou melhores condições de vida para a população local. Esse período – a época áurea de Laguna – resultou em algumas construções do centro histórico que testemunharam a riqueza da cidade. A implantação das novas edificações nos lotes urbanos aos poucos se modificou. As casas térreas e os sobrados passaram a conviver com novos prédios e residências de estilo eclético (IPHAN..., 2018).

A justificativa para o tombamento de Laguna se baseou em contextualizar historicamente o patrimônio edificado como objeto de valor documental, o qual seria importante para descrever o processo de urbanização no Brasil Meridional, mesmo que essa história fosse relativamente recente e com um patrimônio edificado de estilo eclético,

representante de uma elite local, embora o IPHAN coloque como sendo de toda a comunidade. Essa contextualização foi feita por uma historiadora do IPHAN para ser anexada nas justificativas do processo de tombamento, como relata Nascimento (2016, p. 136):

Importante ter em conta que, no processo de tombamento, logo após parecer técnico que propõe o tombamento de Laguna, vem um texto da então estagiária de história, Márcia Chuva, que apresenta “Uma Avaliação Histórica” da cidade. Este nos parece um movimento inédito nos lugares de autoridade técnica no interior da instituição, demonstrativo dos diálogos interdisciplinares em curso.

No caso de Jaguarão, a equipe de arquitetos responsável pelo inventário arquitetônico também utilizou da contextualização histórica para embasar a justificativa do trabalho, realizando uma pesquisa documental no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), e entrevistando alguns historiadores locais, construindo uma narrativa que tinha a intenção de comprovar a vinculação do território da cidade com fatos da história colonial portuguesa e espanhola e posterior edificação urbana, a qual teria recebido influência das ideias de planejamento urbano desses impérios, conforme descrito na introdução do Inventário Arquitetônico de Jaguarão:

A cidade demonstra no seu contexto cultural e urbano a oscilação e a mescla das culturas portuguesa e espanhola, e para demonstrar essa hipótese faremos uma resenha histórica desde o Tratado de Tordesilhas até a Revolução de 1930, por considerarmos este período o mais significativo nas transformações sofridas pela cidade, juntamente com uma análise formal de suas características arquitetônicas (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

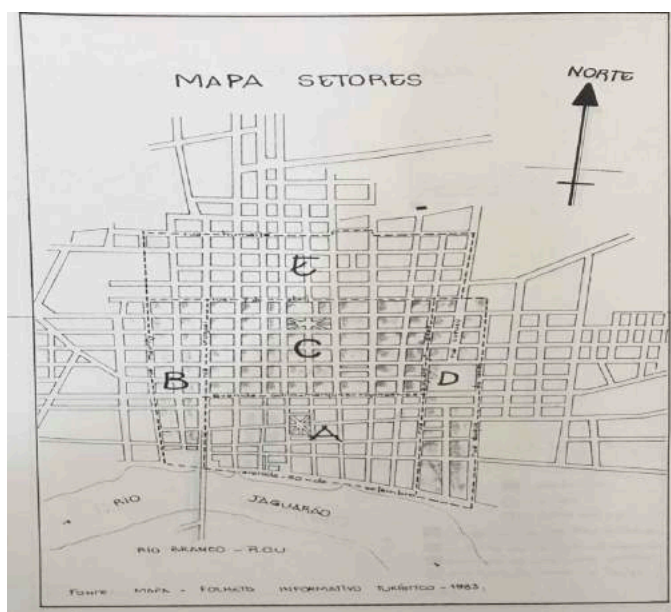
Ainda que o inventário arquitetônico tivesse em seu escopo o objetivo de realizar um levantamento dos prédios do centro urbano em todos os períodos da história da cidade de Jaguarão, foi colocado de forma destacada o período do final do século XIX como o auge do município em termos de planejamento urbano e construção de edifícios, colocando como término desta época a Revolução de 1930. Esse fato reforçou a versão da história da cidade atrelada a elite, principalmente no que se refere ao patrimônio edificado constituído de construções de estilo eclético, as residências tipo palacete dos grandes proprietários de terras.

A história do desenvolvimento urbano da cidade de Jaguarão foi dividida em quatro períodos pela equipe do inventário, modelo este que serviu para realizar o levantamento fotográfico dos imóveis do centro urbano, como se depreende do contido na introdução do Inventário Arquitetônico da Cidade de Jaguarão:

O município teve desde sua formação a economia agropecuária como base de sua sustentação. Dividimos, nesse trabalho sua evolução urbana em quatro períodos de maneira que percebamos as mudanças significativas, ou seja, o início, durante o século XIX, o auge no fim do século XIX, o início do século XX e o período atual (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

O centro urbano foi então, subdividido em cinco setores de acordo com esta periodização, denominados por letras: A);B);C;D e E. Na figura seguinte, se pode observar o mapa do centro urbano de Jaguarão com esta subdivisão proposta pela equipe do inventário, onde foram realizadas as fotografias dos prédios existentes e posteriormente anexadas em fichas contendo a descrição arquitetônica dos imóveis, dados de localização e um histórico do prédio. Dentro desses setores alguns prédios e seus entornos foram destacados como o entorno do mercado público, do museu Carlos Barboza e do Teatro Esperança, da Praça Alcides Marques e da Praça Comendador Azevedo, sendo que destes, apenas a Praça Comendador Azevedo não tinha prédios de estilo eclético.

Figura 33 – Mapa de subdivisão do centro urbano de Jaguarão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Após o levantamento fotográfico dos imóveis presentes nestes setores, foram organizadas as fichas, que tinham como objetivo principal descrever as fachadas dos prédios e posteriormente servir de subsídio para as políticas de preservação. Essa metodologia tinha como pressuposto privilegiar o conjunto de imóveis do centro urbano, destacando a cidade como um objeto de estudo do desenvolvimento urbano ocorrido na fronteira sul do Brasil com

o Uruguai, deixando em segundo plano os bens isolados no que se refere aos aspectos históricos e estilísticos dos prédios.

Entretanto, o que ocorreu foi um destaque para os imóveis de estilo eclético e sua homogeneidade dentro da paisagem urbana, ocultando de certa forma, os demais estilos de arquitetura, que foram colocados como construções pontuais que não constituíram um conjunto significativo dentro da cidade. Isto se deu também pela influência da elite representada na administração municipal a qual queria colocar em evidência o patrimônio edificado eclético do século XIX.

Na figura seguinte, se apresenta a ficha de cadastro utilizada pela equipe do Curso de Arquitetura da UFPEL contendo os dados referentes a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão, prédio mais antigo da cidade, tendo sua construção iniciada em 1847. Na primeira página da ficha se encontram os seguintes dados: a) Dados Gerais; b) Ambiência; c) aspectos arquitetônicos.

Figura 34 – Ficha de cadastro da Igreja Matriz de Jaguarão

FUNDAÇÃO NACIONAL Pró-Memória - SIMAN - IGA S.B.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
BARRIO JAGUARÃO

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO
FICHA DE CADASTRO

1. DADOS GERAIS:
Bairro: CENTRO Rua: RUA DE ALCIDES MARQUES
Denominação: IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
Categoria: ÁREA RESERVADEIRA DE PRAÇA PÚBLICA
Época(s): _____ Proprietário: MIMA FIGUEIRA Data: _____
Observações: _____
Fotografia: A - 154 Negativo: X - 32

2. AMBIÊNCIA:

a. <input type="checkbox"/> Urbano	b. Situação:
() Rural	() Rua
c. Utilização atual por piso:	<input type="checkbox"/> Praça, Parque, Hótel
1º <u>RELIGIOSA</u>	() Área natural
2º _____	() Área loteada, não ocupada
3º _____	() Área loteada, casas separadas
d. Quanto ao lote:	e. Vizinhança:
<input type="checkbox"/> Encravado	() Inserido no conjunto Arquit.
() Baixo em um lado	<input type="checkbox"/> Contrastante por altura e volume
() Baixo em dois lados	() Contrastante pela época
() Baixo frontal	() Desfigurado pelas vizinhas
() Área livre circundante	
() Esquina	

3. ASPECTOS ARQUITETÔNICOS:

a. Número de pavimentos: <u>2 (0019)</u>	
b. Presença de porta: () Sim () Habitável	() Não
() Não	() Não habitável (respiras)

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Na figura a seguir, se observa a segunda página da ficha cadastral da Igreja Matriz de Jaguarão, preenchida pela equipe de professores e alunos do Curso de Arquitetura da UFPEL, que continha os seguintes dados: a) continuação dos dados arquitetônicos; b) dados históricos; c) dados do levantamento.

Figura 35 – Ficha de cadastro da Igreja Matriz de Jaguarão, página 02.

0. Volume:

Fachada plana () Fachada plana com cunhinhos/aguas-furtadas
 Recortes na fachada () Mirante () Terraços

Outros 2 TORREDES DE SINO ENVIADAS POR QUATRO
OUTROS DADOS (BARRILES)

1. Telhado:

Água Águas () Águas () Planos descontinuos

2. Elementos de Fachada:

Escadas BAIXOS E BARRIS (DE FERRO)
 Escadas 7 BARRIS

Estrai () Cunhal () Finhas () Vasos () Estátuas

Cimalha () Fachada lisa Apliques de massa sobre esquadrias
 Platabanda cega () Platabanda vazada (balastrada) Com frente

Outros COM ENTALHA SOBRE O PORTAL E DADOS

3. Revestimento: REVESTIDO COM PEDRA LISA

Amolizes Reboco ()

4. Marco das aberturas:

Pedra () Madeira Massa lisa () Massa trabalhada

5. Aberturas:

-Bandeiras: Sobre a porta Sobre as janelas () Sobre asbas
 Móvel Fixa

Retangular () Arco ogival Arco pleno

() Outros Tipos

-Janelas: Oculina Venetiana () Persiana
 Janelas de rótula (escuro) () Janelas de rótula (poço)

OU JANELAS DE MADEIRA E VIDRO

-Portas: Portas de rótula (escuro) () Portas de rótula (poço)
 Portas no lugar de janelas () Portas metálicas
 ()

6. Acesso principal:

Central () Lateral ()

7. DADOS HISTÓRICOS:

8. METADADOS:

Coordenadas: 48° 45' S 51° 10' W Data: 10/10/87
 Equipe: ARQUITETA ANDRÉA FERREIRA DE LIMA - LUIZ

Fonte: Projeto Jaguar/UFPEL, 1987.

Esta ficha de cadastro da Igreja Matriz exemplifica o tipo de levantamento realizado pela equipe de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, um inventário em que se privilegiou a parte técnica da arquitetura relativa a fachada do imóvel. Dos seis tipos de dados da ficha a serem preenchidos, o de maior detalhe é o atinente aos aspectos arquitetônicos, o que não poderia ser diferente, haja vista a formação profissional da equipe do inventário arquitetônico. A lacuna existente quanto aos dados históricos referentes ao mais antigo prédio da cidade de Jaguarão levou a valorizá-lo somente em termos arquitetônicos, sem considerar seus usos e sua relação com a comunidade. Este patrimônio edificado ligado a elite do município de Jaguarão foi inventariado e colocado como o símbolo de toda a comunidade, deixando a maioria da população atrelada a este conceito de preservação de um patrimônio que lhe era imposto como sendo seu, o qual deveria contribuir para sua manutenção tanto física como em termos históricos, transmitindo a versão da história da classe dominante.

Esta metodologia de inventário e cadastro de bens imóveis alicerçados nas características arquitetônicas e desconsiderando o aspecto histórico do bem com a comunidade, vinha de encontro ao que se estava realizando no campo da preservação do patrimônio no Brasil, desde a década de 1970, com a mudança do enfoque do patrimônio de “pedra e cal” para o patrimônio cultural, ou seja, valorizar os aspectos culturais das comunidades correlacionado com o patrimônio edificado. A criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) pelo designer Aloísio Magalhães em 1975, viria a antagonizar

o IPHAN na preservação do patrimônio, sendo que o CNRC estava ligado a antropólogos e sociólogos atinentes ao registro e valorização da cultura popular, e o IPHAN com o predomínio dos arquitetos e suas práticas desenvolvidas no órgão desde sua criação em 1937.

O PCH tinha descentralizado a política de preservação do patrimônio do IPHAN para a Secretaria de Planejamento do Governo Federal, a qual financiou projetos destinados a utilizar o patrimônio como vetor para o desenvolvimento econômico e o turismo, conceito este divulgado pelas Cartas Patrimoniais Internacionais como o Manifesto de Amsterdã de 1975. Com a posse de Aloísio Magalhães no comando do IPHAN em 1979, ele criou a Fundação Nacional Pró-Memória e integrou ao IPHAN, instituindo o sistema IPHAN/Pró-Memória, como descreve Azevedo (2016, p. 250):

A SPHAN tinha as atribuições duras da lei, tombar, fiscalizar e embargar, e a Fundação Pró-Memória, com personalidade jurídica de direito privado, a de definir a política do órgão, fazer estudos sobre referências culturais e financiar o sistema. Os funcionários da SPHAN tinham salários da administração pública e os da fundação salários maiores, de mercado.

Assim, a Fundação Pró-Memória teria teoricamente, a vocação para financiar estudos na área de preservação do patrimônio voltado as questões culturais, mudando o eixo do patrimônio histórico e artístico para o patrimônio cultural. No caso específico da cidade de Jaguarão, a fundação destinou verbas para o Inventário do Patrimônio Cultural, o qual foi modificado para Inventário Arquitetônico, como estava descrito nas justificativas contidas no Inventário Arquitetônico de Jaguarão realizado pelos Curso de Arquitetura da UFPEL:

Em outubro de 1986, a SPHAN destinou verba para a Prefeitura Municipal de Jaguarão para realizar o Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Jaguarão – RS, sendo que a primeira equipe desse trabalho, decidiu por questões físicas de tempo hábil fazer o inventário somente do patrimônio arquitetônico urbano da cidade de Jaguarão, executando em janeiro de 1987 a etapa que constituiu em fotografias em preto e branco e preenchimento de fichas relativas a aproximadamente 600 prédios da área urbana de Jaguarão (PROJETO JAGUAR/UFPEL..., 1986).

A mudança de Inventário do Patrimônio Cultural para Inventário do Patrimônio Arquitetônico implicou não somente uma mudança de terminologia, mas sim da noção do que deveria ser patrimônio a ser preservado na cidade de Jaguarão. Um município marcado pelo controle da sociedade por uma elite agrária, que ao longo da história concentrou os investimentos no centro urbano onde possuíam suas residências, com uma política de planejamento urbano voltada a seus interesses. O próprio legado de cidade com características

ecléticas, o qual foi construído como forma de recuperar parte do poder perdido com os movimentos de preservação patrimonial no final dos anos 1970, teria neste inventário arquitetônico um instrumento para corroborar o projeto da elite agrária.

Mesmo que a intenção da equipe de professores e alunos do Curso de Arquitetura da UFPEL fosse o de realizar um trabalho técnico, aos moldes da metodologia do IPHAN para o tombamento de conjuntos urbanos, o uso político e econômico do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão pela elite agrária continuou a ser feito, determinando que outros patrimônios ligados a população de baixa renda, de etnias como negros e imigrantes fossem ocultadas em prol de um passado dito lusitano.

Com a crise econômica dos anos 1980 no Brasil e seus reflexos na agricultura, principal fonte de renda do município de Jaguarão, houve uma drástica redução no processo de renovação arquitetônica no centro urbano de Jaguarão, resultando que os palacetes de estilo eclético remanescentes ficassem com um alto custo de manutenção e com baixo valor de mercado. Os movimentos de preservação patrimonial ocorridos na cidade, deram a elite a possibilidade de delegar ao poder público parte do custeio de sua manutenção, através de renúncia fiscal e possíveis investimentos na infraestrutura do entorno dos prédios a serem preservados.

Embora a equipe do inventário argumentasse que poderia haver uma grande descaracterização do centro histórico, o fato era que em meados dos anos 1980 não havia recursos econômicos, tanto do poder público como da iniciativa privada, para efetuar mudanças drásticas em termos construtivos na paisagem urbana da cidade de Jaguarão.

Não obstante, o movimento de preservação do patrimônio edificado foi continuado pela equipe do Projeto Jaguar/UFPEL, que após o término do Inventário Arquitetônico da cidade de Jaguarão, realizaram novo convênio com a Prefeitura Municipal para o estudo e proposta de um Plano de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ), desenvolvido a partir da década de 1990, posteriormente servindo de base para uma legislação específica de preservação do patrimônio no município, promulgada em 2006. Este plano continha muitas inovações no que tange a área do patrimônio cultural, as quais foram estudadas pelos professores e alunos do curso de arquitetura da UFPEL e contextualizadas no que ocorria na cidade de Jaguarão.

3.3 PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO INTEGRADA DE JAGUARÃO

3.3.1 Projeto e Conjuntura no Campo da Preservação do Patrimônio

Após a realização do Inventário Arquitetônico da Cidade de Jaguarão, finalizado em 1988, a equipe do Núcleo de Estudos em Arquitetura Brasileira (NEAB), do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), efetivou outro convênio com a Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ) sob o nº 01/1991 com o objetivo de prestar atividades de planejamento e consultoria para a revitalização e preservação paisagístico e cultural do município de Jaguarão, através das seguintes propostas elencadas no documento do Convênio UFPEL/PMJ de 27 de fevereiro de 1991:

- a) A consolidação de normas e sua adequação para orientar a preservação paisagístico-cultural e arquitetônico-patrimonial da cidade de Jaguarão e seu zoneamento, com a sugestão a projetos de lei que visem a garantir a conservação de sua fisionomia histórica e incentive a sua manutenção;
- b) O levantamento e a elaboração de projeto de revitalização paisagística e de uso da avenida 20 de setembro e entorno, no trecho da orla fluvial compreendido entre os fundos da atual Cadeia e os espigões do rio Jaguarão;
- c) A elaboração de projeto de preservação e utilização das ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão (CONVÊNIO UFPEL/PMJ..., 1991).

Dentre estes objetivos, o projeto de preservação das ruínas da Enfermaria Militar havia sido pauta de outro convênio, mas que não teve suas propostas efetivadas. Os outros dois objetivos implicavam interferir no planejamento urbano da cidade de Jaguarão, um através de legislação para a preservação do patrimônio edificado no centro histórico e outro com uma proposta de revitalização da rua que ficava em frente as margens do rio Jaguarão. Este trabalho tinha alguns pressupostos teóricos como a Carta de Veneza (1964), o Manifesto de Amsterdã (1975) e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1989), como foi expressado no ofício enviado a PMJ em maio de 1992:

O PRIJ tem como norteadores da sua ideologia preservacionista, além do Manifesto de Amsterdã (1975), a Carta de Veneza (1964) e atende as prerrogativas do artigo 176 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1989), por isso admite que a manutenção da qualidade de vida do espaço coletivo construído (paisagem urbana) é uma função social da propriedade. Esta deve ser feita através de instrumentos urbanísticos que permitam, além do zoneamento, uma orientação do uso do solo e da volumetria no sentido da regulamentação da intensidade construtiva, bem como da conservação do patrimônio construído, ainda sólido, dentro das suas características tipológicas e linguagens formais de origem; detalhando critérios de análise do acervo cadastrado no Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão (IPACJ), que sirvam de base as intervenções construções nas Zonas de Preservação,

então constituídas; concedendo ainda níveis de isenção tributária quando da manutenção destes imóveis (PRIJ..., 1992).

Neste ofício enviado a PMJ os integrantes do PRIJ delinearão sua “ideologia preservacionista” (OFÍCIO PRIJ/PMJ, 1992) citando a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul em seu artigo 176⁵⁵, o qual faz parte do Capítulo IV denominado de Política Urbana. Também colocaram que “admite que a manutenção da qualidade de vida do espaço coletivo construído (paisagem urbana) é uma função social da propriedade” (OFÍCIO PRIJ/PMJ, 1992). Esse conceito da função social da propriedade utilizado pela equipe do PRIJ dentro do âmbito da preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão foi inovador, porque os projetos desenvolvidos anteriormente no município não expressavam esse tipo de concepção por ainda estarem vinculado aos resquícios da política de planejamento urbano da ditadura militar. Com a redemocratização do país em 1985, e com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual determinava que a política de planejamento urbano deveria ser voltada aos aspectos democráticos de inclusão social e cidadania.

Inserido nesse contexto estava a função social da propriedade⁵⁶ que viria a ser contemplado nos projetos de preservação patrimonial desde então. Sobre a função social da propriedade argumenta Jelinek (2006, p. 11):

O conceito *jurídico* de função social revolucionou a exegese jurídica de valores como liberdade e propriedade. Ao passo que no sistema individualista a liberdade é entendida como o direito de fazer tudo o que não prejudicar a outrem e, portanto, também o direito de não fazer nada, de acordo com a teoria da função social todo o indivíduo tem o dever de desempenhar determinada atividade, de desenvolver da melhor forma possível sua individualidade física, intelectual e moral, para com isso cumprir sua função social [...] Seus direitos de proprietário só estarão protegidos se ele cultivar a terra ou se não permitir a ruína de sua casa, caso contrário será legítima a intervenção do Estado no sentido de obrigar o cumprimento de sua função social.

Ainda que no campo da preservação do patrimônio histórico no Brasil o direito de propriedade tenha sido relativizado com o Decreto-Lei 25/1937, sua aplicabilidade estava em obrigar a preservação pelo Estado dos bens tombados privados, enquanto essa disposição da função social da propriedade contida na CF/88 estendia a todos os proprietários de imóveis privados a obrigação da utilização e conservação dos mesmos adequados ao interesse coletivo, ou seja, teoricamente impedia que os imóveis no centro urbano ficassem vazios e em

⁵⁵ Art. 176 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul: Os Municípios definirão o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, visando a: [...].

⁵⁶ Sobre este tema consultar Chalhuber, Melhim Namem. *Função Social da Propriedade*. Revista da EMERJ, v. 6, n° 24, TJ/RJ, 2003.

ruína, o que resultava que para os prédios considerados históricos não precisariam necessariamente serem tombados, mas poderiam somente ser inventariados para serem preservados. Em consonância com essa ideia de inclusão e cidadania estava o Manifesto de Amsterdã de 1975, elencado como uma das bases para o PRIJ, que em suas disposições apresentava o seguinte enunciado:

A conservação integrada é o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas. A evolução histórica levou os centros degradados das cidades e, eventualmente, as pequenas cidades abandonadas a se tornarem reserva de alojamento barato. Sua restauração deve ser conduzida por um espírito de justiça social e não deve ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por isso, um dos pressupostos do planejamento urbano e regional (IPHAN..., 2016).

Ao serem aplicados estes pressupostos de democracia e justiça social no planejamento urbano da cidade de Jaguarão, em que o centro urbano era formado por prédios em sua maioria pertencentes a elite agrária, a qual detinha o controle do poder público municipal, o embate entre a universidade e este setor da sociedade foi inevitável. O aproveitamento do patrimônio edificado como vetor de diminuição das desigualdades sociais vinha de encontro aos interesses econômicos e políticos da elite agrária, que estava perdendo parte do controle do planejamento urbano desde o Plano Diretor de 1979, o qual restringiu a especulação imobiliária no centro histórico, e posteriormente com o movimento do Projeto Jaguar, que teve por consequência o tombamento de alguns imóveis do centro histórico pelo IPHAE. Aliado a isto estava a falta de pessoal técnico capacitado na área do planejamento urbano no poder público municipal, resultando na utilização dos projetos da UFPEL como solução para essa lacuna. Entretanto, a universidade queria se desvincular do papel de órgão administrativo auxiliar do município, como ficou visível através do conteúdo do ofício enviado a PMJ pela coordenação do PRIJ, datado de 19 de julho de 1991, em que houve uma solicitação para que a prefeitura tivesse mais participação no andamento dos projetos, principalmente no delineamento das diretrizes políticas, como descrito a seguir:

A coordenação do “Grupo de Revitalização”, que trabalha no acordo 01/91 – UFPEL/PMJ, é a mesma que coordenou o início dos projetos de Recuperação do Prédio da Enfermaria Militar e Implantação do Parque Adjacente – acordo 01/87 – UFPEL/PMJ, e percebe que apesar das grandes mudanças conjunturais/estruturais, político-sociais, nacionais e locais, a visão de assessoria que presta ao Órgão Administrativo Municipal, deveria continuar sendo entendida como o auxílio da universidade, através de seus quadros técnicos, no sentido de ser esta uma Instituição “produtora de conhecimento”, e da “práxis” proporcionada pelas experiências vivenciadas nos estudos de caso possibilitados pelo Convênio (PRIJ..., 1991).

Essa referência “das grandes mudanças conjunturais/estruturais, político-sociais, nacionais e locais”, pela coordenação do PRIJ, certamente aludia aos movimentos de inclusão e cidadania advindos com a redemocratização do país e os novos princípios norteadores da política de preservação do patrimônio e o planejamento urbano, como a chamada Carta de Porto Alegre, resultado de um encontro de entidades, professores e alunos de universidades e profissionais da área da preservação do patrimônio, ocorrido na cidade de Porto Alegre em 14 de junho de 1991. O evento teve o nome de 1º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Câmara de Vereadores e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O momento político por que passava a cidade de Porto Alegre sob uma administração de orientação ideológica a esquerda favorecia os debates de novas ideias no campo social, convergindo para o município as entidades e os profissionais interessados em discutir novas bases para o planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural, especificamente atribuindo aos municípios um papel importante para as ações de salvaguarda e integração dos bens culturais da comunidade, para seu desenvolvimento social e econômico. A equipe do PRIJ participou do Congresso e acompanhou as discussões travadas sobre planejamento urbano e patrimônio, inclusive tendo diálogos com alguns nomes representativos do campo da preservação patrimonial, como consta em relatório enviado a PMJ, datado de 19/07/1991, consignado como Relatório sobre as Atividades no 1º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística:

Participaram aproximadamente 700 pessoas envolvidas na área de Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico: o objetivo principal era a divulgação e a troca de experiências. Comunicação oral sobre o trabalho “Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão – RS”, foi apresentada no dia 14/06/1991, às 12:30h, no Auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (PRIJ..., 1991).

A inserção da cidade de Jaguarão como local contendo um patrimônio edificado importante para ser preservado, foi apresentado para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, haja vista que haviam participantes de vários países do campo do patrimônio. Esta circularidade das propostas da equipe do PRIJ no meio acadêmico, e principalmente dos órgãos institucionais de preservação do patrimônio foi basilar para o futuro reconhecimento do município como Patrimônio Nacional pelo IPHAN. No mesmo relatório enviado a PMJ, de 19/07/1991 foram citados os especialistas que foram consultados pela equipe do PRIJ para obter subsídios para o andamento do projeto: a) Prof. Arq. Carlos Alberto Cerqueira Lemos (Professor da Pós-Graduação da FAU/USP); b) Prof. Arq. José Albano Volkmer (Diretor do

Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ICOMOS); c) Prof. Arq. Ramon Gutierrez (Membro do ICOMOS Argentina e Consultor da UNESCO); d) Prof. Arq. Dora Alcântara (Consultora da SPHAN/Pró-Memória e Prof.^a da Universidade Federal Fluminense FAU/UFF).

A partir destes contatos, a equipe do PRIJ obteve elementos conceituais e práticos para a construção de uma política de preservação patrimonial e planejamento urbano na cidade de Jaguarão, como ficou expressado no mesmo relatório enviado a PMJ de 19/07/1991:

Constatou-se durante o “Congresso”, que existe o interesse de uma atuação mais direta na cidade de Jaguarão, tanto por parte do Estado (IPHAE), quanto da União (IBPC)⁵⁷, a nível inclusive de tombamentos em massa. Outra questão importante visível nos debates é que as exequibilidades das propostas de preservação estão a cargo dos municípios, os quais demonstravam a necessidade de uma infraestrutura administrativa e legal que suporte o empreendimento (PRIJ..., 1991).

Até o ano de 1991 o IPHAN havia realizado o tombamento paisagístico de dois conjuntos urbanos no sul do país, o da cidade de Laguna em 1985, envolvendo a proteção de 600 imóveis, e da cidade de São Francisco do Sul em 1987, com 400 imóveis tombados. Pelo Inventário Arquitetônico da Cidade de Jaguarão, o município teve inicialmente 600 imóveis inventariados como de interesse para preservação, subindo para 800 imóveis ao final do estudo, todos localizados no centro urbano. Havia então, como referido pela equipe do PRIJ no relatório enviado a PMJ, uma disposição do IPHAN para que a cidade fosse tombada como Patrimônio Nacional, mas ressaltava que deveria existir uma iniciativa da prefeitura para que fosse iniciado o processo de tombamento, e outras medidas que foram elencadas pela equipe do PRIJ a serem efetivadas pela PMJ:

Ao Poder Público cabe estabelecer diretrizes de revitalização cultural que estejam contidas nos Planos de Governo, constituindo uma ação conjunta da Administração Pública Municipal. O Programa de Revitalização Cultural de Jaguarão deve constar de ações conjuntas em diferentes áreas, isto quer dizer, entre outras coisas, contemplar: uma legislação específica de preservação; uma legislação de incentivos tributários e fiscais à preservação; um programa de financiamentos; um programa de educação patrimonial; um escritório técnico de assessoria; programas de atividades artístico-culturais (turismo). O Poder Público através de sua estrutura administrativa é responsável pela sensibilização da sociedade, das entidades de classe e, principalmente, da iniciativa privada. Isto requer que este programa seja também avalizado e defendido pelo Legislativo Municipal. O Programa de Revitalização visa a manutenção da iniciativa da Administração local, usufruindo do potencial fornecido pela cidade, no sentido de fortalecimento cultural e político do município (PRIJ..., 1991).

⁵⁷ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, outra denominação do IPHAN de 1990 a 1994, sucedendo a SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória.

Os coordenadores do PRIJ remetiam ao poder público municipal a resolução de várias diretrizes concebidas pelo grupo para que a chamada revitalização cultural ocorresse na cidade de Jaguarão, ao mesmo tempo aludia que o município deveria ser o indutor de tais políticas na sociedade. Entretanto, a PMJ não dispunha do aparelhamento burocrático necessário para empreender tais tarefas, que demandariam uma ação conjunta de secretarias em função de uma temática de preservação do patrimônio edificado, o qual ainda seria passível de resistências na elite agrária que preferia que o poder público municipal investisse em obras de infraestrutura para o escoamento da safra agrícola, dentre outras obras de seu interesse. Também existia o fato de que no início da década de 1990, a cidade, assim como o país, passava por um período de crise econômica e conseqüente desemprego, que na cidade de Jaguarão aumentaria ainda mais o problema da população mais desfavorecida economicamente. Logo, os fatores necessários para que a revitalização cultural da cidade de Jaguarão acontecesse não estavam plenamente presentes naquele momento; a saber: a) Poder Público Municipal, responsável pela legislação, apoio técnico e infraestrutura administrativa; b) Iniciativa Privada, encarregada de financiar projetos complementares ao poder público.

A concepção de que a universidade por si só, seria indutora ou causa de uma revitalização cultural, sem observar o aspecto histórico de evolução de determinado contexto social estava muito arraigada nos meios acadêmicos, o que levava a interpretações equivocadas da realidade local. No caso específico de Jaguarão, outro fator agravante deste problema era que a UFPEL não fazia parte da comunidade, nem participava do cotidiano social onde se construía as políticas urbanas a serem implementadas pelo governo municipal.

Desde 1979, quando o Plano Diretor foi formulado por técnicos de fora do município, a cidade foi sendo objeto de ações e políticas de preservação do patrimônio edificado e de planejamento urbano concebidas externamente, deixando pouca margem para a atuação da comunidade como protagonista dos projetos ora estabelecidos. A maioria da população do município que tinha sido alijada da participação nas decisões derivadas do poder público municipal, durante os 16 anos em que foi Zona de Segurança Nacional, tendo os prefeitos nomeados pela ditadura, continuava a ter durante a redemocratização do país, um papel pouco relevante na participação da formulação das políticas urbanas. Ainda que os membros do PRIJ estivessem imbuídos de uma visão democrática de construção de políticas de preservação do patrimônio e planejamento urbano, encontrou limitações práticas a esse fazer participativo,

dada às condições socioeconômicas da cidade de Jaguarão e também de instabilidade econômica e administrativa do país no início da década de 1990.

3.3.2 Propostas técnicas do PRIJ

O Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ), desenvolvido entre uma parceria da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ) iniciado em 1991 tinha por objetivo estabelecer um plano de preservação do patrimônio edificado do centro urbano, assim como instrumentos urbanísticos a serem introduzidos no Plano Diretor da cidade. Tendo como base o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão (IPACJ), feito em 1987, o qual catalogou aproximadamente 800 imóveis divididos em Zonas de Preservação (ZP), o PRIJ conceituava os instrumentos urbanísticos da seguinte forma, conforme Oliveira; Seibt (2005, p. 61):

Os instrumentos urbanísticos propostos são: zoneamento, o regime de usos do solo, os índices urbanísticos e os critérios de intervenção e construção nas zonas de preservação. O zoneamento serve para delimitar às áreas de interesse; o regime de usos do solo para estabelecer as atividades conformes com as características das zonas; os índices urbanísticos para regulamentar a intensidade construtiva e os critérios de intervenção e construção, para harmonizar as intervenções e/ou novas construções com o patrimônio existente e a paisagem urbana. Os critérios de intervenção subdividem-se em: métodos, técnicas e tipos de intervenções, posturas das construções e intervenções urbanas.

Na figura a seguir, se apresenta o mapa do centro urbano da cidade de Jaguarão dividido em setores, segundo metodologia utilizado no IPACJ, conforme explicitado por Oliveira; Seibt (2005, p. 18):

O Inventário do Patrimônio Arquitetônico divide a planta urbana em setores para uma melhor viabilização do cadastro. Além disso, o IPACJ determina a formação de módulos (núcleos urbanos), constituídos a partir da expansão do núcleo original, em um procedimento segundo critérios de análise, a saber: período histórico, características tipológicas, elementos formais e linguagens formais, densidade de exemplares por zona e função original do prédio.

Figura 36 – Zonas de Proteção Histórica Arquitetônica



Fonte: Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, 2005, pág. 19.

O Setor A formado pelo núcleo original de fundação do município; Setor B contendo prédios populares e comerciais; Setor C composto por prédios de estilo eclético residenciais e de um núcleo de construções de estilo moderno entorno da Praça Comendador Azevedo; Setores D e E com edificações populares, constituídas principalmente de Vilas de Casas. O Setor A seria de proteção rigorosa para a preservação dos prédios, mantendo sua volumetria e fachada de acordo com as características de estilo construtivo datadas de meados do século XIX, local de concentração dos palacetes residenciais, clubes e órgãos institucionais, dotada da melhor infraestrutura viária. Também era local de três imóveis tombados pelo IPHAE, Mercado Público, Teatro Esperança e o Fórum. Os outros setores teriam alguns imóveis considerados de proteção rigorosa, mas no geral eram considerados passíveis de certas modificações. Estes setores cadastrados pelo IPACJ deveriam corresponder as Zonas de Proteção Arquitetônica (ZPHA) elaboradas pelo PRIJ.

As ZPHA deveriam obedecer aos seguintes parâmetros quanto a preservação das edificações, conforme descrito por Oliveira; Seibt (2005, p. 65):

Deverá ser mantido o uso do solo predominantemente residencial; serão vetados usos de solo que conforme parecer do Núcleo Técnico Urbano forem comprovadamente danosos à preservação; quanto ao alinhamento predial deverá ser observada a predominância do existente no quarteirão, não sendo permitido recuos frontais, nem balanços ou marquises na área definida como setor A. Os projetos de ampliação deverão obedecer aos critérios construtivos estabelecidos pelo PRIJ e as propostas paisagísticas deverão manter o meio ambiente ecologicamente

equilibrado. Os projetos de intervenções e novas construções deverão seguir os critérios construtivos estabelecidos pelo PRIJ e serem submetidos a aprovação do Núcleo Técnico.

Além das Zonas de Preservação Histórica Arquitetônica, a equipe do PRIJ propôs as chamadas Zonas de Preservação Histórica Natural (ZPHN), as quais abrangeriam as áreas verdes contidas ou ao redor de patrimônios edificados, sendo utilizadas como reserva natural, classificadas em nove Zonas de Preservação. Assim era definido pelos coordenadores do PRIJ o conceito de ZPHN, segundo Oliveira; Seibt (2005, p. 63):

Entende-se como Zona de Preservação Histórica Natural – ZPHN aquela constituída de espécies vegetais e espaços físicos naturais que compõem a paisagem ambiental, nativa ou plantada, de reconhecido valor e ecologicamente equilibradas, constituindo a reserva mínima de área verde do perímetro urbano. Ficam definidos por espaços físicos naturais aqueles que mantêm as características originárias do sítio e que não sofreram alterações significativas em sua conformação.

Na figura a seguir, se observa no mapa do centro urbano as ZPHA e as ZPHN, sendo a ZPHA de cor mais escura e a ZPHN a de cor mais clara. Ao se comparar a ZPHA com os setores de proteção A, B, C, D, E levantados pelo IPACJ, se nota uma diferença na área de alcance, sendo os setores maiores que as zonas de preservação arquitetônica, conseqüentemente diminuindo as edificações cobertas pela preservação patrimonial. Isso excluirá as edificações populares como passíveis de serem consideradas como patrimônio edificado do município, contrariando os postulados dos coordenadores do IPACJ, que eram os mesmos do PRIJ, de não privilegiar somente o patrimônio arquitetônico de determinado estilo e classe social.

Ainda que não fosse possível a inclusão de toda a cidade na área de preservação histórica, por conta de se tornar inviável a proposta, a inserção de algumas áreas contendo patrimônios significativos para outras classe sociais mais desfavorecidas economicamente, seria importante para corroborar os estudos avançados e a narrativa adotada pela equipe do PRIJ, de uma moderna visão de preservação do patrimônio histórico. Isto poderia ter sido alcançado se houvesse a colaboração de outras áreas das ciências sociais no projeto, como historiadores, arqueólogos e antropólogos, o que já ocorria em outros projetos no país, e que eram de conhecimento dos integrantes do PRIJ.

Figura 37 – Mapa do centro urbano de Jaguarão com a localização das zonas de proteção.



Fonte: Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, Oliveira; Seibt (2005, pág. 64).

Dentro das Zonas de Preservação foram propostos pelo PRIJ três métodos de intervenção no patrimônio edificado, conforme descrito por Oliveira; Seibt (2005, p. 67):

- A) Método Arqueológico: aceita somente pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas, mas aceita aproveitamento de espaços através de obras modernas;
- B) Método Científico: Proíbe terminantemente reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis;
- C) Método Artístico ou de Reintegração Estilística: é a combinação dos métodos arqueológico e científico, enfatizando-se os aspectos plásticos, principalmente aqueles de adequação estética do meio ao monumento.

Estes métodos de intervenção seriam adequados caso a caso pelo Núcleo Técnico Urbano, órgão que ficaria vinculado a Secretaria de Obras do município de Jaguarão, responsável pela análise dos projetos submetidos pelos proprietários de imóveis dentro das zonas de preservação arquitetônica e natural. Este órgão teria lotado em seus quadros pelo menos um arquiteto que teria as seguintes atribuições, segundo Oliveira; Seibt (2005, pág. 84):

- I. Orientar e dar parecer técnico sobre as construções e intervenções nas Zonas de Preservação – ZPHA e ZPHN;
- II. Fiscalizar a execução de obras de intervenções, novas construções, instalação de mobiliários e equipamentos de infraestrutura;
- III. Prestar assistência técnica aos proprietários, locatários, usuários, arquitetos e construtores de imóveis da cidade de Jaguarão no que diz respeito à:
 - . modificações ou alterações internas, reconstrução, construção, aprovação de letreiros e toldos;

- . fazer diagnósticos sobre as condições atuais dos prédios (trincas, fissuras profundas, afundamento de pisos, abaulamento de paredes, infiltrações de umidade, deterioração na estrutura do telhado, etc.);
- . indicar uma terapia (conservar ou substituir os elementos deteriorados);
- IV. Ter um acervo gráfico, fotográfico e bibliográfico sobre as construções pertencentes ao IPACJ, ZPHA e ZPHN;
- V. Desenvolver atividades afins, legislando, propondo e intervindo dentro da ideologia preservacionista.

O Núcleo Técnico Urbano proposto pelo PRIJ seria o órgão centralizador de toda política de preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão e, em última instância, responsável por boa parte do planejamento urbano do município, já que as zonas de preservação abarcariam a maior parte do centro urbano. Além disso, teria papel de formulação da legislação pertinente a preservação do patrimônio cultural e poder de intervenção dentro do que classifica como “ideologia preservacionista”. Ou seja, um órgão que teria poderes decisórios bastante abrangentes, concentrados na figura de um arquiteto, sem um colegiado participativo que tivesse a inserção da comunidade.

Este modelo de gerenciamento do patrimônio cultural de um município remetia as práticas utilizadas pelo IPHAN em seus primórdios, ou seja, aquela em que a política patrimonial era imposta de cima para baixo. A diferença, no caso de Jaguarão, seria que ao invés de um órgão federal impor sua concepção de patrimônio, um órgão dentro do município faria esse papel centralizador e autoritário. Apesar do discurso emanado pelos coordenadores do PRIJ, nos quais apregoavam se filiar aos conceitos de participação da comunidade na política de planejamento urbano e patrimonial, advindos de normas internacionais da UNESCO e das Constituições do Brasil e do Rio Grande do Sul, o fato era que ao propor o PRIJ, acabaram replicando as velhas práticas centralizadoras e autoritárias do IPHAN, de atribuir ao profissional da arquitetura o único repositório de conhecimento e capacidade decisória na área da preservação do patrimônio.

Apesar disto, existia uma ressalva importante na proposta do PRIJ, que era diferenciada do modelo tradicional de gestão do patrimônio cultural, que era a proposta de desenvolver um projeto de educação patrimonial junto a Secretaria de Educação de Jaguarão, como descrito por Oliveira; Seibt (2005, p. 82):

Outra ação considerada primordial e fundamental para que se inicie um movimento de preservação cultural de uma cidade é o que se refere à Educação Patrimonial. Para tanto, observou-se no PRIJ a importância de a Secretaria Municipal de Educação ter ingerência na questão promovendo ações nas escolas de 1º e 2º graus, bem como, na Comunidade Jaguareense para se ter ampla divulgação da memória da cultura da região.

Esse conceito de educação patrimonial surgiu no Brasil no início da década de 1980, como metodologia para realizar a intermediação entre os bens culturais e a comunidade, com o objetivo de construção de uma ideia de apropriação desses bens culturais pela comunidade, e a partir disso haver uma valorização de sua cultura. A educação patrimonial é descrita da seguinte forma por Grunberg (2010, p. 37):

Definimos educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de formação educacional, que coloca o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. É o ensino centrado nos bens culturais (evidências e manifestações de cultura), que propõe desenvolver com crianças e adultos, através da experiência e do contato direto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças.

Naquele momento, o patrimônio cultural brasileiro estava sendo discutido em novas abordagens, em que a participação da comunidade era vista como essencial para a sua preservação, haja vista que o avanço da urbanização desenfreada do Brasil iniciada na década de 1960 estava destruindo boa parte do patrimônio edificado existente nas grandes cidades e, nas pequenas cidades, estimulava o êxodo da população para os grandes centros urbanos, criando uma desconexão entre sua herança cultural de origem com seu novo local de moradia. Então, a educação patrimonial se tornaria um método de engajamento da população na valorização de seu patrimônio cultural, como forma de inclusão social e cidadania. A esse respeito, esclarece Grunberg (2010, pág. 39):

Consideramos a educação patrimonial um instrumento de “alfabetização cultural”, que permite ao cidadão fazer a leitura do mundo que o rodeia e compreender a sociedade e o momento histórico nos quais está inserido. A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia a capacidade de compreensão do mundo. Cada produto da criação humana, seja utilitário ou simbólico, é portador de significados e sentidos que devem ser lidos e codificados através de sua forma, conteúdo e expressão.

No Rio Grande do Sul a metodologia da educação patrimonial foi implementada pelo IPHAN na cidade de Antônio Prado, declarada Patrimônio Nacional em 1987, onde foram desenvolvidas diversas atividades que tinham o objetivo de aproximar a comunidade do seu patrimônio, como descreve Custódio (2010, p. 31):

Essas ações foram complementadas na área educativa pela realização de folhas didáticas, produção de jogos educativos e oficinas com professores. Nesse processo, buscou-se difundir outros aspectos culturais, como a valorização da gastronomia, com a publicação de receitas locais; do artesanato local, com incentivo a produção, exposição e comercialização; e o incentivo ao turismo, com a implantação de roteiro

de visitação e projeto de sinalização elaborado por especialistas egressos do curso CECRE da Universidade Federal da Bahia.

Esses conceitos e práticas da educação patrimonial foram apropriados por um grupo de professores, técnicos e alunos da UFPEL a partir do Inventário do Patrimônio edificado da Cidade de Pelotas, inicialmente realizado em 1983. Dentro deste grupo estavam os arquitetos que posteriormente iriam trabalhar em Jaguarão na proposta do PRIJ, onde também colocariam como premissa para consolidar a visão preservacionista do patrimônio edificado entre a comunidade. Ainda em Pelotas, as atividades de educação patrimonial foram inicialmente direcionadas para as escolas do ensino fundamental, especificamente aos alunos da terceira série, os quais tinham a disciplina com a história da cidade. A metodologia correspondia a três etapas, conforme descreve Oliveira (2014, p. 16):

- 1  Etapa: palestra no Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo e visita as obras de arte;
- 2  Etapa: roteiro cultural com visita as charqueadas, a chácara da Baronesa e ao Centro Histórico de Pelotas;
- 3  Atividades em sala de aula, onde o aluno produzia algo referente ao que vira, em forma de desenho, pintura, modelagem ou através de um texto.

Posteriormente as atividades de educação patrimonial envolveram os professores da rede municipal de ensino de Pelotas e guias de turismo, que recebiam formação por meio de palestras ministradas por profissionais como historiadores, arquitetos, geógrafos e professores de história da arte. Esta experiência de educação patrimonial efetivada pela UFPEL na cidade de Pelotas seria basilar para os integrantes do PRIJ colocarem suas propostas para a cidade de Jaguarão, como fica explicitado por Oliveira; Seibt (2005, p. 82):

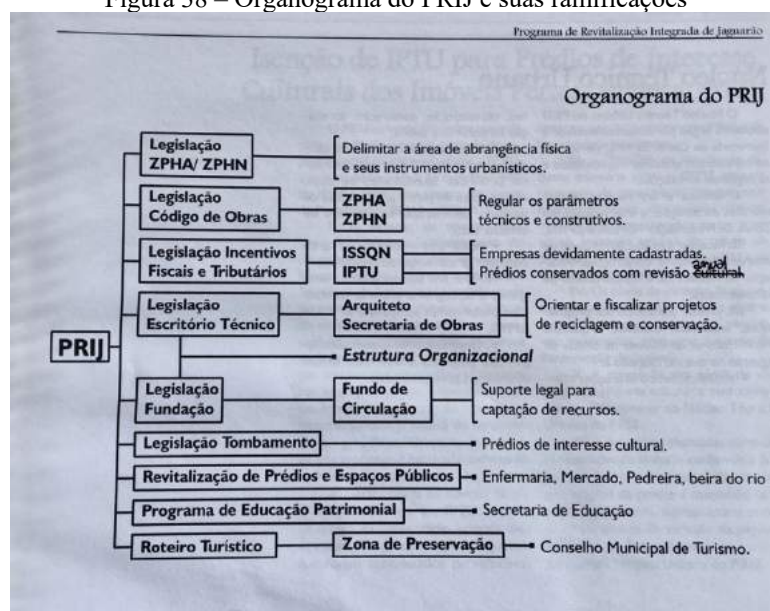
Junto às a oes de Educação Patrimonial, tombamento e revitalização de prédios e espaços públicos podem haver a oes que promovam o turismo, como roteiros culturais pelas zonas de preservação, desde que sejam respaldadas por um Conselho Municipal de Turismo que integre as a oes de preservação e desenvolvimento turístico.

Embora considerassem as a oes de educação patrimonial e desenvolvimento turístico como fundamentais na política de preservação patrimonial apresentada no PRIJ, esta temática não foi detalhada, bem como as formas de sua viabilização, deixando ao encargo do município as medidas necessárias a serem adotadas para sua efetivação. Ainda que o PRIJ se tratasse de um estudo técnico feito por arquitetos para uma política de planejamento urbano, a questão de uma maior participação da comunidade nesta política poderia ter sido prevista, o

que levaria a uma maior legitimidade das propostas e consequente democratização dos instrumentos de preservação patrimonial a serem utilizados pela administração municipal.

Na figura a seguir, o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão é apresentado de forma esquemática, com as diversas ramificações dentro da estrutura burocrática do município. Se observa a preponderância das questões técnicas de cunho da legislação derivada e da arquitetura, como incentivos fiscais tributários, legislação de tombamento, código de obras sobre as outras temáticas, como a educação patrimonial e as relacionadas ao turismo. Mesmo assim, este programa e suas propostas era inovador ao ser apresentado em uma cidade periférica como Jaguarão, permitindo que o poder público municipal e a comunidade, a partir de sua implementação, tivessem instrumentos legais para a consecução de uma política patrimonial voltada aos anseios de utilização do patrimônio como vetor de desenvolvimento humano e econômico de uma cidade com poucas alternativas de mudanças significativas em sua estrutura social.

Figura 38 – Organograma do PRIJ e suas ramificações



Fonte: Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, Oliveira; Seibt (2005, pág. 83).

3.3.3 Consequências advindas do PRIJ

O Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão foi finalizado em 1992, sendo entregue a prefeitura municipal de Jaguarão, para que suas propostas fossem encaminhadas pelo executivo através de projetos de lei ao legislativo municipal. O PRIJ foi o ápice das atividades desenvolvidas pelo curso de arquitetura da UFPEL no município, desde que foi iniciado o Projeto Jaguar, tanto pela metodologia empregada como pela abrangência das propostas ali contidas, que perpassavam áreas como o planejamento urbano, educação e turismo, congregando os vários anos de pesquisa efetivados pelos professores e alunos de arquitetura no campo do patrimônio cultural, como se pode observar nas palavras dos coordenadores do projeto Oliveira; Seibt (2005, p. 82):

A intenção de montar um programa de revitalização para Jaguarão em 1991 sustentou-se em experiências de outros locais brasileiros, como por exemplo o “Corredor Cultural do Rio de Janeiro”, o tombamento de Antônio Prado e a regulamentação de obras no entorno dos bens tombados, alguns estudos de classificação tipológica como em Paracatu-MG, o Projeto Renovar-SC e muitas outras.

O Corredor Cultural do Rio de Janeiro, experiência de preservação cultural do centro histórico da antiga capital do país, citado pelos coordenadores do PRIJ como um dos exemplos que foram seguidos para realizar o estudo das propostas para a cidade de Jaguarão, foi salutar para demonstrar o tipo de preservação que o grupo do PRIJ pretendia para o conjunto urbano da cidade. Este projeto foi iniciado em 1979 e tinha como premissa recuperar o patrimônio histórico edificado de algumas áreas do centro do Rio de Janeiro, que foram previamente objeto de um levantamento e estudo por uma equipe de técnicos da secretaria de planejamento do município, que estavam inseridos no campo do patrimônio cultural. A esse respeito nos descreve da Fonseca, Thalita Pereira (2009, p. 38):

A trajetória do Corredor, desde a origem, desenvolvimento e até os resultados parciais foi dividida por Pinheiro (2004) em quatro fases principais que seriam: (i) a implantação, que compreendeu os estudos iniciais, delimitação da área e criação do quadro legal e institucional, (ii) a consolidação, que foi a fase da aproximação maior com a área e da concretização dos esforços configurados na primeira fase, (iii) a estruturação, que consistiu na inclusão dos espaços públicos e outras melhorias, e por fim, (iv) a integração, que analisa a inclusão de outros atores e de novos processos gerados a partir da experiência do Corredor.

A experiência do levantamento arquitetônico e histórico realizado pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL na cidade de Jaguarão foi de capital

importância para que as propostas do PRIJ fossem elaboradas, mas diferentemente do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a efetivação destas propostas com a preservação do patrimônio arquitetônico no centro urbano de Jaguarão não foram realizadas no tempo ideal para que realmente pudessem ser sentidas em um processo constante pela comunidade, devido a falta de recursos econômicos da prefeitura municipal. A principal iniciativa da prefeitura neste sentido foi a criação do Parque Dr. Fernando Corrêa Ribas⁵⁸, localizado em frente as ruínas da antiga Enfermaria Militar.

Entretanto, tal parque não foi articulado com as propostas da equipe da UFPEL, responsável pelo plano de revitalização da Enfermaria Militar, o que levou a utilização do local somente no período em que durou a administração municipal responsável pela criação do parque, sendo que, após este período, o mesmo caiu em desuso, conforme descreveu Arnoni Lenz, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Jaguarão, na coluna do jornal A Folha de 05/04/2007:

O Projeto Jaguar teve então o endosso do prefeito da época, Fernando Ribas, e teve também a aceitação da comunidade jaguareense. Logo a seguir com o também falecimento de Fernando Ribas, foi criado lá o Parque Fernando Ribas, esse teve duração efêmera, por não ter recebido uma continuidade no seu cuidado, mas acredito mais ainda, por ter tido um cunho político-partidário (A FOLHA..., 2007).

Apesar disto, o projeto do PRIJ foi entregue a prefeitura municipal para que fossem dados os encaminhamentos necessários para a concretização de suas propostas, conforme noticiado pelo jornal A Folha de 16/05/1992:

No dia 08 de maio, no Gabinete do Prefeito Municipal foi apresentado pelo Acadêmico de Arquitetura, Maurício Borges Seibt, um Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão com a finalidade de conservar o que ainda existe de patrimônio arquitetônico. Sob a coordenação da Professora da Faculdade de Arquitetura, Ana Lúcia Costa de Oliveira, o programa lança uma proposta de preservação do patrimônio cultural local bastante abrangente pois entende que a conservação deve ser integrada, isto é, não só de responsabilidade do poder público e de órgãos competentes mas também da comunidade e da iniciativa privada (A FOLHA..., 1992).

Diversamente do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no projeto do Corredor Cultural, o PRIJ não foi resultado de uma ação de governo, e sim, de um convênio entre a prefeitura municipal de Jaguarão e uma universidade pública de outra cidade, a UFPEL, o que

⁵⁸ Lei 1712/1988 denomina Parque Municipal Dr. Fernando Correa Ribas, área adjacente às ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, em homenagem ao prefeito falecido no exercício do mandato. O referido parque foi efetivamente inaugurado em 27/01/1991 durante a administração de João Alberto Dutra da Silveira

ocasionou uma falta de estruturação do poder público municipal em relação as propostas apresentadas através deste convênio, as quais deveriam ter sido implementadas como consequência do Projeto Jaguar iniciado em 1983.

Desta forma, os resultados dos estudos do Projeto Jaguar e do PRIJ se fizeram sentir de forma lenta no município, seja pela falta de recursos financeiros da prefeitura, mas também por uma falta de integração da comunidade com os objetivos de transformar a cidade de Jaguarão em uma zona de preservação histórica, e que isto se refletisse no cotidiano da população e pudesse servir, além de um reconhecimento de sua história, como um vetor das potencialidades do desenvolvimento social através do turismo, e consequente geração de renda. Esta falta de articulação entre as propostas do PRIJ e a sociedade era evidenciada em reportagem do jornal A Folha de 20/01/1995:

Embora o trabalho desenvolvido através da distribuição de folhetos, jingles musicais, e a exploração do nosso parque arquitetônico (um dos maiores em número e estado de conservação em todo o Estado) o chamado “turismo histórico, para que o turista permaneça mais tempo em nossa cidade, visitando e conhecendo os vários pontos turísticos, muito ainda deve ser estudado e melhorado, desenvolvendo a maior indústria do mundo, o turismo, cujos reflexos benéficos são imediatos (A FOLHA..., 1995).

Todavia, o Projeto Jaguar e o PRIJ conseguiram incutir uma mentalidade de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico na população da cidade de Jaguarão, principalmente entre a elite econômica e política, e ainda que a falta de recursos da prefeitura para criar uma estrutura que pudesse apoiar uma política de preservação mais efetiva não tenha acontecido de imediato, o fato foi que o ambiente propício para realizar iniciativas de leis municipais neste sentido, o que posteriormente facilitou a entrada do IPHAN no município com a política de tombamento do conjunto paisagístico e histórico.

Assim, no ano de 2006, passados quase 15 anos da entrega do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, e a consequente retirada das atividades do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL na cidade de Jaguarão, foi promulgada a Lei Complementar 07 de 28 de novembro de 2006, instituindo o Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ), de acordo com o que preconizava o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.⁵⁹

⁵⁹ O Estatuto da Cidade regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que trata da política urbana a ser executada pelos municípios brasileiros, se destacando os parágrafos:

1º O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

O PDPJ cristalizou o trabalho desenvolvido desde o Projeto Jaguar, principalmente por meio das disposições do PRIJ, tendo como consequência dotado o município de Jaguarão com uma legislação voltada a preservação do patrimônio cultural dentro de uma política de desenvolvimento urbano, como foi expressado no artigo 49 do PDPJ:

Art. 49 – Com o objetivo de incorporar ao processo permanente de planejamento urbano e ambiental o pressuposto básico de respeito à memória construída e à identidade cultural da cidade e de suas comunidades, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I. Formulação e execução de projetos e atividades visando à revitalização, preservação e recuperação das Zonas de Preservação Histórica Natural e as Zonas de Preservação Histórica, Arquitetônica e Turística;

II. Destinação de áreas para instalação de novos espaços culturais e artísticos, especialmente aqueles que possam atender as demandas das comunidades carentes;

Parágrafo único. Como instrumentos urbanísticos, na área de preservação do patrimônio Histórico/Turístico, será utilizado o Programa Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ), como base de lei complementar de incentivo a preservação do patrimônio cultural (PDPJ..., 2006).

Destaca-se que este artigo contido na lei do Plano Diretor relativo ao patrimônio cultural tinha um enunciado que remetia ao PRIJ, que seria a base de uma lei complementar de preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, a qual foi promulgada em 19/12/2007.⁶⁰ A lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão (PPHAT), tinha a intenção de regular as formas de preservação do patrimônio cultural do município de Jaguarão, como expressado em seu artigo 2º e 3º:

Art. 2º - São diretrizes da lei de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, e da paisagem urbana e rural:

I. Promover e incentivar a conservação, preservação e revitalização dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e turístico;

II. Compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do ambiente construído nas áreas de preservação;

III. Implantar estratégias de preservação como incentivos fiscais e tributários;

IV. Valorizar a memória da cidade através de programas de educação e conscientização da preservação do patrimônio cultural nos estabelecimentos de ensino do município;

V. Proporcionar subsídios para a realização de convênios com órgãos estaduais e federais;

VI. Promover a sensibilização da comunidade na conservação cultural do município.

Art. 3º - Esta lei teve como base o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ-1992) e alguns dos objetivos estabelecidos pelo Programa Jaguar (1983) (PPHAT..., 2007).

Nestas disposições iniciais, se encontra no parágrafo IV do artigo 3º a realização de programas de educação patrimonial nas escolas do município, que vinha ao encontro das

⁶⁰ Lei complementar 4.682 de 19/12/2007, instituiu a PPHAT – Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).

propostas do Projeto Jaguar, principalmente da fase desenvolvida pelo curso de arquitetura e urbanismo da UFPEL, nos quais seus integrantes defendiam a educação patrimonial como essencial para a preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, fato este enunciado no parágrafo VI, quando fala da sensibilização da comunidade para esta preservação.

Todavia, quando da promulgação desta lei em 2007, já havia decorrido vinte anos do último Festival da Enfermaria Militar, promovido pelos integrantes fundadores do Projeto Jaguar, sendo que depois deste evento não foram realizadas outras atividades que envolvessem a comunidade de forma mais ampla na questão do patrimônio cultural. Conjugado ao fato que o Projeto Jaguar foi direcionado a questões mais técnicas, como o levantamento arquitetônico dos imóveis considerados de valor histórico do centro urbano e as propostas do PRIJ, este envolvimento da comunidade ficou distanciado daquilo que era enunciado na PPHAT.

Desta forma, a lei não especificou de que forma as escolas municipais seriam preparadas para elaborarem programas de educação patrimonial, assim como as secretarias responsáveis por articular atividades de envolvimento da comunidade no processo de preservação do patrimônio cultural do município. Isto fez com que a participação da comunidade ficasse restrita a momentos em que havia o interesse do governo municipal em aprovar recursos para a conservação de terminados bens edificados, como foi feito quando da destinação de verbas para a contratação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, como se verá adiante.

Mas, ressalvados estes aspectos da participação da comunidade no processo de preservação do patrimônio cultural do município, a PPHAT foi importante por estabelecer as zonas de preservação dentro da planta urbana da cidade, como descrito no artigo 4º e 5º:

Art. 4º - A *Zona de Preservação* é aquela que busca a manutenção de núcleos urbanos, com caracteres históricos e culturais próprios da identidade local, na tentativa de manter a harmonia na evolução da paisagem urbana.

Art. 5º - As zonas de preservação da cidade de Jaguarão, conforme prancha nº 01, subdividem-se em:

I. Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Turístico (ZPPHAT) – Constitui um conjunto imobiliário formado por construções de reconhecido valor histórico e arquitetônico, além dos espaços urbanos públicos que compõem a volumetria e a paisagem da cidade;

II. Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Natural Turístico (ZPPHNT) – Constitui as áreas físicas, com ou sem vegetações relevantes, e os espaços que representam as áreas verdes necessárias ao desenvolvimento da cidade;

Parágrafo único – Na Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Turístico foram identificados e catalogados imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural que compõe o Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico da cidade. Os imóveis com maior relevância arquitetônica estão relacionados no anexo nº 1 da presente lei (PPHAT..., 2007).

Art. 16 – Na ZPPHAT as intervenções tanto nas construções antigas quanto nas novas construções, deverão ter a aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras quanto à técnicas e materiais adequados, de modo que não haja descaracterização e o mesmo se harmonize com o entorno. Deste modo, caracterizamos os métodos para intervir:

I. Arqueológico:

- a) aceita somente a consolidação da ruína, não admitindo recomposições estilísticas e réplicas, mas aceita a ocupação de espaços, com obras modernas;
- b) Condena a demolição de acréscimos das construções quando apresentam valor histórico ou artístico, independente da época que seja sua construção.

II. Científico:

- a) Proíbe reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis. Obriga que as obras de consolidação sejam de modo visível e claro quanto ao uso de materiais e recursos da nova tecnologia ali empregadas;
- b) A reconstrução dos monumentos danificados deverá ser de modo harmônico, mas jamais deverão imitar os originais;
- c) Em intervenções de edifícios históricos o estilo a ser empregado deverá ser neutro, não tendo compromisso plástico na ornamentação com o outro ali existente, mas deverá ser mantido as proporções de cheios e vazios.

III. Artístico ou de Reintegração Estilística:

- a) Este se faz da combinação dos métodos arqueológico e científico, dando ênfase aos seus aspectos plásticos principalmente aqueles de adequação estética do meio ao monumento (PPHAT..., 2007).

A Secretaria de Planejamento e Obras, responsável pela análise dos projetos relativos aos 243 imóveis elencados na PPHAT, de acordo com os critérios acima definidos, ao quais exigiam um conhecimento especializado na área do patrimônio cultural, possuía em seus quadros a previsão de 02 engenheiros e 01 arquiteto para desenvolver não somente esta tarefa, mas também todas as obras do município. O escritório técnico sugerido pelo PRIJ, com uma estrutura voltada para a preservação do patrimônio cultural no município de Jaguarão, não foi previsto na PPHAT, o que inviabilizaria a consecução dos objetivos propostos na lei da forma desejada pelos legisladores.

Ainda dentro das medidas protetivas de preservação do patrimônio histórico contidas na PPHAT, estavam os incentivos fiscais destinados aos proprietários dos imóveis listados no anexo da lei, na forma de redução de alíquotas do IPTU. A Lei 4.634 de 26 de setembro de 2007 também concedia incentivos fiscais na forma de redução do IPTU, conforme consta no artigo 1º da referida lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Jaguarão, incentivo para a manutenção das fachadas de prédios antigos com valor histórico-arquitetônico, localizados na Zona ZPHAT (Zona de Preservação Histórico Arquitetônico Turística).

§ 1º - O incentivo de que trata o caput deste artigo será devido aos prédios cujas fachadas embora divididas em diversos pontos de comércio (economias), pelo detalhamento arquitetônico das fachadas, em especial na platibanda (coroamento), demonstrem que originalmente eram prédio único.

§ 2º - Receberão a redução de 30% do IPTU aqueles imóveis que mantenham em toda a extensão original da fachada a mesma pintura em boas condições (CÂMARA DE VEREADORES..., 2007).

Esta lei de autoria do vereador Arnoni Lenz⁶¹ foi incorporada a lei do PPHAT, sendo a única iniciativa de um vereador relativa a preservação do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão, apesar do longo tempo decorrido desde o início do Projeto Jaguar em 1983. A PPHAT concedia incentivos fiscais, mas diferentemente do que foi sugerido no PRIJ, estes incentivos tiveram as alíquotas de desconto reduzidas para 60% e 40%, respectivamente para os imóveis listados no anexo da lei, enquanto o PRIJ concedia 100% e 50% para os imóveis constante no inventário do IPACJ.

Ainda no tocante as diferenças entre a Lei de Preservação do Patrimônio Histórico e Turístico (PPHAT) e o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ), cabe ressaltar que a PPHAT se restringiu a tratar de normatizar os parâmetros técnicos e construtivos das zonas de preservação e dos imóveis nela contidos, e os incentivos fiscais para sua preservação, enquanto o PRIJ era um estudo abrangente sob vários aspectos da preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão.

O PRIJ colocava como um dos pilares da política de preservação do patrimônio a educação patrimonial, a ser efetivada através de um programa a ser desenvolvido nas escolas municipais, e também por meio de um roteiro turístico na zona de preservação, assim como a atuação de um Conselho Municipal do Turismo, orientariam e adotariam medidas de inclusão da comunidade neste processo, para além de membros da elite política e econômica que já haviam se engajado na questão da preservação patrimonial, por considerarem que a sua história e o seu patrimônio estavam sendo valorizados.

Além disso, o PRIJ considerava importante o município ser dotado de uma lei de tombamentos de prédios, que pudesse destacar alguns imóveis como de interesse cultural mais proeminente, e fossem suscetíveis a partir deste tombamento, a uma revitalização com verbas captadas em outras instâncias governamentais como o IPHAE e o IPHAN, bem como a iniciativa privada, através de uma fundação municipal criada para este efeito.

Ou seja, a lei do PPHAT deixou lacunas importantes, que a longo prazo contribuiriam para afastar a comunidade das discussões relativas a política patrimonial da cidade de Jaguarão, ficando este processo circunscrito aos políticos engajados na temática, que a partir de 2007 ficou muito evidenciada com a promoção pelo governo federal, de uma política

⁶¹ Nascido em Ijuí em 29/03/1938, foi vereador por diversos mandatos no município de Jaguarão e presidente da câmara. Durante o início do Projeto Jaguar esteve presente quando da apresentação do programa televisivo para a TVE em 1983 como apoiador da iniciativa.

nacional de preservação patrimonial, que atingiu o município de Jaguarão devido a fatores que serão analisados no próximo capítulo.

Entretanto, o legado deixado pelo Projeto Jaguar e pelo PRIJ foram fundamentais para o estabelecimento de uma consciência de preservação do patrimônio cultural no município de Jaguarão, a qual se iniciou através de um processo surgido entre professores e alunos dos cursos de arquitetura de faculdades do Rio Grande do Sul, que elegeram Jaguarão como campo de estudos, principalmente através do ativismo dos estudantes de arquitetura à época, Valdo Nunes e Jorge Garcia, que oriundos de Jaguarão, imprimiram um caráter local na política patrimonial engendrada na capital do estado, onde realizavam seus estudos.

A continuidade do Projeto Jaguar pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, especialmente pela professora Ana Lúcia Costa de Oliveira e o acadêmico Maurício Borges Seibt, ampliou a base teórica da política de preservação patrimonial no município, com a realização de estudos como o levantamento arquitetônico do centro urbano considerados de valor histórico-cultural, como também o plano de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar e o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão.

Duas décadas de atuação destes acadêmicos na construção de uma política de preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, a qual envolveu setores da comunidade como políticos e parte da elite econômica, assim como parte dos setores populares, ficou tendo como legado a possibilidade de se construir uma política de preservação e planejamento urbano que poderia ser uma alternativa para o desenvolvimento local, ainda que não se tenha dado a prioridade necessária no envolvimento da comunidade e continuação das propostas do projeto pelo poder público. Isto fez com houvesse um interregno na política patrimonial, até que por uma iniciativa da administração municipal, através de um grupo de pessoas, algumas que vivenciaram o Projeto Jaguar, realizaram uma nova etapa no movimento da política patrimonial, tendo como principal parceria o IPHAN.

Deste momento em diante, a política patrimonial foi centralizada pelo poder público, tendo a comunidade pouca participação neste processo, como será visto adiante no próximo capítulo.

4 POLÍTICA PATRIMONIAL DO IPHAN NA CIDADE DE JAGUARÃO

Neste capítulo será abordado a política patrimonial do IPHAN na cidade de Jaguarão, com o objetivo de, em primeiro lugar, delimitar as causas que levaram este órgão institucional federal reconhecer o patrimônio cultural do município como sendo de relevância nacional, passível de ser tombado como um conjunto urbano e paisagístico. Em um segundo momento, analisar de que forma foram implementadas as políticas patrimoniais, sendo a principal delas o próprio tombamento, o qual teve implicações como a destinação de recursos financeiros para a restauração e conservação do patrimônio arquitetônico do centro urbano, assim como para um projeto de revitalização das ruínas de uma antiga enfermaria militar.

Também foi estudada a relação entre os agentes que viabilizaram a construção desta política patrimonial no município e membros do IPHAN, assim como os agentes privados que participaram da formulação de projetos de revitalização e restauro dos bens patrimoniais, correlacionando suas atividades em uma rede formada entre governo e profissionais do campo de preservação do patrimônio, a qual orientou a destinação de verbas federais para o município.

Além disso, foi examinada a participação da comunidade neste processo de implementação das políticas patrimoniais, a qual foi incentivada pelo poder executivo municipal, em determinados momentos, a ser um elemento de pressão para que o legislativo municipal aprovasse certas medidas que viabilizaram financeiramente a formulação de projetos de revitalização e restauro, sendo que em outros momentos, a comunidade foi chamada a participar da apresentação dos projetos pelo IPHAN, de universidades federais e escritórios privados de arquitetura. De que forma e qual o alcance desta participação da comunidade foram objeto de análise neste capítulo, procurando inferir o tipo de envolvimento desejado pelos órgãos institucionais e o efetivo envolvimento de setores da comunidade na construção da política patrimonial no município de Jaguarão.

Dentro dos objetivos específicos deste capítulo, se encontra o estudo do processo de tombamento realizado pelo IPHAN no conjunto urbano e paisagístico da cidade, suas bases derivadas do Projeto Jaguar e sua metodologia de execução, ou seja, o que foi elencado como sendo passível de tombamento dentre o rol de construções do centro urbano. Ainda, que tipo de narrativa histórica foi utilizada para subsidiar a justificativa para o tombamento do patrimônio arquitetônico, suas fontes históricas e sua correlação com setores determinados da comunidade, corroborando um tipo de construção histórica ligada a um viés nacionalista de matriz conservadora. Como este tipo de construção histórica orientou a política patrimonial do IPHAN e a conseqüente justificativa perante a comunidade foi analisada no presente capítulo, procurando

determinar concepções e práticas daquele órgão e sua afinidade com métodos utilizados ao longo da instituição, compreendendo como foi orientado o tombamento e de forma constituiu a política patrimonial no município.

Igualmente, foi objeto de análise deste capítulo, a inserção do município de Jaguarão no rol de cidades escolhidas a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento das cidades históricas (PAC – cidades históricas), programa desenvolvido pelo governo federal especificamente para a preservação de conjuntos urbanos tombados como patrimônio nacional pelo IPHAN. Foram estudadas as justificativas para a inclusão da cidade de Jaguarão no programa, tendo em vista o reduzido número de municípios contemplados nesta condição, assim como foi examinada a lista de bens edificados suscetíveis de receberem aporte financeiro para revitalização e restauro, confeccionada pela prefeitura municipal e enviada ao IPHAN. Porque se deu a escolha destes bens e de que forma impactou a política patrimonial foi avaliado no presente capítulo, buscando entender as razões desta escolha e sua vinculação ao interesse de setores específicos do campo da preservação patrimonial, seja dos agentes políticos envolvidos como também de empresas e profissionais da iniciativa privada.

Finalmente, como corolário deste capítulo, foi analisado os impactos da política patrimonial do IPHAN na cidade de Jaguarão a partir do viés do planejamento urbano e sua relação com o cotidiano da população, ou seja, através do estudo da dinâmica de uma cidade de fronteira com sua vinculação ao comércio de *free-shops* localizados na cidade vizinha de Rio Branco no Uruguai, aliada a uma economia ligada a agricultura e criação de gado, como se apresentou a justificativa pelo poder público de transformar a cidade em um polo de atração para um turismo ligado ao patrimônio histórico, realizando uma alternativa de desenvolvimento econômico para setores menos favorecidos da população, em um município com alta concentração de renda na elite agrária. Determinar até que ponto esta política patrimonial realmente significou esta alternativa para as camadas populares e quais foram os obstáculos para a sua concretização pelo poder público foi objeto de análise deste capítulo, resultando na compreensão, daquele momento estudado, de como foi implementada e seus impactos, da política patrimonial do IPHAN na cidade de Jaguarão.

4.1 PRINCÍPIO DA ATUAÇÃO DO IPHAN NA CIDADE DE JAGUARÃO

Em 2007, passados 25 anos do início do Projeto Jaguar, a cidade de Jaguarão tinha consolidado algumas percepções no que tange a preservação do seu patrimônio cultural. Em primeiro lugar, o reconhecimento pela classe dirigente e de parte da comunidade de que o conjunto urbano derivado da elite agrária do século XIX tinha um valor histórico e arquitetônico, o qual poderia ser valorizado como patrimônio não somente local, como também importante para a história do Rio Grande do Sul, devendo ser preservado tanto pelos órgãos públicos como também pela comunidade. Neste sentido, o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (IPACJ), que catalogou 600 imóveis do centro urbano, que foram registrados em fichas contendo diversas características arquitetônicas e um resumo histórico do bem, assim como fotografias da fachada, colaborou para que este patrimônio fosse distinguido na paisagem urbana.

Este reconhecimento do valor histórico e arquitetônico dos prédios de estilo eclético iniciado pelo Projeto Jaguar teve seu ápice com o tombamento pelo IPHAE, em 1990, das ruínas da antiga Enfermaria Militar, do prédio do antigo Fórum, do Mercado Público e do Teatro Esperança. Embora este tombamento não tivesse significado um aporte de recursos financeiros para o restauro destes bens, seu reconhecimento pelo poder público estadual representou a materialização dos esforços demandados pelos integrantes do Projeto Jaguar na construção de uma política de preservação do patrimônio cultural do município de Jaguarão.

Por outro lado, o Projeto Jaguar colocou como primordial para a preservação do patrimônio cultural a integração do mesmo com a política de planejamento urbano, que teve como princípio norteador a atuação do arquiteto Albano Volkmer na formulação do Plano Diretor da cidade de Jaguarão em 1978, quando incluiu em seu bojo o impedimento de novas construções acima de dois pavimentos em um perímetro restrito do centro urbano. Nesta direção, foram propostos pelo Projeto Jaguar a revitalização do entorno das ruínas da antiga Enfermaria Militar, com a intenção de transformar o local em um centro turístico; a remodelação da avenida Beira-Rio, tornando-a um polo de lazer e turismo integrado ao Mercado Público, e finalmente a proposição do Plano de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ). O PRIJ teve como consequência a elaboração da Lei 4.634 de 26 de setembro de 2007, denominada de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico e Turístico (PPHAT).

Em síntese, o Projeto Jaguar propiciou que fosse criada uma consciência de preservação do patrimônio cultural no município de Jaguarão, principalmente entre os membros da elite política e econômica que viram a oportunidade de utilizar este movimento em prol da reafirmação de uma história ligada a elite do século XIX, embora alguns setores da comunidade também

tenham adquirido esta visão de preservação do patrimônio, por conta das atividades culturais desenvolvidas pelo Projeto Jaguar em seu início, como os Festivais da Enfermaria Militar que ficaram marcados na memória entre os jovens daquele período, os quais alguns deles tiveram participação decisiva quando em 2007 se iniciou uma nova etapa na política de preservação patrimonial no município de Jaguarão.

4.1.1 O caso das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão

Às ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão foram o primeiro patrimônio arquitetônico a ser valorizado pelo Projeto Jaguar em 1983, sendo localizado num dos pontos mais elevados da cidade, o chamado Cerro da Pólvora, foi palco dos Festivais da Enfermaria, que tinham o objetivo de aproximar a comunidade do patrimônio edificado. Tendo às ruínas uma visibilidade marcante na paisagem do município, e também por conta das narrativas que envolviam sua história transmitidas entre a comunidade, se tornou o ícone do movimento de preservação patrimonial desenvolvido pelo Projeto Jaguar.

Por conta disto, o Projeto Jaguar elaborou um programa de revitalização das ruínas e seu entorno, com a proposta de transformar o local em um centro de visitação turística, assim como de apresentações artísticas para a população, iniciando um processo de aproveitamento do patrimônio como ponto turístico, que se estenderia aos demais prédios históricos da cidade. Este projeto foi concebido pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, mediante um convênio realizado com a Prefeitura Municipal de Jaguarão, o qual previu a conservação das ruínas como tal, com obras de consolidação de sua estrutura; a construção de um palco para apresentações artísticas situado no pátio interno das ruínas; um projeto de arborização dentro de um parque em frente às ruínas, com espaço de lazer e contemplação da vista da cidade, e da construção de um prédio para se constituir num centro de atendimento ao turista e sede da Secretaria de Turismo, em um terreno adjacente ao parque.

Conforme pode ser visto na figura a seguir, a proposta elaborada pelo Projeto Jaguar para a revitalização das ruínas e seu entorno constituiria um aproveitamento da área circundante que valorizaria a inserção da comunidade tanto em atividades de lazer, como também abria possibilidade para atividades culturais em um local constituído por um bairro periférico de baixa renda, embora a área de entorno não estivesse contemplada com melhorias em sua infraestrutura básica, em um projeto complementar que poderia ter sido desenvolvido conjuntamente com o projeto de preservação patrimonial.

Figura 40 – Projeto de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar e entorno



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (2016).

Este projeto recebeu uma menção honrosa no Prêmio SERGEN, promovido pela Universidade Gama Filho de Arquitetura do Rio de Janeiro, apresentado pelo integrante do Projeto Jaguar, acadêmico Maurício Borges Seibt, sob o tema “Arquitetura, Revitalização e Meio-Ambiente – Parque da Enfermaria Militar”⁶², sendo, portanto, um projeto reconhecido em âmbito nacional. A par de sua importância para o contexto da preservação do patrimônio cultural e integração com a comunidade, sua execução ficou restrita a construção do Parque Fernando Ribas, em memória de um ex-prefeito recentemente falecido, mesmo assim de forma parcial, sem o projeto de arborização, contendo somente uma praça recreativa com alguns brinquedos para crianças, o qual foi inaugurado em 1991 pela prefeitura municipal, mas que teve duração efêmera, logo abandonado pelas administrações municipais posteriores.

No ano de 2007, às ruínas da antiga Enfermaria Militar voltaram a ser tema de discussão, no que tange a sua revitalização como patrimônio cultural, desta vez no legislativo municipal, conforme notícia publicada no jornal A Folha de 29/03/2007:

Conforme a proposta do requerimento do vereador Cláudio Martins (PT), a Câmara Municipal recebeu no dia 19 de março representantes da Fundação Simon Bolívar de Pelotas. O objetivo da reunião foi avaliar a possibilidade de realizar o projeto cultural à enfermaria do município, prédio histórico que merece projeção para ressaltar sua história e arquitetura. Os integrantes da Fundação apresentaram o histórico e os trabalhos executados pela Fundação Simon Bolívar, uma entidade jurídica de direito privado criada em 1996 e que no decorrer destes anos já realizou inúmeros projetos qualificados no Estado atendendo vários segmentos, em destaque

⁶² Oliveira, Ana Lúcia Costa de; Seibt, Maurício Borges. *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão*. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2005.

os projetos concretizados com a UFPEL e o de restauração de prédios históricos. Os participantes que representaram as entidades municipais, como: Instituto Histórico do município, SIC, Prefeitura Municipal, Secretaria de Turismo e Cultura e Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Jaguarão questionaram sobre os procedimentos para o processo de implantação do projeto cultural a nossa Enfermaria, bem como, a forma de realizar convênios para a concretização. Outro ponto destacado foi a importância de montar um projeto de acordo com a necessidade e expectativa da comunidade jaguareense, salientou Lisarb Costa, integrante da Fundação (A FOLHA..., 2007).

A Fundação Simon Bolívar, entidade de direito privado criada na primeira gestão (1993-1997) do reitor da UFPEL Antônio César Borges⁶³, foi responsável por intermediar a instalação da Universidade Federal do Pampa a partir de 2006, sendo que a cidade de Jaguarão foi uma das escolhidas para sediar um campus universitário da UNIPAMPA⁶⁴, o que ocorreu no mesmo ano de 2006. Desta forma, a Fundação Simon Bolívar⁶⁵ participava dos projetos desenvolvidos pela UFPEL/UNIPAMPA, e acabou apresentando a proposta de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar, embora não tenha sido citado o Projeto Jaguar e seu programa desenvolvido e entregue a prefeitura municipal de Jaguarão na década de 1990.

Este não aproveitamento das propostas do Projeto Jaguar relativa a revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar foi um marco de ruptura entre o movimento de preservação do patrimônio desenvolvido desde a década de 1980 e a nova política de preservação patrimonial que foi encetada em uma articulação entre a classe política municipal e a UFPEL/UNIPAMPA, atuando diretamente na formulação e desenvolvimento de projetos no campo patrimonial. Neste sentido, a atuação do vereador Cláudio Martins⁶⁶ como proponente do requerimento para que o legislativo recebesse a Fundação Simon Bolívar para apresentar a proposta de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria foi o princípio de

⁶³ Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor efetivo da UFPEL a partir de 1974, sendo Diretor da Faculdade de Medicina (1985-1986) e reitor por três mandatos (1993-1997), (2005-2009) e (2009-2013). Também foi secretário municipal de saúde de Pelotas (1997-1998) e assessor da Casa Civil da Presidência da República (1999-2000). Durante seu segundo mandato como reitor coordenou a implantação da Universidade Federal do Pampa conjuntamente com a UFSM, sendo que na cidade de Jaguarão foi instalado um campi sob sua coordenação.

⁶⁴ Instituição criada pela Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008. A UNIPAMPA foi tutelada pela UFSM e a UFPEL que cederam membros do corpo docente e técnico-administrativo, assim como apoio logístico, entre 2006 e 2008.

⁶⁵ Segundo o sítio eletrônico da instituição: *Caracteriza-se como uma entidade de direito jurídico privado, sem fins lucrativos que tem por finalidade desenvolver estudos e atividades relacionadas com processos de desenvolvimento e integração regional, em especial que dizem respeito ao âmbito do MERCOSUL e a integração latino-americana, na prestação de apoio a execução de projetos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e institucional desenvolvidos pelos pesquisadores e colaboradores da Universidade federal de Pelotas – UFPEL.* Disponível em <http://www2.fundacoesufpel.com.br/fsb/sobre/>. Acesso em 03/10/2018.

⁶⁶ José Cláudio Ferreira Martins, nascido em Jaguarão em 22/05/1968. Professor de História na rede municipal, foi eleito vereador por três mandatos, exercendo a presidência do legislativo e eleito prefeito municipal em dois mandatos (2009-2016).

atuação deste político e de seu grupo partidário nas questões envolvendo a preservação do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão.

Em 2009, tendo assumido a prefeitura, Cláudio Martins constituiu um grupo de pessoas na Secretaria de Cultura e Turismo que ficaram vinculadas a questão da preservação do patrimônio cultural do município de Jaguarão, ficando responsáveis por desenvolver projetos em parceria com os órgãos institucionais ligados ao patrimônio e também com a universidade. Para isto, foi criada uma Diretoria do Patrimônio Histórico subordinada a Secretaria de Cultura e Turismo, divergindo do que preconizava o Projeto Jaguar, que havia proposto esta tarefa de articulação da política patrimonial a um Escritório Técnico formado por arquitetos, o qual seria acompanhado por um Conselho Municipal de Patrimônio, constituído por pessoas da comunidade.

Este tipo de orientação da política patrimonial concentrou no executivo municipal às iniciativas referentes ao patrimônio cultural da cidade, que durante o Projeto Jaguar partiu primeiramente de dois acadêmicos de arquitetura, Valdo Nunes e Jorge Garcia, e num segundo momento por professores e alunos do curso de arquitetura da UFPEL, que basearam suas propostas em estudos junto a comunidade e a realidade do patrimônio arquitetônico local, na construção de uma política articulada entre o conhecimento teórico do campo do patrimônio cultural e a dinâmica do patrimônio local.

Com a convergência da política patrimonial no executivo municipal, sendo gerida por um quadro político, a tendência foi de às decisões nesta área ficarem mais atreladas a órgãos externos como o IPHAN, que naquele período começou a participar da política patrimonial no município de Jaguarão, através do projeto para revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar, como evidenciado na reportagem do Jornal A Folha de 23/07/2009:

Um dos pontos importantes para a concretização deste Museu no município bem como a garantia do uso mais adequado das ruínas da Enfermaria Militar, é o fato de que o projeto tem recebido apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da Superintendente Regional, a arquiteta Ana Meira. O Coordenador Alan Melo também destaca que a ideia vem se delineando desde janeiro quando ele e a Diretora da Casa de Cultura estiveram na Superintendência do IPHAN em Porto Alegre. Em abril o assunto foi aprofundado durante o Fórum de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão, que contou com presenças renomadas como a do Coordenador Nacional adjunto do Programa Monumenta em Brasília, Robson Almeida (A FOLHA..., 2009).

O museu citado na reportagem, denominado de Museu do Pampa, foi um projeto que havia sido desenvolvido pelo IPHAN para outro município do Rio Grande do Sul, a cidade de

Santana do Livramento, que seria localizado nas dependências da Casa de David Canabarro⁶⁷, patrimônio histórico tombado pelo IPHAN. Devido a divergências entre a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e a Superintendência do IPHAN em Porto Alegre, sobre a concepção e função do museu dentro da Casa de David Canabarro, o projeto foi transferido para a cidade de Jaguarão com a intenção de localizá-lo nas ruínas da Enfermaria Militar. Para este fim, foi delegado a um escritório de arquitetura de São Paulo o desenvolvimento do projeto do museu, conforme consta em reportagem do jornal A Folha de 23/07/2009:

Há duas semanas Jaguarão recebeu mais uma vez a visita do renomado arquiteto e urbanista Marcelo Ferraz, responsável pelo grande projeto que irá trazer inúmeros benefícios culturais e turísticos para o município: o Museu do Pampa. Acompanhado pela equipe técnica da Empresa Brasil Arquitetura de São Paulo, Marcelo Ferraz participou de encontro com o prefeito Cláudio Martins, em que as potencialidades do município e histórias da região estiveram em foco (A FOLHA..., 2009).

Esta articulação entre o arquiteto Marcelo Ferraz⁶⁸ e a prefeitura de Jaguarão foi possível através da intermediação do IPHAN, o qual destinaria os recursos financeiros para a execução da obra de implantação do Museu do Pampa. O renome profissional do arquiteto Marcelo Ferraz e a atuação do IPHAN foram fundamentais para que a prefeitura apresentasse o projeto e o justificasse perante a comunidade, principalmente ao legislativo municipal, onde apareceram divergências quanto a contratação do Escritório Brasil Arquitetura pela prefeitura para elaborar o projeto executivo do museu, como demonstra reportagem do jornal A Folha de 06/08/2009:

A notícia da instalação do Museu do Pampa, confirmada pela Superintendente do IPHAN, Ana Meira foi recebida positivamente por grande parte dos jaguarenses, dirigentes de entidades de diversos setores e pelo Executivo que vem se empenhando em concretizar esse projeto que além do turismo irá dialogar diretamente com a cultura, educação, infraestrutura urbana e geração de empregos. Esse assunto que vem sendo notícia em âmbito local e estadual transformou-se em polêmica devido aos últimos acontecimentos que dizem respeito à tramitação que

⁶⁷ Segundo Márcia Pereira das Neves, *A Casa de David Canabarro, localizada a rua 24 de Maio, nº 1024, no município de Santana do Livramento, foi tombada em 25 de maio de 1953 e inscrita no Livro do Tombo Histórico, devido à representatividade da Revolução Farroupilha no cenário da história brasileira, e do General David Canabarro dentro da mesma revolução.* (Monografia de conclusão de curso de Bacharel em História, UFRGS, 2009).

⁶⁸ *Arquiteto formado pela FAU/USP em 1978, é sócio fundador do escritório Brasil Arquitetura e da marcenaria Baraúna, onde tem realizado vários projetos com premiações no Brasil e exterior. Foi colaborador de Lina Bo Bardi de 1977 a 1992, participando de todos os seus projetos no período, com destaque para o SESC Pompéia. Foi também colaborador de Oscar Niemayer em 2002. Dirigiu o Instituto Lina Bo e P.M. Bardi de 1992 a 2001 e o Programa Monumenta – Ministério da Cultura (para recuperação das cidades históricas) entre 2003 e 2004.* Disponível em <http://brasilarquitectura.com/#> Acessado em 04/10/2018. Foi próximo ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, para quem projetou o Museu do Trabalho, que seria localizado em São Bernardo do Campo, dentre outros projetos.

está na Câmara de Vereadores em que o Executivo solicita a troca de rubrica de um recurso de cem mil reais, que já estavam previstos no orçamento do governo anterior e destinados à obras e instalações na Enfermaria Militar. A proposta do Executivo é que esse recurso seja utilizado na contratação do projeto técnico para a construção do Museu do Pampa (A FOLHA..., 2009).

Embora já existisse um projeto de revitalização das ruínas da Enfermaria Militar elaborado pelo Projeto Jaguar, inclusive premiado nacionalmente, a prefeitura municipal preferiu apoiar a ideia do IPHAN de criar um Museu do Pampa que a princípio estava destinado para outra cidade e outro contexto⁶⁹, ainda inserindo a atuação de um escritório de arquitetura localizado no centro do país sem a possibilidade de abertura de um processo de escolha de outras propostas, ou mesmo a apreciação da proposta do Projeto Jaguar.

Além do IPHAN, a participação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), instalada na cidade de Jaguarão com um campus universitário, teve um papel fundamental de dar uma sustentação logística e burocrática para que fosse contratado o Escritório Brasil Arquitetura, através de um convênio com a prefeitura para a confecção do projeto executivo do Museu do Pampa. Esta aproximação da universidade com a prefeitura e o IPHAN viabilizou uma parceria institucional que passou a ser essencial na formulação das políticas patrimoniais no município de Jaguarão.

4.1.2 Participação popular na proposta do Museu do Pampa

O processo de contratação do projeto de revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, por parte da prefeitura, teve de passar pela análise do legislativo municipal por conta da necessidade de mudança de uma rubrica orçamentária que estava destinada pelo governo anterior às obras na própria Enfermaria, no valor de cem mil reais. Este valor seria usado como parte do pagamento do projeto executivo contratado ao Escritório Brasil Arquitetura, localizado em São Paulo. Esta mudança no orçamento e a proposta de contratação foram questionadas por alguns vereadores, que buscavam maiores informações sobre o que viria a ser a proposta de intervenção nas ruínas da Enfermaria, levando a

⁶⁹ Segundo Márcia Pereira das Neves: *O Plano de Ação Criação do Museu do Pampa – Fase I justificava-se não apenas por possibilitar o uso público de um bem (Casa de David Canabarro) no qual o IPHAN já investiu recursos consideráveis, mas pela oportunidade de instalar-se no sul do país um equipamento cultural destinado a reflexão e debate da cultura de fronteira, que poderá constituir-se num precioso estímulo à revitalização regional, já que a cidade (Santana do Livramento) conta com acervos e espaços subutilizados (Plano de Ação exercício de 2008: Projeto Criação do Museu do Pampa – Fase I. Responsável: Beatriz Muniz Freire)*, Monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História, UFRGS, 2009.

prefeitura e vereadores de sua bancada a mobilizar a comunidade para pressionar o legislativo a aceitar o que propunha, como demonstra reportagem do jornal A Folha de 06/08/2009:

Na última audiência da Câmara, realizada na segunda-feira (03), a vereadora Thiara Oliveira (PT) fez um convite a toda a população jaguarenses: um grande abraço em torno das Ruínas da Antiga Enfermaria Militar a partir das 15h deste sábado (08). A proposta foi apresentada logo após o novo pedido de vista sobre o projeto que tramita no Legislativo, em que o Executivo solicita a mudança de rubrica de um recurso já previsto no orçamento da gestão anterior destinado à obras e instalações na Enfermaria, para ser utilizado na contratação do projeto técnico do Museu do Pampa. O segundo pedido de vista foi feito pelo vereador Eduardo Neutzling (PTB). De acordo com a vereadora o abraço representa uma ação de desapropriação da comunidade com sua história e com o uso do espaço público além de ser uma manifestação de apoio para a instalação do Museu do Pampa em Jaguarão. “É nesse contexto que pedimos ajuda de todas as pessoas sensíveis ao projeto e comprometidas com o desenvolvimento turístico e cultural na nossa região, do nosso Pampa”, destaca. (A FOLHA..., 2009).

O processo de mobilização da comunidade para que fosse aprovado pelo legislativo municipal a verba destinada a contratação do projeto executivo para revitalização das ruínas da Enfermaria Militar foi o indicativo de como a participação popular seria envolvida nas políticas patrimoniais desenvolvidas pela administração municipal. No período em que o Projeto Jaguar foi concebido, a política patrimonial partiu de uma concepção teórica de profissionais ligados ao campo do patrimônio cultural ligados a universidade, e a efetivação de suas propostas era realizada conjuntamente com setores da comunidade, principalmente a elite econômica e política, embora procurassem incentivar a participação popular com atividades culturais relacionadas ao patrimônio edificado da cidade.

Ainda que na fase seguinte do Projeto Jaguar, com a introdução da UFPEL, tenha havido uma concentração de esforços na parte técnica de propostas e projetos para o patrimônio edificado da cidade, ficava claro nas documentações produzidas naquele período a essencialidade da participação da comunidade na política patrimonial, inclusive sugerindo que a Secretaria de Educação do município desenvolvesse projetos de educação patrimonial, o que ficou consolidado na Lei da PPHAT, expressados nos artigos IV e VI:

IV. Valorizar a memória da cidade através de programas de educação e conscientização da preservação do patrimônio cultural nos estabelecimentos de ensino no município;

VI. Promover a sensibilização da comunidade na conservação cultural do município. (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2007).

O projeto a ser contratado para a construção do Museu do Pampa e revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar tratava de um patrimônio edificado tombado pelo IPHAE

desde a década de 1990, localizado no Bairro do Cerro da Pólvora, um dos mais carentes economicamente do município de Jaguarão. O interesse da administração municipal era que a comunidade do bairro participasse dos esforços para a efetivação do projeto do museu, o que pautou o discurso em relação às ruínas da Enfermaria a partir de então, como demonstra a reportagem do jornal A Folha de 19/11/2007, sobre atividades desenvolvidas pela prefeitura no bairro:

O Vice-Prefeito Fred Nunes também reafirmou a importância de o governo estar mais próximo da comunidade e em relação ao Cerro da Pólvora, ele falou sobre a implantação do Museu do Pampa, nesse bairro, uma grande obra que irá trazer muitos benefícios para a cidade, principalmente para a comunidade do Cerro. (A FOLHA..., 2009).

Este discurso da administração municipal em relação ao Museu do Pampa, aliando a questão patrimonial aos benefícios que supostamente seriam gerados com a revitalização de um patrimônio edificado, justificou a política patrimonial na cidade, formulada por um grupo político em uma estrutura criada para esta finalidade dentro da prefeitura. O tipo de discurso emanado por este grupo e a forma como foi encaminhada a participação popular no processo de implantação de medidas de preservação do patrimônio foram fundamentais para determinar as relações entre os formuladores desta política e a comunidade. A este respeito, nos esclarece Monnet (1996, p. 223):

Na escala de uma sociedade, trata-se de identificar as alianças de interesses que geram, nas palavras e nos atos, o “discurso dominante”, que serve de matriz para as representações sociais, para a cultura comum e fornece as justificativas para a ação ou para a inatividade.

No caso em tela, a aliança entre a prefeitura municipal de Jaguarão, o IPHAN e a UNIPAMPA, se consubstanciou na contratação do Escritório Brasil Arquitetura, que realizou o projeto executivo de construção do Museu do Pampa e revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar, justificado como sendo de importância fundamental para o desenvolvimento turístico e social da cidade. A participação da comunidade na formulação desta proposta ficou restrita ao chamamento para que houvesse uma pressão sobre o legislativo municipal para aprovação da verba destinada a contratação do projeto executivo, legitimando, portanto, a efetivação desta política patrimonial. Neste sentido, argumenta Monnet (1996, p. 226):

Sob o consenso, as políticas do patrimônio, podem, assim, esconder um projeto urbano conformado a interesses particulares. Desse modo, elas são um meio ideal de legitimação de uma intervenção sobre o espaço público, um instrumento eficaz de adesão social a um projeto. Mas essas políticas escondem algumas vezes também uma ausência de projeto, completam o vazio criado pela falta de reflexão urbanística original. Não se trata de temer necessariamente o maquiavelismo e de pensar sempre que uma manipulação está ocorrendo. De fato, a colisão de diversos interesses, oriundos da lógica científica dos peritos, das estratégias de representação dos poderes públicos, dos interesses econômicos de comerciantes ou viajantes ou ainda da valorização do patrimônio imobiliário, mantêm, frequentemente, uma grande confusão.

O fato foi que o projeto da construção do Museu do Pampa e da revitalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão propiciou a inserção do IPHAN na política patrimonial do município, haja vista que a verba necessária para a implantação do projeto⁷⁰ e sua execução demandaria a participação do órgão. Coube a prefeitura a articulação política e a destinação do recurso financeiro inicial para a contratação do projeto executivo, obtendo a necessária aprovação do legislativo municipal e a legitimidade através da participação popular orientada para esta finalidade.

A questão da participação popular nas decisões referentes a preservação do patrimônio cultural vinha sendo tema de debates dentro dos órgãos internacionais da área, assim como no IPHAN, através de documentos e declarações emitidos pelo mesmo órgão. Nestes documentos transparece uma nova visão do que seria a política de preservação patrimonial, diferenciada daquela que vinha sendo praticada desde a criação do IPHAN na década de 1930, ou seja, a imposição de conceitos de preservação do patrimônio, do que deveria ser preservado e de que forma, tendo a população local um papel secundário nestas decisões.

Esta nova visão sobre a participação popular nas decisões sobre a preservação do patrimônio foi acelerada após a redemocratização do país em 1985, e principalmente pela emergência da Constituição Federal de 1988. Conceitos como cidadania e participação popular entraram na pauta das discussões sobre preservação, como demonstra a chamada Carta de Petrópolis⁷¹:

Na preservação do sítio histórico urbano é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais bem como a participação da comunidade interessada nas questões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos

⁷⁰ O total previsto para o projeto mais a execução da obra, que ficou a cargo do Escritório Brasil Arquitetura foi de R\$ 7.900.000,00, a ser liberado pelo Ministério da Cultural via IPHAN (PAC – Cidades Históricas – Jaguarão). Disponível em www.iphan.gov.br Acessado em 08/10/2018.

⁷¹ 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, ocorrido na cidade de Petrópolis em 1987. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> Acessado em 09/10/2018.

mecanismos institucionais que asseguram uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis (IPHAN..., 1995).

Ao se contratar o projeto executivo para a construção do Museu do Pampa, se desconsiderou não somente o projeto anterior realizado pelo Projeto Jaguar, o qual foi amplamente discutido com a comunidade naquele período, e viabilizado entre um convênio entre a prefeitura de Jaguarão e a UFPEL, como também não foi levada em conta a possibilidade de escolha entre os dois projetos pela comunidade, conjuntamente com o poder público. A participação popular ficou restrita a um momento de interesse político determinado, qual foi de pressionar o legislativo municipal para a apoiar a contratação do projeto executivo a ser desenvolvido pelo Escritório Brasil Arquitetura de São Paulo.

A justificativa para este tipo de procedimento foi que era necessário uma celeridade na aprovação do projeto do Museu do Pampa, e que traria grandes benefícios para o município de Jaguarão, consolidando um pressuposto que as decisões tomadas pelos agentes políticos conjuntamente com o IPHAN eram as mais adequadas para o desenvolvimento do programa, transformando os interesses daqueles órgãos como sendo aspirações da comunidade, como se apresenta em reportagem do jornal A Folha de 21/01/2010:

Na manhã desta quarta-feira (20), a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, juntamente com as autoridades políticas de Jaguarão, vivenciaram um grande ato histórico que teve por finalidade dar início a concretização do tão sonhado Museu do Pampa. Durante solenidade realizada no gabinete da prefeitura de Jaguarão, a UNIPAMPA assinou contrato com a empresa Brasil Arquitetura, visando o desenvolvimento do projeto arquitetônico e da concepção museológica e museográfica, que apoiarão a criação do Centro de Interpretação do Pampa (A FOLHA..., 2010).

Ficou consolidado um paradigma de uma nova política patrimonial no município de Jaguarão, tendo o IPHAN como principal articulador, em que teve como motivador inicial a ideia de um Museu do Pampa, que tinha sido concebido para outra cidade e contexto diferente da realidade do patrimônio cultural de Jaguarão. Associado com esta proposta, a introdução de um escritório de arquitetura do centro do país, que desenvolveu um projeto executivo de construção do Museu do Pampa dentro das ruínas da antiga Enfermaria Militar, cabendo a prefeitura municipal o papel de legitimar esta concepção perante a comunidade, a qual optou por não criar mecanismos efetivos de participação popular, preferindo por uma participação orientada, sem discutir o mérito da proposta ou impactos diretamente relacionados com a implantação do projeto.

Assim, de acordo com a reportagem do jornal A Folha de 21/01/2010, se apresentava os conceitos do projeto de criação do Museu do Pampa, depois denominado de Centro de Interpretação do Pampa⁷²:

O espaço do Centro de Interpretação do Pampa, será dedicado à pesquisa acadêmico-científica e a experiência sensorial e estética sobre o bioma Pampa, sua história, a fronteira, a natureza e a cultura. O local será complementar da UNIPAMPA, mas contribuirá, também, para o valor turístico da cidade de Jaguarão e da região, disponível também ao público. O projeto arquitetônico consiste na estabilização das ruínas da antiga Enfermaria Militar (1880), situada no Cerro da Pólvora, o ponto mais elevado da cidade de Jaguarão, com a construção de novos pisos, paredes e tetos, predominantemente em vidro e concreto. Assim, mantém-se o aspecto de ruína. O local abrigará um museu, com as avançadas tecnologias, para exibir a peculiar riqueza da natureza, da cultura e da história do pampa gaúcho. (A FOLHA..., 2010).

4.1.3 Concepção da política de tombamento do conjunto urbano

A partir da proposta de instalação do Museu do Pampa na cidade de Jaguarão pelo IPHAN, e a destinação das ruínas da antiga Enfermaria Militar como local para a construção do mesmo, iniciou-se uma política de preservação do patrimônio cultural dos bens edificados no município, tendo o IPHAN como principal articulador. Esta articulação se deu com a prefeitura municipal, cuja administração estava sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo partido que governava o país no período, permitindo um alinhamento ideológico referente as questões da política patrimonial.

No plano nacional, a administração do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva incentivou uma nova perspectiva de construção de políticas culturais, através do diálogo constante com a sociedade na proposição e problematização das questões referentes ao setor. A este respeito, esclarece Rubim (2010, p. 14):

A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marcas significativas das gestões ministeriais de Gil e de Juca⁷³ Proliferam encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura.

⁷² Após a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) através da Lei 11.906 de janeiro de 2009, o IPHAN perdeu a jurisdição sobre os museus federais. Este fato levou a mudança de nomenclatura de Museu do Pampa para Centro de Interpretação do Pampa, para que o IPHAN não perdesse o controle sobre o projeto a ser executado na cidade de Jaguarão.

⁷³ Gilberto Gil foi Ministro da Cultura entre 2003 a 2008 e Juca Ferreira entre 2008 a 2010 e de 2015 a 2016.

Embora houvesse esta disposição em relação a cultura no plano nacional, a área de preservação do patrimônio cultural ainda estava associada a velhas práticas autoritárias de gestão do patrimônio, que privilegiavam a opinião dos técnicos e intelectuais ligados ao campo do patrimônio. O IPHAN continuava a concentrar seus esforços no patrimônio edificado, principalmente pela figura jurídica do tombamento, surgida na ditadura do Estado Novo e ainda vigente no país, apesar de todo o avanço teórico no campo patrimonial, com relação ao patrimônio imaterial e a visão antropológica ligada as comunidades envolvidas com a preservação patrimonial.

No caso específico da cidade de Jaguarão, a prefeitura municipal embasou esta visão tecnicista do IPHAN, organizando encontros e seminários que tinham a finalidade de apresentar temas como turismo e preservação do patrimônio pelo ponto de vista dos especialistas, em eventos com a participação orientada da comunidade, que era ouvinte, sem um canal que pudesse colocar proposições em colaboração com as ideias colocadas. Um destes eventos organizados pela prefeitura em conjunto com a UNIPAMPA foi o Fórum de Turismo Cultural, conforme reportagem do Jornal A Folha de 18/03/2010:

De acordo com o Diretor de Patrimônio Histórico do município, Alan Melo, o evento visa discutir a articulação e os caminhos para o turismo com ênfase no patrimônio cultural em suas diversas formas, abordando desde a gestão municipal, as discussões acadêmicas e a atuação dos órgãos de fomento desta atividade. “Compartilhar conhecimento e construir relações que contribuam com o desenvolvimento social de Jaguarão é o objetivo maior do evento”, finaliza. (A FOLHA..., 2010).

Estes eventos serviram para consubstanciar uma política de patrimônio baseada no antigo modelo do IPHAN de preservação do patrimônio, a análise por especialistas do que deve ser preservado, a utilização do instrumento jurídico do tombamento sem uma ampla discussão com a comunidade envolvida, em que sua opinião fosse considerada. A emergência do Programa de Aceleração do Crescimento específico para as cidades históricas levou a reforçar este tipo de paradigma, com a concentração de recursos financeiros no restauro do patrimônio edificado, firmemente administrado pelo IPHAN e relegando as prefeituras o papel secundário de intermediador dos repasses a iniciativa privada.

Isto pode ser exemplificado pela disposição que havia por parte da prefeitura municipal de Jaguarão de criar uma lei de tombamento para os prédios históricos, a qual chegou a ser proposta ao legislativo, mas que não foi adiante, haja vista que o processo de tombamento a nível federal já havia iniciado, o que acabou esvaziando a proposta. Este projeto poderia viabilizar uma discussão mais próxima com a comunidade, pelo trânsito no

legislativo municipal que demandaria audiências públicas para tratar do tema. O projeto de lei de tombamento para o patrimônio edificado de Jaguarão foi assim descrito em reportagem do Jornal A Folha de 13/05/2010:

Na oportunidade a presidente Thiara Gimenez Oliveira convidou o diretor de Patrimônio Histórico, Alan Dutra Melo para realizar a explanação do projeto onde explicou de forma objetiva a importância do tombamento, as vantagens e os procedimentos administrativos para colocá-lo em prática, enfim todos os trâmites processuais que primam em proteger, zelar e propiciar o reconhecimento ao nosso patrimônio jaguarense. Entre as manifestações os vereadores manifestaram o entendimento sobre a importância do projeto ser executado, o qual trará benefícios para o município no setor cultural e turístico, como também explanaram sobre o grau de responsabilidade do Poder Legislativo em aprovar o projeto, e é nesse sentido que o vereador Rogério Cruz manifestou sua preocupação em dividir com a comunidade o estudo e avaliação do projeto de tombamento, já que trata das riquezas culturais e patrimoniais de Jaguarão, onde cada propriedade tem sua história tanto na zona urbana e rural. (A FOLHA..., 2010)

O abandono do projeto de lei que pretendia dotar a cidade de Jaguarão de uma lei de tombamento, não somente impediu um aprofundamento da discussão da política patrimonial com a comunidade, como concentrou na esfera federal às decisões acerca do que deveria ser preservado e de que forma. O discurso de transformação do município de Jaguarão em um polo turístico através do patrimônio, com base em restaurações de prédios e a criação do Museu do Pampa, o qual foi entregue a sua administração para a UNIPAMPA com finalidades acadêmicas, desconsiderou os usos destes locais no cotidiano da população, das atividades culturais e de trabalho das pessoas, ou se seriam simplesmente objetos patrimoniais concebidos pelos gestores da política patrimonial. A este respeito nos esclarece Meneses (2006, p. 40):

Conviria, por isso, sem estabelecer monopólios, barreiras ou escalas, iniciar sempre qualquer projeto de intervenção pela base, centrando as preocupações no habitante pois ele é que deve ser o fruidor prioritário da “coisa boa”. E se, como vimos, uma conceituação deve embasar-se numa teoria das necessidades, conviria também reconhecer que, quando se excluem do universo da cultura o cotidiano e o trabalho, não há como mascarar que é o mercado que está dando as cartas, caucionado pelas bênçãos dos “usos culturais”.

No caso específico de Jaguarão, a política patrimonial desenvolvida pela prefeitura foi subordinada ao interesse político de criar visibilidade para a gestão do município através dos projetos desenvolvidos pelo IPHAN, centrados no restauro do patrimônio edificado. Por sua vez, o IPHAN criou demandas para um mercado que se fazia necessário suprir com a inserção de profissionais especializados na área do patrimônio cultural. A restrição da política

patrimonial a uma gestão do patrimônio edificado e dos recursos financeiros para seu restauro, e a falta de articulação com o planejamento urbano do município, assim como uma ausência da comunidade das discussões acerca dos caminhos desta política, colocaram a questão patrimonial em Jaguarão como sendo uma agenda política restrita aos gabinetes da gestão pública. Este tipo de política ficou exemplificado quando da visita do presidente do IPHAN a cidade de Jaguarão, conforme descrito na reportagem do jornal A Folha de 19/08/2010:

Na manhã de quinta-feira, dia 12 de agosto, o prefeito Cláudio Martins recebeu a visita do presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Luiz Fernando Almeida. Para marcar o momento foi realizada solenidade no gabinete do prefeito, em que estavam presentes, a reitora da Universidade Federal do Pampa, Maria Beatriz Luce, a presidente do legislativo, Thiara Oliveira, entre outras autoridades do município e representantes de diversas entidades. Na pauta principal do encontro, destaque para a confirmação dos investimentos do governo federal para a construção do Centro de Interpretação do Pampa, nas ruínas da Enfermaria Militar. O valor garantido é de R\$ 7 milhões e 200 mil, com possibilidades de liberação de parte destes recursos para este ano, sendo que 50% do valor total será destinado pelo Ministério da Cultura e a outra metade pelo Ministério da Educação. (A FOLHA..., 2010).

Neste encontro estavam presentes os principais articuladores da política patrimonial em Jaguarão, em que puderam explicar para um grupo restrito suas ideias e projetos para o município. A UNIPAMPA, como responsável pela implantação do Museu do Pampa, agora Centro de Interpretação, projeto do IPHAN deslocado da cidade de Santana do Livramento para Jaguarão, tornando este equipamento cultural em um órgão complementar da universidade centrado na reitoria, alocando recursos financeiros e técnicos para sua efetivação, como descrito na reportagem do jornal A Folha de 19/08/2010:

A garantia dos recursos e às informações anunciadas pela Reitora Maria Beatriz Luce, sobre o andamento do projeto, são fortes indicativos de que as obras podem iniciar este ano. De acordo com ela a avaliação técnica do projeto elaborado pela empresa Brasil Arquitetura está sendo ultimada. “Com isso já dispomos do projeto arquitetônico, dos projetos complementares, das grandes linhas e da grande proposta de conteúdo deste museu”, conta a Reitora da UNIPAMPA, explicando que também será necessário registrar em nome da universidade a propriedade onde estão às ruínas. Ainda segundo Maria Beatriz, não como compromisso, mas como uma declaração de intenção, as tentativas serão de publicar este ano o edital para a construção do Centro. (A FOLHA..., 2010).

De outro lado estava o IPHAN, órgão federal de preservação, idealizador do Museu do Pampa e das obras de restauro no patrimônio edificado, que concentrou os rumos decisórios da política patrimonial em Jaguarão. Além disto, com a realização do estudo para o tombamento do conjunto urbano de Jaguarão, iniciado para viabilizar os recursos necessários

para o museu e os principais prédios considerados de valor histórico no centro urbano, sujeitou o patrimônio do município ao poder discricionário regulado pelo Decreto-Lei 25/1937, como ficou evidenciado nas palavras do presidente do IPHAN descritas na reportagem do jornal A Folha de 19/08/2010:

Durante sua fala também fez questão de explicar detalhes do contexto do trabalho desenvolvido pelo IPHAN e os desafios colocados dentro da nova posição do patrimônio histórico do Brasil, com a sociedade brasileira. Para ele a cultura tem um papel de grande importância para o desenvolvimento. “ Eu que conheço várias cidades do Brasil, não acho que tenha outro país com um potencial, sob o ponto de vista cultural, de estabelecer essa relação entre a dinâmica cultural e o desenvolvimento como o Brasil. E aqui isso também é muito forte e estou espantado de ver o patrimônio que vocês têm em Jaguarão”, observou o Presidente falando ainda sobre a relação deste patrimônio com o crescimento da cidade. “Para essa discussão nós estamos dispostos a estabelecer uma parceria e esse Centro de Interpretação do Pampa está apontando nessa direção, complementa. (A FOLHA..., 2010).

A prefeitura municipal de Jaguarão, a quem coube o papel de realizar a intermediação entre a política patrimonial do IPHAN e a comunidade, preferiu conduzir este processo apoiado em uma narrativa do desenvolvimento da cidade apoiado no patrimônio cultural, principalmente nos benefícios que adviriam com o investimento no restauro de prédios históricos e consequente valorização das áreas envoltórias, que no caso particular das ruínas da antiga Enfermaria Militar era emblemático, haja vista que ali se encontrava um dos bairros mais precários em infraestrutura básica, saneamento e de moradias. A este respeito, assim era enunciado a política patrimonial e suas consequências para a cidade de Jaguarão, relatado no jornal A Folha de 19/08/2010:

De acordo com o Prefeito Cláudio Martins tudo que o município está construindo em termos de políticas públicas está na mais absoluta transversalidade com as questões que vem sendo discutidas em torno do patrimônio histórico e acerca do resgate da memória e da história desta região. “Jaguarão está na perspectiva de buscar as novas vocações a partir da sua reidentificação histórica e por isso o ramo hoteleiro e gastronômico, por exemplo, têm se desenvolvido significativamente nos últimos anos e tende a crescer muito mais, dialogando com a questão do crescimento sustentável do nosso município”, afirmou. Cláudio também fez questão de destacar a importância do PAC das cidades históricas. “Dialogando com o Centro de Interpretação do Pampa e também com a UNIPAMPA, que está naquela região, queremos fazer a reurbanização, o saneamento e a recuperação de moradias do entorno para que nós possamos dar qualidade de vida a essa população”, destacou (A FOLHA..., 2010).

No discurso emanado pelo prefeito, se levantaram várias questões cruciais para o desenvolvimento da política patrimonial no município de Jaguarão. A primeira delas se refere a memória e a história, que deveriam ser resgatadas nas palavras do prefeito. A história

construída a partir do patrimônio edificado da cidade foi ligada, desde o início do Projeto Jaguar na década de 1980, a elite econômica que idealizou e construiu um centro urbano de características ecléticas no final do século XIX. Este patrimônio edificado se transformou no símbolo da história da cidade, relativizando outros patrimônios não centrados na arquitetura, principalmente em uma região marcada pelo trabalho escravo utilizado em grandes proporções nas charqueadas, e também da contribuição dos imigrantes oriundos da fronteira e do exterior, com a proximidade dos portos de Montevideo e Rio Grande.

Todavia, o prefeito que era ligado a um partido político que buscava ter uma identificação com as camadas populares, reforçava uma política patrimonial centrada na história da elite e na preservação de seu patrimônio edificado, assim como sua versão narrativa da história. Este tipo de política se justificou em parte pela política do IPHAN, que privilegiou o patrimônio edificado a partir do programa do PAC – cidades históricas, que previa a liberação de recursos financeiros para cidades com o conjunto urbano tombado, conforme enunciado no sítio eletrônico do IPHAN:

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC cidades históricas. (IPHAN..., 2018).⁷⁴

A cidade de Jaguarão para ser contemplada com recursos financeiros do programa deveria necessariamente ter seu conjunto urbano tombado pelo IPHAN, que foi viabilizado com a inserção do projeto do Centro de Interpretação do Pampa e a atuação do Escritório Brasil Arquitetura, que através do projeto executivo desenvolvido para o museu permitiu a visibilidade do município para o órgão de preservação do patrimônio nacional. A partir deste tombamento, a cidade entrou no grande mercado de restaurações de prédios históricos centralizados pela política do PAC cidades históricas, que destinou consideráveis recursos financeiros para os projetos ligados ao patrimônio, como pode ser exemplificado pelo projeto de restauração do Mercado Público, de autoria do Escritório Brasil Arquitetura, apresentado no gabinete do IPHAN para a prefeitura, como mostrado na reportagem do jornal A Folha de 10/02/2011:

⁷⁴ Disponível em www.iphan.gov.br Acessado em 16/10/2018.

Na ocasião o grupo (prefeito e secretário de cultura e turismo) foi recebido pela Superintendente do IPHAN no estado, Arq. Ana Meira e demais técnicos do Instituto que assistiram atentamente à apresentação realizada pelo Arquiteto Marcelo Ferraz, da Empresa Brasil Arquitetura. A proposta foi acolhida com entusiasmo por todos, pois aponta um completo restauro do imóvel, direcionando para atividades indutoras de desenvolvimento econômico aliado ao turismo, sem descuidar com a preservação do patrimônio cultural. Marcelo Ferraz destacou que “o Mercado deve ser um centro pulsante da cidade, para onde deve convergir as mais diversas atividades da cidade, tal como ocorre em outros locais no mundo”. O projeto foi custeado em parte pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, com contrapartida da Prefeitura. O Prefeito Cláudio Martins aponta que “o investimento que começa a ser realizado com todo vigor no Mercado Público de Jaguarão é mais uma demonstração efetiva de como o correto direcionamento dos investimentos públicos afeta a autoestima da comunidade e contribui para a valorização imobiliária que reflete positivamente em todos os setores da sociedade”. (A FOLHA..., 2011).

A restauração do Mercado Público e a construção do Centro de Interpretação do Pampa foram projetos indicativos de como foi pensada a política de preservação do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão, ou seja, uma política patrimonial baseada na restauração dos bens arquitetônicos do município com vistas a proporcionar o desenvolvimento turístico e incremento da economia local. A base para esse projeto foi o PAC cidades históricas, que foi desenvolvido pelo governo federal nesta ótica de restauro do patrimônio arquitetônico como impulsionador do desenvolvimento, teoria esta aplicada na década de 1970 pela ditadura militar com o PCH.

O tombamento do centro urbano ampliou o número de bens aptos a serem selecionados para receber os recursos financeiros advindos do PAC cidades históricas, e corroborou o IPHAN como o principal formulador da política de preservação do patrimônio e por consequência, do planejamento urbano da cidade, por conta da abrangência do tombamento e suas implicações para o ordenamento urbano. Torna-se necessário, então, analisar como se deu o processo de tombamento, a equipe que foi responsável pela confecção do relatório que serviu de subsídio ao parecer do IPHAN, assim como o tipo de patrimônio que foi elencado para ser reconhecido como patrimônio nacional e sua consequência para a narrativa histórica de reconhecimento da cidade e de sua população.

4.2 TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO

O tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão foi o ápice da política de preservação no município, a qual foi delineada desde a concepção do Museu do Pampa, com a determinação de usar as ruínas da antiga Enfermaria Militar como suporte para sua construção, desencadeando um processo que colocou o IPHAN como principal articulador de projetos e programas de preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão. Este tombamento possibilitou que o órgão ampliasse sua esfera de atuação com a alocação de recursos financeiros por meio do PAC cidades históricas, programa derivativo do PAC infraestrutura, criado em 2007 para alavancar o desenvolvimento econômico do país.

Este tombamento foi precedido de um estudo sobre a história da cidade, e um levantamento sobre os bens arquitetônicos existentes no centro urbano realizado por uma equipe contratada pelo IPHAN, composta de especialistas na área do patrimônio cultural que no prazo aproximado de dois anos apresentaram os subsídios necessários para a análise pelo Conselho Consultivo do IPHAN, sobre a viabilidade do tombamento. Grande parte deste estudo foi tributária do Projeto Jaguar, especialmente do Inventário do Patrimônio Arquitetônico realizado no final da década de 1980 pelos professores e alunos do curso de arquitetura da UFPEL.

Embora o Projeto Jaguar não tenha proposto o tombamento do conjunto urbano, mas colocado que a ferramenta do inventário arquitetônico, juntamente com uma lei municipal de preservação do patrimônio, seriam instrumentos suficientes para o desenvolvimento da política patrimonial na cidade, o tombamento do IPHAN divergiu dos estudos e propostas do Projeto Jaguar, na medida em que transferiu a iniciativa da política patrimonial da esfera municipal para a federal, o que de certa forma diminuiu a participação da comunidade nesta política, ficando mais restrita ao órgão técnico.

A análise de como foi realizado o estudo e o levantamento arquitetônico pela equipe contratada pelo IPHAN será importante para se estabelecer o tipo de narrativa que foi empregado sobre a história da cidade, assim como as escolhas que foram feitas para privilegiar alguns bens arquitetônicos como os mais significativos da cidade, os quais foram elevados a categoria de patrimônio nacional, portanto passíveis da proteção estatal.

4.2.1 Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão

O Dossiê de tombamento do conjunto urbano de Jaguarão foi elaborado entre janeiro de 2009 e agosto de 2010, por uma equipe de especialistas contratados pelo IPHAN oriundos da UFPEL, com estudos voltados para a região sul do Rio Grande do Sul. Nas palavras de apresentação do estudo, se delinearão as linhas gerais e objetivos do dossiê:

Partindo de um estudo mais amplo sobre o território platino do Brasil, buscou-se compreender como se deu a ocupação dessa região, envolvendo inicialmente as disputas entre Portugal e Espanha no contexto da busca pela hegemonia sobre a navegação na bacia do Rio da Prata, e mais tarde envolvendo tensões internas decorrentes de fatores econômicos e políticos. A partir dessa informação foram detalhados inicialmente os sítios urbanos de Bagé e Jaguarão (apresentado neste momento), além de dar subsídios ainda para a instrução do processo de tombamento individual da Ponte Internacional Barão de Mauá, em Jaguarão. E a partir dos estudos agora iniciados, é prevista ainda a extensão da proteção para englobar os centros históricos de Pelotas e Rio Grande, bem como de uma série de estâncias, fortes, charqueadas e outros bens, entendidos como parte de um sistema inter-relacionado que materializam a história da região desde os primórdios da colonização e mesmo antes, a partir do reconhecimento das influências indígenas ainda presentes (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág. 06).

O que se depreende deste enunciado é que o dossiê de tombamento de Jaguarão fazia parte de uma política maior de tombamento dos conjuntos urbanos das cidades da região sul do Rio Grande do Sul, ou seja, um paradigma a ser utilizado nos estudos de preservação do patrimônio em outras cidades pertencentes a um mesmo contexto histórico, de acordo com os autores do estudo. Havia a necessidade de uma justificativa para o embasamento do tombamento a nível nacional, de colocar a história regional de cidades localizadas no extremo sul do país como sendo importantes para a história nacional, como colocado pelos autores na apresentação do estudo:

Espera-se, na sequência desse trabalho, encaminhar ainda os tombamentos do Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé e da Ponte Internacional Mauá, em Jaguarão, como forma de iniciar uma série de tombamentos no Estado do Rio Grande do Sul elaborados de forma consciente e coerente, aumentando a representatividade do patrimônio cultural gaúcho no conjunto dos bens protegidos no Brasil, e reconhecendo a importância desse estado para a formação da nação brasileira (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág. 08).

A equipe de profissionais contratada pelo IPHAN para a realização do dossiê contava com a coordenação da arquiteta Simone Neutzling,⁷⁵ oriunda da UFPEL e atuante em um

⁷⁵ Simone Rassmussen Neutzling graduou-se em arquitetura pela UFPEL em 1998. Proprietária do Escritório SNA Arquitetura, voltado a projetos na área do patrimônio cultural. Participou de grupo de pesquisa da

escritório de arquitetura voltado a projetos na área do patrimônio cultural, tendo ainda como integrantes os professores da UFPEL Carlos Alberto Ávila Santos,⁷⁶ a professora Ester Judite Bendjouya Gutierrez⁷⁷ e a historiadora Claudia Daiane Garcia Monet, aluna de mestrado em Ciências Sociais da UFPEL no período.

Este dossiê elaborado por esta equipe foi tributário do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (IPACJ), desenvolvido pela UFPEL em 1988, desde a narrativa histórica empregada, com base no estabelecimento de um núcleo urbano português na região de fronteira com o território espanhol, assim como das metodologias empregadas no levantamento arquitetônico dos imóveis abrangidos para o tombamento, conforme descrito no dossiê:

O próprio município de Jaguarão já vem, nas últimas décadas, investindo na identificação e mesmo proteção de seu patrimônio cultural. Merecem destaques projetos como o Projeto Jaguar, de 1988, desenvolvido em parceria entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, a Prefeitura Municipal e o IPHAN, que inventariou o patrimônio arquitetônico da cidade. Esse projeto deu subsídios para a elaboração do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão publicado em 1992, e ainda para estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas sobre sistematização de tipologias arquitetônicas em diversos municípios da região sul do Rio Grande do Sul. Também os estudos para elaboração deste Dossiê de Tombamento utilizaram o Projeto Jaguar como referência, atualizando e complementando os dados (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág. 159).

O que houve foi uma atualização dos dados referentes ao levantamento de 1988 e um aprofundamento da narrativa histórica, sob a luz dos estudos de autores que publicaram obras sobre a história de Jaguarão após 1988, como Sérgio da Costa Franco⁷⁸ e Roberto Duarte Martins⁷⁹, que auxiliaram sobremaneira as referências históricas para a elaboração do dossiê de tombamento. Esta narrativa foi estruturada em três eixos: a) Contextualização Geral: a fronteira platina; b) Características socioambientais do território da Campanha e do sul do Rio

professora Ester Judite Bendjouya Gutierrez entre 1996 a 1998. Atualmente é orientanda de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL sob orientação da mesma professora. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767018H8> Acessado em 18/10/2018.

⁷⁶ Licenciado em Educação Artística pela UFPEL em 1982. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA em 2007. Autor de diversos estudos sobre a arquitetura eclética de Pelotas. Atualmente leciona na UFPEL. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708777H6> Acessado em 18/10/2018.

⁷⁷ Graduada em arquitetura e urbanismo pela UFRGS em 1972. Doutora em História pela PUCRS em 1999. Possui estudos publicados sobre o período charqueador de Pelotas. Atualmente é professora da UFPEL. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781399Y4> Acessado em 18/10/2018.

⁷⁸ **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos.** Franco, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Sulina, 2001.

⁷⁹ **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguaí:** a construção da cidade de Jaguarão. Martins, Roberto Duarte. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Escola Técnica de Superior de Arquitetura. Universidade Politécnica da Catalunha. 2002.

Grande do Sul e c) Formação e desenvolvimento de Jaguarão. Quanto ao levantamento arquitetônico, o dossiê dividiu o assunto em dois eixos principais: a) Características Morfológicas e Tipológicas do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e b) Proposta de tombamento nacional – justificativa.

No tocante a narrativa histórica que deu embasamento para a justificativa de tombamento, a mesma ficou centrada em uma descrição de fatos da história política da região de fronteira, especialmente a ocupação portuguesa e seus desdobramentos, conforme explicitado no dossiê de tombamento:

A formação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, agora proposto para tombamento como Patrimônio Histórico Nacional, está intrinsecamente ligada aos processos de expansão das ocupações portuguesa e espanhola no território americano e nas estratégias implementadas para garantir a posse do território (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág.175).

Conjuntamente com esta história política da ocupação portuguesa da fronteira sul do Rio Grande do Sul estava a descrição histórica da formação do núcleo urbano de Jaguarão, a partir da história da elite pecuarista, suas características, concepções e como a responsável pela construção da cidade eclética do século XIX, a qual derivou o patrimônio edificado que foi objeto do tombamento. Embora esta elite seja caracterizada como um produto da sociedade portuguesa, a justificativa para o tombamento da cidade colocou que o centro urbano sofreu a influência espanhola em seu ordenamento de ruas e casas, corroborando uma visão tradicional da historiografia do Rio Grande do Sul,⁸⁰ conforme descrito no dossiê:

A primeira planta da cidade, de 1815, guarda impressionante semelhança com plantas de cidades espanholas, característica reforçada pelo fato de que buscou não apenas ordenar o espaço já ocupado, mas estabelecer um planejamento prévio para a forma que a cidade deveria tomar a partir da definição do arruamento e da divisão das quadras a serem ocupadas com o passar do tempo. Além disso, a atual Praça Alcides Marques levava, à época, o nome de “Praça Militar”, à semelhança das “praças de armas” espanholas, e apesar de abrigar atualmente a Igreja Matriz, essa só foi edificada mais tarde em relação ao projeto urbano, sendo que nessa época, no local, existia apenas um barracão coberto por palha (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág.178)

Em relação ao traçado retilíneo encontrado na planta de 1815 da cidade de Jaguarão, este foi um padrão utilizado pela Coroa Portuguesa a partir do século XVIII no Brasil, realizada por engenheiros militares formados na Real Academia Militar, os quais tinham a

⁸⁰ Conforme pode ser visto em Paiva, Edvaldo Pereira; Ribeiro Neto, Demétrio. Uma cidade na zona pastoril rio-grandense (Uruguaiana). In: **Província de São Pedro**, p. 106-120, 1946.

preocupação de ordenar o espaço de acordo com a conveniência militar. Tendo a cidade de Jaguarão se originado de um acampamento militar em 1802, a planta confeccionada em 1815 pelo engenheiro militar João Vieira de Carvalho, vinha com este objetivo de ordenar racionalmente o espaço para que houvesse um fácil deslocamento de tropas entre as casas do povoado, conforme pode ser visto em Rhoden (2013, p. 110):

Reitera-se, assim, que na fronteira do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, houve uma prática que teve caráter excepcional: os acampamentos militares instalados em pequenos povoados, fizeram com que fosse necessário levantar seus traçados urbanos, antes de terem sido elevados a vila, para poder organizar o acampamento e alojar os soldados, que eram, muitas vezes, em número superior ao dos habitantes locais. Essas plantas continuaram sendo seguidas, após a criação das vilas, à medida que as primeiras posturas iam sendo elaboradas consagrando seus traçados reticulados de tradição portuguesa, desenvolvidos ao longo do século XVIII.

Esta colocação do autores do dossiê de que a cidade de Jaguarão sofreu influência espanhola em sua concepção do traçado urbano e foi amalgamado com a influência portuguesa, criando um tipo único de cidade na região da fronteira, não teve base em fontes históricas e serviu ao interesse de justificar o tombamento com uma narrativa histórica que apenas corroborava a bibliografia tradicional, também fundada mais em conjecturas do que em pesquisa histórica. O fato de existir uma praça central semelhante as praças existentes nas cidades espanholas era compartilhada por outras cidades existentes no Brasil como Aracati, no Ceará, descrito por Rhoden (2013, p. 110):

A utilização, por parte dos engenheiros militares, do padrão reticulado, que não era necessariamente em xadrez, estava baseada na legislação do século XVIII como, por exemplo, a Provisão Real de 1747, que definiu um traçado urbano, para os povoados que iriam receber os colonos açorianos e nas diversas Cartas Régias como a de criação da vila de Aracati, no Ceará, de 1747, que serviu de modelo para o traçado da recém-criada vila de Rio Grande, ou de criação da Capitania de São José do Rio Negro, no Amazonas, de 1755 (DELSO, 1997, P.51). A Carta Régia que criou a vila de Aracati enfatizava a demarcação, em primeiro lugar da praça, de onde deveriam ser tiradas, *por linhas retas e iguais, tantas ruas quanto couberem, para o delineamento da vila* (AHU, Ceará, Cx 4, doc. 62).

Por outro lado, a narrativa histórica dos autores do dossiê de tombamento coloca como elemento diferencial da cidade de Jaguarão em relação as demais cidades brasileiras, o fato de sua comunidade ter uma afinidade com a comunidade da vizinha cidade uruguaia de Rio Branco, havendo uma influência dos países platinos no cotidiano da população do lado brasileiro, corroborando a singularidade do município, conforme descrito no dossiê:

Desta forma, o tombamento de Jaguarão como patrimônio nacional, ao mesmo tempo em que reconhece a extensão dos processos econômicos e sociais do Brasil, que chegaram até as fronteiras mais distantes, é também o reconhecimento de um sistema cultural distanciado da “capital” e da “corte”, que a despeito das disputas políticas, se desenvolveu entre a população dos dois lados da fronteira, que se reconhece verdadeiramente como irmãos. Essa influência platina faz com que a cultura local tenha, por vezes, mais semelhanças com outros países da América do Sul como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, do que com os elementos tradicionalmente reconhecidos como referenciais para a “cultura brasileira” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág.181).

Se por um lado é fato haver uma proximidade entre os habitantes destas duas cidades de fronteira, também é realidade que os processos distintos de ocupação e organização das cidades, assim como a belicosidade advinda dos processos políticos de disputa regional entre os países do Prata, levou a um distanciamento entre essas populações, pelo menos ao nível formal de organização espacial e política, corroborado pela arquitetura eclética da cidade de Jaguarão, de inspiração francesa. A constatação de haver uma irmandade entre as populações dos dois lados da fronteira, pelos autores do dossiê, não foi corroborada por um estudo que buscasse elementos para a valorização deste patrimônio imaterial, que supostamente seria compartilhado na fronteira. Ao invés disto, o que foi destacada foi a arquitetura dos prédios do centro urbano de Jaguarão, o que foi o objetivo do tombamento idealizado pelo IPHAN, para permitir o investimento de recursos financeiros para o restauro destes bens.

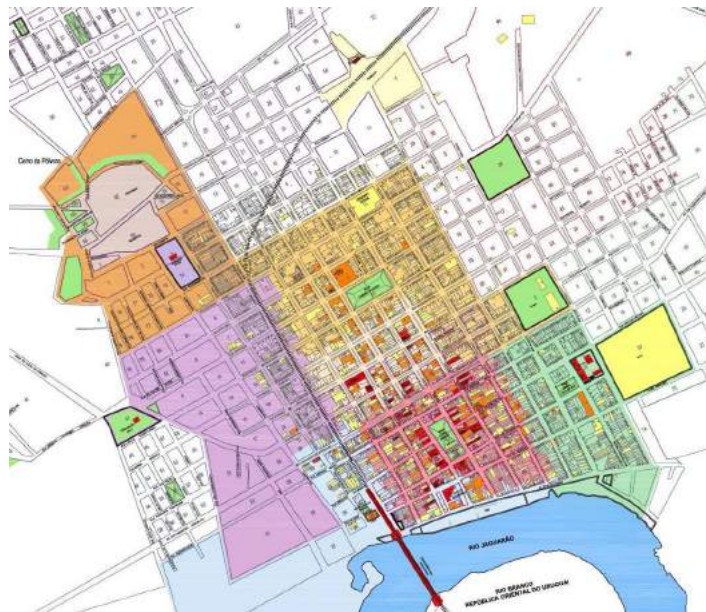
Desta forma, o dossiê de tombamento realizou o estudo da caracterização do patrimônio edificado do centro urbano por meio da setorização baseada na cronologia dos estilos arquitetônicos dos prédios, de acordo com o estudo anteriormente realizado pelo IPACJ do Projeto Jaguar na década de 1980, como foi descrito pelos autores no dossiê:

De maneira geral, através da análise e do cruzamento de informações como pesquisa histórica, dados geográficos, levantamentos arquitetônicos, periodização da implantação da malha urbana, eixos visuais referenciais e prioritários, entre outros, observa-se uma coerência na evolução da ocupação espacial de Jaguarão, percebida ainda no acervo arquitetônico e urbanístico da cidade. No núcleo inicial de ocupação, estabelecido no entorno da Praça do Desembarque, observa-se uma maior concentração de edificações com características luso-brasileiras, enquanto no entorno da Praça Alcides Marques destacam-se as edificações ecléticas construídas ainda no século XIX, e avançando em direção à Praça Comendador Azevedo já predominam os edifícios de características modernistas e contemporâneas (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., 2010, pág.183).

De acordo com o estilo de arquitetura e a sequência cronológica de ocupação do centro urbano da cidade de Jaguarão, os imóveis foram cadastrados e agrupados em 10 setores, a saber: a) Setor 1: Núcleo Original; b) Setor 2: Primeira Expansão; c) Setor 3: Orla do Rio Jaguarão; d) Setor 4: Enfermaria Militar; e) Setor 5: Entorno do Núcleo Original; f)

Setor 6: Entorno da Primeira Expansão; g) Setor 7: Rua Uruguai; h) Setor 8: Cerro da Pólvora; i) Setor 9: Entorno do Cerro da Pólvora; j) Setor 10: Estação Ferroviária. Na figura seguinte se pode observar os setores caracterizados na planta urbana de Jaguarão, descritos acima e separados por cores. Contidos nestes setores foram cadastrados 627 imóveis considerados relevantes para merecerem proteção para tombamento, caracterizados em três níveis de proteção: a) Conservação Rigorosa (C1); b) Conservação Intermediária (C2); c) Conservação Volumétrica (Imóveis de acompanhamento) (C3).

Figura 41 – Planta urbana de Jaguarão e setores de tombamento



Fonte: DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN, 2010, pág. 211.

Ou seja, dentro de um setor poderiam coexistir imóveis com variados níveis de proteção, os quais foram caracterizados através das fichas de tombamento que serviram para o levantamento e cadastramento das edificações, como mostra a figura seguinte.

Nesta ficha de cadastro apresentada, se tem o prédio da Prefeitura Municipal de Jaguarão, com as informações pertinentes, onde se pode destacar o item 5, contendo o nível de proteção existente, no caso a proteção municipal, por conta de ser inventariado pela Lei Municipal da PPHAT. No item 6 é sugerido o tipo de proteção desejada, neste particular passando de inventário para tombamento. Também na ficha constam informações históricas e outras informações relevantes do entorno do imóvel, estas informações foram referenciadas nas fichas do inventário do IPACJ.

Figura 42 – Ficha de cadastramento de imóvel do IPHAN

Ministério do Cultura - IPHAN Módulo 3 - Cadastro
Cadastro Geral - Informações Básicas

1. IDENTIFICAÇÃO
 1.1. Nome completo (e abreviação, de modo completo)
Região Planície do Rio Grande do Sul
 1.2. Nome completo (e abreviação, de modo completo)
O avanço da fronteira meridional
 1.3. Identificação do bem: nome completo do imóvel
Prefeitura Municipal
 1.4. Código de identificação (valor)
1-18-432

2. LOCALIZAÇÃO DO BEM (Endereço de localização do bem)
 2.1. Município
2.2. Estado
2.3. Distrito
2.4. Rua
2.5. Número
2.6. Complemento

3. CARACTERÍSTICAS DO BEM
 3.1. Área construída (m²)
 3.2. Área total (m²)
 3.3. Área coberta (m²)
 3.4. Área descoberta (m²)
 3.5. Área de terreno (m²)
 3.6. Área de entorno (m²)
 3.7. Área de proteção (m²)
 3.8. Área de preservação (m²)
 3.9. Área de interesse (m²)
 3.10. Área de valor (m²)

4. TIPO DE BEM
 4.1. Tipo de bem
 4.2. Tipo de uso
 4.3. Tipo de construção
 4.4. Tipo de estrutura
 4.5. Tipo de acabamento
 4.6. Tipo de revestimento
 4.7. Tipo de pintura
 4.8. Tipo de acabamento
 4.9. Tipo de revestimento
 4.10. Tipo de pintura

5. OBRAS DE ARQUITETURA
 5.1. Nome do arquiteto
 5.2. Nome do arquiteto
 5.3. Nome do arquiteto
 5.4. Nome do arquiteto
 5.5. Nome do arquiteto
 5.6. Nome do arquiteto
 5.7. Nome do arquiteto
 5.8. Nome do arquiteto
 5.9. Nome do arquiteto
 5.10. Nome do arquiteto

6. HISTÓRICO
 6.1. Data de construção
 6.2. Data de construção
 6.3. Data de construção
 6.4. Data de construção
 6.5. Data de construção
 6.6. Data de construção
 6.7. Data de construção
 6.8. Data de construção
 6.9. Data de construção
 6.10. Data de construção

7. FOTOGRAFIA
 7.1. Foto aérea, no ano de 1930
 7.2. Foto aérea, no ano de 1950
 7.3. Foto aérea, no ano de 1970
 7.4. Foto aérea, no ano de 1990

Fonte: DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN, 2010.

Estas fichas de cadastro dos 627 imóveis catalogados constituíram uma base de dados para que o gestor público pudesse realizar a análise dos projetos de intervenções nos prédios e entorno, de acordo com a proteção atribuída a cada bem arrolado. Portanto, dentro das polygonais de tombamento delimitadas pelo dossiê, os imóveis catalogados possuem um nível de proteção, rigorosa, intermediária ou de acompanhamento, a partir da indicação de sua proteção, seja inventário ou tombamento. Na figura seguinte, se pode observar as polygonais de tombamento (azul) e de entorno (verde):

Figura 43 – Áreas de polygonais de tombamento no centro urbano de Jaguarão



Fonte: DOSSIÊ DE TOMBAMENTO, IPHAN..., 2010, pág. 218.

Estas duas poligonais abarcam os 627 imóveis catalogados, com variados níveis de proteção e conservação, sendo que a partir do tombamento o IPHAN receberia os projetos de intervenção nos prédios para análise, ficando a prefeitura responsável pelo recebimento e encaminhamento, como fica presente no dossiê de tombamento ao citar a gestão da área protegida:

A partir da caracterização de cada setor percebe-se que são diferentes tanto do ponto de vista da ocupação quanto da preservação e apropriação. E após estabelecer estas diferenças, foram definidas diretrizes para a gestão de cada área, que explicitam os aspectos mais significativos para sua preservação e apontam os investimentos necessários para sua qualificação. Espera-se com isso facilitar o diálogo com a população e os órgãos públicos locais, que terão acesso previamente às informações sobre as áreas antes da submissão de novos projetos para análise pelo IPHAN. Além disso, permitirá ao poder público planejar seus investimentos, através de acordos entre as diversas instâncias governamentais (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO IPHAN..., pág. 219).

O Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão delimitou as bases conceituais da política de preservação efetuada pelo IPHAN no município, caracterizando em primeiro lugar, o tipo de narrativa histórica que justificava considerar a cidade como patrimônio nacional, que se distinguiria por ser resultado de um amálgama de influências na fronteira do extremo sul do Brasil com o Uruguai. Esta narrativa histórica consolidava a historiografia centrada na política portuguesa de ocupação do território e nas elites derivadas deste processo no território colonial. No caso específico de Jaguarão, a elite latifundiária e o desenvolvimento urbano tipificado pela arquitetura de ruas e prédios construídos pela mesma, constituíram o elemento principal que serviu de justificativa para o tombamento.

O dossiê também realizou o cadastramento dos imóveis considerados relevantes para a proteção do conjunto urbano, largamente influenciado pelo levantamento arquitetônico efetuado pelo Projeto Jaguar/UFPEL da década de 1980, dividindo o conjunto histórico e paisagístico em duas poligonais de tombamento, tendo inseridas nestas poligonais os setores definidos de acordo com a cronologia de ocupação do centro urbano e as tipologias arquitetônicas dos imóveis ali localizados, podendo ser classificados por níveis de proteção que orientariam as intervenções a serem feitas pelos proprietários na conservação/restauro dos bens individuais ou mesmo no entorno e nas vias de acesso aos mesmos. Estas caracterizações foram importantes para o desenvolvimento da política patrimonial efetuada pelo IPHAN após o tombamento, principalmente no que tange a aplicação de recursos financeiros através do PAC cidades históricas.

4.2.2 Tombamento e política de preservação: PAC cidades históricas

Após o término do dossiê de tombamento em 2010 pela equipe contratada pelo IPHAN, o documento foi encaminhado como parte integrante do processo para o tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão, enviado para análise do Conselho Consultivo do IPHAN, que acabou dando parecer favorável a proposta em maio de 2011, incluindo, além do conjunto histórico e paisagístico, o tombamento de um bem arquitetônico isolado, a Ponte Internacional Barão de Mauá, que teve o reconhecimento também do governo uruguaio, constituindo o primeiro bem binacional tombado no MERCOSUL, conforme divulgado em reportagem do jornal A Folha de 05/05/2011:

Símbolo de uma união afetiva entre as cidades de Jaguarão, e Rio Branco, no Uruguai, a Ponte Internacional Mauá está inscrita nos Livros do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, das Artes Aplicadas, e destaca a construção do início do século XX como o primeiro bem binacional tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, Iphan. A decisão inédita no Brasil, tomada durante a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada na terça-feira (03), em Brasília. Os conselheiros aprovaram também o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão como patrimônio cultural do país, uma área urbana que guarda um acervo considerável de bens culturais, com edificações coloniais, ecléticas, arte déco e modernistas (A FOLHA..., 2011)

A partir deste tombamento realizado em 2011, as ações que vinham sendo desenvolvidas pela prefeitura municipal em articulação com a superintendência regional do IPHAN no Rio Grande do Sul puderam ser melhor viabilizadas, porquanto estavam centralizadas em obras de restauro e conservação de bens arquitetônicos, como a construção do Centro de Interpretação nas ruínas da antiga Enfermaria Militar, o restauro do Teatro Esperança e do Mercado Público. Com a ampliação das prerrogativas de preservação do IPHAN no município de Jaguarão ao conjunto urbano e a ponte internacional, um processo contendo as obras de restauro foi elaborado e remetido a apreciação do Ministério do Planejamento para inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em sua modalidade de cidades históricas.

O PAC cidades históricas teve sua gênese ainda no governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2009, com a intenção de aliar a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico dos municípios com seu conjunto urbano reconhecido

como patrimônio nacional, conforme consta em notícia divulgada no sítio eletrônico do IPHAN⁸¹:

O presidente Luís Inácio Lula da Silva lança nessa quarta-feira, dia 21 de outubro, em Ouro Preto (MG), às 14h, o PAC das cidades históricas. A ação governamental inclui instituições federais e estaduais, para apoiar o desenvolvimento, a recuperação e a revitalização de cidades históricas do país, e abrangerá 173 cidades, localizadas em todos os estados brasileiros. Além da recuperação dos monumentos, a iniciativa visa também o desenvolvimento urbano, econômico e social de cada município e a melhoria da qualidade de vida dos moradores. O programa começa a ser implementado ainda este ano com investimento de R\$ 140 milhões de reais em 32 cidades históricas. As primeiras ações incluem embutimento de fiação elétrica, requalificação urbanística, restauração de monumentos históricos e contenção de encostas que podem afetar patrimônios brasileiros (IPHAN..., 2009).

Este programa voltado as cidades históricas derivaram do Programa de Aceleração do Crescimento, tendo sido concebido como uma ação do Estado em setores estratégicos da infraestrutura do país, principalmente em obras de grande vulto que gerariam emprego e renda e estimulariam a iniciativa privada a desenvolver o mercado da construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra com pouca qualificação. De acordo com Leal; Moraes (2017, p. 10):

Com o PAC, a proposta do Governo era executar um conjunto de medidas entre 2007 e 2010, com a previsão de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, visando a aceleração do crescimento e desenvolvimento nacionais, que prometiam aumentar a oferta de empregos e resgatar os investimentos nos setores estruturantes do país. Em sua primeira edição o PAC investiu em obras e serviços ligados a três grandes eixos: Logística, Energia e Social e Urbana (Caldas, 2015, p. 195).

A inclusão da área de preservação do patrimônio cultural no programa era uma continuidade de uma concepção desenvolvida pelo IPHAN desde a década de 1970 com o Programa de Cidades Históricas (PCH), que tinha a premissa de potencializar o desenvolvimento econômico através do turismo por meio do restauro de bens patrimoniais, assim como de integrar essas ações com o planejamento urbano dos municípios. Embora seu alcance tenha sido reduzido, esta política patrimonial de investimento de recursos financeiros no patrimônio edificado ficou sedimentada no IPHAN, sendo apropriada através do Programa Monumenta⁸² criado em 1996.

⁸¹ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2612> Acessado em 25/10/2018.

⁸² O Programa Monumenta foi criado em 1996 e tendo como financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo executado pelo IPHAN em parceria com os municípios. A ideia era integrar as ações de preservação do patrimônio cultural com a formulação de estratégias para o desenvolvimento local, descentralizando a política patrimonial.

O Programa Monumenta foi concebido para dinamizar a área de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo criado com propósito de estimular a participação da comunidade local nos projetos de preservação, em princípio diminuindo a influência do IPHAN neste processo, cabendo a este o papel de fiscalização das obras. O financiamento do programa seria em grande parte da iniciativa privada via lei de renúncia fiscal, contrapartida de prefeituras e do próprio governo federal por meio do financiamento do BID. De acordo com Júnior (2010, p. 61):

A carteira de investimentos para a realização do programa previa, em seu início, a elaboração de diretrizes para orientar a utilização dos edifícios por parte dos investidores privados; a execução das melhorias urbanas; a oferta de incentivos financeiros aos proprietários de imóveis constantes dos sítios históricos para a efetuação de serviços de restauro e conservação predial associadas a baixas taxas de juros; a determinação da preferência, na adaptação dos imóveis restaurados, a atividades comerciais e turísticas, e o estímulo à instalação nos sítios históricos e à participação na gestão do fundo de instituições de cunho cultural.

No Rio Grande do Sul, o programa foi desenvolvido nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Piratini e Antônio Prado, nos locais mais tradicionais de atuação do IPHAN. Com o PAC cidades históricas, o viés ideológico mudou de foco, tendo o Estado como o financiador de projetos que contemplassem conjuntos urbanos em articulação com Planos de Ação para a preservação do patrimônio cultural, desenvolvidos nos municípios com ampla participação da sociedade. Sobre os Planos de Ação nos descreve Leal; Moraes (2017, p. 6):

No ano de 2009 foram iniciados, em âmbito nacional e por iniciativa do IPHAN, o desenvolvimento de uma nova base para as políticas de preservação do patrimônio cultural, baseada nos Planos de Ação, processo aberto a todos os sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, e/ou municípios com lugares registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, os quais somavam 188 no total. Dentre os objetivos apresentados para elaboração dos Planos de Ação destacam-se as intenções de fortalecer a implantação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), integrar os agentes atuantes no território municipal, definir as estratégias para enfrentar problemas das Cidades Históricas, e orientar a priorização dos investimentos no Patrimônio Cultural.

Estes Planos de Ação deveriam ser estimulados pelas superintendências regionais do IPHAN, que seriam responsáveis pela organização de encontros de capacitação, oficinas e discussão com a comunidade em audiências públicas, onde seriam elencadas as prioridades na preservação do patrimônio, assim como sua integração ao planejamento urbano da cidade, formando diretrizes para a gestão compartilhada do patrimônio cultural nos municípios. Na cidade de Jaguarão, este Plano de Ação não foi desenvolvido com a participação da comunidade, ficando restrito ao conhecimento da prefeitura e do IPHAN, sendo que ambos os

órgãos estavam mais interessados nos projetos de obras de restauro do patrimônio edificado e na destinação dos recursos financeiros necessários para a sua viabilização, como fica evidenciado na reportagem do jornal A Folha de 05/05/2011, ao se reportar sobre o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão:

Extremamente bem preservado e íntegro, o conjunto histórico de Jaguarão apresenta variação da tipologia, formas de implantação e acabamentos. O traçado viário da cidade, demasiadamente retilíneo se comparado ao das cidades coloniais brasileiras, decorre possivelmente da forte influência espanhola em seu desenvolvimento. Desde 2009, Jaguarão recebe investimentos do PAC Cidades Históricas, programa interministerial e federativo elaborado para articular ações de preservação do patrimônio cultural em 173 municípios brasileiros. Cerca de R\$ 1,3 milhão já foram destinados para obras na cidade gaúcha, com destaque para restauração do Teatro Esperança (A FOLHA..., 2011).

Tendo o município de Jaguarão prescindido da construção do Plano de Ação com a comunidade, se perdeu a oportunidade de aprofundar a discussão do tipo de patrimônio que se queria preservar, e também da comunidade se apropriar deste patrimônio, assim como formas de acompanhamento e controle das obras de restauro que seriam iniciadas com a aplicação de verbas oriundas do PAC cidades históricas. Ao contrário, a partir do anúncio dos investimentos do PAC em Jaguarão, a prefeitura e o IPHAN centralizaram as informações dos projetos, divulgando apenas as linhas gerais das ações quando as mesmas já haviam sido elaboradas nos gabinetes. Isto ia de encontro ao que preconizava o próprio IPHAN, quando da elaboração dos Planos de Ação, segundo descrito por Leal; Moraes (2017, p. 09):

Em sua gênese, os conceitos estipulados para a elaboração dos Planos de Ação apresentavam indícios de mudanças substantivas – quiçá rupturas, há muito demandadas em termos de práticas de gestão do patrimônio cultural brasileiro. Especialmente os conceitos de envolvimento das comunidades e desenvolvimento local apresentavam uma postura inovadora por parte do IPHAN, que se esforçaria em aproximar-se mais das realidades locais e em estabelecer uma relação horizontal com as gestões locais.

Ao não aprofundar estes conceitos democráticos de gestão compartilhada e participação popular, se impôs a visão autoritária de atribuir somente ao governo e aos órgãos burocráticos de gestão do patrimônio a função de determinar a política patrimonial, tutelando os anseios da comunidade e uniformizando os diferentes pontos de vista, por vezes conflitantes, sobre os destinos da política de preservação do patrimônio e as diferentes maneiras de sua construção pela comunidade envolvida diretamente com o cotidiano destes bens. Ainda, ao se apoiar a política patrimonial em um discurso de grandes obras e de

desenvolvimento econômico que seria derivado da utilização dos bens edificados, isto se colocava como a única forma de preservar/utilizar o patrimônio cultural do município.

Apesar do fato de que a utilização do patrimônio cultural como meio de potencializar às atividades econômicas ligadas a cultura e o turismo seja salutar, seu direcionamento deveria ser às populações marginalizadas do processo cultural e econômico hegemônico, mas para que isto possa ocorrer de forma satisfatória, sua participação na política patrimonial deveria ser efetiva a nível decisório. Neste sentido aponta Leal; Moraes (2017, p. 6):

Pensado sob a ótica das possibilidades de articulação entre diferentes escalas, entendemos que a inclusão democrática dos cidadãos na administração da cidade é essencial para que o conceito de desenvolvimento local possa ser universal e abrigue a criação de “um *lócus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum” (Oliveira, 2001, p.14). Nesse sentido, um aspecto relevante na construção do desenvolvimento local é a importância do envolvimento das comunidades, com a devida relevância às escalas menores, potencializando o estímulo à autonomia, interação e interesse da população, relacionando desenvolvimento local e o caminho para sua sustentabilidade.

O lançamento do PAC cidades históricas em 2009, conjuntamente com o tombamento histórico e paisagístico de Jaguarão serviu, no contexto do município de Jaguarão, na ratificação do discurso de desenvolvimento econômico através das obras de preservação do patrimônio edificado, pois chancelou a destinação de recursos financeiros do PAC para a construção do Centro de Interpretação do Pampa, como demonstra a reportagem do jornal A Folha de 15/09/2011, quando da abertura da licitação para a contratação da empresa construtora:

Sobre os benefícios da construção do Centro de Interpretação do Pampa para Jaguarão o prefeito Cláudio Martins destaca que a obra irá gerar emprego e renda no município e será um importante elemento para o desenvolvimento cultural e turístico além de ser um espaço que irá valorizar ainda mais a educação do município (A FOLHA..., 2011).

Esta obra que foi prevista para ser realizada nas ruínas da antiga Enfermaria Militar, patrimônio tombado pelo IPHAE desde 1990, e que foi tornado símbolo das iniciativas de preservação do Projeto Jaguar, foi sintomático desta política do IPHAN apoiado pela prefeitura municipal. Embora houvesse um projeto de revitalização idealizado pelo Projeto Jaguar/UFPEL, inclusive premiado a nível nacional, amplamente discutido com a comunidade naquele período, o mesmo foi desconsiderado e substituído por uma proposta de construção de um museu que estava destinado para outra cidade pelo IPHAN. O projeto deste museu foi entregue a um escritório de arquitetura de São Paulo antes mesmo de haver sido apresentado a

comunidade, que foi chamada quando houve a necessidade de liberação, pela câmara municipal, da verba para o pagamento da empresa, sendo organizado pelos gestores o “Abraço da Enfermaria”, que foi amplamente divulgado como sendo uma iniciativa da participação popular neste processo.

Assim, a construção da narrativa deste processo da proposta do Museu/Centro de Interpretação do Pampa foi a de que a iniciativa partiu da comunidade, o que conferiu legitimidade no andamento da realização do projeto idealizado pelo IPHAN e elaborado pelo arquiteto Marcelo Ferraz, como pode ser visto na reportagem do jornal A Folha de 08/12/2011, quando fez uma retrospectiva sobre o processo de implantação da proposta no município:

Em agosto de 2009 foi realizado um abraço simbólico da comunidade jaguarense às Ruínas, o que já demonstrava a preocupação da população com aquele patrimônio. No dia 20 de janeiro de 2010 foi assinado o convênio com a Prefeitura de Jaguarão para a construção do Centro de Interpretação do Pampa. Na mesma data, foi assinado o contrato com a Brasil Arquitetura para a concepção do projeto arquitetônico, museológico e museográfico. A ideia original de construção de um centro cultural que sintetizasse o que é o pampa surgiu entre Prefeitura Municipal de Jaguarão e IPHAN, os quais confiaram a UNIPAMPA a execução desse projeto (A FOLHA..., 2011).

Desta forma, colocando a comunidade como sendo a protagonista do processo de construção do museu, se desvaneceu que a iniciativa havia sido do IPHAN por meio do rearranjo de suas prioridades que estavam definidas para outra cidade, e que o projeto executivo do museu já havia sido definido em linhas gerais pelo escritório de arquitetura, e sua contratação se deu ainda em 2009 com a liberação de verba pela câmara municipal, pressionada pelo ato do abraço simbólico. Em 2010, o que houve foi a contratação pela UNIPAMPA do escritório de arquitetura para a implantação do projeto anteriormente realizado para a prefeitura, que cedeu a execução para a universidade.

Este tipo de política patrimonial ensejado pela inserção do IPHAN no município de Jaguarão, apoiado pela prefeitura municipal foi possibilitado pelo alinhamento entre a instância municipal e federal, a partir de projetos em obras de grande vulto no patrimônio edificado de Jaguarão, o que trazia muita visibilidade para estes órgãos e seus dirigentes. Esta política foi justificada pelos benefícios que supostamente seriam derivados destas obras para o desenvolvimento social e econômico da cidade, de aproveitamento do patrimônio como meio de potencializar as características culturais da comunidade, a qual pouco foi incluída nas decisões sobre este tipo de política, ficando alheia ao processo das mudanças que estavam

ocorrendo no patrimônio cultural do município, como o tombamento do conjunto histórico e paisagístico e as obras do PAC cidades históricas.

4.2.3 Obras do PAC II cidades históricas em Jaguarão

A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cidades históricas, denominado PAC II, foi quando efetivamente se iniciou a destinação de verbas para a política patrimonial gerenciada pelo IPHAN em todo o país. Esta nova fase do programa restringiu o número de cidades abrangidas, mas aumentou substancialmente o montante financeiro aplicado na preservação de conjuntos urbanos tombados, conforme divulgado pelo IPHAN⁸³:

Nesta nova etapa do PAC Cidades Históricas, 44 cidades, presentes em 20 estados da federação, reconhecidas como patrimônio nacional e 11 como patrimônio mundial, receberão cerca de R\$ 1,6 bilhão de investimentos, para a recuperação, restauro e qualificação de seus conjuntos urbanos e monumentos. Além disso, uma linha especial de crédito, no valor de R\$ 300 milhões, será disponibilizada para financiar obras em imóveis particulares localizados em 105 cidades com áreas tombadas pelo Iphan, com juros subsidiados e prazos de pagamentos especiais. Com tais recursos, os proprietários poderão recuperar suas residências, ou mesmo investir na adaptação de edifícios para exploração econômica, como hotéis, pousadas e restaurantes (IPHAN..., 2013).

A linha de financiamento para imóveis privados, citada no texto divulgado pelo IPHAN, não foi operacionalizada. Por outro lado, os recursos financeiros destinados exclusivamente para obras nos conjuntos urbanos tombados, nos quais seriam escolhidos patrimônios edificados para restauro, a partir de uma seleção feita pelas prefeituras municipais, foram liberados. No caso de Jaguarão, a escolha dos bens patrimoniais para receberem investimentos foram decididos exclusivamente pela prefeitura, sem a participação da comunidade no processo, acarretando um distanciamento da população as ações do PAC II na cidade, ficando circunscrito aos proprietários, público e privado, diretamente interessados no restauro de seus bens.

Desde 2009, quando a prefeitura iniciou uma política de preservação do patrimônio cultural centralizada, apoiada pelo IPHAN, a interação com a comunidade ficou restrita aos setores diretamente envolvidos com esta política, ou seja, o setor acadêmico representado pela universidade, os proprietários dos imóveis que recebiam investimentos para restauro e algumas associações como o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Por sua vez, o

⁸³ Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Históricas.pdf> Acessado em 04/11/2018.

IPHAN não incentivou a democratização deste processo, ao invés disso preferiu concentrar ainda mais em um círculo restrito as medidas tomadas na política de preservação, como o tombamento do conjunto histórico e paisagístico, que passou sem que houvesse tido uma participação efetiva da população, ou mesmo uma divulgação com vistas ao esclarecimento dos impactos de tal medida no cotidiano da comunidade.

A justificativa para a implementação desta política centralizadora e pouco democrática seriam os benefícios advindos do investimento financeiro no restauro de prédios e na qualificação do conjunto urbano tombado, que induziriam o estímulo ao turismo e a renda proporcionada pelo incremento no movimento do comércio local, e a necessidade de haver um processo célere para a liberação dos recursos, como fica evidenciado nas palavras do prefeito de Jaguarão Cláudio Martins, quando do lançamento do PAC II cidades históricas, no jornal A Folha de 07/03/2013:

“É um orgulho para nós ver o nosso município entre os quatro únicos do Rio Grande do Sul que irão receber esses recursos, exatamente pelo fato de termos priorizado as políticas de valorização do patrimônio cultural e histórico do município. A nossa dedicação com projetos e ações nesta área, sem dúvida, foram decisões acertadas que hoje estão trazendo grandes benefícios para nossa cidade”, destaca o prefeito (A FOLHA..., 2013).

Os próprios Planos de Ação conceituados pelo IPHAN para ser um instrumento capaz de democratizar o processo de implantação da política de preservação do patrimônio, foi colocado em segundo plano em prol de uma política baseada na execução de obras do patrimônio edificado, sem que a sociedade possa ter participado através de fóruns e instâncias decisórias, como conselhos municipais específicos do patrimônio. Segundo apresenta Leal; Moraes (2017, p. 12):

Ações que responderiam às deficiências historicamente detectadas nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e que, potencialmente, poderiam estimular o desenvolvimento da autonomia na gestão local, foram deixadas de fora do PAC CH/ 2013, contrariando a consolidação de uma nova prática na gestão do patrimônio cultural e voltando os investimentos exclusivamente para a execução de obras.

Isto fica especialmente evidenciado no município de Jaguarão, o qual teve seu patrimônio cultural ligado ao patrimônio edificado da elite econômica, em que a maioria da população se viu excluída da narrativa histórica de construção da cidade, a qual foi construída desde o planejamento urbano que privilegiou o centro urbano e as necessidades dos proprietários dos palacetes, clubes e do poder político representado pelos prédios públicos de estilo eclético do século XIX. A possibilidade de um aprofundamento sobre a política

patrimonial com a população a margem desta história ligada a elite, poderia suscitar divergências quanto ao privilégio de certos prédios no investimento do PAC II, ou se fosse o caso, o endossamento da política da prefeitura quanto a política implementada. O fato foi que a não efetivação do diálogo com a comunidade gerou um distanciamento entre a maioria da população e a política patrimonial adotada.

Esta política foi concretizada pela destinação da verba de 40,3 milhões de reais oriundas do PAC II cidades históricas, para onze projetos apresentados pela prefeitura municipal de Jaguarão ao IPHAN, a saber: a) Contratação de projeto complementar e finalização da obra do Centro de Interpretação do Pampa (incluindo conteúdo e mobiliário); b) Finalização da obra do Teatro Esperança; c) Contratação de projeto complementar e restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo; d) Restauração do Mercado Público Municipal; e) Contratação de projeto executivo e restauro do antigo Fórum (atual Casa de Cultura); f) Execução de restauro do prédio da antiga Inspetoria Veterinária; g) Contratação de projeto executivo e restauro da Prefeitura Municipal de Jaguarão; h) Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras (contratação de projetos de iluminação, embutimento de fiação, recuperação do piso e acessibilidade); i) Contratação de projeto executivo e restauro do Clube Jaguarense; j) Contratação de projeto e restauração do Clube Social 24 de Agosto; l) Contratação de projeto executivo e restauro do Cine Regente.

Dos onze projetos aprovados pelo IPHAN para integrar o PAC II cidades históricas, apenas um remetia ao espaço urbano de uso público, a Praça Alcides Marques e o Largo das Bandeiras, o restante se tratava de prédios isolados, sendo 04 de propriedade privada com investimento total de 15,245 milhões e 07 de propriedade pública somando 25,05 milhões de reais. Destes projetos, o Teatro Esperança já havia sido contemplado com verba do PAC I no valor de 3,913 milhões de reais.⁸⁴

Na tabela a seguir, se pode observar os projetos contemplados com recursos financeiros do PAC II em 2013, suas nomenclaturas e valores, os quais incluem o projeto executivo mais a execução da obra. A verba era liberada e controlada pelo IPHAN, cabendo a Superintendência Regional em Porto Alegre o encaminhamento das propostas elaboradas com base nas informações da Prefeitura de Jaguarão, já que não havia um escritório técnico do IPHAN na cidade, o que sobrecarregava a equipe de arquitetos da prefeitura, que também respondiam as demais demandas da Secretaria de Planejamento. A falta de um órgão de controle como um Conselho de Patrimônio Municipal também colaborava para que não

⁸⁴ Conforme Machado, Carlos José de Azevedo. **Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e patrimonialização**. Dissertação de Mestrado, UFPEL, 2016.

houvesse um acompanhamento e fiscalização por parte da comunidade, e também a falta de um programa de educação patrimonial com vistas a integrar a população ao desenvolvimento das obras de preservação do patrimônio no município.

Tabela 06 – Projetos contemplados no PAC II cidades históricas em Jaguarão no ano de 2013.

	Projeto	Propriedade	Valor obra
01	Centro de Interpretação do Pampa	Pública (Federal)	R\$ 7.900.000,00
02	Teatro Esperança	Pública (Municipal)	R\$ 250.000,00
03	Igreja Matriz	Privada	R\$ 4.695.000,00
04	Mercado	Pública (Municipal)	R\$ 4.700.000,00
05	Casa de Cultura	Pública (Municipal)	R\$ 4.000.000,00
06	Inspetoria Veterinária	Pública (Estadual)	R\$ 1.500.000,00
07	Prefeitura Municipal	Pública (Municipal)	R\$ 4.300.000,00
08	Praça Alcides Marques	Pública (Municipal)	R\$ 2.400.000,00
09	Clube Jaguareense	Privada	R\$ 3.500.000,00
10	Clube 24 de Agosto	Privada	R\$ 1.650.000,00
11	Cine Regente	Privada	R\$ 5.400.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão (2017).

Apesar de todo os avanços democráticos a partir da Constituição de 1988, dos processos de inclusão da sociedade nas decisões governamentais, o fortalecimento de instituições da sociedade civil como os conselhos municipais e a própria guinada ideológica com a ascensão da esquerda ao poder com a eleição do Partido dos Trabalhadores em 2003 no governo do país, a política de preservação do patrimônio cultural ficou centralizada no IPHAN e fortemente ligada ao patrimônio edificado, haja vista o programa do PAC cidades históricas. Conceitualmente, o PAC se apresentava como um vetor de estímulo a outras políticas em centros urbanos históricos degradados, como evidenciado pelo IPHAN em seu portal eletrônico⁸⁵:

Para isso, além de preservar a riqueza material e simbólica de nossas cidades, o Programa volta sua atenção para a qualidade de vida das comunidades, por meio de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência, monumentos e obras de arte integradas ou não. São obras que, transversalmente às demais políticas públicas, como a educação e ao turismo, oferecem suporte para as cadeias produtivas locais por meio da valorização e

⁸⁵ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder_pac_2017.pdf Acessado em 06/11/2018.

promoção do Patrimônio Cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais e de todos os brasileiros (IPHAN/ PAC 2..., 2017).

No entanto, o que se observou na prática com a política patrimonial implantada na cidade de Jaguarão, a partir da inserção do IPHAN no processo de preservação do patrimônio edificado, foi o direcionamento desta política para as grandes obras, como a construção do Centro de Interpretação do Pampa e o restauro de prédios, sendo o tombamento do conjunto histórico e paisagístico um instrumento para a viabilização do PAC cidades históricas no município. Até aquele momento, a política patrimonial havia sido uma parceria entre instituições da sociedade civil, como o Projeto Jaguar e a Prefeitura Municipal, através de projetos que visavam integrar o patrimônio cultural ao planejamento urbano, privilegiando ações transversais entre a preservação do patrimônio e a comunidade, principalmente pela educação patrimonial.

O tombamento do conjunto histórico e paisagístico e o PAC cidades históricas centralizou a política patrimonial no município de Jaguarão na gestão de obras de grande porte no patrimônio edificado, sem uma articulação com a sociedade civil. Os Planos de Ação preconizados pelo IPHAN como etapa de concepção e encaminhamento das propostas de intervenção no patrimônio edificado com a participação da comunidade, não foi realizado desta forma pela prefeitura de Jaguarão, que concentrou as decisões e encaminhamentos das propostas.

Com a contemplação dos recursos do PAC cidades históricas para a cidade de Jaguarão, e a seleção das onze propostas de intervenção no patrimônio edificado, alguns problemas surgiram em virtude de não ter havido o diálogo prévio, seja com os proprietários particulares, no caso de imóveis isolados, ou com a comunidade como um todo, no caso de patrimônios públicos, como a praça Alcides Marques e as ruínas da antiga Enfermaria Militar. Isto ocasionou, além de entraves burocráticos na aplicação dos recursos, também divergências com a comunidade, que causaram um afastamento da população da política patrimonial, assim como a progressiva falta de recursos financeiros culminou na paralização do cronograma de obras, obstaculizando o acesso da comunidade aos bens patrimoniais, os quais estavam com obras em andamento.

A seguir, foram analisados os projetos contemplados com recursos do PAC cidades históricas e o tipo de intervenção realizada, bem como a relação entre o andamento destes projetos e a comunidade diretamente envolvida, no processo de implantação da política patrimonial do IPHAN na cidade de Jaguarão e suas consequências para a preservação do patrimônio cultural do município.

4.3 COMUNIDADE E OBRAS DO PAC CIDADES HISTÓRICAS

4.3.1 Conflito no patrimônio: o restauro do Mercado Público Municipal

O Mercado Público Municipal, construído em 1864 por Polidoro Antônio da Costa, localizado às margens do Rio Jaguarão, foi um dos locais escolhidos pela Prefeitura Municipal de Jaguarão para receber investimentos do PAC II cidades históricas no ano de 2013. Entretanto, desde 2011 já havia o projeto executivo, o qual foi contratado com o Escritório Brasil Arquitetura, ficando a cargo do arquiteto Marcelo Ferraz sua confecção, o mesmo que realizou o projeto do Centro de Interpretação do Pampa. Os objetivos do projeto foram evidenciados na reportagem do jornal A Folha de 10/02/2011, quando da apresentação do projeto na sede do IPHAN em Porto Alegre:

Marcelo Ferraz (arquiteto projetista da obra), destacou que “o Mercado deve ser um centro pulsante da cidade, para onde deve convergir as mais diversas atividades da cidade, tal como ocorre em outros locais do mundo”. O projeto foi custeado em parte pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, com contrapartida da prefeitura. O prefeito Cláudio Martins aponta que “o investimento que começa a ser realizado com todo o vigor no Mercado Público de Jaguarão é mais uma demonstração efetiva de como o correto direcionamento dos investimentos públicos afeta a autoestima da comunidade e contribui para a valorização imobiliária que reflete positivamente em todos os setores da sociedade” (A FOLHA..., 2011).

A proposta do arquiteto Marcelo Ferraz era de modernizar os usos do mercado, dotando o prédio com instalações necessárias para diversos usos, como restaurantes, lojas diversas voltadas aos turistas e ponto de sociabilidade dos moradores locais, assim como requalificar o espaço urbano, com a demolição de prédios do entorno do mercado, conforme apresentado no sítio eletrônico do Escritório Brasil Arquitetura⁸⁶:

Diretrizes básicas do projeto: a) requalificação urbana de todo o entorno a partir da abertura da frente ribeirinha, com a demolição das construções que hoje obstruem à vista e o acesso pleno ao Rio Jaguarão; b) criação de uma nova praça entre o mercado e o rio que poderá receber desde pequenos shows musicais até quermesses, feiras de antiguidades e artesanato, eventos temáticos ou simplesmente proporcionar ao usuário a bela visão das águas, da ponte e da encosta uruguaia do outro lado do rio; c) tomar a história urbanística da cidade como potencial de transformação da vida atual, induzindo a ocupação da zona ribeirinha para o lazer de todos os segmentos e faixas etárias da população – o *malécon* de muitas cidades hispânicas; d) interferir delicadamente no conjunto construído, mantendo suas características originais valorizadas sem prejuízo das funcionalidades em seus novos usos; e) valorização máxima da convivência entre os usuários e frequentadores do conjunto (BRASIL ARQUITETURA..., 2018).

⁸⁶ Disponível em <http://brasilarquitetura.com/#> Acessado em 08/11/2018.

Este projeto de requalificação do Mercado Público e seu entorno, de autoria do arquiteto Marcelo Ferraz, se insere na tradição dos projetos desenvolvidos pelo Escritório Brasil Arquitetura, de dinamizar a utilização do patrimônio edificado pela comunidade local, geralmente em grandes centros urbanos,⁸⁷ os quais tem características bem distintas da cidade de Jaguarão, no que concerne não somente à diferença de quantitativo populacional, como também do capital circulante em posse dos eventuais turistas. Este processo de enobrecimento do lugar, tratado na área do patrimônio como *gentrification*, que segundo Chuva (2012, pág. 165):

O termo gentrificação é a versão do inglês *gentrification*, utilizado para denominar uma espécie de enobrecimento (*gentry*) de áreas históricas decadentes ou deterioradas, por meio da implementação de projetos urbanos de reforma visando a sua requalificação, nos quais as populações nativas são expulsas direta ou indiretamente, por meio de desapropriações ou por optarem pela venda do seu imóvel inserido na referida área valorizada.

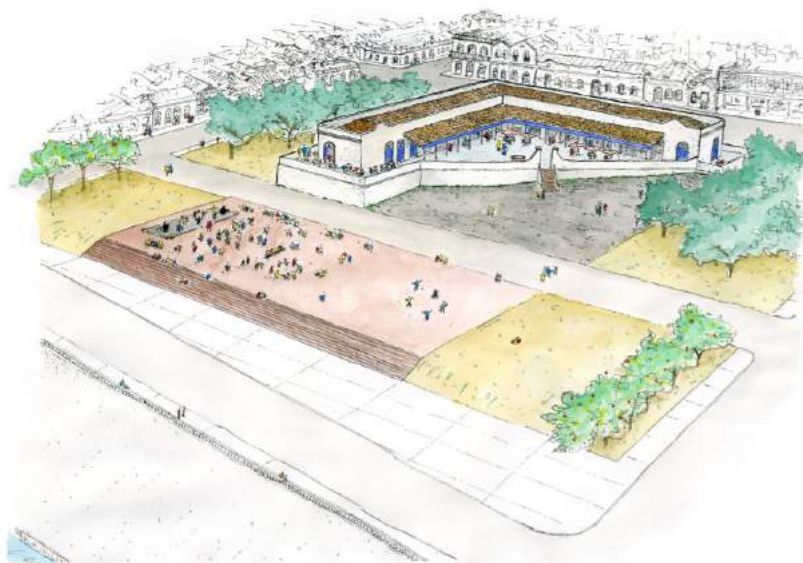
Neste sentido, a proposta do arquiteto de realizar a demolição dos prédios do entorno para a composição de um cenário⁸⁸, sem considerar que entre estes prédios se encontrava a primeira Usina de Energia Elétrica da cidade, construída no início do século XX em estilo *Art Déco* industrial, assim como da antiga Capitania dos Portos, a qual evidenciava a permanência da Marinha do Brasil na cidade e a importância do porto neste contexto. Estes prédios, embora estivessem sendo usados para outras finalidades, não deixaram de ter sua importância na história do urbanismo e sociabilidade do município.

Na figura a seguir, se apresentam os prédios da antiga Usina de Força e da antiga Capitania dos Portos de Jaguarão e o projeto de requalificação do Mercado Público Municipal de autoria de Marcelo Ferraz. Se nota a tentativa de composição de uma paisagem artificialmente construída, com sobreposição de um tipo de visão de patrimônio edificado e de planejamento urbano, o qual a prefeitura deu seu aval ao aceitar o projeto, colocando na invisibilidade outros prédios históricos que tiveram importância significativa para a cidade.

⁸⁷ Pode-se citar como exemplos: Praça das Artes (São Paulo, SP); Cais do Sertão Luiz Gonzaga (Recife, PE); Museu Rodin (Salvador, BA), dentre outros.

⁸⁸ A este respeito, a dissertação de mestrado de Mariciana Zorzi **De quem é a cidade heroica? Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982-2011)**, apresenta a questão sob o prisma de se aplicar o Estatuto das Cidades, no que concerne ao Estudo de Impacto da Vizinhança (Lei 10.257/2001, art. 36 a 38). Entretanto os mesmos artigos remetem este Estudo de Impacto da Vizinhança a uma regulamentação por lei municipal, o que não foi feito em Jaguarão.

Figura 44 – Projeto de restauro do Mercado Público e requalificação do entorno



Fonte: BRASIL ARQUITETURA, 2018.

Figura 45 – Antiga Usina de Força de Jaguarão



Fonte: Acervo do autor (2019).

Realizado o projeto de restauro do Mercado Público e de requalificação do entorno, a obra estava pronta a ser licitada e posteriormente executada. De acordo com o trâmite burocrático do PAC, caberia a prefeitura municipal viabilizar as medidas administrativas para que fosse dado andamento neste processo, sendo inclusive uma das premissas colocadas pelo programa para que houvesse uma gestão compartilhada entre o IPHAN e a prefeitura. Ainda

cabe ressaltar que o Mercado era tombado também pelo IPHAE desde 1990, devendo o processo ser também autorizado por este órgão.

Entretanto, no período em que se desenrolava estas tratativas nos gabinetes dos órgãos de preservação e a prefeitura, os comerciantes que trabalhavam no Mercado, que ainda estava funcionando naquele período, foram instados a deixar o local por decisão do IPHAN e da prefeitura, segundo a versão dos mesmos comerciantes, relatada em reportagem do jornal A Folha de 20/06/2013:

Proprietário de um comércio há mais de 40 anos no Mercado, Antenor Francisco Matté salienta a repórter Juliana Lima que se sente extremamente ofendido com o Governo Municipal. “ Estivemos em reunião com o prefeito Cláudio Martins e o mesmo salientou que o IPHAN exige a nossa retirada daqui, caso contrário perdem a verba, não sou contra a restauração, o problema é que não nos deram garantias nenhuma de retorno e isso nos revoltou muito, pois se o Mercado está de pé até hoje é graças a nós comerciantes que preservamos a conservação, já fizemos várias reformas aqui, a parte elétrica é feita particular, arrumamos o banheiro, as calçadas e agora nos tratam assim? Tipo bichos? Isso é um verdadeiro descaso”, diz (A FOLHA..., 2013).

Até o momento em que houve o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão pelo IPHAN em 2011, o prédio do Mercado Público Municipal estava funcionando regularmente, com comerciantes atuando no local e suas dependências abertas ao público. Notadamente, não era o mesmo tipo de comércio pujante de meados do século XIX quando foi construído, por conta de diversos fatores, como a mudança de hábitos de consumo da população para produtos comercializados por redes de supermercados, da falta de uma agricultura de pequenos produtores de hortifrutigranjeiros no município, o que ocasionou o deslocamento das atividades tradicionais para fora do Mercado.

Ainda que houvessem poucos comerciantes no Mercado, estes tinham uma história ligada ao local, com várias décadas de trabalho, como foi relatado, além de serem testemunhas de um período de transição de um período em que o Mercado possuía maior intensidade de atividades para um momento de quase esquecimento pelo poder público. Esta situação ficou evidenciada em manchete do Jornal A Folha, com o título *Prefeitura mobiliza policiais para desocupação do Mercado Público* de 18/07/2013, quando houve a interdição do prédio efetuada por determinação do IPHAN, conforme reportagem do mesmo jornal:

A manhã de terça-feira (12) foi marcada pela interdição de um prédio de um dos pontos turísticos do município, na ocasião muitos policiais, funcionários da prefeitura estiveram no local para auxiliar os bombeiros na interdição e na retirada de pessoal e material (A FOLHA..., 2013).

Por outro lado, a prefeitura municipal alegou que o prédio do Mercado Público foi interditado por não haver condições de implantar um Plano de Prevenção contra Incêndio (PPI), exigência do Corpo de Bombeiros que se tornou mais rigorosa após o incêndio da Boate Kiss em Santa Maria,⁸⁹ portanto, a retirada dos comerciantes seria uma exigência legal, conforme apresentado na reportagem do jornal A Folha de 18/07/2013:

Considerando a situação frágil em que se encontra o prédio do Mercado, o IPHAN notificou o município da necessidade de desocupação imediata do local. No início do ano foi registrada uma ocorrência de incêndio no porão do imóvel, ocasião que foi solicitada pelos Bombeiros a elaboração do Plano de Prevenção contra Incêndio (PPCI). Após vistorias do engenheiro do município foi constatado que não havia condições de elaboração do mesmo, tendo em vista o comprometimento estrutural e os graves problemas na rede elétrica (A FOLHA..., 2013).

Ainda que houvesse a necessidade da interdição do prédio pelos Bombeiros, este prédio havia sido tombado em 2011 pelo IPHAN e até aquele momento não se teve uma ação de diálogo com os ocupantes do Mercado e a forma que seria encaminhado o restauro do imóvel, ou mesmo a discussão do projeto com a comunidade, para dirimir eventuais conflitos de interesse entre o poder público e a sociedade. Assim, a prioridade dada pelo IPHAN e a prefeitura municipal foram a realização dos projetos e obras de restauro no patrimônio edificado, sem que a comunidade tivesse a oportunidade de participar na confecção dos projetos, como também não ter canais de interlocução com o poder público durante a execução das obras, obrigada a aceitar a justificativa de que a intervenção no patrimônio da cidade seria resultante no desenvolvimento social e econômico advindo com a massiva aplicação de recursos financeiros nestas obras.

Entretanto, a política patrimonial implementada após o tombamento de Jaguarão foi centralizada no IPHAN e no poder público municipal, que se beneficiou da disposição do IPHAN em ampliar seu escopo de atuação na região sul do Rio Grande do Sul, notadamente a fronteira com o Uruguai, criando uma tensão entre esta política adotada e os detentores do patrimônio, ou seja, a comunidade local, exemplificado no caso do restauro do Mercado Público, como foi expressado na opinião de outro comerciante do Mercado que foi obrigado a sair do local, em reportagem do jornal A Folha de 20/06/2013:

“Não entendo, um governo que se diz do povo trata a gente assim, com total desrespeito e desconsideração, nos mandam sair sem nenhuma garantia de voltar,

⁸⁹ O incêndio da Boate Kiss ocorreu em 27 de janeiro de 2013 na cidade de Santa Maria, ocasionando a morte de 242 pessoas. Após a comoção causada pela tragédia, a vistoria de prédios e os Planos de Prevenção a Incêndio (PPI) foram intensificados, o que obrigou aos proprietários de imóveis com grande afluxo de pessoas se adequassem às regras mais rigorosas.

acredito que seja uma falta de vontade do governo, pois em outras cidades que a mesma obra aconteceu os comerciantes não precisaram sair, restauraram com o pessoal dentro, mas aqui como sempre tem que ser diferente”, diz Luciano de Freitas (A FOLHA..., 2013).

A urgência em realizar estas obras de restauro, em vista do PAC II cidades históricas, justificou medidas autoritárias de gestão do patrimônio cultural no município de Jaguarão, pelo IPHAN e pela prefeitura. Isto não coadunava com os preceitos emanados pelo IPHAN e de um governo municipal ideologicamente voltados a defesa dos conceitos de participação popular e diálogo com a sociedade, como afirmou o Presidente do IPHAN Luiz Fernando Almeida Almeida (2012, pág. 15) “ A ação que fazemos numa cidade tem de ser uma ação pactuada e planejada, e esse planejamento implica, também, a criação de instrumentos capazes de enfrentar todas as questões levantadas”.

Mas que tipo de pacto e planejamento deve ser efetuado? Em primeiro lugar, o que está previsto na Constituição Federal no seu artigo 216, parágrafo 1º:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL..., 1988).

Esta colaboração da comunidade, se dá via de regra, através dos Conselhos Municipais do Patrimônio, um dos instrumentos de participação da comunidade na formulação, implantação e fiscalização da política patrimonial junto ao poder público, assim como outras formas de inclusão da sociedade na política patrimonial, como descrito por Novais (2012, p. 290):

O destaque ora dado aos Conselhos, notadamente os municipais, é apenas ilustrativo dos inúmeros instrumentos de controle e proteção do patrimônio cultural e um demonstrativo do exercício das funções estatais no Estado Democrático contemporâneo (audiências públicas, consultas, apresentação e discussão de projetos nas comunidades, etc.).

A administração municipal do Partido dos Trabalhadores abdicou de apresentar ao legislativo a implementação de um Conselho Municipal de Patrimônio, que poderia integrar a comunidade na política patrimonial, assim como de formular o Plano de Ação conjuntamente com a sociedade, preconizado pelo IPHAN em 2009 como uma ação preparatória do PAC cidades históricas. A respeito dos Planos de Ação e a participação no processo decisório da política patrimonial, esclarece Almeida (2012, pág. 20), no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural:

Porque o PAC pressupõe uma ação transversal, não só sob o ponto de vista de sua governança, a qual é uma conquista inusitada, pois se trata de uma governança na Casa Civil em conjunto com o Ministério do Turismo, o Ministério das Cidades, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e nós, do patrimônio, discutindo os Planos de Ação nas cidades históricas. Essa é uma conquista que, há pouco tempo, não imaginávamos que pudesse acontecer. Mas, precisamos ir além; esse processo precisa ser compartilhado com os estados, com os municípios, e mais, compartilhado com a sociedade.

Esta política encetada no município de Jaguarão corroborava uma gestão autoritária da política patrimonial, que não coadunava com os princípios democráticos estabelecidos no país e no campo da preservação do patrimônio cultural, como evidenciado por Arantes Neto (2006, p. 58):

As políticas de preservação do patrimônio, como as de desenvolvimento humano e social de modo geral, tem importante interface com a formação e reconfiguração de identidades sociais. Por essa razão, o modo como se implementam as ações de proteção e salvaguarda, isto é, o modo de relacionamento que se estabelece com a sociedade, é tão importante quanto a qualidade das obras de restauração e reabilitação feitas nas estruturas arquitetônicas e urbanísticas. A identificação e documentação dos bens preservados se realizada em conjunto com a sociedade, pode contribuir para que as ações atendam às expectativas e necessidades das agências de preservação e da população local, criando condições para maior abrangência, qualidade e continuidade dos resultados.

As obras do Mercado Público foram iniciadas em 2014, contemplando o projeto executivo contratado com o Escritório Brasil Arquitetura em 2011, sendo que no ano de 2018, apesar de já estarem finalizadas as obras de restauro, o Mercado Público ainda não estava em funcionamento, devido a uma pendência com a concessionária de energia. Mesmo assim, a prefeitura municipal, sob controle de uma nova administração opositora da anterior, resolveu fazer um decreto de funcionamento do Mercado, segundo notícia divulgada no sítio eletrônico da prefeitura municipal de Jaguarão, no dia 06/09/2018:

O prefeito Favio Telis, assinou na quinta-feira (06), o decreto de funcionamento do Mercado Público Municipal. O ato de assinatura contou com a participação do secretário adjunto da administração Rafael Schneid e a advogada Carolina Couto da Fonseca Vieira. A advogada Carolina Couto explicou que o decreto permite a permissão de uso do Mercado Público. Ainda, segundo ela, o próximo passo será abrir uma concorrência pública para que interessados possam alugar os espaços. “Ao todo são 9 boxes internos, e na parte externa, teremos 20 bancas para pescado, especiarias e comida em geral”, disse. Carolina destacou ainda que o processo de aluguel dos espaços também será realizado por chamamento público para cadastrar os interessados (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2018).

Se denota que o tipo de licitação por concorrência pública privilegia quem oferece o maior valor para adquirir o direito de aluguel no espaço público, o que vai beneficiar os

comerciantes de maior poder aquisitivo da cidade, destoando do tipo de comércio anteriormente praticado no Mercado, de origem popular, o que vai reforçar o conceito de gentrificação observado no projeto de restauro e de requalificação do entorno. A característica autoritária do processo de intervenção em um patrimônio edificado do município se configurou desde a realização do projeto executivo, perpassando a execução das obras de restauro e a desocupação dos antigos comerciantes, até o novo modelo de ocupação concebido pela nova administração da prefeitura municipal.

Na figura a seguir, se apresenta a fachada do Mercado Público Municipal de Jaguarão, ainda com os tapumes oriundos da obra iniciada em 2014. A demora na ocupação do prédio está levando a uma deterioração da estrutura, por conta da falta de manutenção preventiva como limpeza e conservação. Se observa que os tapumes reproduzem fotos do projeto de restauro e a história da construção, o que vinha ao encontro da política de divulgação da obra pelo IPHAN junto a comunidade. Este tipo de ação não foi acompanhado de um projeto de educação patrimonial, a qual poderia ocorrer junto ao andamento da execução da obra e permitir uma apropriação da história do Mercado Público pela população.

Figura 46 – Fachada do Mercado Público restaurado



Fonte: acervo do autor (2018).

Esta falta de um projeto de educação patrimonial sobre o processo de restauro efetuado através do PAC cidades históricas na cidade de Jaguarão, colaborou para um distanciamento da população com seu patrimônio, sendo que, ao longo tempo das obras e a

espera pela reutilização do espaço levaram ao desalento da comunidade em relação as ações do programa.

A mudança do governo municipal, o qual não tinha a mesma ênfase na política patrimonial e mesma linha política do anterior, conjuntamente com a diminuição das verbas do PAC cidades históricas a partir de 2016, alteraram a perspectiva que havia sido divulgada quando do início do programa em 2013, qual era a de um maciço investimento na preservação do patrimônio edificado do município, que levaria ao desenvolvimento da cidade através do turismo e geração de emprego e renda daí resultante.

4.3.2 Um patrimônio fora da curva: o Clube 24 de Agosto

Dentro das onze propostas selecionadas para o PAC II cidades históricas selecionadas pela prefeitura municipal, e aptas para receberem recursos financeiros para restauro, estava a contratação do projeto de restauração do Clube Social 24 de Agosto, sendo R\$ 150.000,00 para a realização do projeto e R\$ 1.500.000,00 para a execução da obra, com prazo máximo de 12 meses. Dentre todas as propostas inclusas pela prefeitura municipal no PAC II, o Clube 24 de Agosto era o único que representava um patrimônio ligado as classes populares da cidade, fora da lógica dos grandes prédios vinculados a elite econômica ou espaços de sociabilidade como a Praça Alcides Marques, que compunha o cenário de cidade eclética.

O Clube Social 24 de Agosto surgiu da necessidade da população de etnia negra da cidade de Jaguarão terem seu próprio espaço de sociabilidade, haja vista o impedimento de frequentarem os clubes mais tradicionais como o Clube Jaguarense e o Clube Harmonia. Nunes (2010, pág. 24) descreve como foi fundado o clube em 24 de Agosto de 1918, daí seu nome:

Portanto, é neste contexto mais amplo que, em 24 de agosto de 1918, quatro amigos negros se reuniram na noite – e aqui flano no tempo, imaginando esse turno livre como propício para os trabalhadores se encontrarem – e, nas palavras do senhor Nergipe Machado (antigo associado), “resolveram por bem fundar o Clube 24”, pois não tinham a possibilidade de ingressar como sócios nos clubes da cidade.

Quando do tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão pelo IPHAN em 2011, a sede do Clube 24 de Agosto ficou localizada na poligonal de entorno, no setor de expansão do núcleo original, não sendo incluída no rol dos imóveis com conservação rigorosa na poligonal de tombamento. Segundo Nunes (2016, p. 141):

Assim, a tentativa de incluir o Clube 24 de Agosto, a nível nacional, quando do processo de elevação de 600 bens a patrimônio histórico nacional, foi descartada por se entender que não deveríamos “banalizar” o instrumento do tombamento. O Clube 24, então, fez um pedido formal de abertura de processo de tombamento ao IPHAE, órgão de preservação patrimonial do Estado do Rio Grande do Sul, que atendeu a demanda, visto que se sensibilizou com a história e memória da comunidade negra vinculada a este clube, e também por compreender a necessidade de valorização das diversas etnias que constituem a sociedade brasileira como um todo.

A justificativa do tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, centrado essencialmente na arquitetura de prédios ligados a elite econômica do município, acabou por deixar de incluir lugares considerados como patrimônio pela comunidade, localizados em áreas periféricas do centro urbano e vinculados a camadas populares ou etnias como os negros⁹⁰.

Desta forma, o patrimônio cultural do Clube 24 de Agosto passou incólume pela análise efetuada no dossiê de tombamento, que se destinava a reconhecer a cidade como patrimônio nacional, para viabilizar a inclusão no PAC cidades históricas. A forma autoritária de condução deste processo pela prefeitura e IPHAN, consubstanciada na política patrimonial desenvolvida após o tombamento, alicerçada nas grandes obras de restauro, não permitiu a discussão com a comunidade para a inclusão de outros patrimônios não ligados a elite.

Quando houve a mobilização de integrantes do Clube 24 de Agosto para evitar a venda do prédio que servia de sede para a entidade, por possuir dívidas com o ECAD⁹¹, começou um debate na comunidade sobre a valorização do patrimônio cultural diverso daquele que estava sendo objeto da política patrimonial do IPHAN e da prefeitura. Este protagonismo de membros do clube é evidenciado na notícia veiculada no jornal A Folha de 05/05/2012:

Uma história de grande relevância para o município e para a história da cultura negra que poderá deixar de existir, devido a sérios problemas enfrentados, perigando perder o prédio onde funciona sua sede. E para mobilizar não só a sociedade em geral, mas também representantes para quem sabe uma intervenção do Ministério Público Federal, a direção da entidade resolveu realizar diversas manifestações em prol da causa (A FOLHA..., 2011).

⁹⁰ Sobre a influência da etnia negra na construção do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, remeto a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural da UFPEL, de autoria de Andrea da Gama Lima, denominada “O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguareense”, Pelotas, 2010.

⁹¹ Processo movido pelo ECAD relativo a cobrança de direitos autorais de músicas reproduzidas no interior do Clube 24 de Agosto. Este processo iniciado em 05/06/1998 na Comarca de Jaguarão teve a execução da dívida junto ao ECAD suprida pela venda da sede do clube em leilão em 2010. Com a inclusão da sede do Clube como patrimônio cultural pelo IPHAE em 2012, o processo tomou outro rumo por conta da necessidade de consulta as novas partes do processo, prefeitura municipal e estado do Rio Grande do Sul. Em 2016, o processo de leilão e venda da sede foi anulado, se encontrando em 2018 na fase de devolução dos valores ao arrematante. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc> Consulta em 12/11/2018.

Com a visibilidade dada em plano nacional a cultura das etnias negra e indígena e a valorização de suas contribuições na formação da sociedade brasileira, o momento foi propício para que o movimento dos integrantes do Clube 24 de Agosto pudesse encontrar adesões em setores como a universidade e o próprio poder público municipal, que através deste movimento pôde ter uma atuação diversa da que vinha tendo até então, com a política patrimonial de cunho centralista e autoritário. Esta adesão a causa do clube foi expressa no chamado “abraço do 24”, algo similar ao que havia ocorrido com às ruínas da antiga Enfermaria Militar, conforme noticiado no jornal A Folha de 19/05/2011:

O sol aqueceu a tarde de domingo (15) dedicada a abraçar o Clube 24 de Agosto. O momento foi de emoção e otimismo. “Estou emocionado em ver tanta gente hoje aqui. Isso representa o carinho que Jaguarão tem pelo Clube 24 de Agosto”, disse Neir Madruga, presidente da entidade. O prefeito Cláudio Martins também se pronunciou e lembrou partes de sua história afetiva com o clube. “Este espaço guarda a história de muitos de nós, além de ser um espaço plural, fraterno”, afirmou (A FOLHA, 2011).

O tombamento do Clube 24 de Agosto realizado pelo IPHAE em 25/01/2012 possibilitou que fosse incluído no PAC II cidades históricas pela prefeitura municipal, novamente priorizando a execução de obras no patrimônio edificado, como consta no Termo de Referência para Elaboração do Projeto de Restauração e Requalificação do Casarão do Clube Social 24 de Agosto de Jaguarão:

Programa de necessidades: a) Aumento da área do salão principal; b) Área de churrasqueira próxima ao salão principal, para atendimento de eventos para 150 pessoas; c) Cozinha industrial; d) Depósito para bebidas; e) **Espaço de memória do clube;** f) Pequena sala de aula com espaço para guardar equipamentos de filmagem e instrumentos musicais; g) Sala de reuniões para 10 pessoas; h) Sala para secretaria; i) Banheiros masculino e feminino, sendo recomendado colocar uma bateria de sanitários na parte nova da edificação, incluindo banheiros acessíveis (ARQUIVO PAC PREFEITURA MUNICIPAL..., 2018).

A descrição sucinta do termo de referência para a restauração e requalificação do Clube 24 de Agosto, contrasta com os demais projetos apresentados ao PAC cidades históricas pela prefeitura, como o do Mercado Público e da antiga Enfermaria Militar, que inclusive tiveram seus projetos executivos contratados antes da inclusão no PAC, realizados pelo Escritório Brasil Arquitetura. A simples referência a construção de um espaço de memória do clube sem maiores detalhamentos e na singeleza das outras intervenções propostas denota uma menor preocupação com o apuro técnico da proposta.

Na figura a seguir, se apresenta o prédio do Clube 24 de Agosto, antiga propriedade do Cel. Gabriel Gonçalves da Silva, o qual doou o prédio ao Clube. Se denota a fachada sóbria, com linhas retas vernáculas, localizado na área periférica do centro urbano. Este tipo de patrimônio inicialmente não foi considerado passível de preservação pelo IPHAN, assim como outros que se localizavam fora do centro histórico.

Figura 47 – Clube 24 de Agosto



Fonte: acervo do autor (2019).

Tendo em vista a singularidade do patrimônio cultural do Clube 24 de Agosto no contexto da política patrimonial efetuada pelo IPHAN na cidade de Jaguarão, a sua inclusão no PAC cidades históricas poderia ter servido para um olhar mais atento a diversidade cultural do município, o qual poderia ser fomentado por órgãos em que a comunidade estivesse representada, como o Conselho Municipal de Patrimônio. Entretanto, apesar da inclusão no PAC cidades históricas, o restauro e requalificação do Clube 24 de Agosto não foram executadas, diferentemente do que ocorreu com as outras propostas elencadas como prioridades pela prefeitura municipal e IPHAN.

Todavia, a mobilização de seus integrantes para que seu patrimônio fosse reconhecido pelo Estado, tendo em vista o processo de patrimonialização do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, foi salutar para que houvesse uma mudança na política patrimonial realizada pelos órgãos oficiais, ainda que a nível de reconhecimento. O entendimento, por parte dos integrantes do clube, de que sua história não poderia ser perdida, levou a uma luta

por espaços dentro da disputa de poder pela memória da cidade, muito vinculada a elite econômica de famílias proprietárias de terras e escravos do século XIX.

O reconhecimento pelo IPHAE como patrimônio cultural de relevância para preservação e a consequente reversão da venda do imóvel da sede do Clube, demonstrou claramente o quanto a abertura de canais democráticos de interlocução entre os poderes públicos, órgãos de preservação e a comunidade podem ser uma via de acesso a direitos sobre a construção de sua própria história e patrimônio daí derivados. A sobreposição do elemento arquitetônico sobre a história de uma comunidade levou a distorções na representação da cidade perante a própria população, como também a comunidade externa, que têm associado a cidade de Jaguarão ao casario de estilo eclético do século XIX, ao luxo e requinte de uma elite econômica, tornando invisíveis os outros estratos da sociedade.

O acesso democrático aos direitos culturais foi garantido pela Constituição Federal no artigo 215, parágrafo 1º, sendo bem específico neste sentido:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL..., 1988).

Tais preceitos inscritos na Carta Magna deveriam orientar a condução da política patrimonial pelos órgãos de preservação, entretanto as condicionantes de ordem burocrático-autoritária enraizadas no Estado brasileiro dificultam a consecução plena destes preceitos, num emaranhado de legislações infraconstitucionais, inclusive o Decreto-Lei 25/1937, assim como a exclusividade de um saber técnico concentrado no IPHAN ao longo de sua existência, coadunam para manter este tipo de política que foi expressada no município de Jaguarão, eivada de um discurso de desenvolvimento social e econômico, o qual escamoteia o viés autoritário incutido nas ações de preservação efetuadas.

Apesar de todos estes obstáculos, o Clube 24 de Agosto completou 100 anos de sua fundação em 2018, conseguindo manter sua sede social e em plena atividade do seu quadro de associados. Entretanto, a reforma do prédio de sua sede ainda não concretizada, conforme previsto no PAC II, conforme pode ser evidenciado nas palavras do prefeito quando da homenagem pela data de fundação, mantendo o discurso de reconhecimento do patrimônio cultural do clube sem uma efetiva ação do Estado na preservação desta história⁹²:

⁹² Disponível em <https://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=26420> Acessado em 12/11/2018.

A prefeitura de Jaguarão, prestou homenagem nesta sexta-feira (24), ao Clube 24 de Agosto. Na ocasião, o prefeito Favio Telis e vice-prefeito Henrique Edmar Knorr Filho realizaram a entrega de uma placa comemorativa ao centenário do clube ao presidente, sr. Neir Madruga Crespo e o vice José Antônio Raimundo. Em sua fala, o vice-prefeito enalteceu a história do Clube 24, e também relatou a contribuição do espaço para a comunidade jaguarenses. O prefeito Favio Telis falou do momento importante vivido pelo clube com as comemorações do centenário e destacou a importância do espaço para a preservação da memória e a cultura do povo negro de Jaguarão. Na oportunidade, o prefeito também destacou o empenho do governo municipal em viabilizar o restauro do prédio do clube. “O IPHAN precisa cumprir com o compromisso de restaurar o prédio. Estamos tratando disso e acredito que vamos conseguir tornar esse restauro uma realidade”, afirmou (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2018).

4.3.3 Outros projetos do PAC

No rol das onze propostas selecionadas no PAC II cidades históricas no município de Jaguarão, três projetos tiveram a execução das obras iniciada, sendo elas o Teatro Esperança, O Centro de Interpretação do Pampa e a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. O Teatro Esperança estava em obras desde 2010, ainda dentro do PAC I com andamento regular das obras que começaram pelo restauro do telhado. Este equipamento cultural de construção datada do final do século XIX, teve presença ativa no cenário cultural da cidade de Jaguarão, tendo em vista as restritas opções de local para as apresentações de manifestações culturais. Neste caso específico das obras do Teatro, foi desenvolvida uma ação de educação patrimonial da prefeitura junto a comunidade, conforme apresentado na reportagem do jornal A Folha de 15/01/2015:

Na terça-feira (13), o Teatro Esperança completou 118 anos de história e para marcar a data a Secretaria de Cultura e Turismo estará realizando até sexta-feira (16) uma série de visitas guiadas aberta a comunidade. Conforme a secretária adjunta Andréa Lima, a ideia é proporcionar para as pessoas interessadas uma visita as obras deste importante patrimônio que está sendo restaurado e que será reaberto neste ano. Ela destaca que muitas pessoas não têm ideia de como está ficando o Teatro e têm curiosidade de acompanhar de perto a finalização da obra (A FOLHA..., 2015).

Ainda dentro desta perspectiva de educação patrimonial, os tapumes do Teatro foram inseridos com informações sobre a história do prédio e suas funções ao longo de sua existência, como cineteatro e também informações sobre o projeto de restauro. Por estar localizado na área central do município, na principal avenida, foi conferida muita visibilidade a obra. O fato de a obra ter recebido recursos ainda do PAC I cidades históricas colaborou para que o ritmo das mesmas ficasse mais adiantadas do que as outras obras do PAC II, sendo o único projeto do PAC concluído no município, inaugurado e em pleno funcionamento.

A reinauguração ocorreu em 13 de novembro de 2015, e foi o ápice da política patrimonial desenvolvida pelo IPHAN e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, centrada nas grandes obras de restauro do PAC cidades históricas. O sucesso alcançado no projeto do teatro e sua imediata utilização pela comunidade, conferiram um fôlego no discurso da defesa da política implementada desde 2009, como pode ser notado pela presença de várias autoridades governamentais presentes no ato de reinauguração, conforme reportagem do jornal A Folha de 19/11/2015:

No momento solene da noite o prefeito Cláudio Martins, o vice-prefeito Lizandro Lenz, o superintendente do IPHAN, Eduardo Hahn, o deputado federal Henrique Fontana e o coordenador nacional do PAC cidades históricas, Robson Almeida, realizaram pronunciamentos em que ressaltaram a grandiosidade do momento e a importância para Jaguarão em ter novamente o Teatro Esperança ativo e restaurado (A FOLHA..., 2015).

Alguns fatores contribuíram para que o projeto do Teatro Esperança obtivesse êxito dentro da política patrimonial adotada pelo IPHAN e a prefeitura municipal de Jaguarão. O primeiro fato reside na trajetória deste bem cultural, ou seja, passando pelo movimento de sua valorização pelo Projeto Jaguar na década de 1980, seu tombamento pelo IPHAE em 1990 e a municipalização em 1997, até as tentativas de restauro nos anos 2000, o teatro sempre esteve na pauta para obtenção de recursos para seu restauro. Daí reside, o segundo fato, de que havia concordância na comunidade que este patrimônio cultural deveria ser preservado, pois sua utilização tinha uma função social importante em uma pequena cidade de fronteira.

Outro fator foi que, pelo fato de o teatro estar desativado há algum tempo, as obras não causaram um impacto negativo em suas atividades, ao invés disto criaram uma expectativa positiva de como ficaria seu restauro depois de tanto tempo desativado. Este equipamento cultural foi, portanto, um lugar privilegiado para que a política de grandes obras de restauro do IPHAN pudesse ser justificada perante a comunidade.

Na figura seguinte se apresenta a fachada do Teatro Esperança restaurado, com o detalhe do salão de entrada e cartaz de divulgação de eventos. A prefeitura municipal ficou responsável pela gestão administrativa do teatro, realizando parcerias com entidades culturais da sociedade civil para produção de espetáculos pagos e também gratuitos. Também a universidade passou a utilizar o espaço para formaturas e atividades acadêmicas como conferências e seminários. O restauro contemplou os seguintes serviços, conforme divulgado pela empresa responsável pela reforma⁹³:

⁹³ Disponível em <http://marsou.com.br/portfolio/teatro-esperanca-de-jaguarao-rs-2/> Acessado em 12/11/2018.

Na 1ª etapa de obra, foram realizados serviços de recuperação da cobertura, restauração da pintura mural do forro de estuque, estrutura e do assoalho das galerias, além da revisão do sistema de escoamento pluvial. Na segunda etapa, foram realizadas intervenções para requalificação geral do palco, camarins, plateia, balcões, escadas e acesso, foyer e sanitários, instalação de sistemas de iluminação e sonorização, além do restauro dos elementos compositivos do interior e fachadas (MARSOU ENGENHARIA..., 2018).

Figura 48 – Fachada restaurada do Teatro Esperança



Fonte: Acervo do autor (2016).

Figura 49 – Cartazes de divulgação de eventos no Teatro Esperança



Fonte: Acervo do autor (2016).

Outro projeto selecionado pelo PAC cidades históricas que teve suas obras iniciadas foi o Centro de Interpretação do Pampa, localizado nas antigas ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão. O projeto arquitetônico e museográfico foi concebido pelo Escritório Brasil Arquitetura, tendo a frente o arquiteto Marcelo Ferraz, sendo que esta iniciativa de construção deste museu com características inovadoras era o símbolo da política de grandes obras desenvolvidas para o patrimônio cultural da cidade de Jaguarão. Sua localização em um dos pontos mais elevados do município, acrescida de toda a história em torno das ruínas, de mais de um século, serviria de paradigma para o projeto do IPHAN e da prefeitura municipal de tornar a cidade referência nacional na questão patrimonial e no turismo daí derivado.

Com um orçamento inicial de R\$ 7.900.000,00 era o projeto com mais recursos financeiros envolvidos, além de ser uma parceria inédita na região entre o IPHAN, a Prefeitura Municipal e a UNIPAMPA. Também se criou uma expectativa na comunidade que residia no entorno das ruínas, constituída de moradias precárias e de uma população de baixa renda, haja vista que foi anunciado juntamente com o projeto do CIP uma proposta de requalificação do entorno, com a construção de uma rede de água e esgoto e de novas moradias. A euforia gerada pela prefeitura municipal na comunidade pode ser destacada nas palavras do prefeito, quando do lançamento do edital de licitação das obras do CIP, em reportagem do jornal A Folha de 15/09/2011:

De acordo com o prefeito Cláudio Martins a notícia é extremamente gratificante. “Estou muito feliz por essa conquista histórica para nossa cidade heroica. Certamente a notícia está sendo recebida com alegria por todos que acreditaram nesse projeto maravilhoso, que é uma das principais referências em projeto cultural do Brasil e também será uma referência internacional”, comemora. Sobre os benefícios da construção do Centro de Interpretação do Pampa para Jaguarão o prefeito Cláudio Martins destaca que a obra irá gerar emprego e renda no município e será um importante elemento para o desenvolvimento cultural e turístico além de ser um espaço que irá valorizar ainda mais a educação no município (A FOLHA, 2011).

O discurso do prefeito transparece algumas referências a temas que foram recorrentes na política patrimonial desenvolvida naquele período pelo IPHAN e pela prefeitura municipal; a primeira delas é a associação entre a concepção do projeto e seus inquestionáveis benefícios para o patrimônio cultural e a cidade, o que levou ao sufocamento das críticas levantadas por alguns grupos dentro da comunidade e também na UNIPAMPA. Estas críticas estavam embasadas no fato de se utilizar as ruínas para construir o museu, com o conteúdo museográfico definido *a priori* pelo Escritório Brasil Arquitetura, sem que tenha havido um

diálogo com a comunidade, ou com o corpo universitário do campus Jaguarão, o qual deveria administrar o museu depois de concluído.

Em segundo lugar, o discurso reiterado que o projeto seria um elemento gerador de desenvolvimento cultural e turístico para a cidade, o que por si só justificaria o volumoso investimento nas obras de construção do CIP, em detrimento de outras obras de infraestrutura que o município necessitava, se alegando que a rubrica para a cultura era diferente de outras áreas, como saneamento ou habitação, o que denota uma visão pouco integradora entre patrimônio cultural e planejamento urbano.

Por sua vez, a UNIPAMPA que ficou com a responsabilidade de conduzir a gestão da obra, em uma das suas primeiras providências adotadas foi o cercamento do local com uma grade envolvendo toda a área do CIP. Este cercamento não estava previsto no projeto arquitetônico, o qual previu uma cerca viva com entradas ao longo de seu percurso, compondo uma harmonia com o parque verde projetado para a frente do prédio do CIP. Esta atitude da universidade criou um desconforto entre a comunidade que utilizava a área verde do local para lazer, haja vista a inexistência de espaços deste tipo para a população daquele bairro. Este sentimento de insatisfação contra esta medida chegou a ser expressada pela própria Secretária Adjunta de Cultura e Turismo, Andrea da Gama Lima, em uma coluna do jornal A Folha de 09/10/2013:

Com o entendimento de que o projeto foi idealizado como parte de um programa político do município e com o principal objetivo de beneficiar a comunidade do bairro em que está inserido, é importante questionar o porquê destas grades e se não devemos priorizar o livre acesso à área do parque. Queremos a participação efetiva no usufruto do Centro de Interpretação do Pampa e que os investimentos no patrimônio cultural sejam não apenas vetor de desenvolvimento econômico, mas principalmente de desenvolvimento social. Porque cercar o Centro de Interpretação do Pampa? Você concorda? Já pensou sobre isto? (A FOLHA..., 2013).

Esta divergência entre uma secretária do governo municipal e a UNIPAMPA, de certa forma afluía um conflito latente entre as duas instituições sobre como estava sendo administrado o projeto do CIP, o qual originalmente foi concebido pelo IPHAN e a prefeitura municipal de Jaguarão, os quais delegaram a UNIPAMPA a gestão do CIP, por conta de sua capacidade financeira de arcar com os custos de operação. Com o passar do tempo de execução da obra, decisões foram centralizadas na UNIPAMPA, deixando a prefeitura à margem do processo de restauro e sem capacidade de interferir nos usos que se estava destinando ao museu. A crítica ao cercamento com uma grade no entorno do CIP foi a oportunidade de a prefeitura retomar a iniciativa do discurso de idealização do

empreendimento perante a UNIPAMPA e a comunidade. Mas, naquele estágio do processo político de construção do CIP a prefeitura não conseguiu mais manter a primazia do discurso sobre o projeto, ficando ainda com o ônus de realizar as obras no entorno que foram prometidas para a comunidade, como saneamento e construção de moradias.

Na figura a seguir se pode observar o projeto do CIP de autoria do arquiteto Marcelo Ferraz. Em linhas gerais, o partido arquitetônico consta de um prédio principal destinado para o Museu do Pampa, constituído pelas ruínas da antiga Enfermaria Militar e a parte moderna que completaria as partes que não existem mais do edifício. O telhado foi substituído por uma laje com cobertura vegetal, em consonância com a proposta de evocar os campos do Pampa. Logo abaixo do museu foram projetados dois prédios, o primeiro marcadamente modernista com estrutura em laje sustentada por pilotis, destinado a abrigar a administração do CIP, escritório do IPHAN, biblioteca, salas de pesquisa, e o segundo prédio teria a função de receber a reserva técnica do museu. Logo acima do Museu do Pampa, se localiza a área destinada ao anfiteatro de verão, escavado em uma antiga pedreira municipal de basalto desativada. O projeto também previu que o terreno ao redor dos prédios fosse destinado a uma área verde para servir de local de contemplação para a vista da cidade, por ser um dos locais mais elevados da região, além de poder ser utilizado como parque de esculturas. A concepção do projeto era de circundar esta área com uma cerca viva, com acesso livre a população ao parque de lazer, o que era defendido também pelos arquitetos do Projeto Jaguar na década de 1980.

Figura 50 – Vista geral do projeto do CIP



Fonte: Brasil Arquitetura (2010).

A figura seguinte, apresenta a grade construída pela administração da UNIPAMPA, destoando da concepção inicial do projeto do arquiteto Marcelo Ferraz, e constituindo uma barreira física para os moradores do entorno para acessar a área em redor do CIP. O impedimento do acesso dos moradores locais nas imediações do CIP denotou um retrocesso no que diz respeito a educação patrimonial que poderia ter sido realizada com a comunidade carente do Bairro do Cerro da Pólvora, o qual foi derivado após a construção da Enfermaria Militar no final do século XIX. Uma das raras oportunidades em que a política patrimonial na cidade Jaguarão poderia ter sido direcionada para uma comunidade carente foi perdida, ocasionando um desacordo entre a universidade e a prefeitura municipal neste caso em particular.

Figura 51 – Vista da grade construída no entorno do CIP



Fonte: Acervo do autor (2016).

Ao assumir a gestão do CIP, em um acordo com a prefeitura municipal e o IPHAN em 2009, a UNIPAMPA não dimensionou a complexidade do projeto proposto pelo Escritório Brasil Arquitetura e a capacidade de administrar esta estrutura depois de concluída. A UNIPAMPA foi criada em 2008 como uma universidade multicampi espalhada em várias cidades da região oeste do Rio Grande do Sul, sendo que o campus da cidade de Jaguarão ficou isolado na fronteira sul com o Uruguai. O campus Jaguarão contava com apenas cinco cursos de graduação, História, Pedagogia, Produção Cultural, Turismo e Letras, com um reduzido corpo técnico destinado ao apoio ao ensino, pesquisa e extensão. A criação de um

complexo cultural como o CIP demandaria um corpo técnico permanente especializado em gestão de museus, além de pessoal terceirizado destinado a funções de manutenção e limpeza.

Quando o projeto do CIP foi apresentado em 2010 e iniciarem suas obras em 2012, a universidade não havia delineado a forma de gestão e de onde seria aportada a verba necessária para seu funcionamento. O fato de a UNIPAMPA ser uma universidade recente, com necessidades voltadas a sua implementação, foi um fator que levou a perda da capacidade operativa para a viabilização do projeto. Embora as verbas iniciais tenham sido destinadas para a execução da obra no valor de R\$ 7.900.000,00 este valor contemplava somente a primeira etapa do projeto como a estabilização da ruína, construção do complemento moderno das ruínas e dos prédios de apoio. Todo o restante da obra, como a construção do anfiteatro a céu aberto, a estrutura interna de acabamento, os equipamentos da exposição museográfica e demais itens de mobiliário elevariam a o custo da obra para cerca de R\$ 20.000.000,00, conforme consta em notícia do sítio eletrônico da prefeitura municipal⁹⁴:

O Centro de Interpretação do Pampa é um dos maiores investimentos na área do patrimônio do país com potencial para se tornar uma referência mundial. O espaço abrigará sala de exposições com conteúdo multimídia, salas de pesquisa, auditório subterrâneo, espaço de convivência, anfiteatro e prédios administrativos. Os recursos aplicados são oriundos do Ministério da Educação e Ministério da Cultura e a conclusão da obra terá recursos do PAC cidades históricas. A responsabilidade da obra está sob a gestão da UNIPAMPA e o Município faz o acompanhamento de perto do projeto. O investimento total é de cerca de 20 milhões de reais (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2014).

Entretanto, dos R\$ 20.000.000,00 de reais para que a obra fosse concluída, somente R\$ 7.900.000,00 estava previsto no PAC II cidades históricas em 2013, ocasionando a paralisação gradual das obras a partir de 2015. Este fato denotou a diminuição nas verbas destinadas ao PAC II cidades históricas na cidade de Jaguarão, colocando em xeque a política patrimonial do IPHAN alicerçada nas grandes obras de restauro do patrimônio edificado do município.

Desta forma, o Centro de Interpretação do Pampa, projeto surgido de uma tentativa de criar um Museu do Pampa na cidade de Santana do Livramento pelo IPHAN em 2007, o qual depois foi realocado para a cidade de Jaguarão em 2009, sendo transformado no projeto do CIP de autoria do arquiteto Marcelo Ferraz, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão, IPHAN e UNIPAMPA, foi o ponto principal da política de preservação do

⁹⁴ Disponível em <https://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=7677> Acessado em 20/11/2018.

patrimônio histórico desenvolvida na cidade, e a que simbolizava a união entre investimento de recursos financeiros no patrimônio com desenvolvimento social e econômico da comunidade. No caso específico da localização do CIP, as ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, a comunidade carente do Bairro do Cerro da Pólvora, seria a principal beneficiária desta política, com a melhoria da infraestrutura de saneamento, habitação e geração de renda através do turismo.

A responsabilidade por essas melhorias recaiu sobre a prefeitura municipal, que teria de captar os recursos necessários para a efetivação destas obras de infraestrutura, já que a verba para o CIP oriunda do PAC cidades históricas não contemplava o seu entorno. Isto demandava uma dificuldade para uma prefeitura de uma cidade pequena, com poucos quadros técnicos para desenvolver os projetos necessários a serem submetidos as agências governamentais de fomento, ocasionando a demora na efetivação dos mesmos no Bairro do Cerro da Pólvora.

Além disto, havia a necessidade da inclusão da comunidade do bairro no processo da política patrimonial desenvolvida através da obra do CIP, tida como forma de aproveitamento das possibilidades de acesso a renda gerada pelo turismo na região, uma das justificativas dos investimentos na preservação do patrimônio cultural do município em uma região carente como aquele bairro. Isto não foi desenvolvido pela prefeitura, ainda mais se levando em conta a não finalização da obra, o que acarretava uma frustração de expectativas em relação ao projeto.

Nas figuras a seguir, se pode observar o entorno do CIP no Bairro do Cerro da Pólvora, constituído de habitações precárias e falta de infraestrutura básica, como calçamento e canalização de esgoto. O local no entorno do CIP ainda tinha muitos terrenos desocupados, os quais foram alvo de especulação imobiliária, adquiridos para a construção de casas com melhor padrão aquisitivo ou mesmo deixados vazios para aumentar seu valor de mercado, que poderia aumentar com a construção do CIP. Este fato poderia gerar um gradativo afastamento da população de baixa renda do local, o que foi atenuado com a paralisação das obras do CIP e as indefinições acerca do término do projeto.

Posteriormente foi realizado a pavimentação das ruas do entorno e a construção de uma praça no bairro, realizando em parte a melhoria do entorno, o que não foi seguido de uma efetiva melhoria nas condições de saneamento e habitação dos moradores de baixa renda do local.

Figura 52 – Moradias no entorno do CIP, no Bairro Cerro da Pólvora



Fonte: Acervo do autor (2015).

Figura 53 – Vista lateral de rua do entorno do CIP



Fonte: Acervo do autor (2015).

Com a mudança do cenário político local e nacional, a política de investimentos em grandes obras de preservação do patrimônio, como a do CIP, foram tendo suas verbas contingenciadas. Por outro lado, após a segunda gestão eleita da UNIPAMPA após a saída da reitoria que participou da concepção do CIP, o projeto do museu universitário foi perdendo o ímpeto inicial devido a outras demandas existentes na universidade, que estava em pleno período de implantação, com reduzido corpo técnico para atender a todos os pleitos da

comunidade acadêmica por infraestrutura básica, como salas de aula, restaurante universitário e moradia estudantil.

Também a complexidade do projeto e gestão dos recursos financeiros levaram a entraves burocráticos como pagamentos não efetuados por falta de recursos, paralisando a obra e causando uma disputa entre a universidade e o IPHAN sobre quem deveria realizar o investimento necessário para o andamento da obra, conforme noticiado no sítio eletrônico da UNIPAMPA, sobre o encontro do Reitor com representantes do IPHAN em Brasília⁹⁵:

O Reitor reforçou ainda que a UNIPAMPA não possui recursos orçamentários para destinar a referida licitação, nem para a conseqüente retomada das obras, pois o orçamento institucional é insuficiente para atender a todas as demandas já existentes. “É imperioso o aporte de recursos do IPHAN para realização dos encaminhamentos necessários a retomada”, ressaltou Hansen. Conforme o Reitor foi discutido junto aos representantes do IPHAN como se daria o repasse de recursos para o pagamento da nota fiscal pendente tendo como origem o acerto de contas junto a empresa executora da obra. Conforme o Reitor, o IPHAN informou que diferente de outros momentos, não possui recursos orçamentários para repassar a instituição para quitar a nota pendente, e que devido aos procedimentos investigativos em curso para a obra e as pendências resultantes desta, não vê possibilidades, neste momento, para que o IPHAN destine recursos para tal quitação. Os representantes do instituto frisaram que as pendências deverão ser assumidas pela UNIPAMPA (UNIPAMPA..., 2018).

Este fato denota que a política de grandes obras de preservação do patrimônio cultural desenvolvidas na cidade de Jaguarão desde 2009 pelo IPHAN teve uma alteração de paradigma, por conta da escassez de recursos financeiros e da fiscalização dos órgãos de controle como MPF e TCU. Ao realizar este movimento, o governo federal colocou um impasse na política patrimonial em curso, já que a mesma dependia essencialmente da destinação de recursos para a preservação do patrimônio edificado de cidades históricas tombadas pelo IPHAN. O discurso de justificativa do PAC cidades históricas, de potencializar o desenvolvimento social e econômico através das obras de restauro do patrimônio edificado ficou bastante prejudicado perante a falta de conclusão das obras propostas perante a comunidade detentora do patrimônio cultural.

Apesar disto, a prefeitura municipal de Jaguarão implementou algumas das melhorias na infraestrutura no Bairro Cerro da Pólvora, que seria a contrapartida local pela construção do CIP pelo governo federal. Estas melhorias foram a pavimentação das ruas do entorno do CIP e a construção de uma praça para lazer dos moradores do bairro. Embora a captação dos recursos para estas obras tenha sido diversa das verbas da obra do CIP, dificilmente teriam

⁹⁵ Disponível em <http://novoportall.unipampa.edu.br/novoportall/reuniao-em-brasilia-retoma-dialogo-com-iphan-sobre-o-centro-de-interpretacao-do-pampa> Acessado em 21/11/2018.

sido liberadas se não houvesse o projeto do museu, o que justificava em parte a política patrimonial de grandes obras de preservação do patrimônio do IPHAN.

O projeto de requalificação do Bairro Cerro da Pólvora ainda teria como contrapartida da construção do CIP a edificação de moradias em substituição as habitações precárias de famílias de baixa renda do bairro, o que acabou não acontecendo, assim como as oportunidades de incremento na renda que surgiriam com o turismo advindo do projeto do museu. Este fato exemplifica a falta de articulação das políticas de preservação patrimonial com as políticas de planejamento urbano, o que contrariava uma das premissas do PAC cidades históricas.

Ao não finalizar estes projetos de requalificação urbana juntamente com a restauração do patrimônio cultural, ocasionou uma frustração de expectativas da comunidade, principalmente daqueles que seriam beneficiados diretamente com as melhorias advindas do projeto do CIP. O montante de recursos necessários para o projeto era muito grande, e não foi previsto no orçamento do governo federal a sua totalidade, ficando dependente de liberações parciais dos Ministérios da Cultura e da Educação, ocasionando um caminho burocrático complexo.

Outro fato que colaborou para que o projeto não fosse finalizado foi a demora na execução das obras, que com a mudança da administração do governo federal, assim como da universidade, ocasionou a retomada de processos e questionamentos sobre o projeto pelos novos gestores, resultando em atrasos e dificuldades para o andamento regular dos trabalhos.

Parte do resultado deste processo de implantação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, para a comunidade do Cerro da Pólvora, se apresentam nas figuras seguintes, com a pavimentação das ruas do entorno do CIP, e a construção de uma praça constituída de equipamentos de lazer para as crianças, uma quadra de futebol de saibro, uma pista de caminhada e bancos. Os problemas enfrentados pela comunidade, como as moradias precárias e a falta de saneamento básico permaneceram inalteradas, o que demonstra a incapacidade de articulação entre a política de preservação do patrimônio e o planejamento urbano, de forma inclusiva e democrática para a população de baixa renda do município.

Figura 54 – Pavimentação de rua do entorno do CIP



Fonte: Acervo do autor (2018).

Figura 55 – Praça localizada no Bairro Cerro da Pólvora



Fonte: Acervo do autor (2018).

Mais um projeto do PAC II cidades históricas do município de Jaguarão que teve suas obras iniciadas foi a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Localizada em frente a praça principal do centro urbano, compõe a paisagem de edificações de estilo eclético do final do século XIX e foi durante muito tempo o centro religioso da elite econômica da cidade, local de celebração de cultos e casamentos. Construída a partir de 1846 e finalizada no final do século XIX, sua manutenção era custeada pelo erário durante o Império, e na República através de doações da comunidade, principalmente da elite econômica. Com a diminuição do número de fiéis e a subvenção da elite local, o prédio começou a apresentar problemas estruturais, como a deterioração do telhado, conforme reportagem do jornal A Folha de 14/10/2011:

Trabalhando desde o início do ano na paróquia, o padre Hamilton Centeno, em entrevista a reportagem do jornal A Folha, salientou que ao contratar uma empresa especializada para a retirada dos morcegos que se encontravam no teto foi que se deram conta da gravidade em que este se encontrava, então iniciou um trabalho de perícias para se saber o que deveria ser feito. Técnicos do IPHAN, da empresa que hoje é responsável pelo restauro do Teatro Esperança e também da Arquium estiveram no local, analisaram e constataram que a situação era extremamente grave e perigosa, interditando assim a igreja (A FOLHA..., 2011).

Em vista disso, os responsáveis pelo prédio cuja propriedade pertencia a Igreja Católica, procuraram a subvenção de verbas do Estado através do IPHAN, sabedores das consequências do tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, ou seja, de prover a preservação dos bens tombados com recursos públicos, e da tradição de restauro de igrejas efetuada pelo IPHAN desde sua gênese. Entretanto, houve uma resistência inicial da prefeitura municipal de Jaguarão em encaminhar o pleito de restauro para o IPHAN, no que concerne a destinação de verbas públicas para um bem de propriedade particular, como apresentado na reportagem do jornal A Folha de 10/11/2011, sobre a reunião entre a prefeitura e os responsáveis pela igreja:

“Temos que estar juntos, caminhando no mesmo passo para que estas situações se resolvam. Estamos tratando de prédios privados. Não que estejamos nos eximindo das responsabilidades, mas o caminho a ser traçado é diferente do que se estivéssemos tratando de bens públicos”, afirmou o prefeito Cláudio Martins. “São milhares de prédios históricos no Brasil necessitando restauro, por isso temos que estar articulados, sociedade e poder público, para que consigamos convencer da importância de se investir em Jaguarão”, finaliza (A FOLHA, 2011).

Apesar deste posicionamento inicial, o restauro da Igreja Matriz foi incluído pela prefeitura no PAC II cidades históricas, sendo contemplado com a verba de R\$ 4.695.000,00, juntamente com outros projetos de restauro de prédios que tinham proprietários privados

como os seguintes: a) Restauo do Clube Jaguareense; b) Restauo do Clube 24 de Agosto; c) Restauo do Cine Regente. Dentre todos estes projetos, somente o da Igreja Matriz teve sua execução iniciada, tendo para isto algumas razões.

Em primeiro lugar, o nível de organização da Igreja Católica e sua influência em uma comunidade com uma elite ainda ligada a religiosidade, a qual lhe conferia um prestígio junto a sociedade local. Esta organização permitiu que os trâmites burocráticos relativos a contratação do projeto e a liberação da verba pelo IPHAN fossem mais rápidos, e mesmo que a propriedade do prédio fosse privada, o argumento de utilidade pública pela população demandou um tratamento diferenciado aos demais prédios tombados de propriedade privada no município, como demonstra o ocorrido com o prédio do Clube Jaguareense, também contemplado com verbas do PAC II cidades históricas. Diferentemente do que ocorreu com o prédio da Igreja Matriz, o Clube Jaguareense para ter seu prédio restaurado com verbas do IPHAN deveria ceder o uso de suas instalações para o município, conforme reportagem do jornal A Folha de 20/12/2014:

O presidente do Clube Jaguareense, Fred Nunes, comentou sobre o processo de retomada da instituição e falou da disposição de entregar o projeto. Embora defenda o uso múltiplo do espaço, entre a direção do clube e a prefeitura, ele apresentou algumas discordâncias, as quais serão ajustadas na próxima reunião com a comissão que foi definida pelo grupo. O prefeito em exercício Lizandro Lenz também defende o uso compartilhado, mas destaca a preocupação em como ficaria a gestão do município neste processo. “Entre as preocupações está o aporte de investimento que será feito no local. Temos que garantir o interesse da municipalidade”, disse (A FOLHA..., 2014).

Esta possibilidade de uso compartilhado nem foi aventada pelo município em relação a Igreja Matriz, denotando um tratamento desigual entre as duas instituições de cunho privado. O presidente do Clube Jaguareense, Fred Nunes, havia sido o vice-prefeito da gestão anterior e tinha saído do Partido dos Trabalhadores por discordâncias políticas, indo para a oposição, o que colocava interesses antagônicos em relação a política patrimonial desenvolvida naquele período. O uso da política patrimonial para os embates partidários entre o governo e a oposição na cidade de Jaguarão se iniciaram desde o anúncio do projeto do Museu do Pampa, quando havia a pressão do executivo sobre o legislativo para a liberação da verba para a contratação do arquiteto Marcelo Ferraz, e se estendeu ao longo da atuação do IPHAN conjuntamente com a prefeitura no período, tendo como exemplo um projeto de um vereador da oposição do governo sobre o estacionamento de veículos de grande porte em frente dos prédios históricos, de acordo com a reportagem do jornal A Folha de 05/05/2011:

Após a aprovação do projeto de lei do legislativo 01/01 de autoria do vereador Ênio Rigatti, que proíbe o estacionamento de carretas, caminhões, ônibus, micro-ônibus e vans em frente dos prédios históricos, a câmara recebeu por parte do poder executivo o veto ao projeto. O autor, vereador Ênio, defende seu projeto no sentido de valorizar a imagem do centro histórico que insere dados e fatos da história, cultura e patrimônio de nosso município e que incentiva o turismo local através de excursões e da vinda de profissionais na área de história e arquitetura. Atualmente estes prédios ficam escondidos devido ao estacionamento destes veículos de grande porte, o que impede sua visualização por parte dos turistas. A justificativa do poder executivo em vetar este projeto de lei é de que o mesmo trata da matéria de cunho administrativo, caracterizando invasão de competência e de que o legislativo não previu ou criou dispositivos para cobrir despesas, já que o projeto solicita a confecção de placas (A FOLHA..., 2011).

A par da validade do projeto em si, e das implicações na esfera administrativa da prefeitura, o fato é que houve uma concentração da política patrimonial no executivo municipal, deixando o legislativo e por consequência a comunidade, sob as decisões tanto da prefeitura como do IPHAN no tocante ao planejamento e execução de medidas relativas a preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão. A não existência de um Conselho Municipal de Patrimônio impediu que as discussões sobre a política patrimonial tivessem um fórum adequado para interlocução entre as decisões do IPHAN e da prefeitura e a comunidade. Ao invés disto, a prefeitura municipal preferiu ter a iniciativa de instituir um Conselho Municipal de Política Cultural, composto por 14 membros de setores tão díspares como a secretaria de saúde e o setor de audiovisual, como é apresentado na Lei 6102/2015⁹⁶, que criou o Sistema Municipal de Cultura:

- Art. 40 – O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 14 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:
- I – 7 membros titulares e respectivos suplentes representando o poder público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:
- a) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2 representantes;
 - b) Secretaria Municipal de Educação e Desporto, 1 representante;
 - c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, 1 representante;
 - d) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, 1 representante;
 - e) Secretaria Municipal de Saúde, 1 representante;
 - f) Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 1 representante.
- II – 7 membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:
- a) Fórum setorial de Artes e Artesanato, 1 representante;
 - b) Fórum setorial de Áudio Visual, 1 representante;
 - c) Fórum setorial de Dança, Música e Teatro, 1 representante;
 - d) Fórum setorial de Cultura Afro-Brasileira, 1 representante;
 - e) Fórum setorial de Instituições Não-Governamentais, 1 representante;

⁹⁶ Lei Ordinária 6102/2015, dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jaguarão, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. Disponível em https://www.camara.jaguarao.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisalegislacao/2015/1/0/683#lista_texto_proposicao Acessado em 26/11/2018.

- f) Fórum setorial de Produtores Culturais, 1 representante;
 g) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, 1 representante.
 (CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÃO..., 2015).

Apesar da cidade de Jaguarão ter seu conjunto histórico e paisagístico urbano tombado com aproximadamente 650 imóveis e a Ponte Internacional Barão de Mauá sob esta esfera de proteção pelo IPHAN, ainda de ter sido contemplada com recursos do PAC cidades históricas na ordem de 40 milhões de reais, a comunidade não contava com um efetivo sistema de participação na política de preservação patrimonial no município, ficando diluída em um conselho com 14 setores de interesses diversos. A não instituição de um Conselho de Patrimônio levou a dependência das decisões do governo municipal que juntamente com o IPHAN conceberam a política de preservação patrimonial desde 2009 para a cidade de Jaguarão, o que fragilizou a continuação desta política com a mudança que ocorreu na esfera do executivo, com a eleição de outro grupo político a prefeitura, e também a nível nacional com a Presidência da República e o IPHAN. Em vista disto, as obras do PAC II cidades históricas na cidade de Jaguarão sofreram descontinuidade em relação ao cronograma previsto, seja por contingenciamento de verbas pelo governo federal, como também por uma falta de articulação local que ficou muito dependente das decisões e recursos da instância federal, resultando no seguinte quadro de obras apresentado a seguir⁹⁷:

Tabela 07 – Obras do PAC II cidades históricas no município de Jaguarão.

	Descrição da Obra	Execução
01	Centro de Interpretação do Pampa	Iniciada e não concluída
02	Teatro Esperança	Concluída
03	Igreja Matriz	Iniciada e não concluída
04	Mercado Público	Iniciada e não concluída
05	Antigo Fórum	Não iniciada
06	Antiga Inspetoria Veterinária	Não iniciada
07	Prefeitura Municipal	Não iniciada
08	Praça Alcides Marques	Não iniciada
09	Clube Jaguareense	Não iniciada
10	Clube 24 de Agosto	Não iniciada
11	Antigo Cine Regente	Não iniciada

Fonte: IPHAN (2018).

⁹⁷ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235> Acessado em 26/11/2018.

Desta forma, as obras de restauro do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, esteio da política patrimonial desenvolvida desde 2009 teve sua ação reduzida a conclusão de uma obra, o restauro do Teatro Esperança. Este restauro teve um impacto positivo na vida cultural da cidade, transformando o local em um centro de atividades da comunidade, sejam festivais, local de formatura, cinema, dança, teatro e música. Ainda que a natureza do teatro em uma cidade pequena com poucos atrativos tenderia a concentrar um público maior, a adequação de suas instalações por meio de um restauro qualificado teve grande importância para a retomada de suas atividades.

Nas demais obras previstas no PAC II cidades históricas, três tiveram suas obras iniciadas, o CIP, o Mercado Público Municipal e a Igreja Matriz. O CIP, administrado pela UNIPAMPA ficou num impasse para sua conclusão em uma disputa entre o IPHAN e a universidade pela responsabilidade da destinação das verbas. Como impacto positivo desta obra houve a pavimentação das ruas do entorno e a construção de uma praça de lazer para os moradores do Bairro do Cerro da Pólvora, no entanto, o projeto de construção de moradias para a população carente não foi contemplado. O Mercado Público foi quase totalmente concluído, ficando somente dependente o seu término da instalação de energia elétrica da concessionária estadual.

Do total de 11 projetos selecionados para o PAC II cidades históricas, somente um foi concluído, 3 tiveram suas obras iniciadas e 7 não conseguiram efetivar seus projetos. Este tipo de concepção de política patrimonial em grandes obras de restauro, que ocorriam ao mesmo tempo na cidade não conseguiu obter êxito, devido as dificuldades de implementação de projetos complexos em um município com reduzida estrutura de quadros técnicos para administrar os processos burocráticos exigidos pelo IPHAN e as demandas da comunidade. Conjugado a restrição de recursos financeiros do governo federal, advinda da mudança que houve na Presidência da República, onde após 16 anos de administração do Partido dos Trabalhadores, que havia implementado o PAC cidades históricas, entrou o grupo político de oposição com novas concepções de gestão pública, e embora nominalmente o PAC cidades históricas tenha sido mantido, as verbas destinadas ao mesmo foram drasticamente reduzidas, resultando na diminuição ou mesmo paralização das obras de restauro no patrimônio edificado de cidades como Jaguarão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor um estudo da política de preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, o desafio foi analisar além da política atual praticada para um olhar mais abrangente voltado às origens de como foi formado este patrimônio, quais foram os vieses ideológicos que nortearam o estabelecimento de um núcleo urbano no extremo sul do país na fronteira com o Uruguai, seu desenvolvimento como cidade de feições ecléticas e, principalmente, quem foram as pessoas, ou melhor, o grupo de pessoas de uma elite econômica e política que planejaram e levaram a cabo a construção daquilo que seria valorizado como patrimônio cultural.

Muitas vezes, nos estudos da área do patrimônio cultural, se realiza uma análise tendo como dado determinado patrimônio edificado, não se questionando as motivações que levaram ao estabelecimento de sua condição como objeto de valoração, seja pela comunidade ou pelo Estado. Neste trabalho, se procurou delimitar de que forma foi moldado por sucessivas gerações de uma elite local o que consideravam ser a história da cidade de Jaguarão, e como esta era representada através das edificações, ruas e praças planejadas que demonstravam um tipo de sociedade almejada por este grupo de pessoas, a qual deveria ser seguido pelos demais membros da comunidade.

Partindo deste pressuposto, de que o patrimônio cultural da cidade de Jaguarão foi planejado e edificado por uma elite econômica e política, o próximo passo lógico foi de identificar quem foram estas pessoas, como teceram uma rede complexa que permitiu administrar uma cidade em que não eram a maioria da população, como exerceram os meios de controle social para houvesse a estabilidade necessária para executar o modelo de núcleo urbano pretendido. O fio condutor para esta análise foram as relações estabelecidas entre os gestores públicos, proprietários e construtores, via de regra, pertencentes a mesma elite econômica e política, permitindo compreender como se davam estas relações e sua importância na constituição de um determinado tipo de cidade.

Com esta compreensão elucidada, a fase seguinte de análise foi verificar como se deram os movimentos de preservação patrimonial na cidade de Jaguarão, depois de haver passado um grande período na história urbana do município, com tentativas não bem-sucedidas de transformar o centro urbano de feições ecléticas para uma arquitetura moderna, pela elite local. Um movimento surgido nos meios acadêmicos de cursos de arquitetura, inicialmente por estudantes oriundos da cidade, orientados por professores que voltaram suas pesquisas para a valorização e preservação do legado arquitetônico de estilo eclético do Rio

Grande do Sul, encontrando em Jaguarão um lugar privilegiado para seus estudos, por conta do grande número de prédios ainda existentes oriundos do século XIX com características ecléticas.

Embora a elite local tenha relativizado a importância do patrimônio edificado de estilo eclético durante certo período, ao perceberem que o movimento de preservação patrimonial poderia ser vantajoso para a manutenção da sua história enquanto história de toda a cidade, incentivaram e apoiaram às ações do grupo de acadêmicos que passaram a realizar um estudo sistemático das edificações pertencentes a esta mesma elite. Ainda que os acadêmicos quisessem ampliar o escopo do movimento para além dos prédios de características ecléticas, estendendo para o campo da cultura popular local, como artesanato, música, dança e outras manifestações artísticas, a elite local conseguiu direcionar o movimento de preservação para o patrimônio edificado.

Desta forma, o presente estudo priorizou como se deram estas relações entre a elite local, detentora do patrimônio edificado, e o movimento de preservação patrimonial capitaneado por professores e alunos de arquitetura de universidades do Rio Grande do Sul, notadamente de Porto Alegre e Pelotas, com o objetivo de entender como a partir deste movimento de preservação patrimonial a cidade de Jaguarão se tornou um dos principais objetos de pesquisa relativo ao patrimônio edificado de estilo eclético do Rio Grande do Sul, e de que forma as concepções advindas deste grupo de acadêmicos influenciou no planejamento urbano do município de Jaguarão, sendo o esteio da política implantada pelo IPHAN a partir de determinado período na cidade.

Assim, ao se chegar no cerne da análise proposta, ou seja, a política do IPHAN na cidade de Jaguarão, se obteve um entendimento de que tipo de patrimônio foi elevado a condição de patrimônio nacional, quais às implicações desta política na comunidade, haja vista que as noções do que seja patrimônio foram ampliadas ao longo do tempo no Brasil, e as instituições democráticas levaram a que grupos outrora marginalizados participassem ou ao menos questionassem, o tipo de política de preservação do patrimônio efetuada pelo Estado. Logo, o estudo do tipo de política patrimonial implementada pelo IPHAN na cidade de Jaguarão foi centrado na relação existente entre a ação do Estado e os impactos na comunidade, a partir dos projetos de restauro do patrimônio edificado concebidos pelos órgãos de preservação e apoiados pela prefeitura e a participação da comunidade neste processo.

Algumas constatações puderam ser realizadas a partir do estudo realizado no presente trabalho. Primeiramente, que a iniciativa de preservação do que era considerado patrimônio

histórico no Brasil por um grupo de intelectuais que se beneficiaram do aparato estatal para criarem um órgão institucional que realizasse a salvaguarda dos bens culturais materiais, que segundo eles entendiam, estariam ligados a formação da identidade nacional. Entretanto, ao conceberem a legislação que nortearia às ações de salvaguarda deste patrimônio, se apoiaram em uma visão autoritária presente na ditadura do Estado Novo, a qual determinava que ao dirigentes do Estado caberia conduzir os rumos da sociedade, apoiados em um saber técnico que não existiria nos meios populares, inaptos a se organizarem de forma independente.

Desta forma, o surgimento do IPHAN foi absorto pela ideia autoritária de atribuir a determinadas categorias o privilégio de deter o conhecimento necessário para administrar a coisa pública, e por consequência a sociedade. Ao mesmo tempo, a constituição de um grupo de intelectuais dentro do IPHAN, na sua maioria de arquitetos ligados ao movimento modernista vinculou o saber técnico de sua profissão ao que deveria ser utilizado como base para determinar o que seria preservado em termos de patrimônio edificado no Brasil, o que ao longo do tempo concentrou na esfera estatal a condução da política de preservação do patrimônio, deixando a sociedade civil com pouca margem de participação na implementação desta política.

O que foi analisado no presente estudo foi de que forma houve uma continuação deste método de gestão da política patrimonial de cunho autoritário, apesar de todas as mudanças por que passou a sociedade brasileira ao longo de sua história recente, em termos de democratização da pluralidade de ideias e concepções, inclusive na esfera da política patrimonial, que no âmbito internacional teve importantes modificações após a Segunda Guerra Mundial, com a tendência de incluir a sociedade civil nos processos decisórios dos órgãos de preservação do patrimônio cultural. Isto demonstrado por meio da análise da política patrimonial efetuada pelo IPHAN na cidade de Jaguarão, onde as decisões foram concentradas na esfera estatal, em uma parceria entre o IPHAN e a prefeitura municipal, com uma participação dirigida da comunidade no processo de tombamento do conjunto histórico e paisagístico do município.

Ainda que em âmbito nacional o IPHAN preconizasse um processo democrático de participação da sociedade civil na formulação da política patrimonial, o que se observou na cidade de Jaguarão foi que, na prática, houve a efetivação de uma visão autoritária de gestão da política patrimonial consubstanciada nas velhas práticas adotadas pelo órgão ao longo de sua história. O que foi corroborado pela prefeitura municipal, que se utilizou desta política para apoiar suas ações de governo e ganhar dividendos políticos para sua plataforma de

planejamento urbano calcada nas grandes obras de restauro que foram concebidas pelo IPHAN através do PAC cidades históricas.

Outra constatação do presente estudo, foi que ao implantar a política de preservação patrimonial na cidade de Jaguarão, o IPHAN se apoiou em uma visão tradicional da história da cidade, ou seja, considerou como sendo passível de se tornar patrimônio nacional o patrimônio edificado ligado a elite econômica e política local, derivado essencialmente das construções de estilo eclético do século XIX. Este tipo de visão ratificou a narrativa histórica ligada a elite da cidade como sendo a história de toda a comunidade, levando ao anonimato o patrimônio de outros grupos formadores da sociedade jaguareense, o que se tentou corrigir a *posteriori* com a inclusão do patrimônio ligado a etnia negra do município como também passível de preservação pelo Estado.

Também foi demonstrado que a política de preservação do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão, realizada pelo IPHAN, foi a de se basear nos grandes projetos de restauro do patrimônio edificado de características ecléticas, e em menor medida de outros estilos arquitetônicos, sem realizar uma articulação com a sociedade civil. Foi verificado que a prefeitura municipal poderia ter sido a responsável por esta articulação, mas que preferiu se alinhar com o tipo de gestão efetuada pelo IPHAN, de concentrar em suas mãos as decisões da condução da política patrimonial. Tal fato, ia de encontro com as características ideológicas tanto do governo federal como do municipal, emanadas através dos documentos e narrativas divulgados nos fóruns de discussão da área como o Sistema Nacional de Cultura.

Esta política patrimonial apoiada nas grandes obras de restauro não dialogava com o planejamento municipal mais amplo, ocasionando discrepâncias no tocante ao entorno das obras projetadas, que no caso do Centro de Interpretação do Pampa era constituído de uma comunidade de baixa renda e sem infraestrutura básica. A melhoria da infraestrutura do entorno das grandes obras de restauro ficava na dependência de recursos da prefeitura municipal, o que era problemático por se tratar de uma pequena cidade com poucos recursos econômicos para viabilizar tal contrapartida. Esta falta de integração entre as obras de restauro e o entorno ocasionou que se privilegiou as primeiras em detrimento da segunda, distanciando a população de baixa renda dos investimentos realizados nas obras de restauro, gerando uma não apropriação do patrimônio pelas pessoas da comunidade. Justamente o que ocorreu foi que as obras de restauro realizadas onde o entorno estava bem servido de infraestrutura básica, como no centro urbano, as propriedades ligadas a elite econômica foram favorecidas pela valorização imobiliária advinda da política patrimonial do IPHAN.

Este fato da valorização imobiliária como um efeito colateral do tombamento histórico e paisagístico de Jaguarão, no entorno dos prédios inventariados como sendo de valor histórico, advém do desenvolvimento urbano do município, o qual desde sua primeira planta urbana privilegiou um espaço no entorno da praça principal e quarteirões adjacentes, que foram ocupados pelas moradias de uma elite agrária que tinha o capital suficiente para erguer palacetes de estilo eclético, tentando seguir o modelo de vida urbana de cidades como Pelotas e Rio Grande. Como a Câmara Municipal era controlada por esta mesma elite agrária, a legislação emanada por esta casa favorecia a infraestrutura do entorno destes palacetes, deixando a periferia onde habitavam o restante da população em condições paupérrimas.

Ao longo do desenvolvimento urbano da cidade de Jaguarão, se observou que este favorecimento para a infraestrutura do centro urbano onde estavam localizados os palacetes da elite agrária perdurou, concentrando ainda mais capital em uma pequena parcela da população. Com a valorização destes palacetes pelos movimentos de patrimonialização iniciados no município, novamente recursos públicos foram utilizados para a manutenção do entorno destes prédios, por conta de se manter uma paisagem preservada de um centro urbano do século XIX. Ao ratificar o discurso da elite agrária de que o seu patrimônio era o patrimônio que representava a história da cidade, estes movimentos permitiram, mesmo que não fosse de forma consciente, a concentração de investimentos na infraestrutura do entorno dos prédios de propriedade da elite local.

Quando houve uma tentativa de valorizar um patrimônio localizado na periferia, a antiga Enfermaria Militar, se projetou um local voltado a comunidade universitária, um museu altamente tecnológico com uma proposta de atrair turistas, deixando a comunidade do entorno excluída de seu patrimônio, haja vista o cercamento que foi efetuado em toda a extensão do local. Ademais, o projeto de moradias populares e infraestrutura básica para a população do bairro ficou resumida a construção de uma praça e a pavimentação das ruas ao redor do museu.

Assim como a inclusão do restauro do prédio do Clube 24 de Agosto no PAC cidades históricas, ocorreu pela visibilidade adquirida pelo movimento iniciado pelos sócios do clube, que buscaram preservar o prédio da sede do único clube de etnia negra da cidade de Jaguarão. Entretanto, mesmo após terem conseguido êxito em suas ações, e obtido a chancela do Estado como patrimônio cultural, este clube situado na periferia não obteve os recursos oriundos do PAC cidades históricas na mesma celeridade que os outros patrimônios localizados no centro urbano obtiveram.

Estes casos exemplificam um tipo de política patrimonial que não foi articulada com as necessidades de reconhecimento do patrimônio cultural da periferia, ou seja, não houve uma preocupação dos órgãos institucionais de preservação patrimonial um levantamento mais abrangente do que poderia ser considerado como patrimônio na cidade de Jaguarão, tendo em vista as diversas etnias que compunham aquela sociedade, localizada em uma área de fronteira sujeita ao trânsito constante de pessoas e emigrados de vários países e de outras regiões do Brasil. Ao contrário, se preferiu ratificar uma narrativa histórica calcada na elite agrária e seu projeto de urbanidade, suas moradias, locais de diversão, de sociabilidade, de política. Ainda que o patrimônio edificado desta elite local seja mais presente, não significa que não haja outros, ainda que não tão tangíveis como os grandes palacetes.

A falta de reconhecimento do Estado por estes outros patrimônios levou ao afastamento da comunidade da periferia a política patrimonial, tida como sendo a aplicação de recursos do Estado onde menos foi necessário, haja vista as precárias condições da periferia. O argumento que na periferia não existe um patrimônio edificado como no centro urbano, portanto não sendo possível a destinação de recursos dos órgãos institucionais de preservação do patrimônio, reafirmava a falta de um novo olhar para o que seja considerado patrimônio, ainda atrelado ao chamado patrimônio de “pedra e cal”, tão combatido teoricamente pelos especialistas da área, mas ainda tão presente nas práticas da política patrimonial dos órgãos institucionais de preservação.

Este estudo pretendeu demonstrar que a construção de uma política patrimonial em determinado local, deve ser precedida de um amplo conhecimento histórico de formação daquela sociedade, que no caso específico de Jaguarão demandaria uma pesquisa histórica com esta finalidade, de analisar as diversas contribuições da população marginalizada do centro urbano da elite, o que iria proporcionar maiores subsídios para uma verdadeira inclusão destas populações na política patrimonial. Ao se questionar o patrimônio da elite como não sendo o único passível de patrimonialização pelo Estado, não se quer dizer que o mesmo não deva ser valorizado também, mas que outros tipos de patrimônios podem ser objeto de valorização, atraindo os recursos públicos para a periferia, permitindo uma distribuição mais equânime entre os diversos segmentos da comunidade. Isto é factível com a teoria contemporânea de preservação do patrimônio cultural, com a legislação contida na Carta Magna e os recursos técnicos dos órgãos de preservação e dos poderes públicos dos entes federados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. **O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 24. nº 1. p. 137-149. jan.-abr. 2016.
- ALMEIDA, Luiz Fernando de. **Apresentação**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. IPHAN; coordenação, Weber Sutti – Brasília/DF: 2012.
- ARQUIVO digital da Biblioteca Nacional (1852-1859). Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência das Câmaras Municipais (1845-1889)**. Porto Alegre, 2016.
- _____. **Obras Públicas**. Maço II, parte I). Porto Alegre, 2016.
- NETO, Antonio Augusto Arantes. **Patrimônio: atualizando o debate**. Organização: Vitor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos, Haroldo Gallo. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, nº 1, p. 237-256, jan.-abril, 2016.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do Positivismo no Governo Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, **revista estudos avançados**, n.33, p. 213 a 226, 1998.
- BIAZETO, Bruno Henz. A Bela e a Fera: o debate sobre ciclos de prosperidade e crise da economia brasileira 1964-2000. *In*: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de (Org.). **De Vargas aos Militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil/**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)**. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2016.
- BRASIL Arquitetura. **Concepção e Fundamentação das Bases Museológicas e Museográficas**. São Paulo, 2010.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em 09/02/2019.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição de 1824**. Art. 91 e 92. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: out. de 2016.

_____. República Federativa do Brasil. Decreto-Lei nº 22.928 de 12/07/1933. **Elevação da cidade de Ouro Preto a categoria de Monumento Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-norma-pe.html>>. Acesso em: out. de 2016.

CÂMARA de Vereadores de Jaguarão. **Livros de Atas (1845-1889)**. Armazenado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jaguarão, 2016.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**. Rio de Janeiro: D.N.P., 1938.

CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS**. Conselhos Internacional de Monumentos e Sítios, 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> Acessado em 09/02/2019.

CARTA DE PETRÓPOLIS. **1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos**. Petrópolis, 1987. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf> Acessado em 09/02/2019.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes da. Culturas urbanas: identidades e diversidades. *In*: POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor. (Orgs.). **Cidade e Memória na Globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

CORREA, Sandra Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, nº 1, p. 15-57, jan.-abril, 2016.

CUNHA, Patrícia Oliveira Vieira da. **Plano Diretor e Configuração Espacial: organização espacial e configuração da malha urbana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares: dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **Educação Patrimonial: experiências**. *In*: Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Euder Arrais Barreto, Joel Ribeiro Zaratim, Lídia dos Reis Freire, Márcia Bezerra, Maria Joana Cruvinel Caixeta, Vera Lúcia Abrantes D’Oswaldo (org.). Goiânia, 2008, p. 23-37.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. **Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu**, 1975. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterdã%201975.pdf> Acessado em 09/02/2019.

DEVANTIER, Vanessa da Silva. **Visões do urbano: a Rua XV de Novembro, Pelotas/RS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, 2013.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA CIDADE DE JAGUARÃO. **O avanço da fronteira meridional.** Pesquisa de Simone R. Neutzling, Carlos Alberto Avila Santos, Claudia Daiane Garcia Molet, Ester Judite Bendjouya Gutierrez. IPHAN, 2009.

_____. **Fichas de cadastro geral/informações básicas dos imóveis.** Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, IPHAN, 2009.

ELEJALDE, Benito Ilha. **Projeto de abastecimento e distribuição de água a cidade de Jaguarão.** Porto Alegre: Livraria Americana, 1911.

ENSSLIN, Lidiane Corrêa. **Ecletismo Arquitetônico em Jaguarão: um estudo.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional.** Rio de Janeiro, D.N.P., 1938.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937).** Porto Alegre: Suliane Letra & Vida, 2010.

_____. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão: (1790-1833).** 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. **Hemeroteca Digital Brasileira.** Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. De Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS 1803-1950.** Porto Alegre, 1981.

_____. **Renda interna municipal RS 1939-1980.** Porto Alegre, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio 2005.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial: trajetórias.** In: Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Euder Arrais Barreto, Joel Ribeiro Zaratim, Lídia dos Reis Freire, Márcia Bezerra, Maria Joana Cruvinel Caixeta, Vera Lúcia Abrantes D'Oswaldo (org.). Goiânia, 2008, p. 37-41.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre cidades, Município de Jaguarão.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4311007>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão**. Coordenação de Simone R. Neutzling. Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO Histórico e Geográfico de Jaguarão. **Apontamentos para uma monografia de Jaguarão**. Intendência Municipal deJaguarão,1912.

_____. **Jornal A Folha**. (1964-1975). Jaguarão, 2016.

_____. **Jornal A Folha**. (1991-2010). Jaguarão, 2017.

_____. **Jornal A Folha**. (2011-2015). Jaguarão, 2017.

_____. **Jornal Atalaia do Sul**. (1871). Jaguarão, 2016.

JELINECK, Rochelle. **O Princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do Código Civil**. MPE/RS, 2006. Disponível em <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf> Acessado em 09/02/2019.

JUNIOR, Romeu Duarte. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil**. Revista CPC, São Paulo, nº 10, p. 49-88, maio-out., 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República – uma interpretação. *In*: BORIS, Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. T. III – O Brasil Republicano, v.2 cap. 10. 3.ed. São Paulo: Difel, 1985.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, nº 1, p. 99-136, jan.-abril, 2016.

LEAL, Sarah Floresta. MORAES, Fernanda Borges de. **Rupturas da formulação à implementação das Políticas Públicas: aspectos do desenvolvimento local no PAC-CH**. Anais do XVII ENANPUR. Sessão Temática 2: Estado, Planejamento e Gestão do Território em suas múltiplas escalas, São Paulo, 2017, p. 2-15.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP; Aracaju, SE: UFS, 2007.

LIMA, Andrea da Gama. **O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguarense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, 2010.

MACHADO, Carlos José de Azevedo. **Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e patrimonialização**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, 2016.

MARSOU ENGENHARIA. **Portifólio de obras**. Sítio eletrônico. Disponível em <http://marsou.com.br/portfolio/teatro-esperanca-de-jaguarao-rs-2/> Acessado em 12/11/2018.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Barcelona, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. 2º reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Artístico e Histórico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2008.

MEMORIAL da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Jornais Correio de Porto Alegre e O Mercantil**. (1851). Porto Alegre, 2016.

_____. **Livro de atas da comissão de posturas da Assembleia Provincial (1847-1888)**. Porto Alegre, 2016.

_____. **Livro de pareceres diversos das comissões da Assembleia Provincial (1849-1850)**. Porto Alegre, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: Patrimônio: atualizando o debate. Organização: Vitor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos, Haroldo Gallo. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006, p. 33-76.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MONNET, Jérôme. **O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996, p. 220-228.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, nº 1, p. 205-236, jan.-abril, 2016.

_____. **Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, nº 3, p. 121-147, set.-dez., 2016.

NEVES, Márcia Pereira das. **Casa de David Canabarro em Santana do Livramento: diferentes apropriações do patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: UFRGS, monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História, 2009.

NETO, Antonio Augusto Arantes. **O patrimônio cultural e seus usos na cidade contemporânea**. In: Patrimônio: atualizando o debate. Organização: Vitor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos, Haroldo Gallo. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006, p. 54-58.

NORMAS DE QUITO. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico**. OEA. Organização dos Estados Americanos, 1967.

Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>

Acessado em 02/09/2019.

NOVAIS, João Henrique Café de Souza. **O papel constitucional do município na proteção do patrimônio cultural**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e

experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. IPHAN; coordenação, Weber Sutti – Brasília/DF: 2012, p. 284-291.

NUNES, Valdo Dutra. GARCIA, Jorge Arismendi. **Projeto Jaguar**. Jaguarão, 1983.

NUNES, Juliana dos Santos. “” **Edificando um Patrimônio Sentimental**”: O Clube Social 24 de Agosto e seu reconhecimento cultural pelo Estado do Rio Grande do Sul. *Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura*, v. 02, nº 1, ano 2016, p. 131-148.

_____. **Somos o suco do carnaval!** A marchinha carnavalesca e o cordão do Clube Social 24 de Agosto. Monografia de conclusão de curso. Graduação em História, UFPEL, 2010.

O INDICADOR. **Anuário estatístico, comercial e industrial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Otaviano Borba & Cia, 1901.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2005.

PAIVA, Edvaldo Pereira; RIBEIRO NETO, Demétrio. Uma cidade na zona pastoril rio-grandense (Uruguaiana). *In: Província de São Pedro*, p. 106-120, 1946.

PARANHOS, Adalberto. O coro da unanimidade nacional: o culto ao “Estado Novo”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, p. 25-45, 1997.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 a 15.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo para apresentação de citações em documentos elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão. 2017. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/biblioteca/modelos>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PEREIRA, Claudio Corrêa. **80 minuanos para Carlota Joaquina**: a nação Minuano/Guenoa: história documentada pelos colonizadores no pampa rio-grandense e uruguaio. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PREFEITURA Municipal de Jaguarão. **Código de Posturas Municipais**. Lei nº 244 de 10/11/1955. Jaguarão, 2016.

_____. Lei nº 4.682 de 19/12/2007. **Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão**. Jaguarão, 2016.

_____. Lei nº 1226 de 04/09/1979. **Plano Diretor de Jaguarão**. Jaguarão, 2016.

_____. Lei nº 6102 de 07/01/2015. **Sistema Municipal de Cultura de Jaguarão**. Jaguarão, 2016.

PREFEITURA Municipal de Jaguarão. **Livro de atos da Intendência**. Armazenado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jaguarão, 2016.

_____. **Sítio institucional**. Disponível em: <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=3072>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Sítio institucional**. Disponível em: < <http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=3072>>. Acesso em 30 jan. 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Estado do Rio Grande do Sul. **Constituição de 1989**. Disponível em http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358 Acessado em 09/02/2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 9-24.

SÁ, Roseli Maria Comissoli. **Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPEL, 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois**. Anais do Museu Paulista, v. 24, nº 1, p. 59-74, jan.-abril, 2016.

SALA, Dalton. **Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. Revista Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 31, p. 19 a 26, 1990.

SALVATORI, Elena. **Arquitetura no Brasil: ensino e profissão**. *Arquiteturarevista*, v. 4, nº 2, p. 52-77, jul.-dezembro, 2008.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3.ed. (ano 2005), 6º reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

SOUZA SOARES, Eduardo Alvares; FRANCO, Sérgio da Costa. (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SOUZA SOARES, Eduardo Alvares. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SOUZA, Juliana Teixeira. As Municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). **Saeculum, revista de história**, João Pessoa, nº 27, jul./dez. 2012.

STUDART, Guilherme. **DicionárioBio-bibliográfico Cearense**. 3 v. Ceará: Typolithographia A Vapor, 1910. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/fontes/Mostra_Bib.php?pbib=1>. Acesso em: 12 nov. 2016.

THALITA, Pereira da Fonseca. **Participação em ações de preservação**: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, nº 10, p. 35-45, fev.-2009.

TVE. Televisão Educativa do Rio Grande do Sul. **Programa Jaguarão**: recantos e encantos, 1983. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yn3UxtyRY_c Acessado em 09/02/2019.

UNIPAMPA. **Visita do Reitor ao IPHAN em Brasília**. Sítio institucional. Disponível em <http://novoport.al.unipampa.edu.br/novoport.al/reuniao-em-brasilia-retoma-dialogo-com-iphan-sobre-o-centro-de-interpretacao-do-pampa> Acessado em 21/11/2018.

VARINE, Hughes de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VERRI, Fernanda Jahn. **O Planejamento Urbano Integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2014.

WEIMER, Gunter. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul (1892-1945)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

_____. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

_____. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

ZORZI, Mariciana. **De quem é a Cidade Heroica?** Trajetórias da Preservação do Patrimônio Cultural, Atratividade Turística e Participação Social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982-2011). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, 2012.